

TESE DE DOUTORADO

i

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Marconsin, Adauto Fernandes.
M333p Política pública de economia solidária : uma política em construção /
Adauto Fernandes Marconsin. -- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Newton Antonio Paciulli Bryan.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3. Autogestão. 4.
Empreendimentos. I. Bryan, Newton Antonio Paciulli. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

07-691/BFE

Título em inglês : Public policy in solidarity economic : a policy in construction.

Keywords : Solidarity economic; Public policy; Management self; Solidarities companies

Área de concentração : Políticas de Educação e Sistemas Educativos

Titulação : Doutor em Educação

Banca examinadora : Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan (Orientador)

Prof. Dr. Francisco Alves

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho

Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar

Prof. Dr. Salvador Sandoval

Data da defesa: 22/02/2008

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : adauto.campinas@hotmail.com

DEDICATÓRIA

À minha querida Kátia, companheira de vida, com quem partilhei este e muitos outros sonhos.

À minha querida mana Cléier, que sempre me apoiou neste projeto, fazendo a revisão e dando sugestões fundamentais para a sua melhoria.

À minha querida filha Tuani, que sempre me deu força e fez a necessária revisão do “abstract”.

Ao meu querido filho Gabriel, quase adolescente, que sem compreender bem essa história de tese, respeitou as minhas muitas horas de recolhimento para escrevê-la.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan, pela acolhida, pela inestimável contribuição, ao sugerir cursos que formaram o alicerce deste trabalho, ao indicar bibliografias precisas e, principalmente, pela relação de companheirismo de anos, consolidada durante este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a participação dos Professores Drs. Francisco José da Costa Alves e Luis Enrique Aguilar no processo de qualificação da tese, com contribuições fundamentais para definir o encadeamento e o direcionamento da tese.

Agradeço as preciosas contribuições dos Professores Drs. Francisco José da Costa Alves, Genauto Carvalho de França Filho, José Roberto Ruz Perez e Salvador Antonio Mireles Sandoval que, nas arguições durante o processo de defesa da tese, contribuíram para esse formato final.

RESUMO

Esta tese de doutorado, usando uma metodologia qualitativa e conceitos de economia solidária, de política pública e Estado, burocracia, poder político e tomada de decisões, investiga a implantação de política pública de economia solidária no Governo Federal (2003-2006), Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2002), Municípios de São Paulo (2001-2004), Santo André (1989-2004), Osasco (2005-2007) e no município de Campinas (2001-2007). Busco, a partir dos marcos legais e das intencionalidades da política, estabelecer nexos dessa construção e, a partir daí categorizá-la como política pública em construção através dos indicadores propostos.

Em particular no município de Campinas (2001-2007), utilizando a metodologia do estudo de caso, a partir de um duplo papel de pesquisador e gestor da política, apresento a construção dessa política a partir de seu marco legal, detalhando a ação da burocracia pública na análise das proposições construtivas da política no fomento aos empreendimentos solidários. Utilizo os espaços de construção da política, definidos entre os sujeitos constitutivos da política, para estabelecer os nexos entre o conceito de economia solidária e da política pública de economia solidária.

Através de entrevistas envolvendo os gestores públicos e os sujeitos constitutivos dos empreendimentos solidários na experiência de Campinas e resgatando a análise dos textos relativos às experiências dos demais municípios, Estado do Rio Grande do Sul e Governo Federal, finalizo a análise da política pública, caracterizando-a como em construção.

Palavras – chave: Economia Solidária, Política Pública, Política Pública de Economia Solidária, Empreendimento Solidário, Cooperativas, Autogestão.

ABSTRACT

This doctoral thesis, using a qualitative methodology and concepts of solidary economy, public policy and state, bureaucracy, political power and decision-making, investigates the deployment of public policy for solidary economy in the Federal Government (2003-2006), Government of State of Rio Grande do Sul (1999-2002), Municipality of São Paulo (2001-2004), Santo André (1989-2004), Osasco (2005-2007) and in the city of Campinas (2001-2007).

Search, from the legal milestones in intentionalities policy, establish links of this building and from there categorizá it as public policy in progress through the indicators.

In particular in the city of Campinas (2001-2007), using the methodology of the case study, from a dual role of investigator and manager of the policy, presenting the construction of this policy from its legal framework, detailing the action of bureaucracy public in the analysis of proposals constructive policy on encouraging enterprises to solidarity. Use the spaces for the construction of the policy, defined between subjects constituting the policy, to establish the links between the concept of economic solidarity and the public policy of economic solidarity.

Through interviews involving the public and managers of the subjects constituting empreendimentos solidarity in the experience of Campinas in rescuing the analysis of texts relating to the experiences of other municipalities, state of Rio Grande do Sul and the Federal Government, end the analysis of public policy, featuring as under construction.

Words - key: Solidarity Economy, Public Policy, Public Policy, Economics Solidarity, Solidarity Endeavor, Cooperatives, Self management.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS.

ABM - Arbeits Beschaffungs Massnahmen.

ACI - Aliança Cooperativista Internacional.

ACOOOP - Associação das Cooperativas de Reciclagem de Campinas e Região.

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário.

AGANULA – Cooperativa de Granaleiros de Nula.

ANP – Agência Nacional do Petróleo.

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Autogestão.

APAEB - Associação dos Pequenos Produtores do Município de Valente.

ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira.

ARs 1,2,3,4.... – Administrações Regionais 1,2,3,4.....

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social.

MCC – Movimento Cooperativo Cubano.

CCR – Centrais Cooperativas Regionais. CEAGs - Centro de Excelência em Autogestão.

CCS - Cooperativas de Crédito e Serviços.

CLAMCA - Comitê das Atividades Mutualistas, Cooperativas e Associativas.

CPA – Cooperativas de Produção Agropecuárias.

CEASA – Central de Abastecimento S.A.

CECONAVE – Central Cooperativa Nacional da Venezuela.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem.

CES - Contrato Emprego Solidariedade.

CESCOOP – Centro de Estudos para a Cooperação.

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

CNES - Conselho Nacional da Economia Solidária.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

CONACOVEN – Confederação Nacional de Cooperativas da Venezuela.

COP – Conselho do Orçamento Participativo.

COOMECA – Cooperativa Metropolitana de Caracas.

COMESC – Comissão Municipal Executiva de Economia Solidária de Campinas.
COOPERCENTRO – Centro Cooperativo de Caracas.
CORFO - Corporação de Fomento à Produção.
CRCA – Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo
CROCEPORT – Cooperativa dos Produtores de Café do Estado Portuguesa.
CUT – Central Única dos Trabalhadores.
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos.
DTR - Departamento de Trabalho e Renda.
DOM – Diário Oficial do Município.
DPJ – Departamento de Parque e Jardins
DLU – Departamento de Limpeza Urbana.
DOAS – Departamento de Operações da Assistência Social, da SMCTAIS.
DTR – Departamento de Trabalho e Renda.
EDH – Ecologia e Dignidade Humana.
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FEAC – Federação das Entidades Assistências de Campinas
FEVCTA - Federação Valenciana de Cooperativas de Trabalhadores Autogestionários.
FIA - Fundação Interamericana.
FINCOOP – Cooperativa de Desenvolvimento e Crédito.
FMAS – Fundo Municipal da Assistência Social.
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde, ligada ao Ministério da Saúde.
FUNRURAL – Fundo Rural.
DR – Grupo de Desenvolvimento Rural.
GUNM - Grande União Nacional Moral das Classes Produtoras do Reino Unido.
GTIB - Grupo de Trabalho Interministerial de Biodiesel.
GTRS – Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos.
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.
ITCP - UNICAMP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP.

LDBEN - Lei das Diretrizes Básicas da Educação Nacional.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil.

OCEMG - Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.

OCERG – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

OCESP - Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONG – Organização Não Governamental.

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PG - Community Program.

PMC - Prefeitura Municipal de Campinas

PIB – Produto Interno Bruto.

PIL - Programmes d'Insertion Locales.

PLIF - Programmes d'Insertion Locales pour les Femmes.

PMC - Prefeitura Municipal de Campinas.

PRONACOOP - Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho.

SCIP - Sociedade Cooperativa de Interesse Público.

SEDAI - Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SIES - Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária.

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

SMCTAIS – Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social.

SMDET – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

SMG - Secretaria Municipal de Governo.

SMSP – Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

SUAS – Sistema Único da Assistência Social.

TUC - Travel d'Utilité Collective.

URM – Unidade Recicladora de Materiais da Prefeitura Municipal de Campinas.

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social.

Sumário

1 - Introdução.....	1
2 - O Enfoque Metodológico.	9
2.1 - Objetivo.	9
2.2 - Relevância.....	9
2.2.1 - Científica.....	9
2.2.2 - Social.....	10
2.3 - Metodologia.	10
2.4 - Processo de Pesquisa e sua Operacionalização.....	12
2.4.1 - Desenvolvimento Teórico, Empírico e Instrumental.....	14
2.4.2 - Indicadores de Economia Solidária e de Política Pública de Economia Solidária. .	15
2.4.3 - Questões formuladas.	16
3 - O Fazer Econômico e as Relações Sociais Decorrentes.	17
3.1 - A Relação Histórica entre o Fazer Econômico e a Sociedade.	17
3.2 - A Consolidação da Economia de Mercado e Estratégias de Políticas Públicas de Inclusão Social.....	22
3.3 - A Hegemonia da Economia de Mercado.....	24
3.4 - A Crise do Modelo de Bem Estar Social e as Políticas Públicas dos Países Europeus Decorrentes.	26
3.5 - A Economia Social na Europa.....	30
3.6 - A Economia Social no Brasil.	35
4 - A Economia Solidária.....	41
4.1 - O Surgimento da Economia Solidária Decorrente da Crise do Estado de Bem Estar Social.	41
4.2 - A Emergência da Economia Solidária no Brasil.	58
4.3 - Educação e Economia Solidária.	62
4.4 - Economia Solidária e sua relação com os Movimentos Sociais.	68
4.5 - As Experiências de Economia Solidária.....	73
4.5.1 - Um Relato Histórico do Cooperativismo.....	73
4.5.2 - Experiências de Economia Solidária na Europa.....	78
4.5.3 - Experiências de Economia Solidária no Brasil.	82
4.5.4 - Experiências de Economia Solidária na América Latina.....	88
4.5.4.1 - O Movimento Cooperativista Cubano.....	88
4.5.4.2 - O Movimento Cooperativista Venezuelano.....	90
4.5.4.3 - O Movimento Cooperativista Chileno.	92

4.5.5 - Os Indicadores de Economia Solidária.....	94
4.5.5.1 - O Indicador Autogestão.....	94
4.5.5.2 - O Indicador Participação e Democracia na Direção dos Empreendimentos... 96	
4.5.5.3 - O Indicador Igualdade e Cooperação.....	98
4.5.5.4 - O Indicador Auto-Sustentação.....	99
4.5.5.5 - O Indicador Desenvolvimento Humano.	101
4.5.5.6 - O Indicador Novas Sociabilidades.....	103
4.5.5.7 - O Indicador Redes e Cadeias Produtivas de Empreendimentos Solidários. 104	
4.5.5.8 - Conclusão.	105
5 - Políticas Públicas e Políticas Públicas de Economia Solidária.	107
5.1 - Introdução.....	107
5.2 - Políticas de Desenvolvimento e de Desenvolvimento Sustentável.....	111
5.3 - Políticas Públicas e Estado.....	113
5.4 - Burocracia, Poder Político e Tomada de Decisões.	123
5.5 - Conclusão.....	129
6 - Políticas Públicas de Economia Solidária Desenvolvidas no Governo Federal, Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.	135
6.1 - Introdução.....	135
6.2 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida pela SENAES.....	135
6.2.1 - Os Objetivos da SENAES.	135
6.2.2 - As Ações Desenvolvidas pela SENAES.....	136
6.2.2.1 - Diagnóstico das Experiências de Economia Solidária no Brasil.....	136
6.2.2.2 - Centros Públicos de Economia Solidária.....	144
6.2.2.3 - As Conferências Estaduais e Nacional de Economia Solidária.....	146
6.2.2.4 - Agentes Comunitários.	161
6.2.2.5 - Financiamento da Economia Solidária pela SENAES.	162
6.2.3 - O Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.	163
6.3 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida na Rede de Gestores Públicos.....	164
6.4 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul.	175
6.5 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de São Paulo.....	181
6.6 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de Osasco.	187

6.7 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de Santo André.....	195
6.8 - Conclusão.....	199
7 - Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de Campinas – Um Estudo de Caso.....	203
7.1 - Introdução.....	203
7.2 - Marco Legal Construído e Referenciado.....	204
7.3- O GTRS e suas ações em Espaço Público de Construção da Economia Solidária no Município.....	211
7.4 - Uma Visão Sócio-Econômica dos Empreendimentos Solidários.	222
7.5 - As Incubadoras Conveniadas com a Prefeitura Municipal de Campinas para Fomento aos Empreendimentos Solidários.....	228
7. 5.1 - A ITCP - UNICAMP.....	228
7. 5.2 - A Incubadora Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo – CRCA.	235
7. 5.3 - A Incubadora Ecologia e Dignidade Humana – EDH.....	239
7. 5.4 - A Incubadora Municipal.....	242
7.5.5 - O Fórum Municipal de Economia Solidária.	243
7.5.6 - O Investimento Público no Programa.....	246
7.5.7 - Conclusão.....	249
8 - Observações Finais.....	255
9 - Anexos.	263
9.1 - Questionário das Entrevistas e Falas de Lideranças de Empreendimentos Solidários e Gestores Públicos em Economia Solidária.....	263
9.1.1 - Questionário das entrevistas com as Lideranças dos empreendimentos solidários.....	263
9.1.2 - Questionário das entrevistas com os Gestores Públicos.....	263
9.2 - Relação dos Entrevistados.	264
9.3 - Os Empreendimentos Solidários.....	265
9.3.1 - Cooperativa Barão.	265
9.3.2 - Cooperativa Dom Bosco.	266
9.3.3 - Cooperativa Santo Expedito.....	268
9.3.4 - Cooperativa Nossa Senhora Aparecida.	269
9.3.5 - Cooperativa São Bernardo.....	270
9.3.6 - Cooperativa Antônio da Costa Santos.....	271

9.3.7 - Cooperativa Havilá.....	272
9.3.8 - Cooperativa Santa Genebra.....	274
9.3.9 - Cooperativa Aliança.	275
9.3.10 - Cooperativa Tatuapé.....	276
9.3.11 - Cooperativa Remodela.....	278
9.3.12 - Cooperativa Cidarte.	283
9.3.13 - Grupo Associativo Bonsucesso.....	284
9.3.14 - Grupo Associativo Divipaz.	285
9.3.15 - Grupo Associativo Santos Dumont.....	286
9.3.16 - Grupo Associativo Unidos da Vitória.	287
9.3.17 - Grupo Associativo Coopermimo.....	288
10 - Bibliografia.....	291

1 - Introdução.

No presente trabalho discuto a implantação de política pública de fomento a empreendimentos solidários e sua caracterização enquanto política pública em construção, desde aquela desenvolvida no Governo Federal (2003-2006), no Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2002), nos Municípios de São Paulo (2001-2004), Santo André (2001-2004), Osasco (2005-2007) e, em particular, no município de Campinas (2001-2007).

Trabalhei em seu desenvolvimento como gestor da política pública (de 2001 a 2007) e como pesquisador (2003-2007), com a compreensão do que essa dupla atuação implica. Enquanto Gestor Público, a implantação da política pública de economia solidária exigiu uma compreensão da estrutura de funcionamento da máquina pública e o desenvolvimento de espaços de interlocução com os vários setores públicos (como jurídico, educação, saúde, infraestrutura,...), bem como a construção de espaços públicos para atuação dos diversos segmentos que compõem a economia solidária.

Enquanto gestor público, busquei nas reflexões trabalhadas ao longo dos capítulos 4, 5 e 6 sobre economia solidária, Estado, política pública, burocracia, tomada de decisões, os elementos de construção da política pública, considerando os espaços possíveis de serem ocupados dentro da estrutura pública municipal.

Enquanto pesquisador foi importante considerar que, embora eu tivesse lado, a análise da política tinha necessariamente que refletir o mais próximo possível a realidade vivenciada pelos empreendimentos solidários e evitar a todo custo a tentação de idealizar essa construção.

Por este motivo, evitei pautar a minha análise somente no caso Campinas em que atuei como Gestor, procurando em outros municípios, governo do Estado do Rio Grande do Sul e governo Federal elementos para compor um quadro mais amplo de análise da política.

No capítulo 2 busco apresentar os processos metodológicos envolvidos referenciando-me em Bruyne (1994) para caracterizar os objetos investigados, em

Ludke e André (1986) para situar como se processa um estudo de caso e em Pádua (1997), para uma compreensão do enfoque qualitativo do processual.

Assim, embora utilize de tabelas, gráficos e dados quantitativos, afirmo que a metodologia empregada nesse trabalho foi qualitativa, pois o instrumental de análise para as políticas públicas de economia solidária do Governo Federal, Governo Estadual e municípios foi baseado na intencionalidade da política e em um estudo de caso, através também das intencionalidades, de entrevistas com os sujeitos da política, documentos públicos.

No capítulo 3 faço uma abordagem histórica do fazer econômico construído pela sociedade humana. Polanyi (2000), fornece os elementos iniciais de análise, ao considerar que a economia nem sempre foi compreendida em seus aspectos econômicos separados dos aspectos sociais. Essa separação aconteceu a partir do século XIX, com o desenvolvimento da economia de mercado e a conseqüente transformação do trabalho, terra e dinheiro em mercadorias.

Concluo o capítulo situando a consolidação da economia de mercado ao longo do século XX e as condições de sua crise, situando as políticas públicas de compensação desencadeadas na Europa e os caminhos trilhados pela economia social européia e brasileira, decorrentes dessa crise.

No capítulo 4, França Filho e Laville (2204) conceitua economia solidária como uma economia de proximidade, necessitando de espaços públicos para a sua implantação, nos quais os agentes formadores possam interagir para a apropriação de recursos do mercado, do Estado e não-monetários.

A economia solidária aproxima essas três instâncias, agindo no estabelecimento de rede de apoio monetário e não-monetário, nas trocas de experiências, de tecnologia e de solidariedade.

Assim, a economia solidária não se caracteriza como uma nova forma de economia acrescentada às formas dominantes ou subordinada a elas, mas como um processo que nasce da necessidade de apropriação de elementos constantes em cada uma delas, aproximando economia e política, demanda e oferta, e possibilitando aos seus sujeitos apropriarem-se de conteúdos de gestão democrática, bem como de processos de autogestão em seus empreendimentos.

Singer (1998, 2002, 2003) considera que a economia solidária requer uma articulação com a sociedade civil, podendo ser desenvolvida em todos os campos da atividade econômica. Necessita, para se desenvolver, de uma articulação de diversos tipos de recursos como fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnica e científica, capacitação continuada e marco legal.

Tais recursos podem ser aportados de diversas fontes, como Sindicatos, Igrejas, organizações não-governamentais, Estado, voluntários, associações, movimentos sociais, entre os mais envolvidos. Argumenta que a economia solidária carece de atuação em rede, pois grande parte dos empreendimentos atua separadamente e em mercados dominados por empresas de mercado; compreende a economia solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social.

Santos (2002) discute três formas de modos de produção não capitalistas, sendo a primeira delas remontando às origens do pensamento associativista e da prática cooperativa no século XIX, constituindo-se como alternativas ao liberalismo e ao socialismo centralizado e adotando em sua prática econômica, valores como autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade.

A segunda forma de produção não capitalista — denominada desenvolvimento alternativo — subordina o desenvolvimento econômico a questões não econômicas, ao desenvolvimento do poder comunitário, de baixo para cima. Atua com foco na escala local, partindo primordialmente de comunidades historicamente marginalizadas, buscando formas de produção não capitalistas, enfatizando a importância das atividades de troca nas comunidades, reforçando, assim, os mecanismos de reciprocidade que permite aos seus membros o acesso a bens e serviços que sua pobreza os impede de adquirir.

A terceira forma de produção não capitalista, —denominada alternativas ao desenvolvimento — propõe a ênfase no local, a promoção da autonomia comunitária, porém, ao contrário da visão de desenvolvimento alternativo explora alternativas pós-desenvolvimentistas, considerando crescimento econômico impossível de ser sustentável sem destruir as condições de vida sobre a Terra.

Considero que a economia solidária, representada pelos empreendimentos solidários, pode se constituir em um pólo de economia com peso social e diferenciada da economia de mercado e do Estado, dependendo de alguns fatores para que isto ocorra, como gestão democrática do negócio, justa distribuição das sobras entre seus membros, articulação em rede de negócios e cadeias produtivas, empreendimentos sustentáveis e resultados econômicos que signifiquem o reconhecimento da sociedade como um setor da economia que opera em um campo próprio.

Gusmão (2003) e Santos (2002) trazem uma reflexão importante sobre a questão educacional, possibilitando a partir de suas análises, um referencial de processo educacional que possa ser usado pelas incubadoras de empreendimentos solidários durante o processo de incubação¹. A educação para a autogestão constitui-se como um dos princípios mais importantes na prática associativista e aparece ao longo da história de construção dessas práticas em todos os textos já publicados (SINGER, 2002, 2003; ANTEAG, 2000; MEDEIROS, SCHWENGBER, SCHIOCHET, 2006).

Há um entendimento de Gusmão (2003) e Santos (1996), que a educação deve ser entendida como um espaço permanente de crise e de entendimento, onde diferentes saberes sobre o senso comum acontecem, caracterizando-se como um espaço social e cultural. Com esse espaço de aprendizagem criado, os conflitos emergem, sendo necessário um olhar para a construção da história para extrair daí as lições da vida.

Decorre desse olhar a importância de processos educacionais associados à políticas públicas de fomento à economia solidária. Trata-se de uma necessária mudança de valores culturais, pois a perenização dos empreendimentos solidários sem desvirtuamento dos princípios associativistas, é um dos grandes desafios dos fomentadores dos empreendimentos solidários.

Sandoval (1989) contribui para este debate ao estabelecer a origem e os processos de construção dos movimentos sociais. Discute a relação dos movimentos sociais com o Estado e as diversas categorias para os participantes

¹ Detalhes desses processos no capítulo 4.

dos movimentos sociais. Assim, foi possível estabelecer uma relação entre os sujeitos construtores da economia solidária, considerando os seus diversos agentes (empreendimentos solidários, Estado e agências de fomento) e os movimentos sociais categorizados pelo autor.

Barbosa (2005), embora reconheça que a economia solidária apresenta uma discussão complexa em suas dimensões econômicas, políticas e ideológicas, além de considerar que ela possibilita abertura de mercado para as periferias das cidades e campo, problematiza, ao enxergar uma expansão da mercadorização da vida social, tendo a economia solidária como pano de fundo.

A autora considera que os formuladores da economia solidária subestimam a força hegemônica do capital, levando ao que a autora define de “fetiche do empreendedorismo”, aplicado ao trabalho coletivo autogestionado, servindo de encobrimento na mudança da pauta das lutas sociais (BARBOSA, 2005, p.271).

A autora finaliza sua crítica combatendo o que ela considera uma segmentação e hierarquização social ao estabelecer como sentido ideológico a crença na possibilidade de constituir um mundo do trabalho à parte daquele restrito aos grandes produtores e consumidores. Argumenta que nessa linha de conceituação põe-se por terra práticas e valores da universalização e igualitarismo social, outrora conquistado em algumas nuances.

Essa crítica da autora está no centro do debate sobre os rumos da economia solidária e trás uma contribuição importante na finalização do capítulo 2. Neste debate considero que o risco da economia solidária, representada pelos empreendimentos solidários, configurar-se como residual e subordinada à economia de mercado e dependente de governos não está descartado. Não concordo, porém, que esta seja a situação dada, pois assim como considero a política pública de economia solidária em construção, considero que a economia solidária, representada pelos empreendimentos solidários, também em construção.

Simionatto in Aggio (1998) apresenta argumentos formulados por Gramsci que contribui na busca do nexos dessa contradição apontada pela autora, quando discute que a parcela da sociedade civil representada pelos novos institutos

democráticos, também surgidos com o intenso processo de socialização da política (expressos por intermédio dos partidos e sindicatos, das associações profissionais, de movimentos sociais de ordem diversa, comissões de fábrica, ONG's.), passa a desempenhar um papel fundamental nas relações Estado e sociedade. O movimento de economia solidário pode vir a representar um desses novos institutos democráticos.

No capítulo 5, Pochmann (2004a), define as categorias de políticas públicas em redistributiva, emancipatória e desenvolvimentista e Santos (1987) as define como compensatória e preventiva. A partir dessas categorias, foi possível apontar caminhos possíveis para a consolidação da política pública de economia solidária, dependendo do marco legal referenciado, da institucionalidade da política, dos recursos financeiros disponibilizados e da perenidade e sustentabilidade dos empreendimentos solidários.

Essa discussão tem uma relação estreita com a questão da educação para a autogestão, da origem desses sujeitos participantes dos empreendimentos solidários e na definição de política pública de economia solidária enquanto uma política em construção.

As construções de Pochmann (2004a) e Santos (1987) possibilitam discutir aspectos da construção de políticas públicas, pois na discussão de políticas públicas de economia solidária, capítulo 5, esses conceitos ficam limitados, em função da caracterização diferenciada da economia solidária enquanto um fazer econômico mediado pelo social e portanto potencialmente desenvolvimentista para além da economia de mercado, sendo importante introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável ou, dependendo das experiências, preservacionista e não desenvolvimentista.

Ham&Hill (1984) contribui para este trabalho ao discutir até que ponto a implantação de políticas públicas está sujeita à macro relações de poder estabelecidas na sociedade, isto é, qual o grau de mobilidade que os gestores públicos têm na construção de políticas públicas. Em complemento à esse debate, França Filho em Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006) traz novos elementos ao destacar que os agentes da economia solidária tendem a enxergar o Estado

como aliado nessa construção e interpretam os princípios definidores da economia capitalista como antagônicos aos da economia solidária.

No capítulo 6, através da discussão de experiências de intencionalidades de política pública em economia solidária, no relato de marcos legais, de objetivos, de diretrizes e estratégias, realizadas pelo Governo Federal, no Estado do Rio Grande do Sul, pela Rede de Gestores Públicos em economia solidária e nos municípios de São Paulo, Santo André e Osasco, estabeleço comparações entre essas construções.

Quanto às intencionalidades, estas políticas públicas configuram-se como demarcadoras de um campo próprio, possibilitando aos sujeitos envolvidos o resgate da dignidade, a melhoria das condições de vida, a fixação de comunidades de excluídos em seu local de moradia e retirando desses locais o seu sustento através da construção de empreendimentos sustentáveis.

A manifestação dos sujeitos participantes dos empreendimentos está muito presente na realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, nas discussões sobre objetivos, estratégias e propostas de ação, aparecendo nesse momento o forte caráter de construção da política pública de economia solidária.

É importante registrar as comparações estabelecidas nesse capítulo entre as intencionalidades da política pública e as demandas dos sujeitos dos empreendimentos solidários, majoritários na composição da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

No capítulo 7, através de um olhar mais próximo de uma experiência de política pública em economia solidária realizada no município de Campinas, gestões 2001-2004 e 2005-2008, novos elementos que embasam a conceituação proposta nesse trabalho são discutidos, ocorrendo um detalhamento da política pública desenvolvida no município e o seu resultado.

Estão apresentadas experiências de dezessete empreendimentos solidários fomentados e os processos de incubação desenvolvidos pelas incubadoras ITCP, CRCA e EDH conveniadas pela administração municipal e pela incubadora municipal. Faço um estudo do investimento realizado no programa pelo município e avalio se esses investimentos significaram melhoria de condições de vida,

incorporação de processos de autogestão, democracia interna, perenidade e independência dos empreendimentos solidários em relação às agências de fomento.

Discuto sobre o caráter da política pública de economia solidária tomando por referência diversas entrevistas com os sujeitos construtores da política oriundos dos empreendimentos solidários e de agências de fomento.

No capítulo 8, observações finais, respondo às questões formuladas no capítulo 2, buscando fazer uma síntese entre as diversas contribuições conceituais citadas, com as experiências de economia solidária apresentadas, buscando nesta síntese uma compreensão sobre processos de construção de política pública em economia solidária.

2 - O Enfoque Metodológico.

2.1 - Objetivo.

O objetivo central da tese será de investigar sobre os processos de construção da política pública de economia solidária, desenvolvida em vários níveis de Governo, Federal, Estadual e Municipais.

Para isto será importante durante todo o desenvolvimento do trabalho caracterizar aspectos de marco legal e de fomento da política pública de economia solidária implantada e em implantação no Governo Federal, no Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de São Paulo, Santo André, Osasco e Campinas.

Investigar se os princípios de economia solidária discutidos ao longo do capítulo 2 são assumidos pelos empreendimentos solidários pesquisados e, se a política pública de economia solidária discutida está constituindo-se em um campo de experimentação que reforça a hegemonia da economia de mercado.

2.2 - Relevância

2.2.1 - Científica.

A discussão sobre política pública em economia solidária tem uma interface acentuada com o fazer econômico, social e cultural, estando inserida em um campo do conhecimento sociológico que investiga os problemas da contemporaneidade, cuja herança é uma grande fragmentação do corpo social, pelo não cumprimento de situação de vida digna para todos, dentro de um Estado de Direito, Republicano e Democrático. Questiona a naturalização da separação entre o fazer econômico do social, ocorrida acentuadamente a partir do século XIX, fundamental para que desse debate possa emergir novas formas de sociabilidades.

Traz uma discussão importante sobre a construção dessa política, conceituando economia solidária, política pública, relações de poder dentro do Estado, o papel da burocracia na implementação de políticas públicas e, a política pública de economia solidária, um campo novo de experimentação e práticas, carente de sistematizações.

2.2.2 - Social.

Através desta tese de doutorado, tenciono fornecer subsídios para que a política pública em economia solidária possa ser desenvolvida em uma quantidade maior de municípios brasileiros, buscando através desse crescimento transformar política pública de economia solidária em política de Estado. Dessa forma tenho a crença que será possível desenvolver e consolidar novas sociabilidades baseadas em critérios outros, contrapostos àqueles desenvolvidos e defendidos pela economia de mercado.

2.3 - Metodologia.

Busco na presente pesquisa uma metodologia que parte dos enunciados do método qualitativo, porém, também apoiada em elementos estatísticos da pesquisa quantitativa. Dessa forma é possível compreender os mecanismos da emergência da política pública de economia solidária a partir do contexto dos sujeitos da pesquisa (poder público, sociedade civil organizada e beneficiários) através de suas visões, práticas e motivações e relacioná-los com dados estatísticos levantados na pesquisa, como o mapa da economia solidária no Brasil, os marcos legais definidos em diversos municípios, assim como os gastos orçamentários empenhados no município de Campinas e no governo Federal.

Segundo Pádua (1997), a produção do conhecimento é processual, caracterizando-se como um processo histórico, individual e coletivo ao mesmo tempo, a partir da práxis humana e, em consequência, não-linear, não-neutro como pensava a ciência positivista. “Não é meramente uma questão de procedimentos sem pressupostos, ao contrário, é justamente a partir da análise dos pressupostos ontológicos, éticos, ideológicos, que teremos condições de compreender a complexidade do real”. Pádua (1997, p.28).

A minha pesquisa abrange a elaboração de conhecimentos tomando como base um olhar sobre as diversas experiências de economia solidária em andamento em diversos municípios brasileiros e no Governo Federal, com uma preocupação de entender as intencionalidades da política proposta e os marcos

legais definidos nesses locais; além disso, realizo um estudo de caso sobre a implantação da política pública de economia solidária no município de Campinas, ocorrendo nesse momento a duplicidade de papéis, como Gestor da política e como pesquisador.

As pesquisas qualitativas preocupam-se com o cotidiano, seus valores, crenças, resistência, acomodações, não sendo, muitas vezes, passíveis de mensurações quantitativas; nem por isto não se deva lançar mão de procedimentos quantitativos, pois algumas situações estudadas comportam informações que só tem significação neste tipo de abordagem. Dessa forma, a linha de pesquisa adotada está de acordo com Pádua (1997:31) quando afirma que o “desenvolvimento das investigações nas ciências humanas, as chamadas pesquisas qualitativas procuraram consolidar procedimentos que pudessem superar os limites das análises meramente quantitativas”.

Lüdke e André (1986:18), apresentam sete características fundamentais do estudo de caso, metodologia escolhida para análise da situação de implantação da política pública em economia solidária no município de Campinas, gestões 2001-2004 e 2005-2008:

- a) os estudos de caso visam à descoberta;
- b) os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto;
- c) os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa;
- d) os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação;
- e) os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas;
- f) estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social;
- g) os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

A emergência de aspectos que se revelam no decorrer da pesquisa ajudam a consolidar novos conhecimentos, entendendo-se que o conhecimento não é algo acabado, mesmo que tenhamos partido de um referencial teórico definido. Assim, categorias definidas para a economia solidária e para a política pública em economia solidária, a partir do referencial teórico poderão ser confrontadas com as revelações do objeto de análise.

O contexto em que se insere o objeto da pesquisa deve ser considerado, pois se torna evidente que a implantação da política pública em estudo somente aconteceu devido fatores externos de conjuntura econômica, mas, fundamentalmente pela eleição de forças políticas comprometidas com políticas públicas com essa característica a partir de 1989. Esse contexto está presente em toda a construção da política pública, permitindo desde já assumir que a política pública de economia solidária é de governos e não de Estado.

A partir da constatação de que os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa, busquei orientar a pesquisa de maneira a contemplar as opiniões de todos os sujeitos envolvidos na construção da política pública, certo de que as diferentes visões desses sujeitos permitirão que as conclusões e generalizações possam servir de referência para outras experiências de políticas públicas em economia solidária. Além do mais, diferentes visões provocam pontos de vista conflitantes, enriquecendo a pesquisa.

Não poderia concluir sem afirmar que o duplo papel de pesquisador e gestor exigiram que o estudo de caso contemplasse uma variedade grande de elementos documentais, de entrevistas e de relatos para que esse duplo papel não comprometesse o resultado da pesquisa.

2.4 - Processo de Pesquisa e sua Operacionalização.

As ciências naturais já têm reconhecido que a realidade objetiva depende de referenciais outros, além da simples análise do objeto de estudo, principalmente a partir da teoria da relatividade de Einstein e do princípio da incerteza de Heizenberg, tendo como princípios teóricos os postulados da mecânica quântica.

É o caso das ciências humanas e sociais, em que é preciso reconhecer que o real não se dá imediatamente à investigação, sendo necessário um processo de construção sistemático, em que os objetos de investigação sejam recortados da realidade concreta e redimensionados, com uma preocupação em ir além das ideologias que cercam a realidade, problematizando o senso comum conforme discutido no capítulo 2 por Santos (1996).

Assim, importante salientar que a construção do objeto de análise deve partir do eixo teórico escolhido, contudo resignificando-o pela problematização do senso comum.

Para Bruyne (1982), o universo de pesquisa compreende três tipos de objetos a serem investigados. O primeiro deles, o objeto real, é o que existe. Em nosso caso, podemos categorizar como objeto real as pessoas que compõem o universo da economia solidária em estudo, assim como ações desencadeadas para a sua concretização, como os marcos legais, os processos de trabalho criados, os equipamentos, as construções, etc...

O segundo é o objeto percebido, sendo aquele que se constrói a partir dos conceitos e teorias originários da formação do pesquisador, isto é, como o pesquisador “enxerga” e contextualiza o objeto real, fazendo uma releitura a partir da compreensão teórico-metodológica construída. Nesse caso, é evidente que o objeto percebido terá a particularidade do pesquisador-gestor da política, certamente permeado pelo olhar dessa construção.

O terceiro objeto, denominado construído, é a síntese do real redimensionado, fruto do trabalho científico desenvolvido através da pesquisa, reconstruído conceitualmente e confrontado com a realidade. Considero que as relações estabelecidas são de mão dupla, pois ao mesmo tempo que o objeto real possibilita “enxergar” o objeto percebido, este interage com o objeto real, modificando-o. Da mesma forma estabelece-se essa relação entre o objeto construído e o real, assim como entre o objeto real e o construído; finalmente, a mesma relação acontece entre o objeto percebido e o construído.

Assim, permeando esses três objetos de investigação, a pesquisa evolui através do desenvolvimento teórico, empírico e instrumental, sendo que o ponto de partida é o objeto real, intermediado pelo objeto percebido e consolidado pelo objeto construído. O desenvolvimento teórico tem a função de desestabilizar o senso comum inerente ao objeto de investigação pela aplicação de conceitos e teorias. O desenvolvimento empírico permite a descrição do objeto, porém indo além ao buscar apreender os significados que os sujeitos criam a partir de suas

ações. O desenvolvimento instrumental nos fornece os elementos necessários para responder as questões formuladas, analisar variáveis, indicadores, etc...

2.4.1 - Desenvolvimento Teórico, Empírico e Instrumental.

O desenvolvimento teórico foi trabalhado nos capítulos 2 e 3 envolvendo os conceitos de economia solidária e política pública em economia solidária. Para trabalhar esses conceitos utilizei a interdisciplinaridade das áreas de Educação, da Economia e da Sociologia.

O desenvolvimento empírico foi trabalhado no capítulo 4 e 5, situando o objeto de análise, encontrado nos documentos pesquisados como Leis, decretos, processos públicos como compras, licitações. Outra forma se deu através da observação participante nas reuniões, encontros, das entrevistas dos sujeitos envolvidos nessa construção, como os cooperados, gestores públicos, agentes de entidades de fomento.

Esses capítulos possibilitaram, ainda, a conexão entre o desenvolvimento teórico e o instrumental ao disponibilizar os elementos de análise. Os documentos, Leis, decretos situam o caráter da política pública de economia solidária e permitem identificar os elementos de sua construção.

A observação participante nas reuniões, encontros, entrevistas com os sujeitos, além de complementar os elementos de análise da parte documental, possibilitou a análise do conceito de economia solidária apresentado pelos autores, bem como a análise da política pública de economia solidária.

Através do desenvolvimento instrumental operacionalizo, categorizo e verifico o objeto de investigação, com a mediação do desenvolvimento teórico e empírico. Trata-se da construção de uma ponte entre as discussões feitas nos capítulos 2 e 3 com o 4 e 5. Para isso, no desenvolvimento instrumental busco responder à questão central sobre o caráter da política pública, entendida como em construção, e atender ao objetivo proposto na tese, utilizando de indicadores para a economia solidária e para a política pública de economia solidária.

2.4.2 - Indicadores de Economia Solidária e de Política Pública de Economia Solidária.

Para o processo de análise dos dados, selecionei indicadores dos principais conceitos desenvolvidos, economia solidária e política pública de economia solidária. Os indicadores permitem compreender, mensurar, qualificar e avaliar se o objetivo da pesquisa está contemplado e se o tema central da tese está em consonância com o objetivo, bem como se as questões formuladas têm respaldo neles. Abaixo os indicadores de economia solidária:

- a) Autogestão, participação e democracia nas decisões da diretoria: controle da gestão pelo conjunto dos associados; presença significativa e regular dos associados nas assembléias, reuniões e consultas; mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos; direções eleitas livremente; transparência no exercício da direção; decisões tomadas pelo conjunto dos associados e fiscalização por órgãos independentes;
- b) Igualdade e cooperação: divisão igual dos excedentes, critérios justos na remuneração pelo trabalho, socialização do capital e regimes de trabalho não-cooperados com prazo definido de duração;
- c) Auto-sustentação: empreendimento perene, autônomo diante das agências de fomento da economia solidária, sustentável com o produto de sua atividade gerando benefícios ao ambiente social e natural;
- d) Desenvolvimento humano: processos em que os conceitos de economia solidária são empoderados pelos membros dos empreendimentos, ocorrendo presença do empreendimento no entorno, comprometimento com melhorias na comunidade e com relações solidárias de comércio, troca e intercâmbio;
- e) Redes e cadeias produtivas: empreendimentos solidários articulados em rede de negócios e em cadeias produtivas.

Abaixo os indicadores de Política Pública de Economia Solidária:

- a) Marco Legal: Leis, decretos, portarias definidoras da política pública em economia solidária;
- b) Espaço público: garantia de espaços públicos para a construção da política;
- c) Financiamento: financiamento da política pública de economia solidária pelo Estado e seus aliados;

- d) Processo indutivo: política pública de economia solidária marcadamente indutiva pelo Estado ou pela entidades de fomento;
- e) Estrutura do Estado: interferências do sistema dominante na estruturação de políticas públicas, precarizando as políticas públicas de economia solidária

2.4.3 - Questões formuladas.

- a) Qual é a diferenciação entre economia solidária e o fazer econômico da economia de mercado e do Estado?
- b) Quais são os elementos de ligação entre a economia solidária e o cooperativismo oriundo do século XIX?
- c) Quais são os elementos de ligação entre a economia solidária e o cooperativismo discutido em diversos países da América Central e Sul?
- d) Quais são os elementos de ligação entre as políticas públicas discutidas em suas intencionalidades pelo governo Federal, pela Rede de Gestores Públicos em economia solidária, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pelos municípios de São Paulo, Santo André, Osasco e Campinas?
- e) Quais são os elementos de ligação entre a política pública construída como fomento no município de Campinas e aquelas discutidas em suas intencionalidades pelo governo Federal, pela Rede de Gestores Públicos em economia solidária, pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul e pelos municípios de São Paulo, Santo André e Osasco?
- f) Como o Estado e sua burocracia reage à implantação de política pública de economia solidária com clara intencionalidade contra-hegemônica?
- g) A política pública de economia solidária caracteriza-se como uma política de desenvolvimento e sustentável?

3 - O Fazer Econômico e as Relações Sociais Decorrentes.

3.1 - A Relação Histórica entre o Fazer Econômico e a Sociedade.

Segundo Polanyi (2000), antes do século XIX, todos os sistemas econômicos conhecidos atribuíam um amplo papel aos princípios, sejam eles da reciprocidade ou da redistribuição (Estado), seja ele da domesticidade ou uma combinação dos três. Os mercados da Idade Média foram os primeiros a adotarem o mercado de vizinhança através da exportação intermunicipal e de longa duração.

Esses mercados, localizados nos grandes centros urbanos medievais, eram diferenciados da economia doméstica, representavam as oligarquias de corporação e de comércio, porém essa característica não os liberava de uma ação vigilante dos poderes municipais.

Entendido como regulado, ele vai do século XV até o século XVIII, com características de concorrência regulando as transações, porém, sem considerar o trabalho e a terra como mercadorias, subordinando a economia às relações sociais, sendo essas prioritárias quanto à produção de bens. O século XIX surge com uma inovação fundamental, apresentando a atividade econômica de forma auto-regulada, regida por mecanismos de preços.

Segundo Polanyi (2000:47),

...todos os tipos de sociedade foram limitadas por fatores econômicos, ...mas a civilização do século XIX foi econômica em sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se em um motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado auto-regulável derivou unicamente desse princípio.

Polanyi (2000) afirma que a influência exercida pela economia de mercado no mundo conhecido, nos seus cinquenta primeiros anos de implantação, só teve paralelo na vida dos povos quando comparada às maiores manifestações de fervor religioso acontecidas ao longo da história da humanidade. Atingiu os países do continente Europeu e América do Norte com um padrão econômico, em suas linhas gerais, de forma muito semelhante.

Na verdade, porém, essas mudanças, por serem bruscas, causaram uma profunda desorganização social ao desconsiderar princípios de ciência política e da arte de governar passadas de geração em geração durante séculos. Polanyi (2000), argumenta que, para justificar os rumos tomados pela economia no século XIX, seguidores de Adam Smith passam a sustentar a hipótese sobre a inerente predileção do homem primitivo em atividades baseadas na acumulação.

Essa análise parte de um pressuposto equivocado, pois estudar períodos históricos tendo como premissa os acontecimentos relativos ao século XIX, quando a permuta e a troca estiveram evidentes, induz à generalizações equivocadas. Assim como hipóteses que buscaram evidências quanto à uma inclinação comunista do homem primitivo não se confirmaram. A divisão do trabalho, segundo Polanyi (2000), tem sua origem a partir das diferenças entre sexo, geografia e capacidade individual.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas, segundo Polanyi (2000:65),

... é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens.

Polanyi (2000) concebe a economia de maneira plural, composta de quatro maneiras do fazer econômico. O primeiro, a domesticidade, relacionada às atividades cotidianas do grupo familiar, consistindo em produzir para o sustento do grupo; quaisquer que sejam as entidades muito diferentes que formam a unidade de base, o princípio é o de produzir e de armazenar para a satisfação dos membros dessa unidade, sendo o seu modelo de grupo fechado; o que determina o núcleo institucional é indiferente, assim como a forma de organização interna, podendo ser democrática ou não.

O segundo, a reciprocidade, governa as relações de apoio mútuo entre membros da sociedade com vistas a criar ou reforçar laços sociais, através de uma seqüência durável de dádivas. Ela tem em comum o fato de não se constituírem trocas despersonalizadas, pois não podem ser isoladas da realização

das prestações sociais, já que os objetos não são separados dos doadores e representam essencialmente uma relação social.

O terceiro, o fazer redistributivo, próprio do Estado, que concentra os bens ou serviços, pagando por eles e distribuindo segundo critérios acordados ou não com a sociedade; evidentemente que é o modelo da centralidade que permite a redistribuição, supondo uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes dessa autoridade e os outros membros do grupo humano. Seja qual a forma empreendida para a prática da redistribuição, seja feudal, republicana, ditatorial, ela significa aumentar o poder político de quem a pratica.

Por último, o mercado, com agentes independentes, que competem entre si em um espaço comum, buscando um equilíbrio entre a oferta e procura, caracterizando-se como a esfera mercantil da economia, em um modelo institucional denominado troca. Nesse equilíbrio da troca, a oferta significa a quantidade de bens e serviços disponíveis e a demanda, a quantidade de bens e serviços passíveis de serem absorvidos.

A troca pode se dar por um equivalente geral denominado moeda e um valor denominado preço; pode também assumir formas que não passem pelo equivalente geral, como o escambo, quando essa troca implica em conjuntos de bens e serviços de mesmo valor. Polanyi (2000) argumenta que a origem da economia de mercado está no comércio de longa distância, que tem uma relação direta com a localização geográfica; a divisão do trabalho também é função da localização e não da natureza natural do indivíduo à permuta ou troca.

A economia de mercado, consolidada no século XIX, parte do pressuposto que o indivíduo tem uma natural inclinação à permuta, surgindo desse pressuposto básico a necessidade da existência de mercados locais, exteriores, bem como a divisão do trabalho, porém, em sua origem, o comércio exterior sempre teve uma relação mais estreita com o princípio da reciprocidade do que da permuta.

É evidente que o crescimento das cidades trouxe um crescimento da lógica mercantil, porém, sempre acompanhada das regulamentações; sob o feudalismo, a terra e o trabalho estavam intimamente ligados à organização social. No sistema

mercantil, passo adiante do sistema econômico no feudalismo, as regulamentações deixam o terreno da tradição e passam para a esfera das regulamentações seja através do Estatuto dos Artífices (1563) ou da Lei dos Pobres (1601).

Na França, as guildas artesanais e os privilégios feudais foram abolidos somente em 1790 e, na Inglaterra, o Estatuto dos Artífices e a Lei dos Pobres só foram revogados respectivamente em 1814 e 1834; além disto, o mercado livre do trabalho não foi discutido até o final do século XVIII. Assim, fica claro que nos sistemas tribais, feudais ou mercantis não houve um sistema econômico separado da sociedade. Tal fenômeno revela-se no século XIX com a inclusão do trabalho, da terra e do dinheiro ao da mercadoria produzida nas indústrias ou aos serviços prestados. Como afirma Polanyi (2000:94)

....trabalho.....é uma atividade humana.....não podendo ser destacada do resto da vida, não podendo ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais.....a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.

O artesão, ou mesmo o comerciante, enquanto donos de sua ferramenta de trabalho ou de equipamentos industriais conferia-lhes uma diferenciação em ganhos e condição social, não tornando-os capitalistas, pois o fluxo de bens produzidos não tinha uma expansão diferenciada, com limitações no fornecimento das matérias primas. Essa lógica altera-se com a mudança da relação entre o mercador e a produção via o desenvolvimento de unidades fabris especializadas, mais complexas, exigindo investimentos a longo prazo, riscos, continuidade de produção e garantia de fornecimento. Nesse momento, terra, trabalho e dinheiro passam a compor o sistema de mercadorias pois exigia-se a previsibilidade e o risco calculado. Assim, segundo Polanyi (2000:98),

... a história social do século XIX foi, assim, o resultado de um duplo movimento; a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias.....Enquanto a organização dos mercados mundiais de capitais e dos mercados mundiais de moedas, sob a égide do padrão-ouro, deu um

momentum sem paralelo ao mecanismo de mercados, surgiu um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado. A sociedade se protegeu contra os perigos inerentes a um sistema de mercado auto-regulável, e este foi o único aspecto abrangente na história desses períodos.

A economia, segundo França Filho e Laville (2004), deve ser abordada como uma construção sócio-histórica, cuja forma atual não corresponde à uma realização final da evolução humana, mas a uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam.

Assim, a economia baseada no mercado auto-regulável, tendo como fundamento o lucro, incorporando o trabalho, a terra e o dinheiro como mercadorias pode ser entendida como não definitiva, não natural e situada nesse momento histórico da humanidade. A passagem da sociedade tradicional para a modernidade, representada pelo século XIX, estabelece uma crise de valores, pois se quebram as tradições e costumes ocorrendo uma perda de sentido do mundo.

Surge, nesse momento, o laço político buscando dar resposta à crise de valores, permeada pela afirmação do interesse individual, base do utilitarismo, principal matriz do liberalismo econômico representado pela nascente economia de mercado, que pudesse garantir a paz social, através da confluência positiva entre o interesse individual e coletivo, sem resolver a questão da regulação. O mercado surge, então, como a força reguladora, induzindo à que as relações se tornassem harmoniosas, garantindo os princípios de liberdade e igualdade.

O mercado, baseado na consideração do interesse individual, é considerado como o primeiro princípio do comportamento econômico destinado a assegurar a ordem na economia. O extraordinário impulso da economia de mercado, no século XX, baseado nas questões de racionalidade, rentabilidade e utilidade não eliminou o setor tradicional da economia que, entre 1906 e 1946, caiu de 55 para 49% quanto ao item mão de obra.

Esse setor tradicional permanecia caracterizado como uma economia de subsistência, de caráter familiar, mantendo preocupação básica na realização das satisfações do grupo familiar, ao invés da priorização do lucro máximo, realizando atividades de economia doméstica, artesanato, comércio e serviços.

Segundo França Filho e Laville (2004: 39),

...esta economia tradicional é sobretudo fundada em relações herdadas que são a família ou a etnia. Assim, quando o crescimento urbano excede e ultrapassa a capacidade do Estado em controlá-la, como na França a partir de 1880, desenvolvem-se a zona e o subúrbio dos “desfavorecidos”, onde há imbricação entre atividade artesanal, comercial e o próprio habitat, graças a um re-agrupamento familiar e étnico pelas ruas e bairros. A economia tradicional pode depender de um modo de vida permanente, mas ela pode igualmente constituir um recurso temporário. É o caso dos trabalhadores precários empregados de maneira intermitente, segundo o período ou a jornada, que formam uma importante reserva de mão-de-obra.

França Filho e Laville (2004) pontuam que após a Segunda Guerra Mundial a economia tradicional se reduz definitivamente à marginalidade. Primeiro, por uma grande expansão da economia de mercado; segundo, pela enorme quantidade de fluxos financeiros gerados pelo Estado-providência; isto redundando em uma estruturação da economia social em direção a um sub-conjunto da economia de mercado e um sub-conjunto da economia de redistribuição, isto é, Estado-providência.

3.2 - A Consolidação da Economia de Mercado e Estratégias de Políticas Públicas de Inclusão Social.

Os operários no início do século XIX, a partir de 1830, organizam-se em associações operárias, consolidando espaços públicos populares baseados em princípios de liberdade e igualdade entre os membros, cuja adesão é voluntária e cuja missão é a de intervir na economia.

São inúmeros os projetos e realizações entre os anos de 1830 e 1840 inspirados nos precursores do socialismo utópico; a questão social se confunde com a organização do trabalho, causando imbricação entre idéias e práticas, constituindo-se um conjunto de experiências que poderia consolidar-se em uma economia denominada de solidária, com duas características marcantes, segundo França Filho e Laville (2004: 47)

...o agrupamento voluntário inspira-se na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. A participação nesta atividade, não podendo ser

separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento econômico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas. A ação comum, por estar baseada na igualdade entre os membros, é o vetor de um acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional. As estruturas constituídas, excetuando seu papel econômico, instauram espaços públicos de proximidade que são espaços públicos autônomos, ou seja, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou pelo poder administrativo.

A ação que funde economia e política vai além, pois emerge daí um fazer que não busca a rentabilidade do capital investido, que não secciona produção e distribuição e combina associação para exercer uma profissão em comum.

França Filho e Laville (2004:55) pontuam que durante toda primeira metade do século XIX (1800 -1850) ocorre

...a defesa de uma economia plural...ocultada pela cisão que se impôs entre o econômico e o social. Na ciência econômica, toda abordagem que se oriente no sentido de uma imbricação da solidariedade na economia é, por definição, ignorada, uma vez que estuda os mecanismos próprios do mercado auto-regulador. As proteções que são oferecidas pela sociedade são da competência de um campo à parte, o social, e não podem ser fruto de uma iniciativa que seria de ordem econômica....A finalidade de instituição de uma liberdade positiva na economia, aquela da economia solidária, é integralmente substituída pelo reconhecimento de uma liberdade negativa por meio dos direitos sociais.

Argumentam ainda que

...o contorno do debate desloca-se para o papel do Estado, questão que não tinha sido negada pelo movimento em sua origem no século XIX, mas sempre vista em articulação com o papel do espaço público, ou, mais precisamente, dos espaços públicos de proximidade, componentes da sociedade civil...este pensamento fez emergir a noção de solidariedade e aborda a relação entre sociedade civil e Estado como um elemento determinante da democracia nascente.

Essa visão da disputa ocorrida na primeira metade do século XIX (1800-1850) perde-se no tempo com a consolidação da economia de mercado, desde a segunda metade do século XIX (1850) até a segunda metade do século XX (1950), quando ocorre a ascensão da sociedade do trabalho e do Estado protetor, caracterizando a dissociação operada entre economia e solidariedade, entre

economia de mercado e campo social, ao mesmo tempo em que ocorre uma complementaridade entre ambos.

Da situação inicial em que havia um objetivo unitário associacionista, com a intervenção estatal em direção à economia de mercado, os estatutos jurídicos das cooperativas desenvolvidas criam diferenciações; elas tornam-se um tipo especial de sociedade de capitais com foco na função de produção e de consumo enquanto que as organizações mutualistas concentram-se na função do socorro. Ocorre uma descaracterização do estatuto desses empreendimentos que apresentavam características amplas, tornando-se limitado pela subordinação à economia de mercado. Inicia-se uma aliança da classe trabalhadora com a classe dominante, entrando na pauta a questão dos direitos sociais.

Essa dissociação entre economia e solidariedade ocorre principalmente entre os trabalhadores, pois a economia passa a ser representada através da venda da força de trabalho para a economia de mercado, deixando de existir as cooperativas construídas como forma resistência às dificuldades impostas pela nascente economia de mercado. Emerge a solidariedade institucional, através dos direitos sociais garantidos por essa sinergia entre Estado e mercado (LAVILLE em FRANÇA FILHO, LAVILLE, MEDEIROS E MAGNEN, 2006).

Consolida-se a hegemonia da economia de mercado e a dependência do trabalhador à relação salarial, ao capital. Por outro lado, essa questão faz com que se afirme a conquista dos direitos sociais, resultado do vínculo do trabalhador com a comunidade política.

3.3 - A Hegemonia da Economia de Mercado.

Simionatto in Aggio (1989:54), discutindo o pensamento de Gramsci, argumenta que a sociedade civil, heterogênea em sua composição, e a sociedade política, diferenciam-se funcionalmente e materialmente, sendo a primeira diferença, a funcional, relativa à articulação e reprodução das relações de poder; na sociedade política o poder é exercido por intermédio de uma ditadura, mediante coerção; na sociedade civil o poder é exercido por direção política e consenso. A

partir dessa compreensão, essas esferas podem tornar-se terreno para o encaminhamento de uma ação transformadora ou conservadora.

Nesse momento da afirmação da sinergia entre Estado e mercado, discutido acima, a ação foi conservadora em relação às classes populares, restando aos trabalhadores a venda de sua força de trabalho. Foi, porém, transformadora em relação à parcela da sociedade civil representada pela classe dominante (donos de indústria, donos de terras e banqueiros) que tiveram os instrumentos funcionais do Estado à sua disposição.

A segunda diferença, relativa à materialidade social e institucional, encontra na sociedade política os instrumentos de controle e coerção do Estado, representados pela burocracia e o aparato policial-militar; na sociedade civil a materialidade, denominada por Gramsci de “aparelhos privados de hegemonia” (SIMIONATTO in AGGIO, 1989:54), têm certa autonomia em relação à sociedade política, tendo uma estrutura e legalidade próprias, mediadora entre a estrutura econômica e o Estado.

Assim, para Gramsci, apud Coutinho in Aggio (1989:77) “não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social”.

Essa sinergia Estado-mercado permite à classe dominante deter o aparelho do Estado, possibilitando o controle da produção, a distribuição dos bens econômicos (a materialidade segundo Gramsci), pela ampla disponibilidade de acesso aos fundos públicos. Essas condições objetivas são reforçadas pelas condições subjetivas que possibilita a organização e disseminação da idéia de naturalidade da hegemonia dominante pelos poderosos instrumentos de escola e mídia.

Para as cooperativas nascidas com objetivo de resistência às péssimas condições de vida e trabalho, efetivamente as condições de materialidade não permitiram um avanço desses empreendimentos no sentido de possibilitarem a construção de uma força contra-hegemônica.

3.4 - A Crise do Modelo de Bem Estar Social e as Políticas Públicas dos Países Europeus Decorrentes.

A consolidação da sinergia Estado-mercado ocorrida ao longo da segunda metade do século XX (1950) trouxe para o trabalhador a solidariedade institucional pelo papel que o Estado assume enquanto Estado-providência. Para França Filho e Laville (2004:67),

..... o projeto igualitarista-democrático exprime-se pela progressão conjunta do estatuto salarial e das garantias do Estado, do consumo de massa e da proteção social. Esta arquitetura social-estatal consagra a divisão entre uma economia de mercado, fortemente valorizada no debate social, e uma economia não-monetária desestruturada nos seus fundamentos e assimilada a um resquício do passado. Progressivamente, laços pessoais outros, vis-à-vis daqueles tecidos no quadro da relação assalariada, distendem-se. O laço econômico tende, então, a passar oficialmente por laço social.

A crise do modelo do Estado do Bem Estar Social surge no final da década de 60, quando a liberdade individual conquistada com a extensão da economia de mercado passa a ser questionada pelos novos movimentos sociais influenciados pelas evoluções sócio-demográficas como o movimento feminista, ecologista, de trabalhadores. Segundo França Filho e Laville (2004), esses questionamentos têm relação com a negação da espontaneidade, da impessoalidade e do caráter heterogêneo nas relações humanas; no papel redistributivo do Estado, os cidadãos não aparecem como sujeitos, mas como administrados, sem que nenhum vínculo de solidariedade emergisse dessa redistribuição.

A segunda crise desse modelo aparece como resultado da estruturação dos meios de produção, com a inovação das técnicas de produção que tornam o mercado globalizado e altamente produtivo. Como exemplo, cito um caso de compra de uniformes escolares por processo licitatório em diversos municípios.

Uma concorrência ganha por uma grande empresa para produção de uniformes em determinado município de grande porte, pode ser feito por facções fabris em locais distantes do município demandante.

A empresa ganhadora demanda a produção para facções menores espalhadas em diversas regiões, tanto dentro do país como fora dele. Isto significa

que a produtividade tem mais potencial do que as vendas, provocando uma destruição de parques industriais montados em regiões historicamente vocacionadas para determinada finalidade, pela introdução da eletrônica, da informática e de novos materiais.

A crise financeira dos Estados nacionais acarreta perda de receita com pagamento de juros, associada à necessidades novas como qualificação profissional, políticas públicas de geração de trabalho e renda, além da necessidade crescente de atendimento assistencial às pessoas vitimadas pelo desemprego em massa.

Para Barbosa (2005), nessa crise do Estado do Bem Estar Social, torna-se necessário reconstituir as bases de hegemonia da economia de mercado, havendo um pacto entre o poder político e o capital para a re-significação do trabalho, com a falta de compromisso público com o assalariamento e o incentivo ao auto-emprego.

Segundo França Filho e Laville (2004:80),

.... a maioria das políticas que tentaram contrapor a degradação emanada da crise são políticas de ajustamento. Manter a inflação em baixa e preservar a balança comercial tornam-se as condições comumente admitidas para limitar o desemprego. Os analistas internacionais concordam em reconhecer que, na concorrência mundial, o crescimento dos custos repercutidos nos preços pode penalizar o país que os pratica, provocando inflação e perda de fatias de mercado com efeitos negativos sobre o emprego. Além disso, a retomada global da demanda, se esta é casada com uma forte insuficiência de oferta competitiva, pode agravar o déficit comercial, em função do forte grau de abertura de cada economia nacional. Apesar da variedade de escolhas nacionais, na maioria das políticas econômicas dominam as exigências de controle dos salários e dos custos.

Uma das políticas públicas propostas para o enfrentamento dessa conjuntura, no Brasil, deu ênfase à qualificação profissional, que pouco contribuiu para a solução da crise, pois a questão refere-se mais ao baixo nível de criação de empregos; aliado a isto, aqueles que são foco do programa de qualificação já são marcados pelo fracasso escolar, apresentam dificuldades na relação com a sociedade e encontram-se em situação de baixa estima. A saída proposta pela

visão política liberal para reativação do mercado propõe o fim da intervenção do Estado, deixando ao mercado a definição dos salários.

Segundo França Filho e Laville (2004), a geração de emprego decorrente dessa política aumenta a desigualdade e a fragmentação social, criando uma sub-classe, portanto sujeita à marginalização, que coloca em risco a segurança dos privilegiados. A conclusão mais premente desse dilema está no baixo potencial gerador de emprego do setor industrial, embora apresente altos ganhos em produtividade e ocupe um lugar estratégico na economia, sendo necessário compreender que está no setor de serviços o maior potencial de geração de empregos.

Estes setores são da educação, da saúde, dos serviços sociais, caracterizados por França Filho e Laville (2004) como “terciário relacional”, em que as necessidades não são definidas enquanto produtos, mas por serviços prestados.

Esta visão não necessariamente refere-se aos países do terceiro mundo ou em desenvolvimento, como é o caso brasileiro. Dados do MTE (2005) apontam para um número mais expressivo de empreendimentos solidários no setor produtivo. As deficiências do país em infra-estrutura, moradia, saneamento básico, aliado à um potencial de desenvolvimento sustentável (BRYAN(org.) e COUTO, 2005), podem conduzir a um crescimento significativo de empreendimentos solidários também nos setores produtivos.

A outra face desse dilema relaciona-se aos serviços prestados pelo Estado, em que a participação e o controle social não acontecem, prevalecendo os serviços públicos altamente burocratizados, lentos e com escassez de recursos para atender à demanda necessária. A sinergia outrora existente perde força também devido ao fator de integração social não mais desempenhado pelo trabalho assalariado; o trabalhador, segundo França Filho e Laville (2004), com a perda do trabalho, não encontra possibilidades de socialização, pois o emprego caracterizava-se como o instrumento garantidor do vínculo e de suas relações com a sociedade.

Essa sinergia apontada pelo autor não aconteceu de forma muito significativa em países do terceiro mundo, marcados pelo desemprego crônico e profundas desigualdades sociais.

Assim, a crise tornou-se mais avassaladora nesses países, implicando em entender que a prioridade do enfoque em retomar a sociedade do emprego em carteira, relativa estabilidade e direitos trabalhistas, defendida tanto pelos liberais como pelos defensores do Estado de Bem Estar Social é uma tarefa que envolve outras variáveis, implicando em pensar novas formas de inserção social, sem que ocorra a precarização dos trabalhos gerados.

Na França, a estratégia adotada para geração de emprego e renda contemplou a redução do custo salarial através do aumento de certas prestações sociais para as famílias e de deduções fiscais para os empregadores, não de uma redução de salário dos empregados.

A estratégia de criação de empregos na área de serviços, com foco no mercado conduziu a um conjunto de demandas artificiais e à degradação do trabalho, pois os serviços relacionais não podem ignorar as relações sociais das pessoas envolvidas num determinado território. As demandas criadas foram focadas no trabalho assalariado, ignorando-se os tempos sociais diferentes que são encontrados nos diversos grupos sociais, conforme argumentam França Filho e Laville (2004).

Existe uma diferença clara entre a proposta implementada durante o período do Estado de Bem Estar Social e esse, pois no primeiro ocorria o objetivo da distribuição de renda, da socialização pelo trabalho assalariado; nesse, o objetivo foi criar emprego, precarizando e degradando as formas de trabalho, provocando no seu desenvolvimento a continuidade da desigualdade social.

A outra forma pensada de criação de empregos na área de serviços, segundo França Filho e Laville (2004) foi a participação de países precursores do Estado de Bem Estar Social buscando novas formas de redistribuição, ao ligar atividade produtiva e inserção social.

Na Alemanha os ABM foram criados em 1969, geridos regionalmente para desempregados de longo tempo e trabalhos de utilidade pública, com salários de

60 à 80% em relação à convenção coletiva, limitado de um a dois anos, beneficiando anualmente mais de 300.000 pessoas.

Na Inglaterra o PG de 1982 foi uma extensão de um programa criado em 1975, garantindo emprego de um ano de duração no máximo, garantindo o mínimo da convenção coletiva e reembolso dos custos sociais da parte patronal obrigatória, beneficiando anualmente mais de 250.000 pessoas.

Na França, os programas desenvolvidos foram os TUC, dirigidos aos jovens, os PLIF, dirigidos às mulheres e os PIL, dirigidos aos que procuram emprego com mais de 25 anos; foram agrupados em 1989 em um dispositivo único chamado de CES. Por intermédio dos CES, os beneficiários, jovens ou adultos, foram assalariados em regime parcial, por um período que pode ir até 24 meses e obtêm um mínimo garantido para um emprego em tempo parcial.

Esses dispositivos desenvolvidos pelos países europeus citados romperam com a lógica do emprego assalariado com tempo indeterminado, direcionando as pessoas em situação de vulnerabilidade social para trabalhos de interesse público em que a iniciativa privada costumeiramente não se interessava.

No desenvolvimento dessas ações, alguns limites foram sendo observados, entre eles a constatação que a demanda por tais iniciativas suplantavam a oferta, criando uma pressão por aumento do número de atendidos; outra limitação presente referia-se à temporariedade da função, criando um descompasso nos serviços prestados às pessoas que requeriam qualificações importantes nessa prestação. França Filho e Laville (2004:101) pontuam que essas limitações trouxeram como

resultado frustrações recíprocas: os representantes dos poderes públicos regionais, locais e no plano nacional, que encorajaram a implementação de ações neste domínio, decepcionaram-se com os resultados obtidos.....assim como os promotores e prestadores consideraram-se mal apoiados..... os usuários recorreram aos serviços propostos apenas em função de ausência de outras escolhas.

3.5 - A Economia Social na Europa.

Ao mesmo tempo em que o Estado europeu desenvolvia estratégias de inserção social buscando compensar a crise da empregabilidade, conforme

discutido no item anterior, a economia social na Comunidade Européia, após as duas crises do petróleo, de 1973 e 1979, traz de volta postulados esquecidos, como participação, solidariedade e interesse social, conforme analisa Chaves (2001).

Na França, as organizações de cooperativas, mutualidades e diferentes tipos de associações envidaram esforços de aproximação desde os anos 1970, buscando uma identidade de significação social dessas organizações, caminhando para quebrar a segmentação ocorrida nas décadas passadas, assim como a implantação desse segmento no setor econômico.

Em 1975 constituíram o CLAMCA. A iniciativa mereceu o interesse governamental que, em 1981, deu passos em direção a uma estrutura administrativa, a Delegação Interministerial de Economia Social, transformada em Secretaria de Estado de Economia Social.

Como decorrência desse impulso, a Lei de 20 de julho de 1983 reforma diversos conteúdos de regulação das cooperativas e faz menção expressa ao termo “economia social”. Entre as realizações mais notáveis do período, figura indiscutivelmente a conhecida “Carta da Economia Social”, escrita em 22 de março de 1982 pelas representações de importantes setores cooperativos, mutualistas e associativos.

A carta constitui uma declaração de princípios: democracia e solidariedade nas organizações de economia social; liberdade de criação, incorporação e funcionamento das mesmas; particular sistema de distribuição de excedentes que excede à perspectiva meramente individual e, finalmente, a vocação de contribuir ao desenvolvimento harmônico da sociedade dos indivíduos.

Dentro da Comunidade Européia, a primeira medida a institucionalizar a economia social foi uma Comunicação sobre as Empresas de Economia Social, preconizando a criação de um mercado sem fronteiras, propondo em um mesmo bloco as cooperativas, associações mutualistas e associações.

Nessa comunicação, uma empresa pertence à categoria economia social se sua atividade produtiva se baseia em técnicas organizativas específicas e, quando se fundamentam as técnicas, aparecem os princípios de solidariedade e

participação, além da formalização jurídica como cooperativas, associações mutualistas ou associações genéricas. A definição do caráter social de tais empresas determina a sua finalidade, formas de gestão e organização, porém, não a natureza dos bens e serviços produzidos.

Na França, a “Carta de Economia Social” de 1982 (França Filho e Laville, 2002) traz, em sua declaração, que a finalidade da economia social é servir ao homem, estabelecendo identidades institucionais das organizações que integram a economia social, como o funcionamento democrático e igualdade de direitos dos sócios, livre adesão, novo sistema de relações internas e informação, autonomia de funcionamento e caráter privado, sistema específico de distribuição das sobras e aplicando os excedentes à melhora da empresa.

Demoustier (1999), aponta para esse caminho, ao detectar as profundas transformações que estão se processando na atual sociedade francesa, onde as organizações de economia social respondem a objetos de defesa, de gestão, de regulação e de transformação das atividades das pessoas, o que explica sua heterogeneidade.

Destacam-se pela defesa contra a desestruturação das atividades empresariais em empresas individuais, a desqualificação das pessoas, a desocupação de áreas para adensamento de outras, a gestão dos efeitos imediatos de algumas transformações, com o risco de participar na gestão da pobreza ou da exclusão ao criar mercados secundários (bens de ocasião, trabalho precário, solidariedade de proximidade e não global), porém, também a experimentação de mercados novos, modernização de serviços públicos e na estruturação de novos serviços.

Para cumprir com sua função (ainda modesta), de regulação do mercado de serviços, de trabalho e financeiro, é importante reconhecer que a economia social, em seu desenvolvimento, exige toda uma série de condições, como mobilização das pessoas, coletivos que realizam projetos unidos pela percepção de necessidades e interesses comuns. Necessita territorializar determinadas atividades, evitando estabelecer fronteiras geográficas que supõem um limite para o crescimento das mesmas.

Além disso, a economia social não intervém na produção de bens que requeiram importantes inversões de capital, limitando assim seu espaço econômico para mercados de primeira transformação ou de circulação de bens (mercado de ocasião). Não podem substituir a intervenção pública, ainda que se baseiem no voluntariado e na defesa dos interesses públicos, não permanecendo alijadas aos egoísmos coletivos, à produção de desigualdades, nem a derivações privadas ou tecnocráticas.

Ocorre evidentemente um esforço de aproximação da economia social aos princípios do cooperativismo do século XIX, buscando ligar economia e política, economia e sociedade, porém parece muito mais uma estratégia de criação de mecanismos compensatórios ao processo de exclusão social, agravado com o fortalecimento das políticas neoliberais a partir do final da década de 1970.

Interessante considerar que o movimento dos empreendimentos associativistas e cooperativistas das últimas décadas, na direção do que se entende como economia social não é hegemônico.

Para Marcos (1998), as cooperativas agrícolas distanciaram-se dos princípios do cooperativismo construído no século XIX, pois passaram a considerar importante definir novos marcos legais e novas formas de gestão, para tornarem-se competitivas em um mercado globalizado. Destaca, também, que a cooperativa é uma sociedade de pessoas e torna-se importante para a cooperativa saber conjugar sua natureza pessoal com sua presença no mercado.

Importante citar Martínez (2000), que compartilha com essa visão ao considerar que a sobrevivência das organizações econômicas cooperativadas no atual cenário mundial requer uma rápida capacidade de resposta para atuação em um mercado cada vez mais amplo e competitivo. A globalização está provocando uma modificação nas estruturas internas de tais empresas cooperativas, com uma tendência à uma maior flexibilidade para fazer frente a novas circunstâncias.

Diferentes elementos organizativos e financeiros têm sido introduzidos em um recente marco regulador das sociedades cooperativas na Espanha com o objetivo de facilitar a sua adaptação ao novo entorno econômico. Porém, esses instrumentos, mais que preservar a identidade e impulsionar a vinculação efetiva

dos sócios na estrutura orgânica, financeira e real, fomentam comportamentos especulativos. À luz da nova legislação geral e autônoma observa-se diferentes distorções ao princípio democrático, derivadas das modificações introduzidas na estrutura societária da sociedade cooperativa e da participação de determinados credores externos nas tomadas de decisões.

A lentidão das respostas às necessidades e exigências das novas condições econômicas da atualidade e os elevados custos para a manutenção das decisões da democracia direta para fixação dos objetivos nas sociedades cooperativas da Espanha, assim como os problemas de acesso ao mercado de capitais, têm levado, segundo Martínez (2000), a um progressivo caminhar dessas sociedades para dinâmicas capitalistas convencionais.

Entre elas, o reconhecimento da condição de sócio a determinados tipos de credores externos, limitando a capacidade de decisão dos sócios. O cumprimento do princípio cooperativo “um membro, um voto”, tem sua base na contribuição dos sócios como provedores ou como consumidores no processo de produção ou distribuição de bens e serviços; essa condição não tem relação com o posto desempenhado na cooperativa ou com os conhecimentos adquiridos.

A base em que se fundamenta a identidade das sociedades cooperativas está sendo alterada, então, por um novo marco jurídico que introduz a possibilidade de utilizar uma base proporcional para a fixação dos objetivos nas sociedades cooperativas, além de criar a figura do voto proporcional ao capital social investido. Porém, não só a heterogeneidade das contribuições dos sócios justificaria a eleição da base proporcional no processo de tomada das decisões, mas também a admissão de entidades jurídicas como membros da entidade cooperativa.

Para Martínez (2000), a distorção do princípio democrático das sociedades cooperativas está possibilitando a criação de um novo tipo de sociedade cooperativa denominada mista. É possível observar que conceitos diferentes de economia social são colocados por Demoustier (1999), Marcos (1998) e Martinez (2000), pois enquanto o primeiro considera que a economia social aproxima economia e política, buscando democracia nas decisões, igualdade entre os

sócios, autonomia de gestão, os demais aproximam a economia social da economia de mercado, com entrada de capitais e peso político maior na empresa decorrente do aporte, acarretando a quebra da igualdade entre os sócios, um dos princípios basilares da autogestão.

A posição dos autores acima aponta para a constatação de que a economia social na Europa não tem um caminho definido, estruturando-se tanto dentro dos princípios originalmente defendidos pelas primeiras cooperativas no século XIX, como aproximando-se do modo de operar da economia de mercado. Essa falta de unidade de princípios na ação mostra uma complexidade no fazer econômico da economia dita social, longe de definição quanto aos rumos a serem priorizados.

3.6 - A Economia Social no Brasil.

O correlato da economia social européia, no Brasil, consolidou-se como um sistema cooperativo, segundo Monzón (1989), com suas raízes mais remotas a partir de 1610, com documentos disponíveis da Ordem Jesuíta, que desempenhou um papel relevante no processo ao desenvolver um modelo de cooperação fundado no espírito coletivo implementado e propagado por mais de cento e cinquenta anos, principalmente na região sul do país.

Em 1847, inicia-se outro momento do sistema cooperativo no Brasil com cooperativistas europeus que radicavam no Paraná e defendiam a visão dos socialistas utópicos, fundando a colônia Tereza Cristina. Segundo Monzón (1989:28), “durante esse período cresce no sul do país cooperativas de crédito, por influência de imigrantes alemães, formando as principais cooperativas desse setor no Brasil.”

Entre os anos vinte e quarenta do século XX, as associações de trabalhadores, os sindicatos rurais e urbanos, de tradição socialista, comunista e anarquista, difundiram os ideais cooperativos mais por inspiração socialista e menos por criar alternativas econômicas e sociais dentro do sistema capitalista vigente.

Na década de quarenta o sistema cooperativo e associativo agrário foi de fundamental importância para a difusão da lógica capitalista no campo brasileiro

através da iniciativa de uma instituição internacional financiada pela FIA, difusora do ideário social e econômico em curso nos Estados Unidos da América, acontecendo concomitantemente uma dura repressão das ligas camponesas.

Durante os anos cinquenta e sessenta muitas instituições filantrópicas atuaram dentro das economias dos países em desenvolvimento com o propósito de reduzir o nível de pobreza, precisamente em regiões agrárias consideradas tradicionais e de baixa produtividade dos meios de produção, em função da qualidade da força de trabalho e do uso de tecnologias consideradas atrasadas. No período, foi estimulado o setor agropecuário com recursos governamentais e as cooperativas de produção, crédito e consumo proliferaram no campo, favorecidas pelo fomento governamental.

A partir da década de setenta, o sistema cooperativo obteve dimensão nacional e consolidou-se com uma estrutura que utilizava tecnologia moderna e formava e qualificava as famílias dos produtores rurais.

Em 1965, a OIT realizou uma conferência que, em suas resoluções, sublinhou o papel determinante das cooperativas para a superação dos problemas estruturais, sócio-econômicos que enfrentam as sociedades subdesenvolvidas. Essa linha de ação recomendada pela OIT presidiu os trabalhos que desenvolveram os organismos nacionais e internacionais.

Organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial fizeram investimentos em países que sofreram os impactos da Segunda Guerra Mundial, países subdesenvolvidos que pudessem ser influenciados pela ideologia comunista, em decorrência do auge da guerra fria; essas instituições viam no sistema cooperativo um potencial para mudar as condições desfavoráveis geradas com o capitalismo, sem provocar rupturas no sistema dominante.

Os Sindicatos, as Associações Campesinas e as Cooperativas de Trabalhadores brasileiros, fundados a partir do ideário libertário e em oposição aos caminhos estabelecidos pelas elites, foram combatidos por políticas repressivas e em muitos casos por sistemas de governo ditatoriais, impedindo-lhes sua organização e associação, privando seus diretores de liberdade, impelindo-os à

ilegalidade. O governo brasileiro justificou suas ações repressivas pela necessidade de proteger a sociedade da influência comunista, utilizando todos os instrumentos a seu alcance para propagar a ideologia do cooperativismo empresarial no meio rural brasileiro.

Monzón (1989) caracteriza esse momento, na década de sessenta, como a perda do caráter anticapitalista do movimento cooperativista brasileiro, sendo assumido por setores da classe média e campesinato. A década seguinte mostra que as associações e cooperativas rurais dos setores de produção e de comercialização obtiveram grande êxito, com a participação de órgãos de governo reforçando o cooperativismo agrícola empresarial, integrando o setor agropecuário aos grandes grupos empresariais do setor da indústria e de serviços.

O decreto lei 4.595 da ditadura militar cria um sistema de financiamento rural que exclui o pequeno produtor, pois pretendia estimular a importação para manter em equilíbrio a balança de pagamentos. Tal sistema era semelhante ao “Farmers Home Administration y Farm Credit System”, que havia sido implantado nos Estados Unidos da América (Teixeira: 2002).

Aliado a essa questão, a restrição da liberdade de expressão reforça o cooperativismo empresarial que se distancia dos princípios cooperativistas historicamente defendidos, como o controle democrático nas decisões, uma pessoa um voto, livre adesão e neutralidade política, princípios defendidos pelos construtores da economia solidária hoje. A promulgação da Lei 5.764 de 1971 reforça essa posição, privilegiando processos de fusão, integração e verticalização das organizações e estruturas do sistema cooperativista.

Teixeira (2002), pondera que a segmentação cresceu em toda a economia brasileira, inclusive no setor agrícola; o setor de cooperativas foi favorecido por uma política de crédito com vistas a ampliar as exportações, principalmente de produtos básicos, que cresceram 44,8% entre 1974 e 1977, sendo que as cooperativas responderam por 5,1% do total do crescimento. A consequência disto foi um crescimento, no período, de 21% dos produtores associados, saltando de 627.884 para 794.911.

Entretanto, embora o crescimento do cooperativismo tenha sido importante, não significou uma ampla expansão, pois somente 17% dos estabelecimentos rurais e 12% de produtores aderiram à prática cooperativista. Isso aconteceu devido à orientação política vigente que favoreceu a formação de grandes complexos de cooperativas agro-alimentares com participação de capital nacional e transnacional.

Teixeira (2002) salienta que a década de oitenta é marcada pela inflexão das cooperativas empresariais devido à crise econômica mundial, fim dos subsídios internos e política protecionista dos países desenvolvidos. Em 1985, com o retorno à democracia, ressurgiu o movimento cooperativista de forma mais ampla, como forma de fixação do homem no campo e como resgate do pensamento cooperativista enquanto projeto econômico e social. Os planos econômicos - Cruzado 1 e 2 -, não obtiveram, segundo Teixeira (2002), o êxito esperado com aplicações de políticas que visavam a distribuição de renda e o crescimento do PIB.

Assim, nesse período os pequenos e médios produtores tiveram estímulos para produzir através de linhas de crédito, enquanto que os grandes produtores e as grandes cooperativas empresariais tiveram que repartir os recursos existentes, gerando descontentamento desse segmento com o governo.

O início dos anos noventa é marcado por ações governamentais que buscam conter a espiral inflacionária, a dívida interna através da abertura comercial, a atração de capitais externos e a elevação da produtividade. Nesse novo momento brasileiro, o cooperativismo empresarial havia praticado ajustes através da fusão de capitais nacionais e internacionais.

Continuou a crescer durante os anos noventa em diversas atividades e setores da economia brasileira, segundo dados divulgados pela OCB e OCEMG em 2001, seguindo tendência internacional. O cooperativismo é um importante setor econômico no Brasil, movendo um volume de transação econômica equivalente a 5% do PIB e gerando mais de 167.000 empregos diretos.

Ainda segundo os dados da OCB, em 1999, houve o registro de crescimento evolutivo nos setores de trabalho e de atividade sanitária em 24,5% e

19,3% respectivamente. No setor de cooperativas de consumo, houve uma redução em 2%, confirmando tendência de baixa para cooperativas que oferecem produtos a preços competitivos a consumidores das cidades.

Outro setor em crise é o das cooperativas pequenas e médias do setor agrícola, devido à incompatibilidade entre os preços finais dos produtos “in natura” e os custos de produção dos mesmos. Esse quadro confirma uma tendência à verticalização das cooperativas, iniciada entre as décadas setenta e oitenta. Isto não significa que as cooperativas agropecuárias não tenham um papel de grande importância quanto ao potencial econômico, número de associados e de empregos gerados.

O informe da OCEMG avalia que o sistema cooperativo agropecuário mineiro faturou 22% do seu PIB, equivalente a 90 bilhões de reais, existindo um contingente superior a um milhão de produtores que ano a ano plantam, colhem, armazenam e comercializam sua produção pelas cooperativas.

Em 1999 havia um total de 5652 cooperativas no Brasil, sendo 1006 cooperativas no Estado de São Paulo, 826 em Minas Gerais, 729 no Rio de Janeiro e 621 no Rio Grande do Sul. No ano de 2001 houve um crescimento de 115%, em média, do número de cooperativas em relação a 1999. Em dezembro de 2001, as cooperativas que apresentaram um maior número de atividades foram àquelas relacionadas com o ramo do trabalho (2391), do ramo agropecuário (1587) e em terceiro lugar do ramo de crédito (1038).

Os dados acima mostram que as cooperativas do ramo trabalho estão mais bem colocadas em número. Os motivos podem ser desde escape de encargos trabalhistas para diminuição de custos praticados por empresários que montam cooperativas de fachada, grupos de pessoas que montam cooperativas como exigência de manterem empregos em unidades dentro de uma organização, até grupos que se organizam para montar cooperativa de trabalho como alternativa à falta de emprego formal.

O ramo das cooperativas de consumo apresentaram, em 2001, o maior número de cooperativistas associados, sendo 1.467.386 em 189 cooperativas que atendem produtores rurais.

A desregulamentação trabalhista em andamento e a privatização provocaram no Brasil uma tendência de crescimento do cooperativismo verificada em 2001 nos setores de saúde, educação, construção, telecomunicações, entre outros. O crescimento das cooperativas de trabalho levou o governo brasileiro a aprovar a Lei 987/99 que impõe uma taxa de 15% do valor dos serviços prestados a terceiros.

Essa medida pode ter relação com a pressão do Ministério Público do Trabalho que vem sistematicamente combatendo as cooperativas de trabalho (mão de obra), criadas na maioria das vezes para burlar as leis trabalhistas. Por outro lado, Teixeira (2002) afirma que as pequenas e médias cooperativas padecem do mesmo dilema das pequenas e médias empresas, pois os impostos e taxas as impedem de ser competitivas em relação às grandes empresas mercantis e grandes cooperativas.

O advento do cooperativismo no Brasil mostra que, em nosso país, esse movimento não manteve uma relação de coerência de princípios com uma tradição cooperativista trazida pelos imigrantes Europeus no início do século XX, principalmente após a década de 1970.

É possível considerar, também, que se a economia social européia assume tanto as condições do cooperativismo originário, como àquelas da economia de mercado, a economia social brasileira, representada prioritariamente pelas cooperativas de consumo e trabalho, assumiu uma posição mais marcadamente próxima à economia de mercado.

4 - A Economia Solidária.

4.1 - O Surgimento da Economia Solidária Decorrente da Crise do Estado de Bem Estar Social.

Para França Filho e Laville (2004), a economia solidária tem sua origem no bojo da crise da sociedade salarial, caracterizando-se como tal na França, no início dos anos 1990, na busca de novos mecanismos de regulação da sociedade em que articulações econômicas e políticas possam fecundar em práticas socioeconômicas a partir do território, criando redes de serviços solidários nas residências ou no próprio bairro, em ações que busquem resolver questões associadas à qualidade de vida.

Nessas experiências articulam-se moradores da vizinhança, profissionais, voluntários, gerando trabalho e renda em um modo de fazer diferenciado da economia de mercado. Observa-se, então, que a possibilidade de existência de um projeto de economia solidária calcada em princípios de reciprocidade guarda relação com as formulações originárias no século XIX, pela articulação com a sociedade civil, pelo voluntariado convivendo com o trabalho remunerado, pelas características de não apropriação privada dos excedentes obtidos pelas atividades associativas.

Apresenta, porém, outras características, entre elas uma fragilidade de sustentação, pois se defronta com uma economia de mercado considerada natural, extremamente forte e outra economia, a Estatal, redistributiva, burocratizada e vocacionada a agir segundo orientações da primeira.

Podemos considerar, também, que o estado de direito democrático que se consolida em inúmeros países de expressão ao longo do século XX, diferencia essa experiência denominada de economia solidária, daquela representada pelas cooperativas nascidas no século XIX, pois a repressão desencadeada sobre as experiências daquele momento, dificilmente acontecerá agora.

França Filho e Laville (2004) consideram que outras diferenças marcam esses momentos históricos diferentes de surgimento e ressurgimento da economia solidária. A terceirização da economia mundial nas últimas décadas propiciou um

espaço de surgimento e relativa consolidação da economia solidária, com clara diversificação de setores de serviços envolvidos, mesclando profissionais de diversas áreas, diferentemente da economia solidária nascida no século XIX, fortemente influenciada por categorias profissionais, comandando cooperativas de trabalhadores por categoria funcional.

A economia solidária pode se constituir, hoje, como uma forma de inserção social que atua com presença no mercado e utiliza-se da atuação política, através de espaços públicos em construção, permitindo interações das mais diversas, entre associações com presença de voluntários, ONGs, associações populares, poder público, sindicatos, igrejas e outras formas de organizações, potencializando o debate público e permitindo a criação de instituições novas, plurais e democráticas.

Essa atuação política esteve presente no passado, deixando um forte legado apropriado pelos construtores de políticas públicas, assim como no desenvolvimento da economia social.

Os reflexos dessa construção no plano econômico estão na retomada da discussão sobre o caráter plural da economia, presente naquele momento histórico na construção da sociedade industrial e, no presente, na construção da sociedade de serviços, apoiando-se conforme pontua França Filho e Laville (2004) “sobre formas plurais de trabalho”, que escapem da lógica dualista situada entre o mercado e o Estado.

Florescem iniciativas locais no campo de serviços, nascidas sem apoio público, entre elas, diversas iniciativas como casas de abrigo à crianças, áreas como de saúde, educação, cultura, lazer e meio ambiente. Dois aspectos aparecem como diferenciadores da dinâmica, segundo os autores, quando consideramos a atualidade de um projeto de economia solidária: o primeiro refere-se à construção do projeto com uma forte aproximação entre oferta e demanda, através daquilo que França Filho e Laville (2004) denominaram de “espaços públicos de proximidade”; o segundo, pelo tipo de articulação que se estabelece entre diferentes modalidades de recursos como os de mercado, estatais e não-monetários.

Acrescento um terceiro aspecto, que se refere aos sujeitos constitutivos da economia solidária. No caso brasileiro, esses sujeitos são os componentes dos empreendimentos solidários e os fomentadores, como ONG's, Estado, sindicatos, Universidades. Caracterizam-se como sujeitos de diferentes segmentos sociais, formação escolar e cultural, formando elementos de construção marcados por diferentes visões de mundo.

A questão dos “espaços públicos de proximidade” diferencia o projeto de economia solidária da economia doméstica, já que movimentos sociais como de profissionalização da mulher e do êxodo rural, representam, segundo França Filho e Laville (2004), uma nova dimensão social da domesticidade, em que serviços desenvolvidos na economia solidária têm suporte, em grande parte, no apoio a domicílio às estruturas familiares, porém com a participação de profissionais no cuidado, principalmente, de idosos, desonerando a família das tensões naturais que acontecem nesses afazeres.

A apropriação de recursos do mercado, não-mercantis e não-monetários aparece em praticamente todas as experiências de economia solidária, pois dessa articulação depende a sua sobrevivência.

A economia solidária nasce aproximando essas três instâncias, retirando do mercado recursos através de fundações, associações empresarias ou vendendo seus produtos para o mercado; atuando na formulação de projetos sociais financiados por órgãos de governos voltados para projetos de inclusão social; agindo no estabelecimento de rede de apoio não-monetário nas trocas de experiências, de tecnologia e de solidariedade no enfrentamento da superação das dificuldades de recursos materiais e humanos.

Esse caráter de articulação da economia solidária não faz dela, segundo França Filho e Laville (2004), uma nova forma de economia acrescentada às formas dominantes, mas sim nascida da necessidade de apropriar-se de elementos constantes em cada uma delas, imbricando economia e política, demanda e oferta, assalariamento e voluntariado.

Considero que esse caráter de articulação e de relação da economia solidária com as demais formas de economia, e do acúmulo histórico dos sujeitos

que compõem a economia solidária nas lutas sociais contra o desemprego, contra a exclusão social, contra a discriminação de raça, etnia, gênero, degradação ambiental e outras formas de luta, possibilita criar condições de materialidade e de institucionalidade da economia solidária.

Considero também que esses sujeitos da economia solidária estiveram historicamente no campo da contra hegemonia na sociedade. Esta constatação não garante de que forma a economia solidária irá se firmar ao longo do seu processo de construção, isto é, se subordinada ao mercado, ao Estado, ou em um campo próprio, independente.

A indefinição dos caminhos que a economia solidária irá trilhar possibilita que seja considerada em construção, porque nasce de experiências entre sujeitos diversos, utilizando recursos variados e de realidades distintas, ainda frágil do ponto de vista de sua inserção social e peso econômico.

Poderá vir a se constituir como de desenvolvimento sustentável (Bryan(org.), 2005), porque pode criar pólos de inserção sócio-econômicas nascidas das necessidades locais, com respeito ao ambiente, democracia nas decisões internas, passíveis de articulação em redes e cadeias produtivas e possibilitando aos sujeitos a posse dos meios de produção.

Para França Filho e Laville(2004), a característica da economia solidária enquanto articuladora de espaços públicos de proximidade, possibilita aos empreendimentos solidários encontrar formas de regulação baseada na auto-organização social.

Para que isto aconteça prevalecem dois traços marcantes, sendo um deles, a utilização de meios econômicos de mercado, estatais e não-monetários e o outro refere-se à aproximação entre oferta e demanda, possível pela articulação dos espaços de proximidade, pela discussão de problemas comuns envolvendo os sujeitos dos empreendimentos e usuários.

Essa característica diferencia a economia solidária da economia de mercado e da Estatal, pois a primeira gera a oferta do produto e cria a demanda na sociedade através de recursos da propaganda. A economia estatal distribui os recursos obtidos da sociedade por meio de impostos, via gestores públicos,

submetidos à estrutura estatal burocratizada, com pouca ou nenhuma participação da sociedade civil organizada.

Embora essa construção ainda seja modesta, comparada com as demais formas de economia dominantes, França Filho e Laville (2004) consideram que nenhuma das duas abordagens anteriores reflete a emergência do fenômeno, pois tais experiências estabelecem relação com as duas formas de economia e não complementaridade; apresentam clareza de proposição quanto à adoção de princípios econômicos associados a projetos associativos, interativos, cuja lógica é aquela de inserir o fazer econômico no social e no político e não um simples retorno ao comunitarismo exercido no passado.

Para aprofundar um pouco mais o entendimento de economia solidária convém estabelecer algumas categorias para a sua caracterização, conforme pontuam França Filho e Laville (2004:167):

- a) ... pluralidade de princípios econômicos: a centralidade da discussão da economia solidária passa por este princípio, residindo aí o pilar de sua construção, pois está intrínseco nele a construção de “espaços públicos de proximidade”, em que possam ser elaborados e gestados atividades econômicas sociais que aproximem oferta e demanda, aproximem também profissionais, cidadãos e voluntários; a economia solidária vai articular-se com as demais formas de economia, sem portanto caracterizar-se como complemento ou subordinada à qualquer uma delas.
- b) autonomia institucional: este princípio busca o reconhecimento de que os empreendimentos de economia solidária são autônomos em relação ao controle de outras instituições, não implicando ausência de articulações, apoios das mais variadas formas; estes apoios podem vir do Estado, de Empresas privadas, de Voluntários, de Organizações Não-Governamentais, não significando perda de autonomia de gestão, de tomada de decisões, de estabelecimento de regimentos internos de operação das práticas da organização.
- c) democratização dos processos decisórios: este princípio baseia-se no caráter essencialmente associativo dos empreendimentos ligados à economia solidária; são colegiados que mantêm práticas democráticas de tomada de decisões, constantes dos estatutos, como assembléias dos associados como órgão máximo de deliberação das decisões.
- d) sociabilidade comunitário-pública: a economia solidária atua na busca de um equilíbrio entre uma prática de relação de pessoalidade, com uma necessária busca de senso

organizativo; é um equilíbrio difícil de ser obtido na prática, pois as tendências recaem na polarização de um dos lados, isto é, ou cai na impessoalidade, com ênfase na organização, ou cai no comunitarismo, com ênfase nas relações pessoais descuidando-se do senso organizativo necessário ao empreendimento.

- e) finalidade multidimensional: a questão central neste princípio refere-se ao espaço de articulação de uma multifuncionalidade, em que aspectos sociais, culturais, políticos, ecológicos estão sendo pautados; os empreendimentos solidários não são voltados somente para dentro do núcleo formador, pois articula ações de um coletivo que extrapolam o núcleo original, saindo para questões políticas do entorno, do município, da região ou do país”.

A premissa de que a economia solidária não irá se caracterizar como complemento ou subordinada às economias dominantes não pode ser dada como definitiva, dependendo evidentemente da força econômica, social e política que os sujeitos constitutivos do movimento, em especial os empreendimentos solidários, irão conquistar com o tempo. O fato dela necessitar de aporte de recursos dos sistemas econômicos dominantes a coloca necessariamente em relação de desigualdade.

A autonomia institucional não é uma condição automática, tendo uma relação direta com capacidade de gestão, princípios de educação associativista fortemente consolidada, resultados econômicos e, principalmente, perenidade do negócio. Além disso, o risco de busca de controle por quem financia é grande, estando associado esse controle à fins políticos-eleitorais, subordinação desses empreendimentos solidários à fundações de empresas de mercado.

A categoria de democratização dos processos decisórios depende muito de processos formativos com forte ênfase nesse princípio. Trata-se de uma categoria que necessariamente permeará a vida de todo empreendimento solidário, pois a cultura dominante na sociedade brasileira não apresenta uma tradição democrática do ponto de vista das lideranças políticas, empresariais, de associações, etc...

A busca desse equilíbrio entre uma prática de pessoalidade e de senso organizativo não é uma tarefa fácil, pois as relações pessoais em um empreendimento em que todos são sócios e trabalhadores são complexas. A

direção do empreendimento enfrenta o dilema de ter sua autoridade questionada e, ao mesmo tempo, o empreendimento necessita de organização. Trata-se de uma categoria das mais difíceis de acontecer na prática.

A finalidade multidimensional depende muito da articulação política do movimento de economia solidária. Ela pode acontecer de duas formas: no entorno da localização do empreendimento ou na cidade, na região ou no País. Essa categoria, para acontecer, exige que o movimento de economia solidária tenha um grau de maturidade, implicando em um processo de acúmulo em processos de autogestão e articulação em rede e cadeias produtivas. A solidariedade deve significar um valor de força do movimento, de forma que possa ocorrer essa relação com o entorno.

Singer e Souza (2003), define a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, construído a partir de homens e mulheres que, ao longo da história de implantação da economia de mercado, estiveram à margem dos benefícios gerados por ela. Argumenta que a economia solidária vai além da posse dos meios de produção e distribuição pelos associados, pois a operação dos meios produtivos também é socializada, já que o avanço tecnológico e a produção em larga escala provoca a socialização das pessoas envolvidas no processo; aliás, também na economia de mercado a operação dos meios produtivos são igualmente socializados, obedecendo à mesma lógica de análise.

Para Singer e Souza (2003:13), a economia solidária vai além de uma simples fusão entre a economia de mercado e a estatal, tendo um caráter próprio, que vai além de ambas; apresenta como unidade básica a cooperativa de produção, cujas categorias principais de caracterização são:

- a) a posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir;
- b) a gestão democrática da empresa ou por participação direta (...) ou por representação;
- c) a repartição da receita líquida entre os cooperados...;
- d) a destinação das sobras por critérios definidos entre os associados.

A categoria posse coletiva dos meios de produção proposta pelos autores esbarra no conceito de propriedade individual, fortemente arraigada em nossa sociedade. Observamos em alguns empreendimentos solidários de reciclagem que estão inseridos no programa da Prefeitura Municipal de Campinas, uma tentativa de alguns Cooperados em se apropriar de materiais que são da cooperativa. A consolidação desse conceito exige uma formação continuada em economia solidária e a ancoragem de organizações políticas fortes do movimento.

A categoria gestão democrática dos empreendimentos solidários também tem dificuldades em consolidar-se como um modo de gestão nos empreendimentos solidários, em função da tradição de estados fortes e autoritários constituídos ao longo de nossa trajetória histórica.

A repartição da receita líquida entre os cooperados não tem acontecido ainda nos empreendimentos solidários estudados no município de Campinas em função do tempo de vida deles; já a divisão das sobras acontece com um mínimo de situações conflituosas quando o empreendimento solidário considera critérios que levem em consideração as diferenças entre os membros, ocorrendo uma diferenciação de ganhos.

Os construtores da economia solidária, ainda de acordo com Singer e Souza (id.), são aquelas pessoas possuidoras de meios individuais de produção e distribuição e aquelas que vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho, havendo muito em comum entre as características que regem a economia solidária e a aspiração de, pelo menos, parte dessas pessoas. A razão porque isto ocorre deve merecer estudos aprofundados, pois fica evidente a elas que a ascensão social dentro da economia de mercado torna-se cada vez mais difícil.

A solidariedade ocorre entre as pessoas de um núcleo familiar e de relacionamento de amigos, mas dificilmente ocorre fora desse círculo restrito. A economia solidária possibilita esse espaço de vivência e de trocas entre as pessoas pela própria dinâmica da divisão eqüitativa das sobras, daí poder tornar-se um campo fértil de crescimento e consolidação.

A economia solidária, porém, sempre irá conviver com o potencial aliciador da economia de mercado, que freqüentemente apropria-se de espaços criados pelos trabalhadores, introduzindo mecanismos deformadores dos princípios norteadores do empreendimento solidário, seja através da compra desses empreendimentos ou de um processo de sedução dos dirigentes para práticas capitalistas em seus empreendimentos.

Distorções dos princípios da prática de economia solidária estão presentes ao longo da construção histórica da economia solidária, pois, no fim do século XIX grandes e poderosas cooperativas de consumo européias recusaram-se a adotar a autogestão nos estabelecimentos fabris e comerciais que iam criando. O mesmo foi feito pelas grandes cooperativas agrícolas, na Europa e América do Norte e mais tarde nos demais continentes.

Esse dado de realidade vem acompanhando o desenvolvimento das sociedades cooperativistas ao longo de todo o século XX, sendo fato que grande parte das cooperativas agrícolas e de consumo adotou a gestão capitalista; as primeiras organizaram-se em grandes empresas agro-industriais, profissionalizando a gestão e admitindo sócios capitalistas em seu meio; as segundas, que conheceram o apogeu na primeira metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial enfrentaram forte concorrência das grandes lojas atacadistas e, hoje, fecham as portas em grande número de países.

Um dado importante é a resolução da ACI, órgão de representação das cooperativas em todo o mundo, que em 1999 reafirmou os princípios gerais do cooperativismo, parecendo ir à contramão do que parece ser uma apropriação capitalista, principalmente das cooperativas agrícolas. Esta resolução é, com certeza, uma tentativa de retomar os princípios originais do cooperativismo, embora a prática há muito tenha distorcido os rumos desses empreendimentos cooperativistas.

Essa posição de flexibilização que as sociedades cooperativistas adotaram ao longo do século XX, claramente aponta para uma inflexão na construção de um projeto de economia solidária ao quebrar o princípio uma pessoa, um voto, um dos princípios basilares da economia solidária.

Os autores argumentam que a distorção encontrada nos empreendimentos cooperativistas, ao adotarem práticas capitalistas, reside muito mais na crença de que é fundamental a presença de especialistas na gestão do empreendimento, do que a crença na inevitabilidade da cultura capitalista, ou seja, no entendimento de que este é o único modelo possível. É uma posição equivocada, pois a gestão de qualquer empreendimento é muito mais função de fatores políticos internos e externos do que de especialização técnica, isto é, requer muito mais habilidades generalistas do que tecnicista.

Essa questão da importância do especialista não impede, ou não deve impedir a gestão democrática, pois o processo decisório pode ouvir o técnico e adotar posições que contemplem todos os aspectos envolvidos, como as implicações políticas, sociais, culturais. Aliás, é o que acontece na empresa de mercado, pois as decisões são tomadas pelo colegiado de acionistas majoritários.

Singer e Souza (2003:22) pontuam a necessidade de que o nascimento de um empreendimento solidário requer uma articulação com a sociedade civil, com outros empreendimentos solidários, incubadoras, organizações não-governamentais, sindicatos, entidades religiosas. Clareia esta posição ao afirmar “que todo empreendimento solidário é ao mesmo tempo uma associação comunitária; quem se associa a ela não faz contrato de trabalho mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com o dos seus companheiros.”

A economia solidária pode ser desenvolvida em todos os campos da atividade econômica, sendo fundamental para que isto ocorra a articulação de diversos tipos de recursos como fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnica e científica, educação e capacitação continuada e marco legal; esses recursos podem ser aportados de diversas fontes, como sindicatos, igrejas, ONGs., Estado, voluntários, associações, movimentos sociais, entre os mais envolvidos. Importante ressaltar que os empreendimentos privados cresceram e consolidaram-se com a apropriação de recursos de diversas fontes, como de bancos estatais, privados, universidades, Estado, parceiros comerciais.

Ainda para os autores, o movimento de economia solidária carece de atuação em rede, pois grande parte dos empreendimentos atua separadamente e em mercados dominados por empresas de mercado; cita o complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha, que integra uma rede composta por dezenas de cooperativas de produção, um grande banco, denominado a Caja Laboral Popular, rede de supermercados, uma Universidade e diversas cooperativas de apoio tecnológico.

Singer (1998) entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social; completa, afirmando que a construção da economia solidária é uma dessas outras estratégias, aproveitando a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista.

Singer (2002) acrescenta que programas de geração de trabalho e renda baseados na economia solidária são importantes porque, em primeiro lugar, existe uma ausência de crescimento econômico sustentável no Brasil nas duas últimas décadas, sendo que esses programas amenizam o elevado índice de desemprego e contribuem para inibir o processo de exclusão social.

Segundo, porque criam espaços de atuação e conhecimento popular em autogestão, pois as cooperativas de produção, consumo e crédito, ao lado de associações mutualistas de seguro e saúde e de sistemas locais de integração comercial constituem componentes de um modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade.

Terceiro, porque o crescimento econômico é uma condição para gerar emprego e renda, mas isoladamente é insuficiente para resolver o problema do desemprego em qualquer país (desenvolvido ou sub desenvolvido), pois a dinâmica de acumulação de capital promove o desenvolvimento econômico construindo e destruindo riquezas, tornando obsoletas mercadorias e serviços, sempre prescindindo da força de trabalho, condição decorrente da contradição capital trabalho.

Santos (2002), discute economia solidária denominando-a de formas de produção não capitalista, não substitutiva ao modo de produção capitalista, embora tal constatação não retire das experiências seu caráter relevante e emancipador. Reitera que

ao encarnar formas de organização não capitalistas, as alternativas econômicas geram dois efeitos importantes a se considerar. Em primeiro lugar, no nível individual implicam freqüentemente mudanças fundamentais nas condições de vida dos seus atores, como mostram os estudos sobre transformação da situação dos coletores e recicladores de lixo na Índia e na Colômbia.... Em segundo lugar, no nível social, a difusão de experiências bem sucedidas implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas.... como no caso do complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha, que tem influência em uma região inteira... (Santos, 2002:31).

Santos (2002) entende que existem três diferentes formas de produção não capitalista. A primeira delas remonta às origens do pensamento associativista e da prática cooperativa no século XIX, caracterizando-se em seu desenvolvimento como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado, inspirando-se em sua prática econômica nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade.

Embora tenha havido ao longo da história de construção do pensamento e da prática do movimento cooperativista internacional um crescimento do número de cooperativas, o associativismo não atingiu um grau de amadurecimento que chegasse a se constituir como uma alternativa concreta em relação ao setor capitalista da economia nacional e mundial. Entretanto, para o autor, nos últimos anos a teoria e as práticas cooperativistas têm suscitado um renovado interesse que desafia o prognóstico pessimista sobre a viabilidade econômica das cooperativas e que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista.

Essa constatação ganha força após o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo. Provoca no meio sindical, popular, acadêmico e em governos progressistas, uma retomada desse pensamento com o objetivo de experimentar alternativas econômicas. Para compreender as razões do interesse renovado pelo fomento aos empreendimentos não capitalistas, Santos

(2002) considera essas unidades produtivas capazes de competir no mercado, já que o mercado garante a autonomia das iniciativas coletivas, um dos princípios básicos do associativismo.

Nos empreendimentos solidários o comprometimento dos trabalhadores/sócios é natural, pois eles têm maior incentivo econômico e moral para a construção do empreendimento e na consolidação política do movimento. Outro aspecto importante a ser considerado relaciona-se à efetiva diminuição na concentração de propriedades privadas ao longo do tempo, provocando crescimento econômico e diminuição das desigualdades. Por fim, os empreendimentos não capitalistas ampliam a democracia participativa para a economia, restrita à democracia política.

A segunda forma de produção não capitalista proposta por Santos (2002), denominada desenvolvimento alternativo, tem como pressuposto a subordinação do desenvolvimento econômico a questões não econômicas, ao desenvolvimento do poder comunitário, de baixo para cima. Deve privilegiar a escala local, partindo primordialmente de comunidades historicamente marginalizadas, buscando formas de produção não capitalistas, enfatizando a importância das atividades de troca nas comunidades, reforçando assim, os mecanismos de reciprocidade que permitem aos seus membros o acesso a bens e serviços que sua pobreza os impede de adquirir. Essa forma de produção tem acontecido através da mobilização dos movimentos sociais (luta por terra e habitação), das ONGs. (religiosas, ecologistas, feministas), das comunidades e dos setores governamentais da semiperiferia e da periferia através de formas associativas de produção e serviços, como associações de moradores, cooperativas, associações de micro crédito, associações de produtores por ramo de atividade (pesca, artesãos).

A proposta de desenvolvimento econômico alternativo tem impactado sobremaneira as políticas públicas implementadas nas economias periféricas e semi periféricas, caracterizando-se hoje como uma linha de pensamento e ação que claramente combate a globalização neoliberal. Influenciou sobremaneira para que ONGs. e governos alterassem rumos de propostas de desenvolvimento que

desconsideravam as comunidades locais e seus interesses mais legítimos, assim como agências de desenvolvimento internacionais como o Banco Mundial, que introduzem programas de desenvolvimento comunitário e de microcrédito nos anos 1990.

Finalmente, vale salientar que essa estratégia de desenvolvimento alternativo possibilitou que inúmeros tratados e fóruns internacionais introduzissem temas como a preservação do meio ambiente, a diversidade cultural e o impacto do desenvolvimento econômico convencional sobre as populações dos países pobres. O risco dessa abordagem está em considerar o desenvolvimento local suficiente e deixá-lo desconectado dos movimentos regionais, nacionais e globais. Assim, um dos grandes desafios dela, está em formular pensamentos e práticas que atuem em escala local, regional, nacional e até global, porém criando mecanismos que impeçam a cooptação para o campo das produções capitalistas.

A terceira forma de produção não capitalista proposta por Santos (2002), denominada alternativas ao desenvolvimento, propõem a ênfase no local, a promoção da autonomia comunitária, porém, ao contrário da visão de desenvolvimento alternativo exploram alternativas pós-desenvolvimentistas, considerando crescimento econômico impossível de ser sustentável sem destruir as condições de vida sobre a Terra. Segundo Santos (2002:55),

a resistência ao desenvolvimento como crescimento e a formulação de alternativas baseadas em culturas não-hegemônicas segue uma tradição de pensamento e ação que teve as suas manifestações mais importantes na luta contra o colonialismo. Provavelmente, o exemplo mais marcante é a idéia de *Swadeshi*, elaborada por Ghandi no contexto da luta do povo indiano contra o colonialismo inglês.

Na defesa do modo alternativo ao desenvolvimento participam um conjunto de organizações e movimentos em todo o mundo, por afirmações culturais e proteções ambientais, a partir de um conceito antidesenvolvimentista, articulados em redes de ações locais e globais, participando de lutas pela autodeterminação dos povos indígenas, contra projetos de desenvolvimento econômico que colocam em risco grupos de comunidades, como o povo U'wa, na Colômbia, contrários à exploração do Petróleo nos seus territórios, o povo de Chipko na Índia, contra a

derrubada comercial de árvores e a resistência no mesmo país, contra a construção da barragem no rio Narmada.

Acredito que o segundo caminho proposto pelo autor, denominado desenvolvimento alternativo, tem sido a via de construção da economia solidária em nosso País. A própria composição do movimento de economia solidária, com a participação de agências de fomento oriundas de ONG's, Governos locais e Universidades com tradição de defesa de direitos de comunidades marginalizadas, defesa do ambiente, de minorias étnicas e de gênero induzem à uma construção nessa via.

Além das razões acima expostas, considero que a construção da economia solidária na via do desenvolvimento alternativo trabalha com questões ligadas às históricas lutas sociais, como busca uma melhoria substancial de renda dos sujeitos dessas comunidades marginalizadas.

Diferindo dos autores anteriormente citados, Barbosa (2005:270),

situa as mudanças no trabalho como decorrência de necessidades sociais concretas do capital mediadas por aparatos de hegemonia que promovem o *consentimento ativo* da sociedade, onde a economia solidária se insere tendo a motivação de amplo segmento vinculado as lutas sociais históricas do país. A *passivização* da pauta dos movimentos sociais e a reconceituação do trabalho advindo desse processo se desdobra na quebra de compromisso público com o assalariamento por parte de Governo e movimentos sociais.

A autora, embora considere a complexidade dos fundamentos discutidos na formulação da economia solidária em suas dimensões econômicas, políticas e ideológicas, além de verificar uma efetiva possibilidade de abertura de mercado junto à consumidores da periferia das cidades e campo, problematiza ao enxergar uma expansão da mercadorização da vida social, por detrás da simples geração de renda.

Reconhece que a economia solidária apresenta um corpo de postulados claros que mostram a face crescentemente destrutiva do capital, em sentido humano e ambiental, porém argumenta que os defensores da economia solidária subestimam a força hegemônica do capital, levando ao que a autora define de “*fetice* do empreendedorismo, aplicado ao trabalho coletivo autogestionado,

servindo de invólucro ao *transformismo* da pauta das lutas sociais” (BARBOSA, 2005:271).

Esse risco ocorre quando se busca o fomento dos empreendimentos solidários com o foco somente no econômico, descuidando-se da formação em autogestão, nos conceitos de economia solidária e da não inserção dos empreendimentos nas articulações do movimento, como as Conferências, os fóruns, os encontros e organizações política dos empreendimentos. Outro cuidado a se tomar refere-se à necessária ampliação da formação escolar dos sujeitos desses empreendimentos, possibilitando a ampliação de seus horizontes de conhecimento e cidadania.

A autora finaliza sua crítica combatendo o que ela considera uma segmentação e hierarquização social ao estabelecer como sentido ideológico a crença na possibilidade de constituir um mundo do trabalho à parte daquele restrito aos grandes produtores e consumidores. Argumenta que nessa linha de conceituação põe-se por terra práticas e valores da universalização e igualitarismo social, outrora conquistado em algumas nuances.

A idéia de que possamos fazer o contrário praticando o cooperativismo (*o novo cooperativismo*) parece mais complicado do que a ideiação sugere, na medida em que a dualidade é o simulacro da dominação, pervertendo em termos teóricos a visão de totalidade social e em termos políticos, o igualitarismo (BARBOSA, 2005:271).

Esta crítica da autora está no centro do debate sobre os rumos da economia solidária. Simionatto in Aggio (1998) apresenta argumentos formulados por Gramsci que contribui na busca do nexo dessa contradição apontada pela autora, quando discute que a parcela da sociedade civil representada pelos novos institutos democráticos, também surgidos com o intenso processo de socialização da política (expressos por intermédio dos partidos e sindicatos, das associações profissionais, de movimentos sociais de ordem diversa, comissões de fábrica, ONGs), passa a desempenhar um papel fundamental nas relações Estado e sociedade.

Isso acontece especialmente na defesa de interesses universais, diminuindo os poderes coercitivos do Estado e definindo a prioridade do público

sobre o privado. Trata-se de disputar fundos públicos, outrora já definidos em que mãos estariam, para criar forças produtivas novas, estabelecendo novos padrões de produção e consumo.

Constituindo-se enquanto mecanismos de representação de interesses, tais organismos têm aberto canais, originando uma nova trama nas relações entre governantes e governados e ampliando as formas de acesso e participação nos processos decisórios. A democracia representativa vai, dessa forma, ampliando-se, abrindo espaços para a democracia direta, por meio desses novos atores políticos, que fazem emergir, a partir “dos de baixo”, novas formas de vivência em sociedade.

É essa ampliação da esfera pública que cria a possibilidade de ressignificação do

elemento Estado-coerção, tendendo a exaurir-se pouco a pouco na medida em que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil). Em outros termos, as funções de domínio e coerção vão sendo substituídas pelas de hegemonia e consenso e a sociedade política vai sendo reabsorvida pela sociedade civil (GRAMSCI APUD SIMIONATTO, IN AGGIO, 1998:62).

Dentro do conceito de hegemonia de Gramsci, trata-se de buscar uma nova ética nas relações de produção e consumo, que não significa uma redução ao “canto da sereia do empreendedorismo”, antes disso, uma disputa por valores, como respeito ao ambiente, não apropriação de lucro para enriquecimento de poucos, produção e consumo articulados, ambiente democrático de gestão, entre outros.

A autora traz uma preocupação calcada na realidade, dado a força da economia de mercado. É importante reconhecer também, que grande parte dos empreendimentos solidários escoam seus produtos para a economia de mercado que, ao se sentir ameaçada, pode prescindir desses produtos. Porém, como ela mesmo afirma, a economia solidária tem espaço para colocar seus produtos e, concretamente faz isso, articulando-se em rede de negócios.

Hegemonia é vontade coletiva e auto-governo, alcançado por meio de um trabalho que incorpore o singular ao coletivo e que, nesse processo, eleva “os de

baixo”, torna-os mais capazes de dominar as situações, confere-lhes uma maior universalidade, o que significa, para Gramsci, a realização de uma

reforma intelectual e moral operando não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer (GRUPPI, 1978:59)

Ao afirmar que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica na medida em que encerra em si possibilidades de emancipação coletivas, não só para determinados indivíduos, mas para toda a sociedade” (GRAMSCI, 1977:53), Gramsci nos faz refletir sobre o cuidado que o movimento de economia solidária deve ter com os processos de educação envolvendo os sujeitos dos empreendimentos solidários.

4.2 - A Emergência da Economia Solidária no Brasil.

Retomando o pensamento de França Filho e Laville (2004), a análise das realidades de desenvolvimento histórico da economia solidária deve ser feita a partir da contextualização do problema, da dimensão histórica, oferecendo elementos para a compreensão atual do fenômeno e das dificuldades e saídas que as práticas exemplificam.

Na Europa, a crise do Estado de Bem Estar Social instaura duas outras crises, a do emprego e a da socialização. A crise do emprego se instaura, pois esse diminui de maneira extrema, provocando na seqüência a crise da socialização, decorrente da perda de identidade com o fim do emprego. Nesse processo, portanto, a economia solidária surge intimamente ligada à necessidade de inclusão social, causada pela falência do Estado de Bem Estar Social e pela necessidade de refundar a sociabilidade entre as pessoas, restabelecer vínculos. Daí que a sua contextualização tem uma relação muito estreita com a emergência da empresa social de inserção econômica, discutida mais à frente neste mesmo capítulo.

França Filho e Laville (2004) argumentam que as experiências de economia solidária na Europa ocorrem no sentido de refundar a economia social com vistas à realização de objetivos sociais, pois a economia social, do ponto de vista de sua

ocorrência histórica, tornou-se institucionalizada ao longo do século XX, com o seu papel fortemente definido pelo Estado através de marcos legais, especialização, profissionalização da gestão e fins definidos nos limites da atuação do grupo societário.

Isso aconteceu devido à forte presença do Estado do Bem Estar Social que praticamente limitou o desenvolvimento da economia social na Europa dentro do raio de abrangência dos associados, mais como apêndice do Estado ou como lógica de atuação como economia de mercado, diferindo daquela das origens no século XIX, em que a influência política do movimento era determinante, porém ausentes os direitos e cidadania dos trabalhadores.

Interessante observar que, no caso Europeu, em particular no caso Francês, o excesso de institucionalização tem provocado diminuição da autonomia do movimento de economia solidária, causando uma espécie de perda de identidade, fenômeno oposto ao caso brasileiro, com pouco apoio público. Vale ressaltar, porém, que o caso brasileiro apresenta algumas características típicas de nossa cultura, como a criatividade e a espontaneidade em resolver problemas práticos.

A institucionalização é necessária, porém, o ponto de equilíbrio entre a manutenção da autonomia, a criatividade, a prática da ação para além do grupo associativo e o necessário apoio institucional são desafios que a prática aponta para serem superados. Isto requer uma medição sensível, um olhar atento às práticas no sentido de percepção do conjunto das forças presentes e atuantes nos empreendimentos solidários, que resultem em uma condição de equilíbrio, na busca da perenização dessas iniciativas.

Outro aspecto a considerar refere-se ao fato que, no Brasil, com o fim do Estado de Bem Estar Social na Europa, embora agrave o desemprego, não determina, de maneira automática, às experiências de economia solidárias locais esse caráter de inserção. O emprego sempre foi escasso e a exclusão social sempre foi presente, possibilitando ao longo da formação da sociedade brasileira diferentes formas de sobrevivência, como a solidariedade obtida nas redes

comunitárias, nas práticas da informalidade no comércio e nos serviços que historicamente são prestados pelas camadas populares.

São experiências as quais podemos denominar de estratégias de sobrevivência de economia popular. No Brasil, o dilema é muito mais o desenvolvimento de experiências com objetivo maior de sobrevivência. Embora o agravamento das diferenças sociais instaure uma crise de desemprego sem precedentes no Brasil, a centralidade da questão está posta no combate à pobreza, pois a sociedade brasileira, segundo França Filho e Laville (2004:176), caracteriza-se “como uma sociedade que apresenta redes de sociabilidade abundantes, principalmente nos meios populares, e o aspecto da convivialidade tende a destacar-se quase como um traço cultural forte.”

Não deixa de ser um paradoxo para uma sociedade que, embora apresente situações de violência sociais extremamente problemáticas, além de outras características culturais complicadas herdadas do passado de colonização e escravagista, apresente complexas e ricas experiências populares e solidárias.

França Filho e Laville (2004:18) apresentam uma visão que sintetiza com muita clareza os caminhos da economia solidária na sociedade brasileira ao afirmarem que

... a realização de uma tal vocação depende do nível de estruturação interna e externa das iniciativas, ou seja, do reforço da sua organização em rede, do aumento de apoio da parte dos poderes públicos, do desenvolvimento de um marco legal para estas formas de organização, em suma, um maior nível de institucionalização das experiências...excesso de espontaneidade de um lado, e ausência de apoio institucional expressivo de outro, em boa parte dos casos, constitui uma fórmula que conduz freqüentemente à impossibilidade de consolidação do empreendimento.

França Filho e Laville (2004) consideram que, para além das diferenças citadas, os casos brasileiros e franceses têm pontos comuns em relação à economia solidária, como a atuação na esfera política, ao tratar das questões afetas ao direito e à cidadania, relacionadas à tradição dos movimentos sociais na luta por melhores condições de vida e trabalho. As similaridades acontecem também no plano econômico, através das associações, cooperativas, empreendimentos que apresentam a lógica de constituição pela necessidade

econômica. Os empreendimentos solidários construídos sobre esses dois pressupostos básicos, embora ainda sejam incipientes em relação às demais formas de empreendimentos preponderantes, de mercado e estatais, caracterizam-se como empreendimentos em construção e com imensos desafios presentes a superar.

No Brasil, o movimento da economia solidária não tem sua gênese a partir das cooperativas consolidadas ao longo do século XX, pois essas se tornaram inseridas no contexto do mercado e voltadas unicamente para o interesse de seus associados. Ele acontece muito mais fundamentado na tradição de uma economia popular e fomentado por Igrejas, principalmente a Católica, Sindicatos, Governos progressistas, Universidades Públicas.

A Igreja Católica, aqui representada pela Cáritas Arquidiocesana Brasil (BERTUCCI e SILVA, 2003), atua principalmente com os segmentos populares em situação de exclusão social, nas áreas de triagem de lixo doméstico, costura, artesanato, alimentação. O apoio de governos progressistas municipais a partir do final da década de 1980, como Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Campinas, Belém, entre outras, impulsionou fortemente esse movimento. Ainda no final da década de 1990, as Universidades Públicas iniciam um trabalho de fomento aos empreendimentos solidários, criando na Reitoria de Extensão as ITCP's; hoje são mais de vinte incubadoras espalhadas em diversos estados brasileiros (SANTOS, 2002).

Um outro grupo concentra-se no campo, tendo como patrocinadoras organizações não governamentais religiosas e não religiosas, nacionais e internacionais como o MST (SANTOS, 2002).

Dentro do quadro acima apresentado, o movimento social de trabalhadores em economia solidária, caracteriza-se como patrocinado, tanto de natureza não estatal como estatal. A partir de meados da década de 1990 cresce o patrocínio estatal nesse campo com a iniciativa de apoio de governos locais progressistas e sua parceria com as incubadoras populares; a criação da SENAES em 2003, ligada ao Ministério do Trabalho, caracteriza-se como um marco importante do apoio estatal Federal ao movimento.

No II Encontro Nacional de Economia Solidária, ocorrido em junho de 2003, em Brasília, foi criado o FBES composto por Empreendimentos Solidários (60%), Entidades de Fomento como Cáritas, Ibase, Incubadoras de Universidades (20%) e Rede de Gestores Públicos (20%). Importante observar que os apoiadores do movimento e os gestores públicos vieram ao encontro constituído enquanto rede, enquanto que a base social efetiva do movimento social de trabalhadores em economia solidária, organizados nos empreendimentos solidários, não haviam ainda organizado sua rede.

Diferindo da economia informal que lança mão de produtos fabricados pelo mercado e os revende, sempre na lógica pessoal, a economia popular, segundo França Filho e Laville (2004), utiliza-se das necessidades locais, dos saberes também local e da solidariedade entre os membros da comunidade, sendo o regime de mutirão um exemplo clássico desse tipo de economia. Caracteriza-se como uma economia que garante uma reprodução simples da vida e não acontece para além do território em que está inserida. O desafio do desenvolvimento de empreendimentos solidários a partir dessa realidade está em se garantir o salto de qualidade, para que ocorra uma reprodução mais complexa da vida, articulando necessidades econômicas do grupo com atuação em redes locais e regionais e, para além do econômico, na luta por direitos sociais.

4.3 - Educação e Economia Solidária.

Segundo Tiriba (1998), nem todos os empreendimentos da economia popular são solidários e nem todos os empreendimentos da economia solidária são populares, sendo necessário, portanto, refletir sobre qual conceito de economia popular e solidária está sendo pontuado. A autora compreende que a economia popular é composta, basicamente, por cinco tipos de atividades e empreendimentos, explicitando a diversidade e complexidade que permeiam as suas relações.

Estão relacionadas as soluções assistenciais e filantrópicas (mendicância, Programas Oficiais de assistência, etc); as atividades ilegais e pequenos delitos (venda de drogas, prostituição, pequenos furtos, etc); as iniciativas individuais não

estabelecidas e informais (vendedores em geral, camelôs, etc); as microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios; as organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, como as cooperativas e outras formas de associativismo.

Diante dessa perspectiva, fica claro que nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular têm o caráter solidário, já que o seu principal objetivo é o de possibilitar a subsistência dos envolvidos. Na economia solidária, nem todas as iniciativas são populares, encontrando-se elementos de solidariedade em outros extratos sociais, que não populares. Isso significa que a tendência à generalização desses conceitos pode levar-nos à equívocos de análise de determinadas iniciativas econômicas, principalmente na elaboração de políticas públicas para o setor da economia solidária.

Quando nos referimos à empreendimentos solidários, focamos nos desempregados, qualificados ou não, com formação escolar, sem formação escolar, aos totalmente excluídos e, conseqüentemente, fora da estatística oficial. Pensamos no fomento de empreendimentos que vão desde a simples triagem de recicláveis de lixo doméstico até aos que produzirão materiais de consumo a partir desses materiais. Assim, usamos o termo empreendimentos solidários para conceituar os empreendimentos fomentados e relatados neste trabalho.

Para que tais empreendimentos tenham um caráter solidário, não se enquadra o filantropo, o dono do negócio, a caridade, mas os empreendimentos que tenham comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, perpassado, pois, por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações de trabalho, econômicas e comerciais.

Os empreendimentos solidários não podem ser vistos apenas como um movimento econômico, sendo necessária sua ligação com outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral. O fomento à construção de empreendimentos solidários no município, por exemplo, pode constituir-se como uma das estratégias de resistência à exclusão social. As mudanças nas relações de produção, provocadas pelo grande capital, podem ser

utilizadas para o estabelecimento de alicerces para novas formas de organização da produção, a partir uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista.

Os empreendimentos solidários caracterizam-se como um ambiente rico de experiências pessoais diversas, em que um processo educacional, não formal, que pode desenvolver uma percepção entre os participantes sobre os

interesses, dominação, exploração, revelando a existência do poder e seu exercício sobre os indivíduos, grupos ou sociedades tidos como diferentes. Educar tem sido o meio pelo qual o diferente deve ser transformado em igual para que se possa submeter, dominar e explorar em nome de um modelo cultural que se acredita natural, universal e humano[...] (GUSMÃO, 1999, p. 43).

O processo educativo entre o ensinar e o aprender são uma via de mão dupla, que implica em relação, em entender o outro como sujeito de sua construção de vida, repleta de aprendizado e muito a ensinar. As diferenças de escolaridade são desprovidas de significado maior do que simplesmente a sua diferença em si mesma, assim como as diferenças de gênero, étnicas, regionais. O que causa complicação no processo educativo são os valores de hierarquia e de poder estabelecidos em cima dessas diferenças.

Gusmão (2003) clareia esse ponto quando afirma que a alteridade diz que o outro tem existência e está no nosso mundo, assim como estamos no mundo dele; desafia-nos a conviver com as diferenças e a estabelecer relações de equidade e solidárias.

A economia solidária, embora em construção, pode estrategicamente, representar mudanças sociais significativas, pois combina a necessária busca da sobrevivência através do trabalho e o processo transformador através de organizações autogestionárias. Traz, do passado, a experiência do movimento popular e sindical e, no presente, a participação de Governos progressistas principalmente municipais e Universidades. Nesse caminho, o processo educacional a ser desenvolvido torna-se um

espaço permanente de enfrentamento, tensão e complementaridade. Nessa medida, a educação, mais que um espaço de socialização, torna-se um espaço de sociabilidades, ou seja, um espaço de encontros e desencontros, de buscas e perdas, de descobertas e de encobrimentos, de vida e de negação da vida. A educação por

essa perspectiva é, antes de mais nada, um espaço sócio cultural (Gusmão, 2003, p. 94).

O dia a dia do empreendimento solidário, incluindo aí a necessidade de viabilizá-lo enquanto sustento de seus sócios possibilita desenvolver condições de provocação nos cooperados, situação conflituosas, como afirma Capelo (2003), próprias para que ocorra o aprendizado, não dos conteúdos formais, mas da prática cotidiana da reflexão, do aprender com os erros e acertos. Um aprendizado que tem como pressuposto o diálogo entre diferentes culturas (gestores públicos, incubadora e cooperados) e, como prática, a recusa radical em submeter o outro à sua centralidade.

Processos educacionais relacionados aos empreendimentos solidários, dentro de uma concepção de política pública em construção, devem ter como proposta filosófica uma educação libertadora, reflexiva, problematizante, dialógica, considerando-se a complexidade humana. Devido ao seu caráter de experiência pedagógica e tendo em vista essa filosofia fundamental, desenvolve-se atividades que diferem das propostas do ensino regular e dos manuais de alfabetização, tão divulgados nos últimos anos.

Tais processos educacionais devem se destacar pela ousadia de romper com os métodos tradicionais da educação regular e dos manuais de alfabetização funcional ou utilitária, abrindo a discussão e a possibilidade de, no processo de ensino - aprendizagem, os participantes poderem vivenciar outras possibilidades na re-leitura de suas realidades (específicas) e de lançarem outros olhares sobre a realidade social, cultural, política, comunitária na qual estão inseridos.

Por outro lado, a educação técnica, de qualificação ou de aperfeiçoamento não deve ficar restrita ao domínio de manuais ou simplesmente práticas, em que o tecnicismo torna-se o ponto fundamental, isto é, em que o domínio de determinadas técnicas, instrumentos ou equipamentos acaba sendo o fundamento educativo que permeia o processo. Como nos alerta Frigotto (1998), não se trata de destruir a educação técnica, trata-se de “mudar sua perspectiva de gestão e de concepção política pedagógica...(Frigotto, 1998:205)”.

Como um empreendimento solidário deve funcionar segundo os princípios da autogestão, que são antagônicos à visão empresarial capitalista presente nas

organizações, o conhecimento dessa visão é importante; logo, os processos educacionais dos trabalhadores envolvidos nestes empreendimentos devem voltar-se não somente para as técnicas empregadas, mas, também, para a tecnologia social empregada. É conveniente utilizar equipamentos poupadores de mão de obra para se ganhar em produtividade em uma situação de necessidade de emprego de mão de obra? É conveniente usar esteira em um empreendimento solidário de reciclagem, já que a esteira define um ritmo de produção que pode ser diferente daquele do grupo? As ITCP's. devem incluir nos processos educacionais durante a incubação, o ensino do manejo desse equipamento e outros que estão perfeitamente adaptados ao conceito empresarial capitalista poupador de mão de obra? Se a política pública de economia solidária está em construção, o debate sobre qual tecnologia social é necessária para o apoio à esses empreendimentos é ainda mais incipiente.

Para Demartini (2003), na discussão sobre a relação ensino-aprendizagem — considerando a necessária relação de alteridade entre os sujeitos envolvidos nos processos educacionais nos empreendimentos solidários — é preciso considerar, na sua preparação metodológica, a questão da história da educação e os significados historicamente atribuídos à instituição escolar. Assim, quando se pensa em suas finalidades primeiras na modernidade, Silva (1996) coloca na linha de frente a necessidade de libertação da humanidade do despotismo político, da ignorância e da miséria. Porém, essas finalidades ampliam-se quando se pensa na junção trabalho e autogestão.

Para esse debate Santos (1996) contribui decisivamente quando propõe uma pedagogia do conflito em processos educacionais. Nada mais perturbador apostar em uma pedagogia que enxerga o tempo em que vivemos como paradoxal, vertiginoso, com uma trivialização do sofrimento absurda; tempos em que não existe indignação com a miséria humana, com a violência gratuita, descompromissada com valores éticos e com os cidadãos.

Uma pedagogia que exija de nós rever a teoria da história, revelando o passado como fruto de ações humanas via imagens que desestabilizem o presente, confrontando-os, comparando-os, trazendo a memória, a denúncia, a

comunicação e a cumplicidade em sala de aula, traduzida mais como campo de possibilidades do que de saberes consolidado.

Santos (1996:23), de forma conclusiva e provocadora, diz que

.... neste aprendizado devemos deixar emergir os conflitos entre diferentes saberes de senso comum: os que aceitam a dor humana e os que não aceitam; os que aceitam as ações independente de seu resultado e os que as aceitam na medida que tenham mérito; os que olham as decisões e as consideram fatalidade e os que as consideram opções humanas.

Para os processos educacionais que necessitam consolidar conceitos de autogestão, democracia interna, solidariedade, torna-se fundamental um olhar para o passado nas construções das empresas capitalistas e seus alicerces baseados no individualismo, alienação, apropriação da riqueza por poucos, para que se criem as imagens desestabilizadoras necessárias ao debate com os membros dos empreendimentos solidários.

As empresas, em sua imensa maioria são ricas, exigindo dos trabalhadores alta produtividade, longa jornada de trabalho, decisões de cima sobre o que e quanto produzir; sobre quanto e como vender; sobre quem se contrata e quando demite. O pressuposto sobre o senso comum vai ao âmago da questão na medida em que reforça o debate sobre as opções e a disputa de corações e mentes para o projeto.

Santos (1996) descreve três conflitos que, em seu entendimento, devem presidir o projeto educativo: aplicação técnica e aplicação edificante da ciência; conhecimento-como-regulação e conhecimento-como-emancipação; e imperialismo cultural e multiculturalismo

O primeiro conflito traz para o debate a questão que levantei anteriormente no texto sobre tecnologia. O autor faz uma distinção entre know-how ético e técnico. Qual a finalidade do equipamento que a cooperativa vai fazer uso? Servirá para aumentar a produtividade e conseqüentemente disponibilizar mais tempo livre aos cooperados para o bem-viver ou servirá para aumentar a produtividade e diminuir o número de trabalhadores da cooperativa? O segundo conflito traz o debate sobre o passado e o futuro; volta aqui com força o

pressuposto sobre a imagem desestabilizadora do passado, reconstituindo o que foi desconstituído e desconstruindo o que foi construído como ordem.

Como a seqüência lógica da ignorância para o saber é também a seqüência temporal do passado para o futuro, a hegemonia do conhecimento como regulação fez com que o futuro e, portanto, a transformação social passasse a ser concebida como ordem e o colonialismo como um tipo de ordem. Paralelamente, o passado passou a ser concebido como o caos e a solidariedade como um tipo de caos. O sofrimento humano pode assim ser justificado em nome da luta da ordem e do colonialismo contra o caos e a solidariedade. (Santos, 1966:24-5).

O terceiro conflito é o conflito ideológico por excelência, pois coloca em debate o fim da história e a vitória inexorável do capitalismo em contraposição ao referencial da história, relida, ressignificada, transformada.

Esse momento que atravessamos é único, pois alia uma percepção de esgotamento de uma concepção de sociedade baseada na acumulação de bens materiais por poucos, milhões de excluídos, esgotamento de recursos naturais e ausência de perspectivas; traz também um forte sentimento de que a construção de algo melhor deve contemplar liberdade, democracia, criatividade e, principalmente, solidariedade. Por outro lado, o movimento social (sindical, de bairros, por moradia, por terras, etc...) passa por uma crise de identidade na medida em que somente reivindicar não mais satisfaz, necessitando incorporar novos elementos ao seu acúmulo de organização, luta, resistência e solidariedade.

A economia solidária funde essa herança positiva do movimento social com a produção, o serviço, o crédito, através de cooperativas autogestionárias. Isto não é novo, mas volta com força, trazendo conteúdos novos, aliando iniciativas governamentais progressistas e Universidades nesse caldo de cultura.

4.4 - Economia Solidária e sua relação com os Movimentos Sociais.

Sandoval (1989), considera que o movimento social está na base da organização da sociedade, dele derivando toda a gama de organizações da sociedade civil com peso político e econômico na sociedade. Assim, os

trabalhadores, que construíram desde o século XIX suas organizações de trabalho denominadas cooperativas, são originários de movimentos sociais, tendo como patrocinadores os sindicatos, as organizações da sociedade civil e as organizações governamentais.

Para o autor, existem dois tipos de fatores que influenciam a participação das pessoas nos movimentos sociais, sendo o primeiro deles, fatores de natureza interna ao movimento e o segundo, fatores de natureza externa. Aqueles de natureza interna levam em consideração características do grupo como consciência política, identidade, traços culturais, identificações pontuais ou não, lideranças, experiências organizativas, entre outras.

Os de natureza externa, tem relação com aquilo que cerca o movimento, como as relações com outros movimentos, partidos, conjuntura, política de alianças, entre outros. Aprofunda a questão dos fatores de natureza interna ao dar relevância aos pressupostos inerentes aos aspectos culturais dos indivíduos envolvidos com o movimento, ao considerarem natural a estabilidade social, a estratificação social, a hierarquia social, a desigualdade, a legitimidade da autoridade, a reciprocidade entre as camadas sociais.

Para os fatores externos, Sandoval (1989) assinala que as restrições da vida cotidiana constituem-se em limitadores no desenvolvimento da capacidade de abstração dos indivíduos, já que, nesse cenário, os indivíduos relacionam-se e formam sua consciência sobre a sociedade. Assim, a estrutura da vida cotidiana pode ser caracterizada nos aspectos de sua fragmentação, heterogeneidade, hierarquia, imediatismo, economicismo, pragmatismo, fé, generalizações, precedentes, analogias, preconceitos, estereótipos e imitações como formas de definir comportamento em situações novas.

Embora esses fatores contribuam sobremaneira para a não participação dos indivíduos nos movimentos sociais, acontece o engajamento, o encantamento, o interesse súbito que subverte a maneira pela qual o indivíduo enxergava a relação entre as pessoas. Nesse momento ocorre o confronto com o institucional, com o campo político organizado e definidor do “status quo”.

A participação das pessoas nos movimentos sociais e a sua continuidade não é função somente da escolha racional, pois a quantidade de informações que as pessoas têm para avaliar o impacto da participação no movimento não é completo, sendo natural que surjam elementos de intuição na definição, substituindo a carência de informações.

Além disto, Sandoval (1989) acrescenta quatro fatores de contribuição para a subversão do indivíduo na sua forma de categorizar as relações na sociedade. O primeiro deles é o território; o segundo, os elementos de ligação por solidariedade, seja por questões étnico-raciais, de origem ou ocupacionais; o terceiro, refere-se a combinação do agrupamento social e as redes de interação, resultando na organização social, definindo sua ligação com a comunidade, apoio, metas do movimento; o quarto, as experiências que o movimento apresenta para seus membros, possibilitando captar recursos da comunidade para uso das necessidades do movimento na sua busca em obter benefícios do poder instituído.

Para Sandoval (1994:59),

o resultado do cruzamento de significados desses acontecimentos da vida e as interpretações que o indivíduo faz segundo seu sistema de valores e crenças, com a interação dos fatores objetivos, como as experiências de classe e os fatores subjetivos, é a consciência de um indivíduo. Consciência é, então, um conceito psico-sociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas.

Para compreender a consciência dos indivíduos na participação dos movimentos sociais, o autor chama a atenção para o fato de conceitos de fatos discrepantes na sociedade serem interpretados pelos indivíduos a partir de definições gerais da realidade, representadas pelos preconceitos, pelo senso comum, pela lembrança de como as gerações anteriores tratavam a questão. Essas definições orientam o indivíduo no seu cotidiano, asseguram uma tranquilidade para que o seu cotidiano não se quebre.

Embora o cotidiano dificulte a reflexão e o raciocínio do indivíduo em suas atividades, auxilia-o na composição de seu juízo de valores, suas crenças, visão de mundo. Ele obtém esses elementos de postura e opinião sobre os questionamentos surgidos, de uma maneira superficial, de uma leitura própria

adquirida na sua formação e visões de mundo ensinadas e apreendidas, segundo sua assimilação e re-leitura dos fatos.

É um caminho trilhado pela grande maioria dos indivíduos, pois, assim, há uma acomodação e estabilidade no dia-a-dia, já que “a característica dominante da vida cotidiana é a sua espontaneidade, impondo às pessoas uma forma de pensar que é imediatista e utilitária”. (SANDOVAL, 1994:63-64).

Assim, é possível concluir que a base da estabilidade social está na fragmentação da visão social, pois cada indivíduo forma o seu juízo de valores baseado em suas experiências acumuladas e no seu cotidiano, representado pelo imediatismo e pragmatismo, levando-o a uma aceitação das desigualdades sociais, da estruturação da sociedade em classes, do sistema de poder estabelecido. Procurando definir parâmetros para os elementos constitutivos da consciência dos indivíduos que norteiam a sua interação com a sociedade, Sandoval (1994) propõe quatro categorias.

A primeira delas refere-se à consciência do senso comum, que interpreta o mundo e as transformações sob a ótica de sua visão de mundo baseada no seu cotidiano; as relações políticas, as disputas e embates ficam restritas aos interesses da sobrevivência e das relações estabelecidas no dia a dia; a consciência de classe mascara-se nas relações pessoais, que se sobrepõem.

A Segunda, diz respeito à consciência populista, vem de formulações de grupos e prevaleceu no País entre a década de 1940 e 1960. Mascara o conflito de classe e reduz os conflitos à disputas pontuais de interesses divergentes; existe uma direção na sociedade definida por um provedor que resolve as disputas por mediação dos interesses conflitantes mas não irreconciliáveis.

A terceira, a consciência de conflito, que reconhece a formação da sociedade em classes, mas entende que as instituições criadas e em funcionamento na sociedade são o instrumento adequado; entre elas, o Estado, Sindicatos, Associações. Os conflitos são considerados legítimos e têm relação direta com os interesses dos cidadãos em busca de cidadania.

A quarta consciência, a revolucionária, considera que a sociedade é definida como de interesses antagônicos de classe, irreconciliáveis. Para esse

nível de consciência somente uma alteração da macroestrutura resolve o conflito, sendo que esta transformação só ocorre com ações coletivas de classe.

Na análise do movimento de economia solidária, ao discutir a implantação de políticas públicas nesse campo, torna-se importante levar em consideração o nível de consciência dos sujeitos envolvidos dentro das quatro categorias propostas por Sandoval (1994).

Considerando-se que no primeiro nível de consciência discutido, do senso comum, encontra-se a maioria dos sujeitos passíveis de envolvimento com os empreendimentos de economia solidária, infere-se que esse será o perfil de consciência majoritariamente encontrado no movimento.

Em complemento a essa tese, infere-se outra que está na base dos fomentadores do movimento, entre eles, agentes públicos de organizações governamentais, ONGs., igrejas, universidades, que apresentam uma modalidade de consciência de conflito, resultando em uma espécie de crise na relação entre os sujeitos constitutivos dos empreendimentos e os sujeitos constitutivos das instituições de fomento.

Considerando-se que o sucesso de um empreendimento solidário está entre um dos objetivos nesse processo de fomento, a sua ocorrência poderá provocar com o tempo uma acomodação desses empreendimentos ao senso comum, em uma estrutura formal de democracia política e econômica, eternizando direções nas organizações, provocando desvios de finalidade nessas organizações. Esse tipo de situação sempre esteve presente ao longo da história (SINGER, 2002) e, uma das razões pode ser encontrada dentro das categorias de análise que Sandoval (1994) propõe.

Uma pedagogia do conflito proposta por Santos (1996), dentro do processo de educação dos sujeitos desses empreendimentos, pode contribuir para o aperfeiçoamento dos princípios dessas organizações e consolidá-las como uma referência para a sociedade, do ponto de vista da autogestão e da democracia nas relações internas.

Processos educacionais devem estar ancorados na formulação e implantação de políticas públicas para a economia solidária e, no estímulo à

organização desses empreendimentos para fortalecimento político e econômico do campo.

4.5 - As Experiências de Economia Solidária.

4.5.1 - Um Relato Histórico do Cooperativismo.

Para Singer (2002), a cooperação, como forma de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, tanto na Antigüidade mais remota, quanto no tempo do Império Romano, na Idade Média e inícios da Idade Moderna. Esse sentido de solidariedade aparecia de diversas maneiras, como na divisão dos resultados nas colheitas, proporcional ao trabalho de cada um; na reserva de uma parte como tributo ao Rei e outra para o sustento das crianças e dos idosos; na construção coletiva de sistemas de irrigação, a exemplo do que era feito no combate às pragas; nas obras de defesa e embelezamento nos locais a eles destinados; na celebração coletiva de festas religiosas e no empréstimo de sementes pelo grupo para o próximo plantio, para aquele que perdesse a colheita.

O surgimento do cooperativismo não se dá ao acaso, pois acontece em um momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem dos inícios do capitalismo industrial (1750-1850), quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional que visasse a defesa dos interesses de classe, como uma reação dos operários e camponeses à grave situação de exploração ².

Singer (2002) situa o Cooperativismo como resultado de um movimento de idéias tendo vários precursores, citando, entre outros, Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865) e Charles Fourier (1772-1837).

Desroche (1991:51), considera Charles Fourier um nome importante para o movimento cooperativista mundial. Nascido na França propõe um modelo de sociedade que torne o trabalho atraente para todos, meios de produção coletivos, propriedade privada, liberdade individual em mudar de trabalho, resultado do trabalho dividido (5/12 pelo trabalho, 2/12 pelo capital investido e 3/12 pelo

² Lei Chapellier na França em 1791.

talento), as ações rendendo mais quanto menor a posse do trabalhador e todos com uma renda mínima, mas decente, mesmo que não pudessem trabalhar.

Os seguidores de Fourier fundaram a escola associativa em 1825, atingindo 3700 membros em 1848, na véspera da revolução Francesa. A experimentação prática do sistema Fourier se deu mais nos Estados Unidos.

Para Desroche (1991:64), Robert Owen teve seu prestígio reconhecido internacionalmente, quando à frente de um complexo têxtil em New Lanark na Inglaterra, defendia limite de jornada, proibição de emprego para crianças, combatia a troca de auxílio em dinheiro por terra por parte do governo, propiciava condições de trabalho cooperado para os excluídos e, principalmente, pelo seu empenho com a questão da educação, inaugurando uma espécie de pré-ACI, denominada “Associação de todas as classes e de todas as nações”.

As propostas de Owen com o tempo foram causando incômodo a seus apoiadores de classe alta, dado que o sistema social dominante de empresa lucrativa capitalista estava sendo questionado, fazendo com que o apoio político e financeiro fosse retirado. Owen transfere-se para os EUA e funda uma aldeia Cooperativa em New Harmony, EUA, em 1825. Permaneceu à sua frente até 1829 quando voltou à Inglaterra.

Durante esse período seus seguidores criaram sociedades cooperativas por toda a parte, coincidindo com o ressurgimento do movimento sindical em 1824 com o fim da Lei dos Combination Acts³, ressurgindo sindicatos e cooperativas operárias. O Owenismo foi assumido desde o final dos anos de 1820 pelo crescente movimento sindical e cooperativo, sendo exemplo disto a organização do sindicato nacional dos fiandeiros de algodão em 1829 através de um dos seus líderes John Doherty.

Além das cooperativas operárias havia as aldeias Owenistas que buscavam integrar produção e consumo. Os socialistas da época, tendo Owen como líder, consideravam o comércio, visando o lucro como parasitas da sociedade, por isso fundavam as distribuidoras diretamente dos produtores. Owen influencia de tal

³ Essa legislação proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência e foi usada para perseguir os sindicatos existentes.

modo o movimento operário que em 1833 propôs a criação da GUNM. Uma forte ofensiva patronal demite trabalhadores ligados aos sindicatos e enfraquece o movimento e a GUNM, que teve que distribuir recursos para apoio e sustento aos grevistas demitidos.

O Cooperativismo de consumo, o primeiro tipo de sistema cooperativo em funcionamento, teve como precursores os Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, sendo considerada a mãe de todas. Fundada em 1844 por vinte e oito operários têxtil, metade Owenistas, estimulada pela derrota da greve dos tecelões em 1844, adotaram uma série de princípios que seriam depois imortalizados como os princípios universais do cooperativismo

As idéias cooperativistas Owenistas contribuíram para a formulação da maioria dos princípios historicamente aceitos até os dias de hoje, como um membro, um voto, independente de quanto investiu; número de cooperados aberto, aceitando-se quem deseje entrar; sobre capital emprestado a cooperativa pagaria taxa de juros fixa; as sobras ao final do exercício seriam divididas proporcionalmente às quotas investidas; as vendas da cooperativa seriam sempre à vista; produtos vendidos sempre de boa qualidade, nunca adulterados; a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; neutralidade em questões religiosas e políticas.

Em 1853, os Pioneiros decidem financiar uma sala de leitura com 2,5 % das sobras, sendo que esta decisão permitiu a expansão do movimento e se tornou característica de todas as cooperativas. Da cooperativa de consumo partiram para a cooperativa de produção, com a fundação da Cooperative Manufacturing Society, de tecelagem, abrindo caminho para construção de uma fábrica em 1859. A passagem de cooperativa para firma ordinária lucrativa ocorreu em função da guerra civil nos EUA e crise do algodão que era exportado, obrigando a cooperativa a se associar aos capitalistas e perder hegemonia, culminando em transformá-la em empresa capitalista comum.

As cooperativas de consumo crescem muito entre final do século XIX e início do século XX: na França em 1907 havia 2166 cooperativas com mais de 600 mil membros; na Itália em 1904 havia 1448 cooperativas registradas. No período,

os grandes centros passam a contar com o comércio baseado em grande escala, provocando a quebra das cooperativas de consumo, pois essas lojas, precursoras dos hipermercados, redes de lojas, shoppings, passam a operar com conceitos de quantidade e baixo custo. Assim, o sonho da supremacia das cooperativas de consumo, levando à evolução social e erradicação do capitalismo não se efetiva.

Singer (2002), atribui às cooperativas de crédito a segunda modalidade mais velha, tendo nascido apenas seis anos após a cooperativa de consumo, tendo em Hermann Schulze (1808-1883), Alemão, Juiz, político, o seu precursor.

Em 1852, Hermann Schulze funda uma associação que imediatamente sobe de trinta para 150 sócios, sendo que cada novo membro tinha de pagar uma taxa de entrada e uma cota em prestações, além de sua poupança na cooperativa para giro. Todos os empréstimos destinavam-se ao setor produtivo, sendo endossado por dois membros e vencida em três meses; como princípio básico, a porta da cooperativa estava sempre aberta a pessoas de valor, necessitadas de empréstimo, sem distinção de profissão ou classe, passando a ser denominadas de banco do povo e com conceito de auto-gestão.

Em 1912 existiam mil bancos do povo na Alemanha com seiscentos e quatorze mil membros, não se constituindo como intermediário financeiro, como os bancos e companhias de seguro, tendo o caráter de uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito mediante financiamento mútuo. Ao reunir pequenas poupanças e disponibilizar para os sócios, a cooperativa pode atender suas necessidades desde que somente pequena parcela recorra à poupança, pois, do contrário, a cooperativa deverá usar de bancos com juros normais e usar a garantia solidária para obter os recursos.

Nos países centrais as cooperativas de crédito cresceram em razão do aumento da renda de seus membros e passaram a ter acesso a bancos capitalistas, porém, na periferia do mundo isso não ocorreu, sendo que a grande maioria da população não acessa crédito ou está submetida à serviços de agiotagem.

Singer (2002) relata a experiência de Yunus e sua equipe em Bangladesh, Índia, a partir de uma grande fome ocorrida em seu país em 1974, quando

constatarem que a fome não era por falta de comida e sim falta de dinheiro para adquiri-la. Concluíram que as teorias econômicas e os agentes econômicos não resolveriam o problema e a partir daí conseguiram um capital inicial de 27 dólares, que ofereceu em empréstimo sem juros e sem data certa de reembolso, nascendo a partir daí o Banco da Aldeia, com empréstimos pessoais que Yunus conseguia no seu banco e os repassava aos pobres.

O Grameen, nome dado ao banco, está presente em mais da metade das comunidades rurais de Bangladesh e em 1977 mantinha 1079 agências e 12 mil empregados, mudando a vida principalmente das mulheres, inspirando programas de micro crédito no mundo todo.

Em 1997, havia programas desse tipo em vinte e dois países na África, dezesseis na Ásia, quinze nas Américas, quatro na Europa e um na Austrália, sendo que, no Brasil, há cerca de trinta Bancos do Povo que não se aproximam muito dessa experiência, mas apóiam iniciativas de geração de trabalho e renda para trabalhadores desempregados ou com negócios de pequeno porte.

As cooperativas de compra e venda são associações de pequenos e médios produtores, em geral agrícolas, que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e vendas, sendo muito fortes no mundo, movimentando anualmente na Europa cerca de duzentos e sessenta e cinco bilhões de dólares com cerca de treze milhões e oitocentos mil membros. No Brasil, estima-se em um mil trezentos e setenta e oito cooperativas agrícolas, com doze bilhões de dólares anuais e cerca de um milhão de membros e cento e cinquenta mil empregados.

Singer (2002), considera a cooperativa de compra e vendas como uma prática cooperativista não alternativa ao modo capitalista de produção porque não estende a democracia e a igualdade à totalidade dos que trabalham nela, preservando a divisão de classes entre os proprietários do capital cooperativo, pequenos produtores, dos que lhes prestam serviços em troca de salários, caracterizando-se mais como associações de trabalhadores, administradores, técnicos, que visam produzir bens e serviços a serem vendidos no mercado.

A cooperativa de produção é o protótipo do empreendimento não capitalista porque associa os produtores e não seus fornecedores ou clientes como nas cooperativas de consumo, crédito ou compra e vendas, não podendo ser híbrida como as outras cooperativas que combinam igualdade e democracia no relacionamento com seus associados e desigualdade e heterogestão com aqueles que administram a cooperativa (empregados).

As cooperativas de produção datam do início dos anos de 1830 em que trabalhadores franceses e ingleses recorriam à formação de cooperativas de produção como arma de enfrentamento do capital. A experiência francesa se torna original quando defende o financiamento por parte do Estado para cooperativas de produção, sendo precursor desse conceito Louis Blanc (DESROCHE, 1991:89).

4.5.2 - Experiências de Economia Solidária na Europa.

Entre as diversas experiências desenvolvidas e consideradas como economia solidária por França Filho e Laville (2004) e Singer (2003), na Europa e América Latina, destacamos o comércio justo, finanças solidárias, cooperativas, associações, empresas sociais, economia sem dinheiro, movimentos sociais articulados a associações produtivas.

A iniciativa do comércio justo tem sua origem, segundo França Filho e Laville (2004), no início da década de 1970, através de ONGs que atuavam em projetos de geração de renda junto a populações de baixa renda, localizadas no hemisfério sul, articuladas à ONGs do hemisfério norte com atuação predominante em ecologia e meio ambiente.

O objetivo da articulação era a comercialização de produtos de origem popular, produzidos de forma ambientalmente sustentável, diretamente a consumidores europeus predominantemente. Tais experiências, hoje, abrem-se para duas vertentes: uma delas, busca a distribuição dos produtos em lojas associativas; a outra, procura distribuir os produtos em grandes cadeias de supermercados.

As experiências de finanças solidárias são conhecidas como micro crédito, poupança solidária, micro finanças, finanças de proximidade. O objetivo principal

de um sistema de crédito popular - possibilitar crédito à população de baixa renda - baseia-se na constatação de que essa população não acessa esse crédito no sistema bancário convencional. Em acréscimo ao objetivo central articula-se a disponibilização de crédito solidário à utilização em projetos de inclusão social, de preservação ambiental, de ações culturais e de desenvolvimento local.

Segundo França Filho e Laville (2004), as experiências européias sobre finanças solidárias são significativas em países como França, Alemanha, Suíça, Bélgica, Inglaterra e Holanda. Neste último país é emblemática a experiência da criação do Triodos, principal investidor de parques ecológicos e financiador de um quarto da alimentação orgânica do país.

O conjunto de experiências desenvolvidas em finanças solidárias resulta, segundo França Filho e Laville (2004), em formas diferentes de organização, sendo que, em algumas experiências, ocorre uma presença mais marcante da economia de mercado, em outras da economia solidária e, por último, forte presença estatal no financiamento das atividades.

O Banco Popular da Mulher⁴, originalmente denominado Banco do Povo, uma OSCIP, desenvolvida na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é um exemplo desse caso, pois nessa experiência a quase totalidade dos recursos disponibilizados provém da Prefeitura Municipal de Campinas.

A chamada economia sem dinheiro, segundo França Filho e Laville (2004), remonta à década de 1970 na cidade de Vancouver, no Canadá. São experiências que se espalharam por vários países, em especial os Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Caracterizados por um sistema de trocas organizadas por associações de pessoas, diferenciam-se das trocas familiares pela utilização de espaços públicos e de normas reciprocitárias nas trocas.

Nos espaços públicos ocorrem trocas variadas como a guarda de crianças, serviços gerais, objetos usados, produção artesanal, entre outras.

As Empresas Sociais na Europa constituem-se como empreendimentos que não apresentam a maximização do lucro como a razão de sua existência, mas de

⁴ Detalhes sobre o Banco Popular da Mulher no capítulo 3.

propiciar a produção de bens e serviços com vistas à encontrar saídas para o desemprego e exclusão social.

Fazem parte dessa categoria, segundo França Filho e Laville (2004), as empresas de inserção portuguesas, francesas, belgas e finlandesas, as cooperativas sociais italianas, as cooperativas de trabalho associadas espanholas, as empresas de comunidades locais alemãs, as empresas comunitárias escocesas, as empresas intermediárias inglesas, as cooperativas de serviços sociais suecas, as empresas comunitárias austríacas, as empresas comerciais com finalidade social americanas, movimento comunitário quebequense, grupos comunitários neozelandeses e cooperativas mexicanas.

Embora tais empresas tenham uma diferenciação clara entre empresa privada e pública, elas apresentam um caráter ambíguo ao

...associar a empresa social à questão da inserção. Estas inscrevem-se muito mais numa perspectiva sócio-econômica do que sócio-política, mais próximas, portanto, do registro de uma economia social do que de uma economia solidária (França Filho e Laville, 2004:127).

Outra característica das empresas sociais refere-se ao seu caráter de crescente profissionalização da gestão, decorrente de um interesse dos Estados europeus no fomento a elas através de marcos regulatórios, provocando um certo engessamento em seu desenvolvimento, perda de autonomia institucional, baixa democratização nos processos decisórios, embora estejam associadas à iniciativas de associação de cidadãos, calcadas em princípios de autonomia em relação ao Estado.

Importante destacar que a legislação Italiana de 08 de novembro de 1999 busca reverter essa tendência sobre a prática das cooperativas de solidariedade social na Itália, antes voltadas para objetivos primordialmente econômicos e maximização dos interesses dos associados, para um interesse mais voltado para a comunidade, para a promoção humana e integração social dos cidadãos.

Com um novo marco regulatório, as cooperativas sociais italianas aproximam-se mais das características de empreendimentos solidários, inscrevendo com esta condição a sociabilidade comunitário-pública e a finalidade

multidimensional, características de uma economia solidária segundo conceituado por França Filho e Laville (2004) .

Elas atuam na área de serviços (ajuda em domicílio ou na gestão de centros sociais), atividades agrícolas, industriais, comerciais. Contam hoje com aproximadamente três mil cooperativas, setenta e cinco mil trabalhadores, cento e vinte mil membros, onze mil voluntários, quatrocentos mil usuários e movimentando cerca de um bilhão e duzentos mil euros.

Na França, segundo França Filho e Laville (2004), a figura jurídica da SCIP caracteriza-se como uma forma de legislação de empresa social. Porém, uma grande variedade de experiências associativas (empresas de inserção, associações intermediárias, *régies de quartier*, associações de ajuda em domicílio, empresas de trabalho adaptado, centros de hospedaria e de readaptação ao trabalho, cooperativas, creches parentais...) conduz a distintas visões sobre a aproximação da empresa social ao conceito de economia solidária.

A empresa social pode ser entendida como uma extensão dos limites atingidos pelas cooperativas, ou como participante de um movimento de consolidação da economia solidária, ou ainda, como uma empresa de mercado com um conteúdo social mais presente.

Essas empresas sociais, ainda segundo França Filho e Laville (2004), ramificam-se em dois tipos principais: o primeiro é a empresa social de inserção econômica, com a missão de promover a inserção social através da geração de trabalho e renda para desempregados; o segundo tem a missão de produzir bens e serviços com uma utilidade social ou coletiva.

Ambas são contempladas com financiamento preponderante de suas atividades pelo poder público, forçando-as a uma profissionalização da gestão, aproximando-as de empresas de mercado enquanto um modo formal de gestão e na necessidade de apresentar resultados quantitativos. Podemos considerar, ainda, que esse processo induz à caracterização das empresas de inserção pelo econômico como pertencentes ao terceiro setor, que, ao longo do tempo, fez crescer a sua influência, levando-as à uma espécie de posto intermediário entre o mercado e o Estado, distanciando-as das características da economia solidária.

Outra vertente da inserção pelo econômico surge na França, Inglaterra, Itália e Canadá, entre as décadas de 1970 e 80, vista pelos autores como uma influência do movimento cooperativista pós-1968, através de trabalhadores qualificados, que se organizam em cooperativas e criam seus próprios empregos, abrangendo diversos segmentos de atividades.

Na seqüência desse movimento surge um outro, que busca a garantia de emprego, em decorrência de falências de empresas e a retomada pelos trabalhadores dessas empresas falidas. A consolidação dessas experiências poderá se dar na lógica da economia solidária, dependendo da capacidade de articulação do movimento de economia solidária com as direções e entidades ligadas à esses empreendimentos.

4.5.3 - Experiências de Economia Solidária no Brasil.

Situar os empreendimentos solidários no Brasil só é possível se considerarmos as profundas diferenças regionais nos planos políticos, econômicos e culturais que compõem o território brasileiro. Tal consideração deve ir além da caracterização desse universo enquanto formas de organização em cooperativas, associações e outras formas democráticas como ONGs. e Fundações (França Filho e Laville, 2004).

A compreensão e caracterização da economia solidária no Brasil é recente, remontando ao Primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2001, quando ocorre a criação da Rede Brasileira de sócio economia solidária, integrando diversas entidades de fomento à economia solidária em todo o país. Nasceu como rede eletrônica com o objetivo de troca de informação, veiculação de notícias e opiniões, incorporando com o tempo troca comercial entre cooperativas, associações produtivas e consumidores (SINGER, 2002).

Em meados de 2003, através da articulação da rede brasileira de sócio-economia solidária, ocorre o primeiro Encontro Nacional de Economia Solidária em Brasília, com a participação de empreendimentos, organizações de apoio e fomento e de gestores públicos, consolidando a criação do Fórum Brasileiro em

Economia Solidária com composição predominante dos empreendimentos — com 60% — e 40% dividido entre os demais atores do movimento.

A articulação política do nascente movimento organizado em economia solidária, acelera a criação em junho de 2003 da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com a missão de “combater a desigualdade e a exclusão social mediante a operacionalização do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”⁵.

Assim, entre as ações desenvolvidas no biênio 2004/2005, destacam-se o diagnóstico das experiências em economia solidária que acontecem no país através do Atlas da Economia Solidária no Brasil⁶.

Foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários em 2.274 municípios do Brasil que corresponde a 41,5% dos municípios brasileiros. Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos empreendimentos na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos na demais regiões: 13% na região Norte; 14% na região Sudeste; 12% na região Centro-Oeste e 17% na região Sul.

O fenômeno da economia solidária no Brasil é recente, com a grande maioria dos empreendimentos solidários iniciando suas atividades na década de 1990, sendo que os grupos informais apresentaram uma maior taxa de crescimento após a metade da década de 1990, as associações apresentaram redução na sua expansão e o número de novas cooperativas se manteve estável.

Chama a atenção na tabela abaixo a grande concentração de empreendimentos solidários na região Nordeste e a relativamente baixa quantidade de municípios com prática de economia solidária na região Sudeste. Esses dados, embora mereçam um estudo mais aprofundado, mostram que o Nordeste e o Sul em segundo lugar apresentam uma maior tradição associativa; por outro lado, a região mais rica e industrializada da nação e as regiões com maior concentração fundiária, apresentam uma menor tradição associativa. Por outro lado, considerando-se que a economia solidária enquanto fenômeno no

⁵ Documento extraído do site do Ministério do Trabalho e Emprego, www.mte.gov.br, de 2003, 8p.

⁶ Atlas da Economia Solidária, documento publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, 2005, 59p.

Brasil é recente e em construção, podemos considerar muito significativo que existe essa prática em 41% dos municípios.

Tabela 1 – Os empreendimentos solidários no Brasil				
REGIÃO	Nº. EMPREENDIMENTOS	% EMPREENDIMENTOS	Nº. DE MUNICÍPIOS	% MUNICÍPIOS
NORTE	1884	13	254	56
NORDESTE	6549	44	861	48
SUDESTE	2144	14	389	23
SUL	2592	17	512	43
CENTRO- OESTE	1785	12	258	53
TOTAL	14.954	100	2274	41

Fonte: Atlas da Economia Solidária - p.15

A Tabela 2 mostra um dado interessante sobre a maior concentração de empreendimentos informais no Sul e Sudeste e uma maior concentração de Associações no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outro dado importante refere-se à que o maior percentual de empreendimentos solidários na forma de cooperativas está na região Sul, seguido da região Sudeste, regiões onde historicamente ocorreram imigrações européias no início do século XX, acompanhadas dos ideais cooperativistas desenvolvidos durante o século XIX.

Tabela 2 – Formas de organização dos empreendimentos solidários.				
REGIÃO	GRUPO INFORMAL (%)	ASSOCIAÇÃO (%)	COOPERATIVA (%)	OUTRA (%)
NORTE	22	64	10	4
NORDESTE	27	66	6	1
SUDESTE	51	31	15	3
SUL	41	34	22	3
CENTRO-OESTE	29	61	9	1
BRASIL	33	54	11	2

Fonte do Atlas da Economia Solidária - p.19.

Fazendo uma análise da produção mensal do conjunto de produtos por tipo de atividade, tabela 3, os setores de agropecuária, extrativismo e pesca têm um maior percentual de valor mensal (46,2%), seguido de alimentos e bebidas (20,0%) e, nesse caso aparece em terceiro a atividade de serviços de crédito e finanças com 16,7%, embora em termos de quantidades de empreendimentos esteja na faixa de 2%. O terceiro colocado na quantidade de empreendimentos, segmento artesanato, aparece em sexto no volume de negócios com 2,8%.

A tabela 3 mostra, também, uma predominância da comercialização da economia solidária nas atividades de produção, na contramão do crescimento da economia de mercado centrada no segmento serviços, setor terciário. É um indicador interessante no momento da definição sobre investimentos públicos e na sua qualificação, pois se trata de um indicador sobre o potencial da economia solidária crescer no segmento da produção.

Tabela 3 – Distribuição dos produtos por tipo de atividade.		
Produtos por tipo de atividade.	Valor mensal total r\$	% Valor mensal
Produção agropecuária, extrativismo e pesca	227.185.791,54	46,2
Produção e serviços de alimentos e bebidas	98.227.398,19	20,0
Serviços relativos a créditos e finanças	82.055.700,75	16,7
Produção industrial (diversos)	29.404.555,00	6,0
Prestação de serviços (diversos)	20.319.691,22	4,1%
Produção de artefatos artesanais	13.624.943,08	2,8
Produção têxteis e confecções	9.307.759,12	1,9
Serviços de coleta e reciclagem de materiais	4.430.797,12	0,9
Produção mineral (diversa)	1.977.436,33	0,4
Produção de fitoterápicos, limpeza e higiene	935.211,00	0,2
Produção e Serviços diversos	3.981.755,18	0,8
Total (31% não forneceu dados)	491.451.037,00	100,0

Fonte do Atlas da Economia Solidária - p.36

Entre as iniciativas inovadoras nesse campo de práticas de economia solidária urbana em nosso País, destaca-se o trabalho desenvolvido pela

ANTEAG⁷, iniciado na década de 1990, precisamente em 1991, a partir de uma intensa crise do setor calçadista de Franca, São Paulo, decorrente da abertura indiscriminada do País às importações, no Governo Collor, por necessidade de sobrevivência dos trabalhadores, inicia-se uma busca de manutenção de postos de trabalho, na tentativa de impedir o fechamento das fábricas.

O sindicato dos sapateiros de Franca busca a solução para o problema junto a um grupo de técnicos que participava da secretaria de formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo, desenvolvendo um projeto com os quatrocentos trabalhadores da Empresa Makerly, visando negociar com o proprietário a transferência da empresa para os trabalhadores em troca de dívida trabalhista. A participação do DIEESE possibilitou o embasamento técnico-jurídico inicial que fundamentava a possibilidade de transferência das ações para os trabalhadores.

No início de 1992, a Makerly começa a operar em auto-gestão e comete o erro de colocar em postos da administração as pessoas que tinham cargos de confiança na gestão anterior. A Makerly não sobreviveu às dificuldades, mas a partir de sua experiência começaram a surgir outras empresas auto-gestionárias.

Foi a partir do primeiro encontro dos trabalhadores em empresas de autogestão que surgiu a ANTEAG em 1994, contando, a partir dos dados de 2000, com a existência de sessenta e cinco empresas com faturamento de trezentos e vinte milhões, vinte mil postos de trabalho e oitenta mil empregos indiretos a custo zero para o poder público.

Pagam anualmente o equivalente a noventa e um milhões em salários diretos e vinte e seis milhões em impostos. O setor calçadista e têxtil deram início ao processo no começo da década de 1990 e hoje abarcam os setores metalúrgico, metal-mecânico, extração, mineral, moveleiro, máquinas, transporte, plástico, cristais e vidro, químico, agroindústria e artefatos de couro.

⁷ Documento escrito pela ANTEG, com o título “Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho”, ano 2000, 144p.

Os princípios defendidos pela ANTEAG estão em consonância com os princípios de economia solidária defendidos por França Filho e Laville (2004:167) e Singer (2003:13), conforme relacionados abaixo:

- a) controle da gestão pelos trabalhadores.
- b) controle dos meios de produção pelos trabalhadores.
- c) democracia, transparência e decisão coletiva.
- d) investimento na educação dos gestores.
- e) somente 1% do quadro associativista pode ser contratado.

A Unisol Brasil atua como uma associação civil com as finalidades relacionadas com as da Anteag, denominando-se como uma entidade

de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e à uma sociedade mais justa⁸.

Entre seus objetivos a Unisol Brasil busca promover o desenvolvimento da economia solidária no sentido de apoio à geração de novas iniciativas que resultem na criação de novos postos de trabalho. Apresenta mais de trinta empresas recuperadas sob gestão democrática dos trabalhadores, que se encontravam em estado falimentar, em dez Estados da Federação.

Existe ainda uma diferenciação entre os empreendimentos de economia solidária fomentados por iniciativas públicas, de ONGs. e de ITCPs. e os empreendimentos oriundos de fábricas recuperadas filiadas à ANTEAG ou à UNISOL. Os primeiros estão mais ligados à apoios de comunidades locais nos campos de extrativismo, agricultura, pesca, artesanato, reciclagem, alimentação, costura e, os segundos, à produção industrial, metalurgia, química, calçadista, têxtil.

Iniciativas de diálogo entre as direções desses dois campos de prática em economia solidária acontecem ainda de forma incipiente, dentro de possibilidades futuras de articulação de redes e cadeias.

⁸ Mais informações sobre a UNISOL Brasil encontram-se no site www.unisolbrasil.org.br

4.5.4 - Experiências de Economia Solidária na América Latina.

4.5.4.1 - O Movimento Cooperativista Cubano.

Rodríguez e Machin (1998) ao analisar o MCC, destacam que o seu desenvolvimento deu-se quase exclusivamente no campo da agropecuária, devido à situação da agricultura em Cuba, quando do triunfo da revolução, e, também, baseado nas experiências cooperativistas do ex-campo socialista. Inicialmente, desenvolvem-se no país as CCS que serviram de meio para aquisição de máquinas e equipamentos para os proprietários de terra que restaram da coletivização do campo.

A associação desses camponeses deu-se de forma voluntária, não estimulada pelo Estado cubano em um primeiro momento. Tais formas cooperativas, que foram incrementadas por cooperativas de trabalhadores canavieiros e por Sociedades Agropecuárias, desapareceram em 1962 por desinteresse dos camponeses e por que os recursos concentraram-se prioritariamente no setor estatal.

Uma nova etapa de desenvolvimento cooperativo inicia-se na década de 1970, com a criação da CPA em 1977, que teve como ponto de partida as CCS, contabilizando ao final da década, um mil e trinta e cinco CPAs, ocupando uma área que representava 12% da área socializada em relação ao setor do campesinato.

A primeira metade da década de 1980 está dividida em duas partes, sendo a primeira marcada por um avanço do setor e a segunda, marcada por uma estagnação, decorrente da baixa rentabilidade, reduzido acesso ao crédito e a novas tecnologias, déficit da força de trabalho, grande quantidade de terras ociosas.

A partir de uma forte crítica ao setor, houve uma proposta de apoio do governo cubano à recuperação das CPAs, com aporte de recursos para sanar a dívida acumulada e visando estímulo à criação de novas cooperativas. Com esse incremento, já em 1989, as CPAs demonstraram sua viabilidade, atuando com racionalidade administrativa e tornando-se marco de referência, existindo

atualmente um mil cento e cinquenta e cinco CPAs que agrupam sessenta e seis mil setecentos e vinte e dois sócios.

A década de 1990 vem acompanhada de uma aguda crise econômica, cuja causa mais imediata está relacionada com a derrocada do campo socialista, restrições externas e o esgotamento do modelo econômico aplicado desde a década de 1970, que reproduzia as deficiências do modelo eurosoviético. Em consequência do quadro de crise acima apontado, o estado cubano inicia uma terceira reforma na questão fundiária motivado pelos erros acumulados e descritos por Rodríguez e Machin (1998:75):

- a) O gigantismo da propriedade estatal, resultado das leis de reforma agrária e das medidas que posteriormente foram tomadas e que permitiu ao setor estatal concentrar ao redor de 80% da área cultivável do país, conduz à uma socialização da produção.
- b) As empresas estatais agropecuárias teriam como objetivo converter o proletariado agrícola em produtores eficientes, solucionar o desemprego e incrementar a produção.
- c) A crise dos anos 90 demonstrou a urgência de modificar a forma de exploração agrícola, de acordo com as possibilidades técnico-econômicas existentes, com formas sociais de produção...
- d) A modernização conduzida em cuba na agricultura, baseada em um modelo de altos insumos, conduziu à dificuldades na implantação das técnicas exigidas.
- e) Apresentaram-se problemas com a diversificação produtiva, tanto pelas empresas estatais como pelas cooperativas.
- f) O enfoque fabril aplicado à jornada de trabalho agrícola contribuiu para uma certa queda de produtividade e eficácia.

Baseado nos aspectos acima, o Estado cubano promove a reforma da propriedade da terra, sendo criado em 1993 empreendimentos de novo tipo, a UBPC⁹, possibilitando que houvesse nova expansão do setor cooperativo cubano, ocupando, em 1997, uma área de aproximadamente três e meio milhões de hectares cultiváveis equivalendo a 51,3% do total, constituindo-se, a partir desta reforma, o modo dominante de propriedade da terra.

⁹ A UBPC não foi definida pelos autores, sendo apresentada no artigo somente como sigla.

A legislação sobre a UBPC a reconhece enquanto uma organização econômica e social, com personalidade jurídica própria, integrada por trabalhadores com autonomia de gestão e administração de seus recursos, recebendo a terra e outros bens por tempo indeterminado, compondo um sistema de produção integrado à economia nacional.

Seus objetivos fundamentais são o incremento sustentável em quantidade e qualidade da produção agropecuária, o emprego racional dos recursos disponíveis e o melhoramento da vida de seus membros e da população. Desde 1997 constituíram-se, no país, cerca de dois mil novecentos e oitenta e cinco UBPCs, das quais um mil quinhentos e cinquenta e três pertencem à cultura da cana.

Rodríguez e Machin (1998) ponderam, ainda, que o cooperativismo cubano tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para elevar o nível de vida dos associados e da comunidade, existindo, portanto, condições propícias para a plena realização dos princípios cooperativistas através do aperfeiçoamento constante do sistema.

O movimento cooperativista cubano passa a ter um apoio mais efetivo do Estado cubano a partir da década de 90 quanto à aspectos legais, quantidade de terras, crédito. Quanto aos seus propósitos, o movimento cooperativista cubano busca a melhoria de vida de seus associados e da comunidade, categorias definidas para a economia solidária por França Filho e Laville (2004) e Singer e Souza (2003).

Apresenta uma especificidade porque está inserido em um país não capitalista, podendo avançar na medida em que o Estado cubano reconheça o cooperativismo como uma forma de organização autônoma e democrática dos trabalhadores.

4.5.4.2 - O Movimento Cooperativista Venezuelano.

Delgado (1998) analisa o desenvolvimento do cooperativismo venezuelano desde o início do século 20 até o seu final. Durante toda a metade do século o cooperativismo venezuelano esteve marcado por uma instabilidade jurídica e de pouco apoio institucional devido principalmente à preponderância de governos

ditatoriais, alta concentração de renda, baixos níveis de produção e consumo. As poucas cooperativas existentes atuavam sem nenhum tipo de integração. A partir de 1959, com a redemocratização do país, o cooperativismo venezuelano desenvolve-se com uma certa orientação européia e não americana, com predominância no social, na construção filosófica do movimento calcada no ideário cooperativista do século XIX.

Assim, a partir de 1966, passa a ocorrer uma presença maior do Estado venezuelano com a promulgação da Lei Geral das Associações Cooperativas e a criação da Superintendência Nacional de Cooperativas ligada ao Ministério do Fomento. Naquele momento, o cooperativismo venezuelano contava com diversas Federações Cooperativas de desenvolvimento e crédito, transporte, consumo, produção e agrícola, culminando com a criação da CECONAVE.

A criação das CCRs, que culminaram com a criação da CECONAVE, constituem-se segundo Delgado (1998), em uma experiência inédita de articulação de fabricação e distribuição de urnas funerárias organizadas em todo o território nacional através do movimento cooperativista e, possivelmente, o único caso do mundo em que a participação dos trabalhadores cooperados eleitos em assembléias ocupam os cargos nos conselhos de administração e nas presidências das centrais. A CECONAVE e outras organizações do mundo solidário tem empreendido algumas experiências conjuntas com o COOPERCENTRO, constituído em 1996. Essas organizações são a COOMECA, a CROCEPORT, a AGANULA, a FINCOOP e a CESCOOP.

A experiência venezuelana apresenta, segundo Delgado (1998:93), algumas contradições como:

- a) a relativamente fácil prática associativa e a dificuldade da atividade empresarial coexistente em todo empreendimento cooperativo, com predomínio da primeira;
- b) a capacidade de resposta organizacional das cooperativas individualmente ou do MCV como expressão organizada delas, ante os inúmeros problemas do País;
- c) os princípios e a prática cooperativa por um lado e a realidade individualista e de lucro predominante na sociedade venezuelana.

Observa-se, porém, uma predominância de sua esfera associativa sobre a empresarial. A consequência dessa característica do cooperativismo venezuelano trouxe um certo bloqueio no desenvolvimento da capacidade empreendedora do MCV, acarretando atrasos no uso de ferramentas tecnológicas, no desenvolvimento de processos produtivos, na abertura de mercados, na busca de melhores excedentes contribuindo para que inúmeras cooperativas tenham desaparecido no período de crise e de globalização.

A experiência do associativismo venezuelano com certeza ganhará novos contornos a partir do governo de Hugo Chavez, não discutida neste trabalho, principalmente ainda pela necessidade de maior acúmulo nas experiências em andamento.

O relato dos autores sobre o movimento cooperativista venezuelano mostra uma identidade desse movimento com as primeiras cooperativas nascidas no século XIX e uma identidade de princípios com os empreendimentos desenvolvidos sob o conceito de economia solidária. É possível inferir que o movimento cooperativista venezuelano pode se articular em rede e cadeias produtivas junto ao nascente movimento de economia solidária.

4.5.4.3 - O Movimento Cooperativista Chileno.

Radrigán e Del Campo (1998), ao analisarem o movimento cooperativista chileno, assinalam que o seu surgimento (1887) se deu como na maior parte dos países da região, através de um modelo europeu, ligado inicialmente ao movimento operário e sindical e às classes populares. Até meados da década de 20 do século XX, é promulgada a primeira lei das cooperativas que até aquele momento caracterizavam-se como sociedades por ações, experimentando, a partir deste marco legal — com um papel importante do Estado com a criação do Departamento de Mutualismo e Cooperação, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Seguridade Social — um desenvolvimento lento, porém sustentável até a década de 1960.

Esse crescimento aconteceu nos segmentos de cooperativas agrícolas, cooperativas vinícolas, de água potável, de distribuição de energia elétrica e de

hortas familiares, em especial após a criação da CORFO, após o trágico terremoto do Chile em 1939, com o Estado atuando na função de disseminar e impulsionar políticas de desenvolvimento setoriais. Tal atuação não significa, porém, que tenha ocorrido um dirigismo estatal e nem um projeto integral de desenvolvimento cooperativo a partir do Estado.

No período de 1964 a 1970, Radrigán e Del Campo (1998) apontam para um crescimento do cooperativismo chileno (em 1972 haviam três mil e seiscentas cooperativas instaladas), pois, com a eleição do governo do Presidente Eduardo Frei Montalva, ocorre um fortalecimento de políticas de apoio à organização econômica de diversos setores sociais, provocando um grande aumento no número de cooperativas nos setores agrários, serviços diversos, trabalho.

Esse crescimento, porém, não foi embasado em um projeto de desenvolvimento e, no período de 1970 a 1975, o movimento cooperativista chileno passa por dificuldades de reconhecimento, pois o governo de Salvador Allende considerava-o um braço do capitalismo. Com o regime militar as dificuldades aumentam em função do modelo econômico implantado e das intervenções nos processos democráticos de gestão internos das cooperativas, provocando uma aproximação de parte do movimento à Igreja Católica e Fundações estrangeiras e, outra parte, buscando adaptar-se ao mercado, relegando a função social para um segundo plano.

Na atualidade, com o restabelecimento de governos democráticos, o movimento cooperativista chileno, embora não esteja sofrendo um processo de discriminação, não tem encontrado respaldo do Estado que mantém as bases econômicas do modelo anterior e não considera o cooperativismo como parte de sua estratégia de desenvolvimento nacional. Essa constatação conduz, segundo Radrigán e Del Campo (1998), a considerar que o movimento inevitavelmente caminhará para a lógica da competência e disputa no mercado.

O movimento cooperativista chileno, embora tenha tido uma influência do cooperativismo europeu, significando uma origem no cooperativismo do século XIX, ao longo de sua trajetória nunca foi considerado como estratégico pelos

sucessivos governos, implicando em um cooperativismo sem identidade e fragilizado.

Os caminhos que serão trilhados pelo movimento ainda não estão definidos, podendo avançar para uma visão mais próxima da economia solidária ou para uma postura mais de mercado.

Para finalizar esse capítulo, busco recuperar os indicadores de economia solidária visando relacionar os conceitos e as práticas de economia solidária e buscando apontar para a caracterização do tema central da tese, que aponta a política pública de economia solidária como em construção.

Faço o mesmo entendimento para a economia solidária, entendendo-a como um espaço em construção, onde diversos agentes, públicos e privados, atuam com a finalidade de estruturar empreendimentos solidários independentes, perenes, auto sustentáveis e, dentro da lógica do respeito ao ambiente e às diferenças sócio-culturais.

4.5.5 - Os Indicadores de Economia Solidária.

4.5.5.1 - O Indicador Autogestão.

O indicador autogestão - controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante dos outros sujeitos da economia solidária - está presente na maioria das falas dos entrevistados dos empreendimentos solidários de Campinas, anexo 9.2.

Valdecir Pereira da Silva, Presidente da Cooperativa Antônio da Costa Santos e da Associação das Cooperativas de Campinas e Região afirma que

uma cooperativa que trabalha com reciclagem é um conjunto, tem que ter democracia na gestão e deve começar com a administração, pessoas abertas para ouvir os cooperados; posso afirmar que nossa cooperativa trabalha dentro dos princípios do cooperativismo e da economia solidária.

Carmem, Presidente da Cooperativa São Bernardo, em sua entrevista, sustenta que a “autogestão na cooperativa é a nossa lei. Em tudo que a gente compra, vende, nós somos autogestionários”.

Ainda dentro do indicador autogestão, a questão da autonomia dos empreendimentos solidários deve ser considerada. Os entrevistados dos empreendimentos solidários, quando indagados sobre a importância da Prefeitura e da Incubadora, afirmam que esses agentes da economia solidária são fundamentais para a sua estruturação, porém afirmam fazer a gestão de seu empreendimento de forma independente, atribuindo à Incubadora o papel de capacitação nesse quesito. Importante considerar que a prática de autogestão consta dos objetivos de todas as incubadoras participantes do programa.

O gráfico 1, capítulo 6, analisa os “motivos da criação dos empreendimentos solidários” em “experiências de economia solidária em nível nacional”, apresentando um percentual de 31% de preferência em função de ser atividade em que todos são donos, enquanto que cerca de 45% escolhem a economia solidária em função de ser alternativa de trabalho e renda.

A pesquisa realizada pela ITCP – Unicamp, no capítulo 7, discute as “razões de preferir o trabalho na cooperativa” em “uma visão sócio-econômica dos empreendimentos solidários em Campinas”, sendo que 17% dos cooperados diz preferir a cooperativa por se tratar de uma forma de trabalho em grupo, 40% prefere esta forma de atuação por não ter patrão, enquanto que 46% optam por ser uma alternativa de trabalho e renda.

Esses dados de pesquisa com empreendimentos solidários em nível nacional e municipal apresentam valores percentuais relevantes sobre a escolha do trabalho associativo, indicando um potencial para a prática da autogestão nesses empreendimentos, embora o dados mais significativos dessas pesquisas apontam percentual maior para a opção de alternativa de geração de trabalho e renda.

Singer e Souza (2003) trabalham na conceituação de economia solidária com a categoria autogestão, ao discutir que os empreendimentos solidários tem por princípio realizar gestão democrática do empreendimento por participação direta ou por representação.

Embora a intencionalidade dos dirigentes dos empreendimentos apontem para a prática da autogestão, conforme suas falas demonstram, a consolidação

dessa prática demanda tempo, alternância de quadros diretivos, maior tempo de maturação dos empreendimentos solidários.

Assim, a autogestão, como prática nos empreendimentos da economia solidária pode ser compreendida como em processo, não consolidada.

4.5.5.2 - O Indicador Participação e Democracia na Direção dos Empreendimentos.

O indicador participação e democracia na direção dos empreendimentos - presença significativa e regular dos associados nas assembléias, reuniões e consultas; mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos - surge como uma prática declarada das lideranças entrevistadas e como uma prática truncada dos empreendimentos solidários de Campinas.

A questão relacionada à renovação e alternância dos quadros diretivos, nesses aproximadamente seis anos de vida dos empreendimentos solidários pesquisados em Campinas, praticamente não aconteceu. Será necessário que os empreendimentos acumulem mais tempo de vida para uma avaliação mais precisa sobre essa questão.

Na pesquisa nacional o dado é mais direto, enquanto que na pesquisa municipal foi necessário considerar que a união do grupo melhorando a cooperativa implica em participação dos sócios, pelo menos nas decisões estratégicas do empreendimento.

Na entrevista com o cooperado Francisco Henrique Farias, cooperativa Barão, ele afirma que nas reuniões “discutimos sobre problemas internos, faltas, cooperados que pensam que tem que ter salário; decidimos sobre o rateio, sobre entrada e saída”.

Na entrevista com a Leonina Benedita da Silva, cooperativa Dom Bosco, ela afirma que “os problemas são discutidos nas reuniões; discutimos sobre preço de venda de produtos, questões dos cooperados como falta, atestado médico, produtividade”.

Leonina afirma que

toda a venda da cooperativa é colocado no papel e mostrado para todos; o grupo escolhe duas cooperadas fora da diretoria para acompanhar o nosso controle; mostramos o estrato do banco toda a vez que fechamos o mês; normalmente após a última semana do mês quando fazemos as vendas....

Evani Tavares, presidente da cooperativa Nossa Senhora Aparecida diz que “todo começo de mês fazemos uma reunião mensal onde se passa toda a venda para os cooperados, depois fica fixado o resultado. Também são informados das vendas coletivas”.

O presidente da cooperativa Antônio da Costa Santos, Valdecir Pereira da Silva, tem a posição de que

uma cooperativa que trabalha com reciclagem é um conjunto, tem que ter democracia na gestão e deve começar com a administração, pessoas abertas para ouvir os cooperados; posso afirmar que nossa cooperativa trabalha dentro dos princípios do cooperativismo e da economia solidária.

Sidney Morelli, presidente da cooperativa Remodela, ressalta que “questões de decisões mais estratégicas, tanto de aporte de recursos, como de definição de parceiros, definição de rumos para vendas, são feitas em assembléias. Decisões mais de dia a dia são tomadas pela diretoria”.

As falas das lideranças apontam para a constatação de que está ocorrendo participação e democracia dos associados na gestão dos empreendimentos solidários. A questão da renovação dos quadros diretivos ainda não está ocorrendo, em função do tempo ainda curto de vida desses empreendimentos.

No capítulo 6, o gráfico 4, “formas de participação dos sócios” em “experiências de economia solidária em nível nacional”, indica entre 50 e 70% de participação dos associados nos empreendimentos solidários em nível nacional, nas assembléias, nas decisões cotidianas, na prestação de contas.

No capítulo 7, o gráfico 14, sobre “razões de melhoria na cooperativa” em “uma visão sócio-econômica dos empreendimentos solidários em Campinas”, um percentual de 70% relaciona como razão a união do grupo.

Esses dados nacional e local e as falas dos cooperados, fornecem elementos importantes de avaliação sobre a participação dos sócios na decisões

dos empreendimentos, mostrando que a participação e a democracia nas decisões estão acontecendo, permitindo inferir que a categoria de democratização dos processos decisórios, definidos por Singer e Souza (2003) e França Filho e Laville (2004) são encontrados nos empreendimentos nacionais e de Campinas.

4.5.5.3 - O Indicador Igualdade e Cooperação.

O indicador igualdade e cooperação - divisão igual dos excedentes, critérios justos na remuneração pelo trabalho, socialização do capital e regimes de trabalho não-cooperados com prazo definido de duração, trabalho de campo incluindo os da direção – tem estado presente nos empreendimentos solidários, sendo que o critério mais usado divide as sobras segundo critérios de horas trabalhadas, conforme observado nas visitas e nas falas dos entrevistados.

Sidney Morelli, presidente da cooperativa Remodela, afirma que “foi definido critérios de pontuação, valorizando o crescimento do cooperado, pontuando mais o cooperado que estuda; temos uma graduação de pontos também de acordo com a atividade exercida na cooperativa”. “Não há divisão estanque de trabalho, mesmo porque do total de cooperados somente uma parte pequena tem dedicação exclusiva na cooperativa, exigindo que façamos de tudo. Partilhamos opiniões e trabalho”.

Carmem, presidente da cooperativa São Bernardo define o critério de remuneração “baseado na hora trabalhada, sendo que quem trabalhou ganha proporcionalmente às horas trabalhadas”. “Na nossa cooperativa todo mundo rala, embora na divisão de serviço sempre tem os que folgam, encostam e os que trabalham mais que os outros. Os membros da diretoria são iguais, trabalham igual aos demais”.

Nas visitas às cooperativas observei a prática do trabalho cotidiano sendo feito por todos os membros, incluindo os da diretoria. Existe um acordo, em algumas cooperativas previsto no regimento interno e em outras somente tácito, de que os membros da direção podem se ausentar com remuneração nas

reuniões externas à cooperativa, sendo que normalmente a cooperativa designa um dos membros para essa representação.

As entrevistas realizadas, bem como as observações em campo, mostraram que os empreendimentos solidários em Campinas, estão em sintonia com as categorias de economia solidária definidas por Singer e Souza (2003), como a repartição líquida do resultado entre os cooperados, bem como a destinação das sobras por critérios definidos pelos associados.

4.5.5.4 - O Indicador Auto-Sustentação.

O indicador auto-sustentação - empreendimento perene, sustentável, com o produto de sua atividade gerando benefícios ao ambiente social e natural – não pode ser referendado ainda, pois depende de maior tempo de maturação dos empreendimentos.

Esse indicador merece algumas considerações, pois a auto-sustentação é relativa, devido ao modo como é construída a política pública de economia solidária. O que posso afirmar, após as participações nas reuniões, assembléias e nas entrevistas, é que o financiamento público ou de setores de apoio é determinante para que os empreendimentos solidários tornem-se com o tempo perenes e sustentáveis.

Valdecir, presidente da cooperativa Antônio da Costa Santos discutiu com profundidade esta questão da perenidade dos empreendimentos solidários:

estamos convencidos que as parcerias são muito importantes; acho inclusive que o tempo de incubação não deveria ser fixado. Enquanto pudermos contar com os parceiros as coisas serão mais fáceis para a cooperativa.

A cooperativa hoje sobreviveria sem os parceiros, pois temos condições materiais e de gestão para continuar nosso trabalho, mas no início não teríamos sobrevivido. A ACOOP é um órgão representativo das cooperativas, que simboliza o desejo das cooperativas de se tornarem duradouras, isto é, viemos para ficar. É um órgão nosso de representação enxuto que representa as cooperativas junto à sociedade, Prefeitura, meios de comunicação, segmentos de reciclagem industriais para vendas coletivas e outros setores. É em resumo, um meio de representação política das cooperativas e está desempenhando a contento esse papel.

Tivemos algo inédito, fruto desse trabalho da ACOOP e parceiros, no Estado de São Paulo, que é a destinação de 12% do orçamento

do sistema público de coleta de lixo para a coleta seletiva. Claro que será gradativo que essas ações tenham um resultado significativo, mas essa conquista fez parte de uma estratégia de trabalho que vem sendo construído desde 2001.

A Central das cooperativas também está dentro dessa estratégia de consolidar nosso movimento de cooperativas de reciclagem. Na medida que fomos triando quantidades de materiais cada vez maiores, fomos percebendo que ao vendermos os materiais para os nossos clientes, os chamados atravessadores, estávamos perdendo valor. Percebemos que esses atravessadores pagam pela mistura de materiais, isto é, compram papel e papelão juntos e vendem separado para a indústria agregando valor com esse procedimento.

Para Sidney, da cooperativa Remodela,

a cooperativa tem um grande potencial de crescer e de multiplicar, pois pode ser implantado muitas unidades como essa em outros municípios. Então, temos a possibilidade de gerar, com esse segmento de reciclagem, centenas de postos de trabalho e gerar um grande benefício ambiental nesses municípios, ao retirar do ambiente esse resíduo poluidor de águas e queima-lo como biocombustível limpo, que não contribui com o aumento do efeito estufa.

O gráfico 3, capítulo 6, “distribuição percentual dos empreendimentos solidários por faixas de remuneração”, em “experiências de economia solidária em nível nacional”, mostra que cerca de 60% dos empreendimentos solidários apresentam remuneração de até meio salário mínimo. Para os empreendimentos solidários pesquisados no município de Campinas, o rendimento médio é de R\$ 520,00.

Esses valores de ganho dos empreendimentos solidários em nível nacional mostram que a economia solidária, do ponto de vista da sustentabilidade dos empreendimentos, além de ser caracterizada como em construção, possibilita ganhos muito aquém do necessário para o sustento dos associados nos empreendimentos.

Os empreendimentos de Campinas apresentam retiradas para seus associados cerca de duas vezes e meia maior do a média nacional, significando que esses empreendimentos estão em uma situação melhor, permitindo inferir que a questão da sustentabilidade tem maiores possibilidades de êxito quando considerados os empreendimentos com retiradas superiores a um salário mínimo para seus associados.

Quadros como esse, caracterizados nacionalmente não podem perdurar por muito tempo, pois ao invés de caminhar para uma construção perene e sustentável, esses empreendimentos ficarão como mantenedores de uma situação de precariedade para com os associados, reforçando a tese de Barbosa (2005), que aponta a economia solidária como reforçadora do “status quo” da economia de mercado

4.5.5.5 - O Indicador Desenvolvimento Humano.

O indicador desenvolvimento humano - processos em que os conceitos de economia solidária são empoderados pelos membros dos empreendimentos, ocorrendo mudança de cultura e melhoria da educação formal e de qualificação técnica e profissional - está mais presente entre os membros das direções, pois estão constantemente participando do movimento de economia solidária.

Os objetivos dos processos de incubação das incubadoras para os empreendimentos solidários de Campinas contemplam o que preconiza esse indicador, porém o momento de afirmação dos empreendimentos em termos de estrutura e retiradas relativamente baixas, provoca em vários desses empreendimentos uma rotação entre seus quadros mais novos, desqualificando o conjunto.

Ações de adequação de estrutura dos empreendimentos solidários que vêm sendo trabalhadas pelo Poder Público e Incubadoras, com a participação dos empreendimentos, entre elas a Central das Cooperativas de Reciclagem, tem permitido aos empreendimentos solidários de Campinas avanços nesse campo.

As falas dos cooperados reflete esse quadro ainda a ser melhor trabalhado.

Francisco, cooperativa Barão, afirmou que

a ITCP – Unicamp, ensinou contabilidade, questões de saúde. Acho que só, porque de resto, era só reunião sem sentido, sem objetivo que atrapalhava nosso trabalho. A EDH começou há pouco tempo e está buscando patrocínio para custear o aluguel no terreno do lado do barracão que nós estamos. Parece que eles são mais práticos.

Sobre economia solidária, Francisco disse que “não se lembra”.

Leonina, da cooperativa Dom Bosco, ao ser indagada sobre economia solidária disse que “subtrai a economia e fica com a solidariedade”. Acrescentou que a incubadora ensina “... sobre economia solidária, capacidade para lidar com as pessoas”.

Adriana, da cooperativa Santo Expedito, considera que a cooperativa “pratica economia solidária, pois ajuda as pessoas, não dando as coisas, mas ajudando com trabalho”.

Evani, da cooperativa Nossa Senhora Aparecida, entende que a cooperativa pratica economia solidária, pois “promove vendas coletivas, tanto da cooperativa, como com outras cooperativas, como a embalagem do leite longa vida, papelão e estamos, nesse momento, montando a venda conjunta dos plásticos”.

Carmem, cooperativa São Bernardo, entende que

através das reuniões e cursos, no nosso caso pelo CRCA, todos somos informados sobre o que é cooperativismo, solidariedade; ou uma vez por mês na COMESC e cada quatro meses tem o Fórum Municipal e uma vez por ano o encontro municipal; nesses espaços todos são convidados a participar.

Fernanda, da cooperativa Cidarte, considera que

a cooperativa está praticando economia solidária, na medida em que gera recursos para sobrevivência, não da maneira formal, como faz o mercado. O movimento de economia solidária deve vir de fora para dentro, com a participação dos cidadãos dentro da idéia do consumo consciente, que agregue valor social, que não polua.

As falas dos cooperados, ressalte-se que são falas de lideranças na maioria das vezes, são muito significativas, pois apontam para a constatação que os conceitos de economia solidária estão compondo o cotidiano das dessas lideranças. A “descida” dos conceitos para o interior dos empreendimentos precisa ser melhor aferido.

O gráfico 14, capítulo 7, aponta que para 74% dos cooperados dos empreendimentos de Campinas, a cooperativa melhorou nos últimos meses, sendo que para esses, a principal causa foi em função de “uma melhor união do grupo”, além de identificarem o “aumento da produção” como um item importante.

Trata-se de um dado importante sobre o desenvolvimento dos associados, tanto do ponto de vista de inclusão produtiva, como de sociabilidade.

4.5.5.6 - O Indicador Novas Sociabilidades.

O indicador novas sociabilidades - presença do empreendimento no entorno, comprometimento com melhorias na comunidade e com relações solidárias de comércio, troca e intercâmbio – quando confrontado com as falas das lideranças abaixo, é possível perceber que ocorreu uma apropriação dos conceitos de economia solidária, e um entendimento de que esses empreendimentos estão sendo construídos por diversos sujeitos, e com uma ética a ser respeitada na relação para dentro e para fora do deles.

Francisco da cooperativa Barão, considera que a cooperativa “contribui com a comunidade, pois recicla material que iria para o aterro”.

A Leonina da cooperativa Dom Bosco afirma que

nós temos problemas com os catadores da região que moram aqui na ocupação, pois acham que a gente tirou trabalho deles. Mas a gente era catador de rua também. Trabalhamos com o pessoal do bairro mais longe daqui que nos ajudam com material.

Ajudamos os jovens da comunidade com capacitação com papel machê. Com esse trabalho e com a participação de alguns deles na cooperativa, conseguimos tirar esses jovens do tráfico.

Adriana da cooperativa Santo Expedito diz que “o trabalho da cooperativa é importante, pois através da cooperativa fazemos inclusão social, promovemos educação, saúde e limpeza do entorno”.

Para Evani da cooperativa Nossa Senhora Aparecida, a cooperativa “tem apoio, a maioria guarda o material e coloca para a coleta, outros trazem aqui. No começo alguns eram contra estarmos aqui, hoje não temos mais este tipo de problema”.

A Carmem da cooperativa São Bernardo diz que “nós não temos uma relação com esse entorno, ele está distante da cooperativa”.

Para Sidney da cooperativa Remodela

A cooperativa está com trabalho em andamento com a associação de moradores do bairro visinho, que tem uma parcela de sua população em situação de exclusão, no sentido de captação de

óleo de cozinha usado e, os recursos advindos desse trabalho, serão revertidos na própria comunidade. Trata-se também de um trabalho de educação ambiental.

Fernanda da cooperativa Cidarte considera que “a cooperativa participa ativamente da comunidade, pois retira do ambiente materiais poluentes; no dia de amanhã os filhos e netos deles vão ser beneficiados; com o nosso trabalho a quantidade de material jogado na rua melhorou muito”.

França Filho e Laville (2004) estabelece a categoria finalidade multidimensional ao conceituar economia solidária, que tem relação direta com os depoimentos dos cooperados, cuja preocupação é estabelecer relações com o entorno. Nesse caso, por se tratar de empreendimentos de reciclagem, em sua maioria, eles têm a compreensão que prestam um serviço à sociedade com o seu trabalho.

4.5.5.7 - O Indicador Redes e Cadeias Produtivas de Empreendimentos Solidários.

O indicador redes e cadeias produtivas - empreendimentos solidários articulados em rede de negócios e em cadeias produtivas em diversas instâncias, locais, regionais, nacionais e internacionais – aponta para o entendimento de que a construção da economia solidária possa vir a se configurar como um importante vetor de desenvolvimento econômico sustentável.

Corroborando com esse entendimento, Singer e Souza (2003) discute que a consolidação da economia solidária passa pela sua articulação em rede e cadeias produtivas para que ganhe escala e possa se fortalecer como um segmento diferenciado.

Parte dos empreendimentos de Campinas, segmento de reciclagem, tem realizado vendas conjuntas de papelão, embalagem longa vida, plástico duro, PET e óleo de cozinha, articulada pela ACOOP e pela cooperativa Remodela. Essa articulação em rede de cooperativas de reciclagem e de cadeia produtiva entre a Remodela, venda de biodiesel para consumo de cooperativas de outras finalidade, aponta para o reforço desse indicador.

Avanços mais significativos começam a ser discutidos pelo movimento local de economia solidária nos espaços do Fórum municipal de economia solidária, bem como no GTRS com a percepção de que se torna necessário construir outras alternativas de produção, como produção de lingotes e peças de alumínio a partir dos materiais reciclados de alumínio, de pneus, de papel, de PETI, a partir da compreensão da importância que representa hoje a experiência da Remodela que processa óleo de cozinha usado em biodiesel.

Outras redes e cadeias produtivas estão se estabelecendo em outras regiões do país, porém não foram objeto de discussão nesse trabalho.

4.5.5.8 - Conclusão.

A conceituação sobre economia solidária discutida nesse capítulo trouxe a contribuição de diversos autores. Com Polanyi (2000) foi possível entender que o modo dominante do fazer econômico, baseado na economia de mercado, acontece em um período histórico, curto em relação a outros períodos, que tinham formas diferentes do fazer econômico.

Importante considerar que, mesmo dominante, ela convive com a economia estatal, também forte e com a doméstica e informal, hoje representando um contingente de pessoas envolvidas mais significativo que as economias formais.

A posição de Polanyi (2000) contribui para que tenhamos a compreensão da importância do investimento em novos fazeres econômicos que contemplem a questão social e que a hegemonia da economia de mercado não significa o fim da história.

França Filho e Laville (2004) trazem categorias de análise que possibilitam enxergar a economia solidária como resultado da resistência de setores sociais historicamente apartados dos ganhos auferidos pelos setores hegemônicos da sociedade. Por esse motivo, a construção da economia solidária acontece de forma diferente das economias dominantes, mercado e estatal, utilizando espaços públicos de convergência dos sujeitos que a compõem: cidadãos excluídos do sistema formal de geração de riqueza, sindicatos, ONG's., Universidades, Igrejas, voluntários.

Na prática, como gestor público na área de economia solidária e, como pesquisador, verifiquei que a construção da economia solidária se dá dessa forma, em um ambiente de uma complexidade riquíssima entre sujeitos de diferentes formações, porém voltados à construção de um fazer econômico diferenciado do dominante.

Singer e Souza (2003) procuram discutir as formas organizativas dos empreendimentos solidários e complementa a discussão anterior, pois a forma de organização baseada na autogestão, democracia nas decisões, estabelecimento de redes e cadeias produtivas e posse coletiva dos meios de produção criam as condições organizativas necessárias para que a construção dada em espaços públicos consolide-se.

Santos (2002) procura situar como a economia solidária está, em seu processo de construção, ocupando os espaços na sociedade. Situa-a construindo espaços de desenvolvimento alternativo, sustentável e, também construindo espaços de alternativa ao desenvolvimento. As duas formas partem de situações locais e regionais.

Tenho a crença que há espaço de crescimento dessas duas formas de construção da economia solidária, embora considere que a primeira, desenvolvimento alternativo, sustentável, compreende um conjunto mais abrangente de iniciativas hoje em construção.

Considero um desafio importante a ser enfrentado pelos construtores da economia solidária o estabelecimento de canais de construção tanto políticos como econômicos entre a economia solidária e as formas coletivas de gestão de empreendimentos, principalmente cooperativas e suas organizações oriundas de processos falimentares ocupados pelos trabalhadores.

Para concluir, processos educacionais devem estar mais firmemente contemplados nos sistemas de construção da economia solidária, condição vital para que os empreendimentos solidários construídos consigam ultrapassar períodos de crise sem que o canto da sereia do empreendedorismo de mercado os envolva.

5 - Políticas Públicas e Políticas Públicas de Economia Solidária.

5.1 - Introdução.

Ciências políticas, estudos de política e análise de política são três dos termos mais comumente usados para descrever o campo de estudos sobre políticas públicas, conforme pontuam Ham&Hill (1984). No estudo de caso da política pública em economia solidária desenvolvida no município de Campinas, a ênfase foi na análise da política pública, no sentido de revelar como e porque foi desenvolvida, além de buscar a significação na vida das pessoas em sua implantação.

A preocupação fundamental esteve centrada no processo de análise da política, cujo conteúdo revelou-se não determinado por fronteiras disciplinares, mas sim por uma interdisciplinaridade, revelada pela transversalidade na aplicação da política.

Essa transversalidade esteve presente durante a construção e a continuidade da política em espaços públicos, em que gestores públicos, organizações da sociedade civil e empreendimentos solidários participaram de encontros municipais, estaduais e fóruns municipais de economia solidária, grupos de trabalho, encontros, reuniões, desde o início do programa em 2001, resistindo à alteração de governo em 2004 e continuando durante todo o triênio 2005, 2006 e 2007.

O estudo de políticas públicas mostra muitas vezes, segundo Ham&Hill (1984), que demandas por políticas públicas podem ser produzidas por processos indutivos, definindo agenda, impondo definições de problemas e criando condições para a sua própria ação. Corroborando com esta visão, Capelo (2003), argumenta que políticas públicas desenvolvidas, predominantemente têm buscado compensar, sem sucesso, as profundas desigualdades sociais e, via de regra, são implementadas de cima para baixo, não contemplando grupos baseados em diferenças de raça, gênero, preferência sexual, geração, portadores de necessidades especiais, entre outros, assim como os excluídos dos centros de decisão por questões econômicas e culturais.

Quando implementadas resultam em descompasso com a realidade, primam pela improvisação e buscam mais o impacto do imediato do que a efetiva mudança na situação das pessoas envolvidas.

Isto não significa, porém, que processos indutivos na condução de políticas públicas estejam necessariamente deslocados de necessidades reais de uma população beneficiada desta política, pois França Filho argumenta, em Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:106),

que existe uma tendência à indução nas políticas públicas de economia solidária e isso parece representar um papel estratégico. O que se quer é que essa economia solidária que já existe potencialize-se, do ponto de vista da capacidade de transformar a realidade. E nesse aspecto, de algum modo, os movimentos sociais querem, o que é legítimo, aproveitar um pouco do poder do Estado para promover isso. A indução tem esse caráter, esse sentido.... Mas isso é um processo típico de uma realidade como a brasileira, que tem um nível de desigualdade, de diferença muito grande entre os grupos sociais.

A construção da política pública em economia solidária através da articulação de espaços públicos de construção possibilitou que o processo indutivo gerador da política não significasse a imposição da construção da política, pois os debates sobre tática, estratégia, alocação e busca de recursos, embora sempre acompanhados de tensão e disputa, sempre possibilitaram decisões em espaços democráticos.

Para a compreensão de como se dão os processos de desenvolvimento de políticas públicas, torna-se importante desenvolver modelos de como as decisões são tomadas. Ham&Hill (1984) oferece uma abordagem útil, com três modelos propostos. O primeiro deles, o do ator racional, que vê ações como sendo tomadas por agentes, com metas e objetivos definidos. Estes agentes têm que escolher entre cursos alternativos de ação a fim de alcançar seus objetivos e metas, com a escolha racional consistindo em selecionar a alternativa cujas conseqüências são as mais abrangentes possíveis.

Em segundo lugar, há o modelo do processo organizacional que vê a ação não como escolha racional, mas como o resultado do comportamento organizacional. Este comportamento é, largamente, a decretação de rotinas estabelecidas em que a atenção é dada seqüencialmente a objetivos e em que

procedimentos operacionais padrão são adotados. Em contraste, o terceiro modelo, o burocrático, não vê a ação nem como escolha nem como resultado, mas antes como o resultado de acordos entre grupos e indivíduos no sistema político.

A política pública em economia solidária apresenta uma característica que compõe com estes três modelos, pois se trata de política pública em construção, portanto sujeita as necessidades inventivas em que os três modelos aparecem constantemente durante o seu desenvolvimento, necessitando da definição de metas, bem como do conhecimento da estrutura organizacional e de acordos entre os atores orgânicos desse processo.

Ela acontece assim porque a economia solidária, conforme discutida no capítulo 3, tem sua origem nos movimentos sociais (SANDOVAL, 1989) que sempre pautaram as suas demandas na busca de interlocução com o poder público nas lutas por conquistas de direitos sociais.

França Filho, em Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006), discute que os movimentos sociais enxergavam o Estado como uma força antagônica, disputando conquistas através de pressão, movimentos reivindicatórios, protestos das mais variadas formas. Nesse contexto de emergência da economia solidária, os partícipes desse movimento entendem o Estado como aliado e com uma dívida social a ser resgatada.

Ham&Hill (1984) afirmam que a efetividade de políticas e de processos na elaboração da política pública não pode ser avaliada independentemente da análise da distribuição dos poderes econômico e social em sistemas políticos, mostrando o poder de grandes corporações nas sociedades ocidentais industrializadas e sua habilidade de bloquear mudanças de grande alcance.

Desta forma, é plausível afirmar que políticas públicas estão relacionadas a tipos particulares de arranjos sociais, econômicos e políticos. Importante também considerar, que o Estado tem um profundo impacto nas vidas das pessoas na sociedade contemporânea, sendo necessário atribuir-lhe uma posição de destaque na análise de políticas públicas.

Na análise da construção da política pública de economia solidária no município de Campinas, ficou evidente que o Estado está estruturado em continuar funcionando segundo seu padrão legal e, necessidades de estabelecimento de novos padrões em decorrência de um campo novo, como a economia solidária e sua relação com o Estado, encontra fortes barreiras.

A construção de qualquer política pública municipal, estadual ou federal necessita da definição de marcos regulatórios norteadores, que, por mais inovadores que sejam, devem estar subordinados a marcos regulatórios hierarquizados, isto é, subordinação à Constituição, às Leis Federais, Estaduais e, por fim, às Leis Municipais que tratam da matéria.

Esta questão está associada à construção do Estado segundo a lógica da subordinação legal às diretrizes definidas ao longo da história pelo poder econômico dominante e suas alianças, seja em nível municipal, estadual ou federal. Exemplificando essa questão, cito a Lei Federal 8666, a chamada Lei das Licitações, que define todo o processo de compras do Estado.

Essa Lei trata desiguais de forma igual, de modo que os processos licitatórios acabam por beneficiar as empresas que historicamente participam e ganham as licitações demandadas, formando um circuito fechado, com articulações delas para com os gestores do aparelho do Estado e entre elas, utilizando-se da reconhecida capacidade de compra do Estado em todo o mundo.

Uma das estratégias apontadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária¹⁰, busca avançar na definição de um novo marco regulatório, que possa favorecer o poder de compra do Estado para empreendimentos reconhecidamente vinculados a políticas públicas de geração de trabalho e renda, nos princípios da economia solidária, com claro propósito de definir políticas públicas de desenvolvimento sustentável, com transferência de renda para a população inserida nestas políticas.

¹⁰ A I Conferência Nacional de Economia Solidária foi realizada em Brasília, nos dias 26 a 29 de junho de 2006.

O texto definido na Conferência ficou assim redigido¹¹: “Artigo 52 - é preciso elaborar emendas à Constituição Federal, principalmente ao artigo 37, parágrafo XXI, para que autorize ao poder público dar tratamento diferenciado ao conjunto da Economia Solidária”¹².

O artigo 37 da Constituição brasileira, parágrafo XXI, regulamenta a questão das compras pelo Estado de produtos e serviços; é por esse motivo que na I Conferência Nacional de Economia Solidária tenha sido inserido em suas resoluções propostas de mudanças neste artigo. No desenvolvimento da discussão sobre a implantação da política pública em economia solidária, essa questão volta em casos específicos em que um instrumento como esse possibilitaria um grande avanço na consolidação dos empreendimentos.

5.2 - Políticas de Desenvolvimento e de Desenvolvimento Sustentável.

As teorias de desenvolvimento embora sejam utilizadas pelas ciências humanas desde o início do século XX, ganha expressão, segundo Bryan e Couto (2005), a partir do discurso proferido por Harry Truman em 1949, em que apresenta os quatro pontos da política internacional dos Estados Unidos no pós-guerra.

As teorias de desenvolvimento que são elaboradas nesse período são oriundas de três correntes de pensamento, o liberalismo, o marxismo e o estruturalismo. Destaca-se, entre os formuladores de políticas de desenvolvimento, Rostow (1961) citado por Bryan e Couto (2005), de matriz liberal. Para essa visão, desenvolvimento econômico é um processo natural, sem limites, tendo como fonte inesgotável de recursos a natureza.

¹¹ Este artigo está modificado em relação ao documento base citado na bibliografia, sendo resultado do trabalho em grupo realizado na Conferência e ainda não sistematizado em sua versão final.

¹² Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em Brasília, nos dias 26 a 29 de junho de 2006, encontrado no site do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES. www.mte.gov.br

Para a América Latina, notadamente Argentina e Brasil, os autores ressaltam que a teorização vinda da Comissão Econômica da ONU (CEPAL), no final da década 1940, apontava o desenvolvimento com base na substituição de importações e ampliação do mercado interno.

Esse enfoque implicava em uma mudança da matriz de desenvolvimento, baseada naquele momento na exportação de bens primários, para a industrialização e migração do homem do campo para a cidade. Do ponto de vista educacional esse modelo implicava em formar mão de obra para reforço à essa nova estratégia desenvolvimentista.

A década de 1970, no bojo da crise de desenvolvimento com os novos processos tecnológicos e a ascensão de movimentos sociais – gênero, raça, ambiental entre outros, traz a discussão sobre os limites do desenvolvimento e a necessidade de conciliação de desenvolvimento com justiça social (RIST, 1996 citado por BRYAN e COUTO (2005)). O tema limites do crescimento, que apresenta a discussão do desenvolvimento com uma forte ligação com as questões ambientais, marca a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 na Suécia e as décadas seguintes na discussão sobre políticas de desenvolvimento.

A Assembléia Geral das Nações Unidas apresentou em 1983 a proposta de uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que apresenta em 1987 um relatório que conceitua desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLAND:46).

Como consequência desse relatório, foram elencados os seguintes objetivos para as políticas ambientais e desenvolvimentistas: “retomar o desenvolvimento econômico; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões” (RELATÓRIO BRUNDTLAND:53).

O relatório dá uma ênfase especial à questão da educação para o desenvolvimento sustentável, propondo a alfabetização universal, a formação dos professores, a educação para o emprego como meio para acabar com o desemprego crônico, melhorar a qualidade da educação e adaptá-la às condições locais. Para a educação ambiental, a proposta avança para a transversalidade e como conteúdo curricular específico, além do reforço à educação de adultos utilizando a mídia e outros meios menos formais.

A política pública de economia solidária vai de encontro às propostas do relatório pois ela deve acontecer em espaços públicos, aproximando demanda e oferta, preocupação com o entorno, apropriação da riqueza gerada de forma igual, desenvolvimento de projetos econômicos não agressores ao ambiente e que contemplem as comunidades locais e suas necessidades.

Na sua formulação, a preocupação com o aumento da escolarização formal dos sujeitos desses empreendimentos está na intencionalidade de todos os documentos públicos, além da capacitação técnica e do desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas.

5.3 - Políticas Públicas e Estado.

Segundo Ham&Hill (1984), cabe ao Estado, em primeiro lugar, prover serviços em educação, saúde pública, aposentadorias, seguro desemprego, habitação, transporte público. Em segundo, o Estado moderno tornou-se mais intimamente envolvido na regulação da economia.

Na ação de regulação da economia pelo Estado, convém categorizar como são definidas as políticas públicas voltadas para o segmento da população em situação de exclusão social. Para Pochmann (2004a), política pública redistributiva é aquela cuja ação compreende transferência de renda através de programas como renda mínima, bolsa-trabalho e outras formas, buscando em sua aplicação atingir uma população que se encontra à margem de oportunidades de trabalho e renda; são financiadas com recursos municipais e através de transferências de

recursos do Governo Federal para os municípios, mediante mecanismos consolidados como a LOAS¹³.

Política pública emancipatória possibilita geração de trabalho e renda dentro de oportunidades que os gestores públicos responsáveis pelos programas conseguem vislumbrar; têm um caráter marcadamente indutivo e é financiada através de recursos municipais e muito recentemente por recursos Federais e muito pouco por recursos Estaduais; os Bancos do Povo também se caracterizam como instituições criadas no âmbito municipal com a função de financiar empreendimentos com crédito abaixo do mercado.

Política pública desenvolvimentista é implementada através da reconstrução de elos de cadeias econômicas desarticuladas, constituição de novos arranjos produtivos assim como alocação de trabalho e intermediação de mão de obra; é financiada com recursos municipais e participação de governos estaduais através de espaços de intermediação de mão de obra como o Poupa Tempo.

A partir de 2006 o governo Federal tem buscado implantar o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda – SPETR, através de convênios entre o Ministério do Trabalho e Emprego com os municípios. Trata-se de uma política pública com intenção desenvolvimentista segundo a categorização de Pochmann (2004a), pois nesses espaços serão contempladas ações de geração de renda, qualificação profissional e intermediação de mão de obra. Esta caracterização só poderá ser melhor definida após um período de implantação e experimentação da política na categorização de Pochmann (2004a) .

O autor define política pública desenvolvimentista, entre outras afirmações, como possibilitadora de “reconstrução de elos de cadeias econômicas desarticuladas, constituição de novos arranjos produtivos”. Partindo desse referencial, posso afirmar que uma política pública de economia solidária pode tornar-se desenvolvimentista desde que possibilite eventos dessa natureza.

Vale ressaltar, porém, que uma política pública de economia solidária, além de possibilitar a “reconstrução de elos de cadeias econômicas desarticuladas,

¹³ Lei Orgânica da Assistência Social.

constituição de novos arranjos produtivos”, deve ter a preocupação de que essa política desenvolvimentista seja sustentável (BRYAN; COUTO, 2005).

Reconstruir cadeias produtivas que utilizem recursos de natureza não renovável, poluidoras, excludentes de populações locais não podem ser categorizadas como políticas públicas de fomento à economia solidária. Torna-se, então, necessário adjetivar o termo desenvolvimentista, acrescentando o termo sustentável.

Assim, como exemplo, cito uma possível construção de cadeias produtivas de reciclagem, desde a triagem até a transformação em produtos industrializados como biocombustíveis, cadernos, móveis, ferrosos e não ferrosos, através de federações e confederações de empreendimentos solidários.

Santos (1987) pontua três conjuntos específicos de política pública: o primeiro, preventiva (emprego, trabalho, salário, saúde pública, educação, saneamento e nutrição) com a função de produzir o mínimo de desigualdades sociais; o segundo, compensatória (Renda mínima, Pró rendas, Bolsa escola,...) destinada a remediar desequilíbrios gerados pelo processo de acumulação e focada em públicos situados em condições de vulnerabilidade social; o terceiro, social “strictu sensu” (INSS, PIS-PASEP, FGTS, FUNRURAL), orientada, como intenção de ampliar benefícios sociais, de caráter universalista.

Estabelecendo um paralelo entre as definições acima de políticas públicas, é possível relacionar a política pública redistributiva proposta por Pochmann (2004a), com a política pública compensatória definida por Santos (1987); da mesma forma, podemos relacionar a política pública emancipatória e desenvolvimentista com a preventiva.

Considero que a política pública de economia solidária enquanto política pública em construção aponta para as características de política pública emancipatória e desenvolvimentista (POCHMANN (2004a)), assim como com a preventiva (SANTOS (1987)), porém adjetivada com o termo sustentável (BRYAN; COUTO, 2005).

Evidentemente que caracterizá-la como emancipatória e desenvolvimentista sustentável ou preventiva sustentável é prematuro, pois isto depende do

desenvolvimento das condições de materialidade, funcionalidade, estabelecimento de redes e cadeias produtivas, presença em diversos segmentos econômicos, número expressamente maior que o atual, entre outras condições.

De uma perspectiva histórica, é possível afirmar que muito do crescimento da intervenção do Estado pode ser explicado em termos de mudanças na economia, citando como exemplo, na Inglaterra do século XIX, os Atos das Fábricas que regulavam as condições trabalhistas, caracterizando-se como uma resposta ao modo como os proprietários de fábricas organizavam os processos produtivos em ambientes de trabalho perigosos e nocivos, levando o governo a intervir para introduzir algumas medidas para a proteção dos trabalhadores industriais.

Novamente, no século XIX, o fracasso dos mecanismos de mercado para manter altos níveis de emprego resultou em intervenção estatal na economia através de medidas como a gestão da demanda, programas de emprego e propriedade estatal de empresas numa tentativa de se criar postos de trabalho.

As economias capitalistas desenvolvidas construíram ao longo do século XX, especialmente a partir do segundo pós-guerra, grandes avanços na proteção social e trabalhista, cabendo ao Estado um papel importante de financiador desses avanços e controlador da expansão do processo de monopolização dos capitais, em consonância com a politização acentuada da vida social.

Foi um período em que políticas públicas de natureza redistributivas (justiça tributária e transferências sociais) e reformas sociais foram implantadas, em especial nas economias que constituem o centro do capitalismo mundial, ou seja, um número pequeno de nações, representando em termos numéricos uma parcela também pequena em relação à população mundial.

Nas economias capitalistas periféricas, as reformas de caráter social-democrata foram frágeis e com profundidade bastante aquém daquelas desenvolvidas nos países centrais. (POCHMANN, 2004b).

As políticas públicas implantadas foram motivadas, em primeiro lugar, pela característica pós-liberal consolidada a partir da grande depressão econômica de 1929, uma política pública não universalista, para aqueles incapazes de viver

numa sociedade competitiva. A segunda motivação foi de natureza mais corporativa, que privilegiou determinadas categorias ocupacionais que obtinham destaque, em decorrência da importância do segmento produtivo e do mercado de trabalho, sem que houvesse qualquer transformação no sistema de distribuição do poder no interior das sociedades.

Por último, a motivação de natureza política, social-democrata, que buscou a redistribuição da renda gerada por meio de fundos públicos e tributação progressiva sobre os mais ricos, fazendo com que estes fundos públicos chegassem até os mais pobres. Nesse caso o Estado retira das forças de mercado a hegemonia exclusiva sobre o direcionamento do excedente resultante da expansão econômica, fazendo com que a economia estivesse em uma relação de paridade com a política, embora todo o modo de operação do sistema nos seus parâmetros de funcionalidade permanecesse intacto, como o trabalho, a propriedade privada, o lucro e a propriedade dos meios de produção.

Pochmann (2004b) acentua que após quase três décadas de sucesso, o Estado de Bem-Estar Social passou a enfrentar crises, em decorrência de um novo ambiente econômico em que a concorrência intercapitalista desregula-se, além de modificações importantes na base tecnológica, com níveis de produtividade acentuadas, mão de obra excedente, predomínio financeiro das organizações, com uma fragilização do poderio sindical, enfraquecimento das bases da sociedade salarial e dos regimes social-democratas.

Pochmann (2004b:11) afirma que

...apesar de tudo isso, o Estado de Bem-Estar Social permanece ainda atributo inequívoco da proteção social e trabalhista das classes subalternas no capitalismo avançado. De todo o modo, a presença do Estado de Bem-Estar Social nas economias desenvolvidas tem sido fator importante de enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade de renda. Ao final do século XX, o centro do capitalismo mundial acumularia cerca de ¼ do total de sua população convivendo com renda abaixo da linha de pobreza, caso não houvesse a ação direta e a proteção social que torna residual a pauperização: algo em torno de 1 a cada 10 habitantes.

Viana (1997), apresenta uma análise das políticas públicas relativas ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social a partir da década de setenta, próxima

de Pochmann (2004b), ao considerar que o quadro atual de globalização dos mercados de capitais, a grande mobilidade de empresas em se locomoverem e abaixarem os seus custos, a rede de comércio internacional, os problemas sociais, limitam e provocam um refluxo das fontes geradoras do Estado de Bem-Estar Social, lesando o social, mas não o destruindo, porque os gastos sociais em países centrais do capitalismo foram mantidos ao longo das décadas de setenta, oitenta e noventa.

Essa situação descrita para os países do capitalismo central não é aplicada para os demais, pois quando são tomados por referência os três indutores principais (lógica industrial, acesso à democracia de massa e conformação da sociedade salarial) que demarcam a origem e o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, chega-se a um melhor entendimento acerca da evolução da proteção social no Brasil, historicamente dependente de subvenções e de receitas contributivas, associadas ao emprego assalariado formal.

Para Pochmann (2004b), a consequência do desenvolvimento dessa política pública acarreta queda no valor real do benefício, precarização do serviço ofertado pelo setor público e fragmentação da assistência em bases filantrópicas, quando ocorre a ampliação da cobertura de beneficiados pelo sistema de proteção social.

Assim, não avançou a possibilidade de universalização da proteção social, provocando a retirada das camadas médias da população dos serviços de saúde e educação, em função da incorporação de novos beneficiados e queda de qualidade nos serviços públicos prestados nessas áreas, trazendo como consequência, uma retirada dessa classe social da defesa política da universalização do sistema de proteção social.

A consequência da análise acima acaba provocando, segundo o autor, uma maior privatização do Estado, através da ocupação de serviços públicos não cobertos, pelo capital privado. O Estado brasileiro ao não privilegiar a aplicação dos fundos públicos para a consolidação das políticas públicas sociais, optou em não universalizá-las, provocando uma gestão terceirizada das atividades de

fornecimento de bens e serviços públicos, beneficiando enormemente o setor privado na implantação dessas políticas.

Também vale ressaltar que o poder aquisitivo do salário mínimo, ao situar-se ao longo desse período abaixo da inflação, impossibilitou a emergência de uma sociedade de consumo de massas no país, mesmo para trabalhadores com contrato formal e atendidos pelo sistema de proteção social.

Analisando a implantação de políticas públicas no Brasil, Telles (1994) considera o Estado brasileiro, na implantação de políticas públicas, conservador, não apresentando alternativas emancipadoras, pois se trata de País com tradição de Estado forte, uma elite conservadora, emergência de movimentos sociais fortes, agenda ambiental reprimida, imensos bolsões de pobreza e miséria, com foco em políticas compensatórias.

Nesse contexto, considera que transformações e modernizações avassaladoras ocorrem sem que tenhamos atingido patamares mínimos de igualdade civil e social; o Estado, que sempre foi esperanças de transformações, debate-se hoje com a corrupção, impunidade, inoperância, favorecendo contraditoriamente o curso neoliberalizante do mercado como paradigma da modernidade.

Draibe (1999), discutindo os questionamentos dos neoliberais às políticas públicas no Estado do Bem-Estar Social, mostra que a descentralização na aplicação dos recursos por eles defendidos buscava aproximar os gastos ao seu uso final; com a proposta de focalização, pretendia-se direcionar os gastos aos setores realmente necessitados e com a privatização, evitar-se a irracionalidade no uso dos recursos públicos.

Eficácia do gasto social e não razões de justiça social foram as razões das preocupações neoliberais. Assim, os neoliberais, no enfrentamento da pobreza e miséria, buscam nos programas focalizados nos excluídos a condição de impedir graves crises sociais; àqueles que tem mais recursos criam-se serviços de excelência perpetuando-se os poucos recursos aos excluídos.

A proposta dos defensores do Estado do Bem-Estar Social apresenta o dilema da escassez de recursos e acaba direcionando os recursos disponíveis,

mesmo buscando atuar no conceito da universalidade de direitos, proporcionalmente aos mais necessitados. Assim, focalizar, tornar seletiva, envolver setores privados lucrativos ou não e descentralizar não podem mais ser considerados monopólio dos neoliberais na aplicação de políticas públicas.

É importante, porém, diferenciar estas duas concepções, pois, segundo Draibe (1999), a política pública aplicada no Estado do Bem-Estar Social, ao estabelecer relações de parceria com setores privados lucrativos ou não, visam a melhoria do atendimento à população dos serviços relacionados às políticas públicas; buscam, na conceituação mais geral, a erradicação da pobreza, mais amplo do que a focalização e a seletividade das políticas públicas dos neoliberais e, ao mesmo tempo, à modernização de políticas sociais dos sistemas de saúde e educação com corte universalista. Nesse caso, o foco e a seletividade não prescindem de controles e garantias públicas, dissociando-se de práticas privatizantes.

Paiva (1991), ao analisar as políticas públicas relacionadas às iniciativas educacionais, conclui que a educação de massas toma grande impulso no período de desenvolvimento do Estado do Bem-Estar Social. Aliado a outros aspectos, os precursores do Estado do Bem-Estar Social acreditavam que a educação do pós-guerra tinha que conter aspectos da educação global e política, como antídotos ao autoritarismo e ao fascismo, provocando por este motivo um forte impulso aos setores básico e secundário da educação.

Nas décadas seguintes cresce o ensino da pré-escola e creches devido à inserção feminina na economia e cresce, consideravelmente, a demanda pelo ensino superior, fruto do movimento estudantil de 1968.

Esta leitura não se aplica aos países periféricos, que conviveram mais duramente com a crise fiscal e com a falta de clareza quanto ao papel da educação no combate à pobreza e da ascensão social vertical. Nesse caso, tem-se uma sociedade urbanizada, convivendo com uma desorganização de infraestrutura urbana, falta de oportunidades de trabalho, que demandaria uma educação fundamental em tempo integral e maior estímulo ao ensino secundário e superior.

Ainda dentro da discussão do papel das políticas públicas educacionais, Paiva (1991) argumenta que hoje, a posição social e profissional depende menos da educação e cada vez mais dos laços prévios, pessoais ou familiares implicando em um mundo menos democrático e que redefine o papel da educação. Assim, a educação superior passa a se constituir nos países centrais do capitalismo, o foco central da política educacional, com uma tendência em manter alunos por um tempo grande em instituições de ensino, como estratégia do Estado no enfrentamento às reduções de emprego formal e de integração dos desempregados e subempregados em processos de socialização.

Para os países periféricos ao centro, a questão da capacitação, como estratégia de política pública de inclusão social, é bastante estimulada, criando uma situação de competição entre os mais capacitados e os de menor qualificação, já que o nível de emprego, ao manter-se praticamente inalterado, não inclui novos trabalhadores no mercado de trabalho pela aplicação desta política. Trata-se da aplicação de uma política pública que claramente beneficia o setor empregador, não significando necessariamente ganhos salariais aos “novos” inclusos.

A construção de política pública de economia solidária à luz da discussão acima sobre opções de políticas públicas no capitalismo fica comprometida quando a perspectiva é liberal, pois a presença do Estado como indutor da política parece-me fundamental (GENAUTO, EM MEDEIROS, SCHWENGBER, SCHIOCHET (2006)).

Além disso, considerando-se a discussão desenvolvida no primeiro capítulo, essa construção necessita que os agentes utilizem espaços públicos e não subordinem a política à economia. Se esta avaliação é correta para os países centrais do capitalismo, ela é ainda mais afirmativa para os países periféricos. Na visão liberal interessa mais políticas de corte assistencialista e focada nos mais necessitados.

Por outro lado, políticas públicas desenvolvidas nos padrões da construção do Estado de Bem-Estar Social, embora mais próximas e com maior possibilidades de adaptação às políticas públicas de economia solidária,

apresentam outra lógica construtiva, pois na perspectiva da economia solidária os trabalhadores beneficiados do processo indutivo de construção da política pública emancipam-se, portanto não ficam dependentes da estrutura institucionalizada do Estado e nem dependentes do capital ao longo do processo de consolidação dos empreendimentos solidários, passando a ter relações horizontais com estes segmentos econômicos-políticos e não relações de subordinação.

No desenvolvimento das políticas públicas no Estado de Bem-Estar Social, os trabalhadores são subordinados ao sistema através de uma relação de dependência do Estado que estabelece as garantias institucionais, trabalhistas e sociais e do capital que o emprega. Assim, a construção da economia solidária necessita de uma outra lógica, em que as relações não são de dependência, pois a construção acontece nos espaços publicizados, necessitando que essa política pública passe a ser de Estado e independa de governos.

Evidentemente que essa construção acontece principalmente se o Estado assumir sua responsabilidade de indutor dessa política, considerando a enorme dívida social para com os cidadãos que se encontram à margem dos benefícios gerados na sociedade; esta condição é importante, mas não suficiente, pois sem pressão social dos segmentos que os representam ela não acontece.

Para que o Estado assuma a responsabilidade de instituir a política pública de economia solidária como política de Estado, Governos comprometidos com essa visão têm um papel a cumprir, ao estabelecer canais institucionais e políticos para a sua construção. Ao ser construída como política pública de Estado, corre-se o risco de que os níveis de institucionalização da política pública extrapolem o razoável e engessem demasiadamente os empreendimentos, conforme pontua bem França Filho e Laville (2004:148)

- a) Os desafios principais que se colocam para esse universo de iniciativas aparece muito fortemente ligado à questão da sua autonomia institucional, diante das injunções do mercado e, sobretudo, dos poderes públicos. A dinâmica dessas formas de organização se efetua numa tensão dialética, configurando um jogo ambíguo entre reconhecimento e instrumentalização, que inclusive reflete a própria história mais geral da articulação entre Estado e mundo associativo, especialmente marcado pelo domínio do primeiro, como atesta o caso Francês.

- b) risco maior para o caso brasileiro, não é o da institucionalização, o engessamento dos empreendimentos ligados à política pública de economia solidária, mas de entender política pública de economia solidária como remediadora da crise, não se criando as condições de marco legal definido, financeirização e utilização do poder de compra do Estado na construção da política. Caso isto aconteça, a política pública hoje em construção caminhará como apoiadora do processo de avanço da retirada dos direitos sociais e para propaganda de inúmeros programas de geração de trabalho e renda de diferentes governos.

5.4 - Burocracia, Poder Político e Tomada de Decisões.

Para Ham&Hill (1984), o debate sobre a natureza do Estado é um debate sobre a natureza da burocracia. As diferentes teorias acerca do Estado assumem, ou implicam, diferentes posições sobre o papel das burocracias nas sociedades capitalistas. Os pluralistas tendem a ver as burocracias como agências que tanto perseguem seus próprios interesses quanto respondem a pressões colocadas sobre elas por indivíduos e grupos externos.

Os elitistas afirmam que as burocracias são fontes de poder importante ao lado de outras organizações de grande porte. Os marxistas vêem a burocracia, principalmente, como um instrumento pelo qual os interesses das classes dominantes são mantidos, isso apesar das contribuições mais recentes à teoria marxista reconhecerem um espaço para uma ação independente da burocracia, mediante a noção de autonomia relativa.

Os corporativistas sustentam que as burocracias desempenham um papel dominante no processo de elaboração de políticas nas sociedades capitalistas modernas.

Entre estas visões há uma importante distinção entre os elitistas e os marxistas, sendo que os primeiros, em essência, retiram sua inspiração de Max Weber e apontam a importância crescente das burocracias, e os segundos, marxistas, afirmam que as burocracias são principalmente instrumentos de dominação de classe. Em contraste a ambas estas posições, a tradição pluralista liberal em ciência política assume muitas vezes, de forma implícita, que não há

dificuldade em se assegurar que o funcionalismo público cumpra as ordens dos dirigentes políticos, investidos no poder, sem questionamento.

Ham&Hill (1984) posicionando-se no debate, entendem que a burocracia está ampliando seu poder na sociedade capitalista, sendo que as atividades do Estado têm ajudado a acelerar esta tendência ao estender largamente o poder de agências administrativas.

Afirmam que, antes de se concluir sobre o papel e o controle da burocracia na sociedade moderna, do ponto de vista macro-sociológico é necessário estudar precisamente como decisões são tomadas e em que grau há realmente posições fundamentais de poder. Também é necessário formular questões sobre os tipos de pessoas em funções de mando, sobre quem é capaz de influenciá-las e sobre quem se beneficia de suas decisões.

Ainda os autores, na discussão sobre poder e tomada de decisões, discutem a posição dos pluralistas, em que o foco de análise está concentrado em decisões reais e exploram se as preferências de uma hipotética elite dominante são adotadas no lugar das de outros grupos. Assim, para esta visão, nem a reputação do poder nem a posição de indivíduos dentro de organizações são considerados.

Uma análise sobre três questões políticas chave nos anos cinquenta nos USA - desenvolvimento urbano, educação pública e nomeações políticas - mostrou que o poder não estava concentrado nas mãos de um único grupo como os teóricos elitistas havia suposto, pois os recursos estavam largamente distribuídos por toda a população e o poder fragmentado entre diferentes atores, com forte influência do poder do voto.

Essa abordagem, com foco em decisões reais reconhece que o mecanismo de poder atua nos conflitos derivados das decisões chaves, porém não tem alcance para perceber situações em que o poder não age com o objetivo de suprimir conflitos, mas em impedir sua chegada ao processo político, deixando decisões em suspenso.

Isto acontece quando os valores predominantes, as regras do jogo aceitas, as relações de poder existentes entre grupos e os instrumentos de força,

separados ou combinados, efetivamente impedem certas queixas de se transformarem em questões maduras exigindo decisões. O texto abaixo de Ham&Hill (1984:66) ilustra a afirmação acima:

o valor da perspectiva da não-tomada de decisões foi demonstrado em um estudo sobre políticas relativas à poluição do ar nos Estados Unidos... As cidades vizinhas, Gary e East Chicago, em Indiana, são produtoras de aço. Embora East Chicago tenha aprovado uma lei controlando a poluição do ar em 1949, Gary não agiu até 1962. Crenson explica as diferenças entre as duas cidades em termos da existência de muitas companhias siderúrgicas diferentes em East Chicago e da dominação de Gary por uma única empresa, a US Steel.

O atraso legislativo de Gary resultou, afirma Crenson, da fama de poder da US Steel. Esta, embora não fosse atora politicamente, exercia seu poder econômico de forma decisiva através de reações antecipadas.

A influência indireta foi neste caso importante. Líderes políticos, antecipando que a US Steel pudesse sair de Gary, afetando negativamente sua prosperidade, não aprovaram uma legislação restritiva. Em contraste, em East Chicago a fragmentação da indústria do aço implicava que fosse mais fácil, para aqueles que procuravam controlar a poluição do ar, assegurar uma ação favorável.

Dessas duas posições, deriva uma terceira em que o exercício do poder atua para modelar as preferências das pessoas, de modo que não existam conflitos abertos nem encobertos, mas conflito latente, estando por detrás dele o sistema de dominação, em que o conjunto prevalecente de valores funciona sistematicamente, mediante sua expressão na organização, beneficiando alguns indivíduos ou grupos em detrimento de outros.

Nesse sentido, a ênfase colocada sobre a superestrutura na construção da política pública pode ser relativizada, principalmente no município. Assim, o estudo do processo de políticas públicas é o estudo dos conflitos entre interesses, o estudo de indivíduos e grupos assegurando posições no interior do Estado relativamente autônomo e então, sendo capazes de fazer escolhas relativas na elaboração e implementação de políticas públicas, restringidas por forças macroestruturais, mas não inalteráveis.

Procurando situar esse debate dentro da discussão da política pública de economia solidária implantada em Campinas, importante citar que os diversos

documentos públicos representados pelos protocolos 61.087 de 2001, 1.577 de 2002, 14.875 de 2004, possibilitaram apoio à gestão, doação de materiais recicláveis, a permissão de uso de áreas institucionais para a construção de barracões, a locação de barracões e a possibilidade de financiamento público através da LOAS e do OP, para todos os empreendimentos solidários, desencadeando um conjunto de ações práticas e ancorando parte das necessidades materiais desses empreendimentos.

Importante citar trechos dos pareceres de procuradores municipais que ilustram a construção institucional da política pública de economia solidária. Para a doação dos materiais recicláveis às cooperativas, relaciono abaixo dois trechos significativos:

... o interesse público se alberga na certeza inconfundível de que a alienação (no caso a doação de materiais recicláveis) ocorrerá em nome do benefício comum, destinado ao proveito geral, ou, ainda, na impositividade de uma necessidade de conteúdo coletivo.

Poderia parecer, à primeira vista, que sempre será mais vantajoso, sob o aspecto econômico, não doar bens, pois, na venda, por exemplo, há o ingresso de recursos. Não é esse o sentido do dispositivo, como também não é verdadeiro que a venda resulta vantajosa para a administração.... No caso em tela, a oportunidade, vale dizer, o alcance social da medida restou registrado quando se tratou do Interesse Público e Finalidade de Uso e Interesse Social....

Quanto à conveniência sócio-econômica, propôs-se a doação como melhor opção em face do objetivo social desejado, valendo destacar que nada mais justo e profícuo que converter em proveito da população os resíduos gerados por ela mesma¹⁴.

Para a cessão de uso de área institucional para a construção de barracões de reciclagem, dois outros textos são elucidadores:

Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade.... Permissão de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público.... Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao

¹⁴ Protocolo 61.087, que possibilitou a doação de materiais às cooperativas de reciclagem. 2001, pgs. 29 e 100.

particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.

Diante do exposto, entendo que a autorização de uso não poderá ser aplicada ao caso em tela. Já a permissão de uso e a concessão de uso serão adequadas, dependendo do seguinte: se as despesas decorrentes da construção das usinas de reciclagem de lixo correrem por conta da Municipalidade, será cabível a permissão de uso; se as próprias cooperativas assumirem as despesas, o instituto da concessão de uso será mais adequado¹⁵.

Esses protocolados foram gerados a partir da definição de como seria desenvolvida a política pública de economia solidária, centrada na formação de grupos associativos sob forma jurídica de cooperativas, através de um processo indutivo (FRANÇA FILHO EM MEDEIROS, SCHWENGBER, SCHIOCHET, 2006) junto à trabalhadores contratados emergencialmente para limpeza da cidade durante o primeiro semestre de 2001. Houve uma orientação do governo municipal, gestão 2001-2004, no sentido de proceder a uma discussão com estes trabalhadores sobre o programa.

Interessante ressaltar que eles antecedem o decreto municipal 14.265 de 2003 que instituiu o “Programa de Doação de Material Reciclável de Lixo Doméstico às Cooperativas ou Associações Populares de Trabalhadores em Reciclagem” discutida no capítulo 7.

Não havia até o presente momento na Prefeitura Municipal de Campinas um precedente que embasasse a posição da procuradoria municipal; a posição foi de que a doação de materiais recicláveis por parte da Prefeitura para as cooperativas de reciclagem, fomentadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, estava embasada no interesse público, proveito geral, conteúdo coletivo.

Esses posicionamentos de profissionais da burocracia municipal configuram, em minha visão, uma relativa autonomia destes profissionais ao assumirem posições inéditas; no caso do protocolo 61.087 de 2001, rigorosamente esses materiais deveriam ser submetidos a um processo de licitação para se verificar o melhor preço para a venda.

¹⁵ Protocolado 1.577 de 2002, que possibilitou a permissão de uso de áreas institucionais para as cooperativas. 2002, pg. 11.

Evidentemente o comércio local de aparistas (comerciantes que negociam os materiais recicláveis junto à indústria recicladora), em caso de processo licitatório, compraria os materiais reciclados, pois estão estabelecidos no negócio há décadas e teriam todas as condições para ganhar a licitação.

Mesmo considerando que não houve “lob” dos aparistas junto aos profissionais da burocracia da Prefeitura, é importante ressaltar que as posições assumidas por estes procuradores municipais configuram uma posição autônoma, em que a sensibilidade social se fez presente. Claro que os gestores públicos de economia solidária, envolvidos na construção da política pública atuaram, discutiram a natureza da política pública e sua função social.

O protocolo 14.875/04 refere-se a um convênio assinado entre a Empresa Municipal de Saneamento e Abastecimento, a SANASA, a Prefeitura Municipal de Campinas e a Cooperativa de Processamento de Materiais Recicláveis Remodela, visando o processamento de biodiesel a partir de óleo de cozinha reciclado. Sobre as atribuições definidas no convênio, importante ressaltar que a SANASA e a Prefeitura se obrigaram a realizar campanha de divulgação e disponibilizar recursos humanos, físicos e materiais para a realização do projeto (funcionários para a coleta do óleo reciclável, locação de espaço, caminhão para coleta, equipamentos).

À cooperativa Remodela coube prioritariamente contribuir com a campanha de divulgação, através do contato com os geradores de óleo reciclável e capacitar os cooperados para captação de óleo reciclável, produção e comercialização do biodiesel¹⁶.

Esse convênio foi um caso típico de mudança de processos de política pública, quando um grupo organizado de pessoas que havia feito um curso sobre associativismo, busca apoio do poder público para desenvolvimento de um projeto que lhes interessava, diferenciando dos demais que foram induzidos pelo Poder Público Municipal. Esse foi um caso ainda mais complexo, se considerarmos tratar-se de política pública ambiental e geração de trabalho e renda associada.

¹⁶ Detalhes do processo de construção dessa ação no capítulo 7.

A ousadia dos gestores públicos, tanto da direção da SANASA, quanto da Prefeitura foi considerável, porque foi assinado um convênio com um empreendimento (solidário, mas não deixa de ser empreendimento) com repasse de recursos humanos e materiais, sem que nenhum processo licitatório fosse realizado, embora embasado por um marco legal (Lei 10.039/1999¹⁷).

Ambas as instituições públicas agiram na lógica de apoiar o que a burocracia desaprovava, pois uma Lei municipal está necessariamente subordinada à Lei Federal, no caso, a Lei das licitações, 8666. Essa ação de política pública caracteriza-se como um caso típico de vontade política dos dirigentes que comandavam a gestão pública naquele momento, sem sofrer qualquer tipo de enfrentamento de forças antagônicas.

Existe uma característica na aplicação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, nesse caso, em economia solidária, que nos parece ser dominante de norte à sul do país, que é um certo apoio a distância de setores hegemônicos da sociedade, no sentido de irem avaliando até que ponto seus interesses não estão sendo ameaçados. No terceiro capítulo tem um relato sobre o mapa da economia solidária no Brasil, mostrando que a economia solidária ainda está longe de ameaçar a hegemonia. Com certeza reside nesse fato, a praticamente falta de oposição à essas políticas públicas que estão sendo implementadas.

5.5 - Conclusão.

Avançando na análise de políticas públicas e sua relação com o Estado, Ham&Hill (1984) destacam as principais correntes de pensamento sobre a ação do Estado na implantação de políticas públicas. A primeira delas, o pluralismo, enfatiza que o Estado está sujeito a modelagens por grupos de pressão e que as políticas públicas são basicamente um reflexo das preferências destes grupos.

A segunda, o neo-pluralismo, ou elitismo, restringe a influência de grupos sociais de pressão à um pequeno número de grupos de interesses sociais bem organizados, que têm meios eficazes para atingir seus objetivos; a terceira

¹⁷ Detalhes da Lei no capítulo 7.

corrente, o marxismo, indica a influência de interesses econômicos sobre a ação política e vê o Estado como um importante meio de manutenção da dominação de classes sociais particulares; as teorias corporativas também mostram as mudanças econômicas nas sociedades industriais como tendo um significativo impacto no papel do Estado e na sua interação com outros atores políticos.

Optar por uma das teorias de Estado parece-me menos útil que adotar um enfoque que contemple as várias visões das diferentes teorias. A força da análise marxista reside no fato de dirigir sua atenção ao contexto econômico da atividade política. Ao nos lembrar que o Estado, em sociedades industrializadas ocidentais, funciona em uma economia capitalista na qual o objetivo de acumulação de capital é fundamental, a teoria marxista evita a armadilha de analisar o comportamento político isoladamente de fatores que têm influência significativa sobre ele.

Embora seja claro que o Estado na sociedade capitalista não é completamente independente de interesses econômicos, é igualmente claro que o Estado capitalista não é meramente um instrumento de dominação de classes e que ele pode servir a interesses não-hegemônicos.

Em particular, há uma necessidade de se ter em mente como as relações de poder se estabelecem na aplicação de políticas públicas, sejam as familiares, as de grupos de pressão com força social organizada, as derivadas de formas de dominação étnica e religiosa, criando laços com o poder político que escapam à lógica da dominação de classes.

Creio que em governos locais esta afirmação acima seja mais aplicável, pois as relações são mais próximas e pessoais, enquanto que nos governos estaduais e federais as relações são estabelecidas em cima de macro políticas, distantes do dia a dia do cidadão comum.

Um dos pontos importantes para o qual essa discussão chama atenção, segundo Ham&Hill (1984), é a relação entre os gestores públicos representantes do Estado e os cidadãos, sejam enquanto indivíduos organizados ou não. O Estado deve ser analisado como um conjunto de instituições envolvendo conflitos entre uma série de interesses, não apenas entre classes sociais, com particular

atenção para o relacionamento entre membros do governo e cidadãos como uma fonte potencial de conflito.

Esses relacionamentos podem tomar várias formas como, por exemplo, entre o contribuinte e o cidadão que vai pagar seu imposto, entre o morador da casa própria em um sistema tipo Cohab e o funcionário do serviço de habitação e entre o aposentado e o funcionário da previdência. Embora caiba ao Estado o papel de mediador das relações de classe, os autores afirmam que uma teoria adequada do Estado deve considerar também lutas não baseadas em classes.

Fazendo a ponte entre a afirmação acima e a construção da política pública em economia solidária, importante considerar as relações:

- a) entre os gestores públicos responsáveis pela aplicação da política pública na discussão com outros gestores públicos.
- b) entre os gestores públicos responsáveis pela aplicação da política pública, na discussão com os sujeitos de fora do Estado e interlocutores da sociedade civil dessa política pública em construção, e
- c) dos gestores públicos não responsáveis pela aplicação da política pública com os interlocutores da sociedade civil dessa política pública em construção.

As relações do tipo item a, são aquelas estabelecidas entre um gestor público que tem, pelo menos, um mínimo de conhecimento acumulado em economia solidária e um gestor público inserido na estrutura pública, que “ouviu comentários” a respeito de implantação de “cooperativas” na Prefeitura. O gestor público responsável pela política pública em economia solidária, na maioria das vezes, ocupa cargo em comissão, enquanto o outro gestor, majoritariamente é concursado, provocando inevitavelmente uma relação com tensões e alguma desconfiança.

O gestor com cargo em comissão é visto como aquele que é transitório, ganha muito e inventa uma porção de ações que não serão sustentadas por um próximo governo; outras vezes é visto como aquele que veio para intermediar um esquema de mau uso da máquina pública pelo partido que o contratou.

O gestor concursado, efetivo na estrutura do Estado, é visto como acomodado, não sensível às causas sociais ou à serviço de algum esquema de mau uso da máquina pública. Aquele que deseja a implantação da política pública considera que o Estado está paralisado, inoperante, lento e o outro considera toda iniciativa inovadora como complicada, geradora de possíveis ações contestatórias e parte do pressuposto, quando necessita analisar alguma proposição do ponto de vista jurídico, que a proposta incorre em ilegalidade. Evidentemente que esse quadro inicial freqüentemente dado, pode ser transformado ao longo da implantação da política pública.

Uma das questões importantes relacionadas à implantação de políticas públicas em economia solidária, presente nas discussões junto à rede de gestores públicos e na I Conferência Nacional de Economia Solidária é a importância dada à necessidade de buscar os meios para que a política pública em economia solidária torne-se uma política de Estado e não de governos. A outra questão relevante é a busca de envolvimento de gestores públicos concursados nos programas em implantação.

As relações do tipo b acontecem em um espaço público em construção e, embora sujeitas à tensões e conflitos, elas são positivas e trazem possibilidades amplas de saídas, soluções inovadoras, fazendo com que ocorram avanços na implantação da política.

Os interlocutores do movimento social de economia solidária são oriundos de dois segmentos, sendo um deles proveniente de um contingente de trabalhadores desempregados, com baixa escolaridade, baixa auto-estima e famílias situadas em sua maioria em situação de vulnerabilidade social; o outro segmento, oriundo dos setores médios, que participam do movimento de economia solidária através de ONG's., ITCP's. Igrejas.

Os gestores públicos em economia solidária, esses dois segmentos citados e os gestores públicos participantes do programa de forma indireta são os sujeitos fundamentais que compõem o espaço público de construção da economia solidária.

As relações do tipo c acontecem mais freqüentemente em empreendimentos solidários mais específicos, como os da reciclagem, em que um conjunto de funcionários efetivos do Departamento ligado ao programa de coleta seletiva, que atuam na ponta, tem uma relação diária envolvendo o destino dos materiais recicláveis para as cooperativas de reciclagem. Trata-se de uma relação permeada de conflitos, de dificuldade de compreensão dos papéis de cada parte envolvida.

Ainda dentro dessa categoria de relações, estão os funcionários públicos que atuam em programas de intersetorialidade, como os profissionais da saúde, da educação, da habitação que já estão mais familiarizados com os programas de geração de trabalho e renda com foco em economia solidária. Para esses, a relação estabelecida é de apoio, sendo que, muitas vezes, parte desses profissionais já fez algum tipo de formação em economia solidária.

6 - Políticas Públicas de Economia Solidária Desenvolvidas no Governo Federal, Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.

6.1 - Introdução.

Neste capítulo faço uma análise das intencionalidades, expressas em documentos oficiais, marco legal e pesquisas de mapeamento, das experiências de políticas públicas de economia solidária no Governo Federal, Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de São Paulo, Osasco, Santo André.

6.2 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida pela SENAES.

6.2.1 - Os Objetivos da SENAES.

A articulação política do nascente movimento de economia solidária, organizado no FBES acelera a criação em junho de 2003 da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com a missão de “combater a desigualdade e a exclusão social mediante a operacionalização do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”¹⁸.

Os objetivos da SENAES estão assim definidos:

- a) contribuir para a geração de trabalho e renda através da economia solidária;
- b) participar de políticas estratégicas de combate à pobreza através do fomento à economia solidária;
- c) contribuir para a consolidação das políticas públicas federais, estaduais e municipais voltadas à economia solidária;
- d) promover, fomentar e fortalecer a economia solidária no Brasil.

¹⁸ Site do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2003. www.mte.gov.br

O primeiro aspecto a ser considerado é a própria definição do programa, caracterizando-o como um programa em desenvolvimento, isto é, uma política pública em construção, necessitando de consolidação, maturação e definição de novos rumos na medida em que se aplica os objetivos estratégicos definidos nesse primeiro momento. Os objetivos do programa apontam claramente para o fomento da economia solidária nos três entes da federação, entendendo-a como instrumento adequado de política pública para a geração de trabalho e renda com inclusão social.

6.2.2 - As Ações Desenvolvidas pela SENAES¹⁹.

Assim, entre as ações desenvolvidas no triênio 2004, 2005, 2006, destacam-se o diagnóstico das experiências de economia solidária que acontecem no país, a construção dos Centros Públicos em Economia Solidária em diversos municípios brasileiros e a realização das Conferências Estaduais e da I Conferência Nacional em Economia Solidária e os agentes comunitários regionais.

6.2.2.1 - Diagnóstico das Experiências de Economia Solidária no Brasil²⁰.

A primeira das ações inscreve-se em uma estratégia de identificar as construções em economia solidária que ocorrem nas diferentes regiões do país, através do Atlas da Economia Solidária no Brasil identificando a sua origem, participantes, tipos de atividade, patrocinadores, influência na vida econômica, política e social da comunidade do território envolvido e a sustentabilidade dos empreendimentos. Esse mapeamento ocorreu no segundo semestre de 2005, sendo visitados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários, em todas as unidades da federação, totalizando 2.274 municípios. Esses dados constituirão o SIES, um banco de dados público eletrônico.

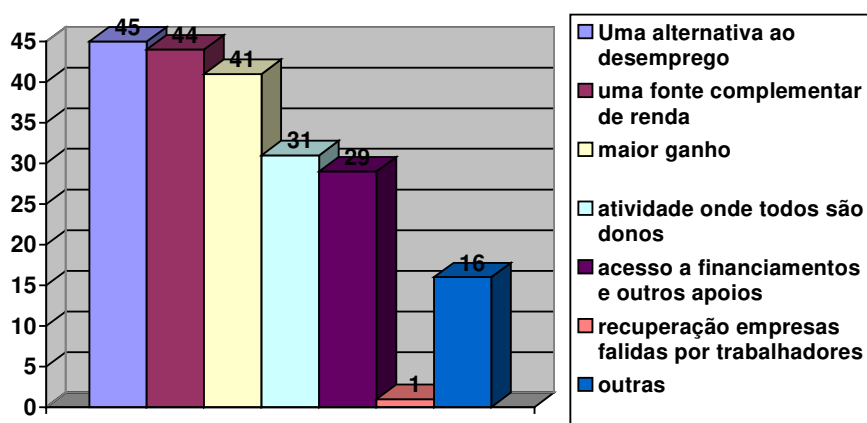
¹⁹ Site do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES. www.mte.gov.br

²⁰ Site do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, Atlas de Economia Solidária www.mte.gov.br.

Os dados relacionados no gráfico 1 são muito significativos quando observamos que cerca de 45% dos sócios dos empreendimentos solidários consideram questões relacionadas a alternativa ao desemprego, fonte complementar de renda e maior ganho como fatores de engajamento, reforçando a tese de França Filho e Laville (2004) que a economia solidária no Brasil tem um caráter de política pública de inclusão social, conforme discutido no capítulo 4.

Importante considerar que 31% dos que consideram como motivo o fato de todos serem donos do empreendimento, indica uma tendência ao trabalho com a economia solidária dessa parcela, configurando-se como um forte elemento de influência para os demais.

Gráfico 1 – Motivo para opção por trabalho em empreendimentos solidários.



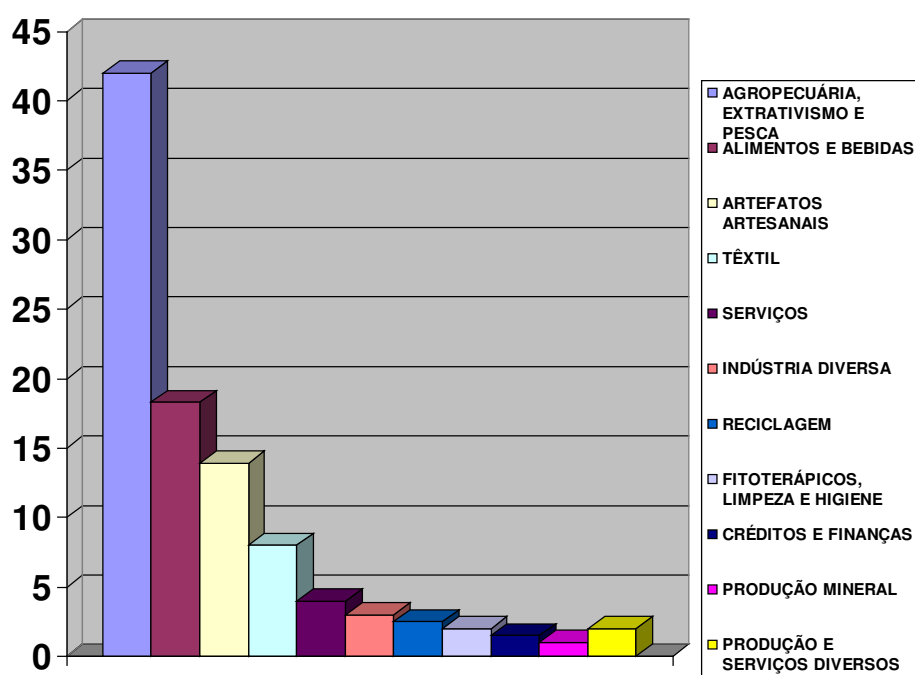
O gráfico 2 mostra que a economia solidária atua em setores de baixa escala e baixo valor tecnológico agregado, estando mais presente nos setores de produção agropecuária, extrativismo e pesca (42%). Trata-se de empreendimentos que atuam na lógica do desenvolvimento local sustentável, gerando trabalho e renda para comunidades em sua maioria rural e urbano rural.

O apoio das entidades de fomento e poder público contribuem para o desenvolvimento de técnicas de cultivo e produção na agropecuária, no extrativismo e na pesca não agressoras e naturais, como os cultivares orgânicos,

isentos de agro químicos. Produtos dessa natureza têm alto valor de mercado, possibilitando efetiva melhoria de renda para essas populações.

A área de alimentos e bebidas, que envolve o urbano e rural, aparece em segundo lugar com 18,3% dos empreendimentos solidários, oriundos de associações de produtores, seguido da produção de artefatos artesanais com 13,9%. Os demais estão abaixo da linha de 10%, representando setores mais ligados à área urbana, como têxtil, serviços, indústrias diversas, coleta e reciclagem de materiais, crédito e finanças.

Grafico 2 – Segmentos econômicos da economia solidária.



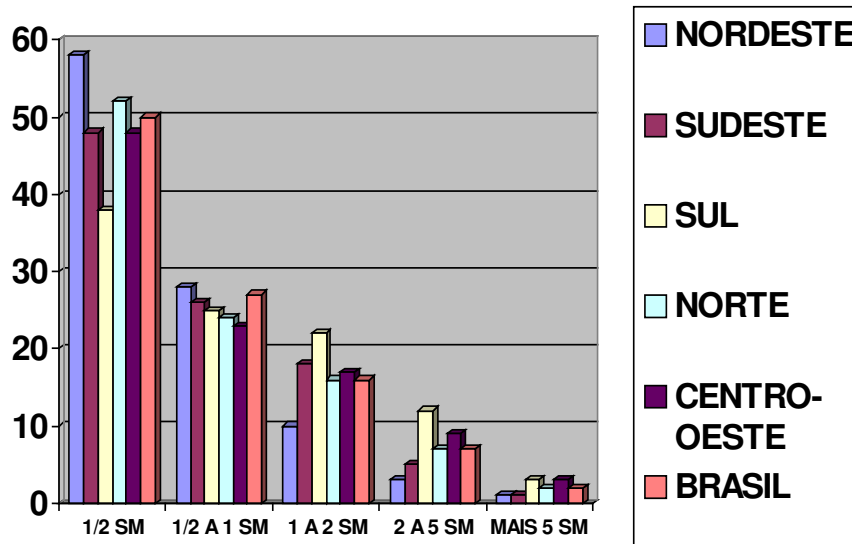
A comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos solidários acontece nos espaços locais em sua quase totalidade, sendo que apenas 7% é comercializado fora de seu território e 2% realizam transações internacionais. O fato de serem comercializados na localidade pode ser positivo como negativo, dependendo mais da regularidade e do valor agregado na comercialização. Os

resultados financeiros mostram que 38% dos empreendimentos solidários obtém sobras, 16% são deficitários, 33% não obtiveram sobras, porém pagaram as despesas realizadas e 13% não informaram.

O gráfico 3 mostra uma situação muito ruim sobre a remuneração dos empreendimentos solidários, pois dos que informaram a remuneração (59,3%), metade deles apresenta remuneração de até meio salário mínimo. Os empreendimentos solidários do Sul estão entre os que apresentaram melhor desempenho econômico. Esses dados refletem a precariedade do retorno financeiro aos membros desses empreendimentos, necessitando a formulação de políticas públicas que enfrentem essa situação, como a financeirização desses empreendimentos via compras públicas, criação de canais de comercialização e melhoria do valor agregado dos produtos.

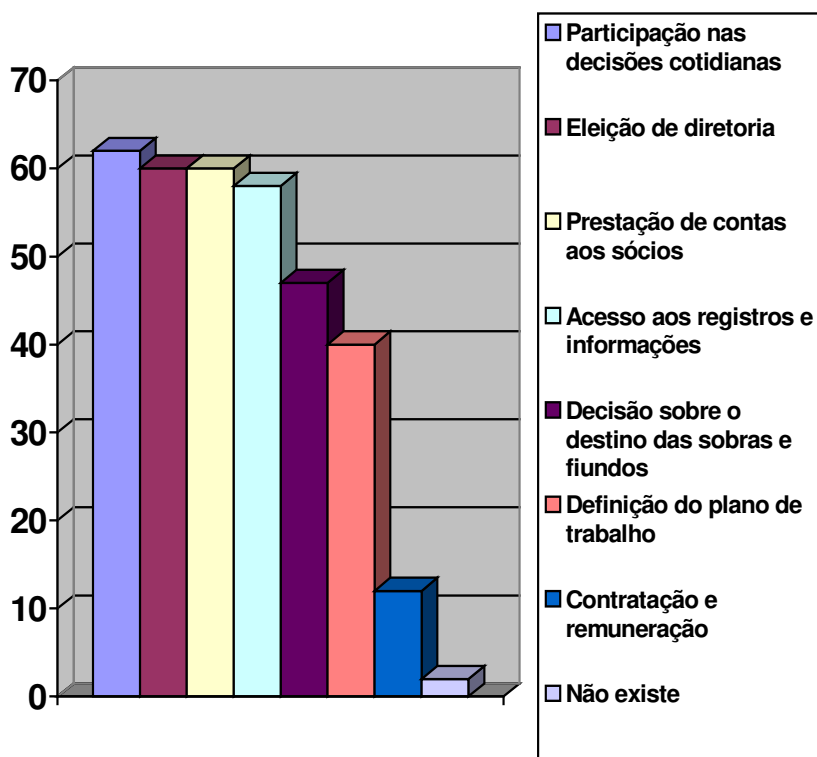
Esses dados confirmam o caráter da política pública de economia solidária em construção, pois caso contrário estaria dando como configurada uma situação de que os empreendimentos solidários serviriam tão somente para manter esses sujeitos em uma situação de precariedade de condições de vida e trabalho, reforçando a tese de Barbosa (2004), de que a economia solidária serve à economia de mercado e seus aliados na escalada crescente de retiradas de direitos sociais.

Gráfico 3 – A remuneração nos empreendimentos solidários.



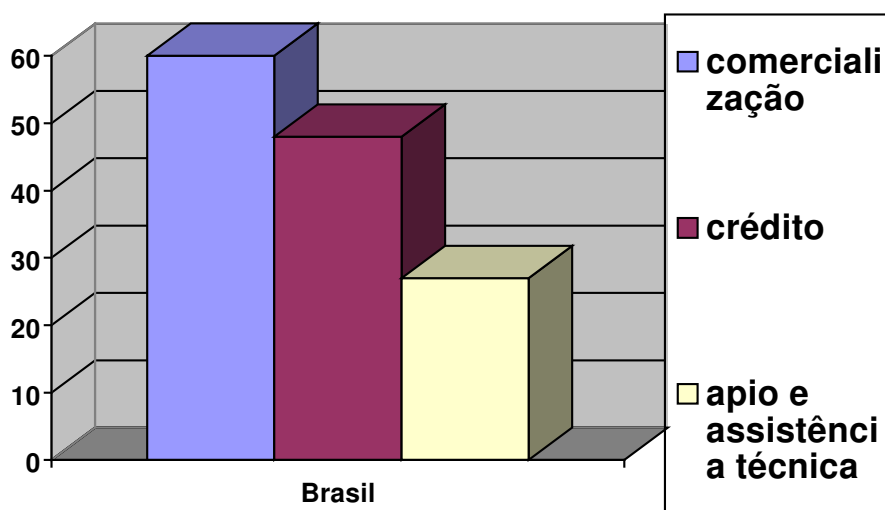
Na gestão dos empreendimentos, o Atlas de Economia Solidária mostrou que 79% dos empreendimentos realizam assembléias em até três meses, 49,2% mensais, 10,5% semanal ou quinzenal e 11,2 bimestral ou trimestral. O gráfico 4 mostra as formas de participação dos sócios nos empreendimentos, chamando a atenção para o fato que a gestão dos empreendimentos solidários tem seguido critérios de participação democrática efetivos, caracterizando consonância com a categoria “democracia nos processos decisórios” definida por França Filho e Laville (2004) e Singer (2003).

Gráfico 4 – As formas de participação dos sócios nos empreendimentos.



As dificuldades mais expressivas levantadas pelos empreendimentos, referem-se à comercialização (60%), crédito (48%) e assistência técnica (28%) (gráfico 5). Esses dados são muito significativos para reforço na tese de política pública em construção e para tomada de decisões sobre políticas públicas, pois podemos observar que questões relacionadas ao efetivo apoio do Estado nas compras públicas contribuirão para uma considerável melhoria da comercialização, assim como, crédito e apoio tecnológico complementam o aporte necessário.

Grafico 5 – As dificuldades dos empreendimentos solidários.

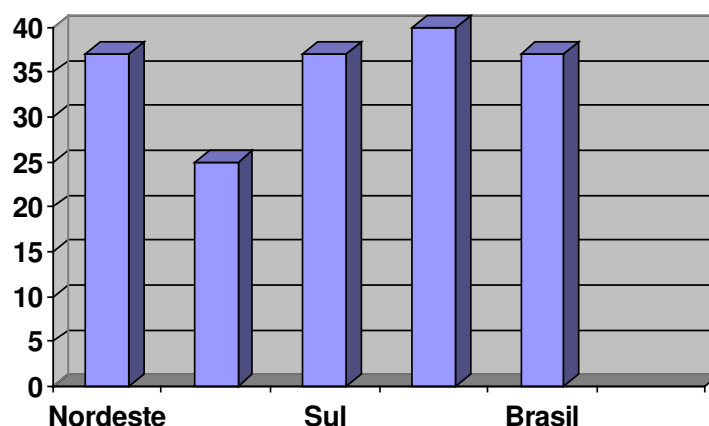


O gráfico 6 mostra que existe cooperação entre os empreendimentos solidários em ações de aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros empreendimentos econômicos solidários e comercialização ou troca de seus produtos ou serviços com outros empreendimentos da economia solidária.

No Brasil 37% afirmam praticar cooperação e nas regiões o destaque é da região Centro Oeste, com 41% afirmando praticar ato cooperativo. A cooperação está entre as categorias definidas por França Filho e Laville (2004) e Singer e Souza (2003) para caracterização da economia solidária.

A média nacional de 37% praticando cooperação intra e entre os empreendimentos não chega a ser um número muito expressivo, porém, dado o curto tempo de emergência da economia solidária no Brasil, podemos considerar esses números expressivos, confirmando, em minha opinião, a posição de França Filho e Laville (2004) sobre a grande sociabilidade existente nos setores populares no Brasil, aliado à uma baixa participação institucional do Estado no fomento à economia solidária.

Gráfico 6 – Cooperação nos empreendimentos solidários.

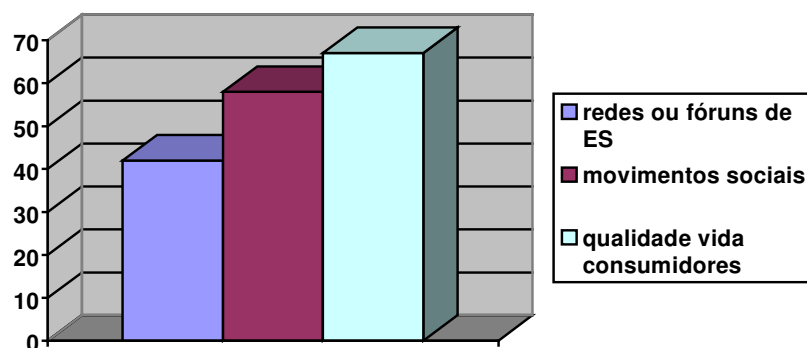


Os empreendimentos solidários mostram preocupação com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços, com 67% afirmando tal compromisso; o compromisso social e comunitário e a participação em movimentos sociais e populares totalizam cerca de 58%, enquanto que participação em redes ou fóruns de economia solidária têm a participação de 42% (gráfico 7).

Esses dados indicam uma tendência positiva dos empreendimentos solidários agindo em consonância com as categorias “sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional” definidas por França Filho e Laville (2004).

A “sociabilidade comunitário-pública” relaciona-se com formas de sociabilidade para dentro do empreendimento, diferenciando do modelo organizacional que os empreendimentos do mercado utilizam; a “finalidade multidimensional” tem relação com a ação do empreendimento solidário para o externo, para as relações sociais, extremamente importantes na diferenciação das formas econômicas dominantes, tanto de mercado como estatal.

Gráfico 7 – Compromisso social e comunitário e a participação em movimentos sociais.



Dados do Atlas sobre Economia Solidária sobre a preocupação com a qualidade de vida e meio ambiente mostrou que 28% dos empreendimentos afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 32% afirmam realizar o aproveitamento dos resíduos. Esses dados são reveladores, pois mostram que 60% dos empreendimentos apresentam preocupação com o ambiente. Sendo uma preocupação muito acentuada entre os fomentadores do movimento de economia solidária, entre eles Gestores Públicos e ONG's., é possível concluir que a discussão sobre as questões ambientais está presente no interior do movimento.

6.2.2.2 - Centros Públicos de Economia Solidária.

A segunda das ações deu-se através dos Centros Públicos de Economia Solidária, nos quais as pessoas e entidades construtoras da economia solidária fazem-se presentes e participando da gestão desses espaços, caracterizando-se como espaços públicos de construção, em que uma das características da economia solidária pontuada por França Filho e Laville (2004:167), a da finalidade multidimensional, acontece, pois os empreendimentos solidários extrapolam a finalidade de satisfação dos associados, objetivando ampliar o número de pessoas beneficiadas, aproximar produtor e consumidor e atuar na discussão dos problemas da comunidade do entorno e da região.

Os Centros Públicos tem como objetivos:

- a) Estimular o diálogo e a integração das políticas públicas de economia solidária com outras políticas que possam ser complementares a esta;
- b) Abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária sejam elas governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;
- c) Apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de economia solidária;
- d) Promover ações voltadas ao desenvolvimento local;
- e) Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária;
- f) Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a comercialização e divulgação da produção dos empreendimentos de economia solidária;
- g) Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outras atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;
- h) Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;
- i) Abrigar nas suas dependências, onde houver, as Secretarias Executivas dos Fóruns.

Os Centros Públicos em Economia Solidária caracterizam-se como espaços privilegiados de construção da economia solidária, retomando a discussão feita no capítulo 2 por Polanyi (2000) ao argumentar que a história da humanidade sempre utilizou o fazer econômico de forma subordinada ao social, sendo recente, a partir do século XIX, a subordinação do social ao fazer econômico.

Os Centros Públicos em Economia Solidária possibilitam uma nova inversão dessa lógica ao aproximar pessoas interessadas em participar de empreendimentos solidários, organizações da sociedade civil, poder público como apoiadores e comunidade do entorno, eventualmente interessada em prestações de serviços e produtos que necessitem.

Além disso, essa lógica de relação não segmenta os interesses e possibilita que ações possam ser desenvolvidas em benefício não só dos interesses de consumo da população do entorno, mas da preservação do ambiente, impedindo

projetos que causem impactos ambientais negativos; os Centros Públicos em Economia Solidária possibilitarão, ainda, a geração de renda e desenvolvimento local sustentável, ampliando os laços de fortalecimento entre o empreendimento solidário e a comunidade do entorno.

6.2.2.3 - As Conferências Estaduais e Nacional de Economia Solidária.

Por último, é importante destacar a realização das Conferências Estaduais de Economia Solidária realizadas no início de junho de 2006 em todos os estados da Federação e a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária de 26 a 29 de junho de 2006 em Brasília. Os delegados das Conferências Estaduais foram eleitos para participação na I Conferência Nacional (segundo critério definido no regulamento elaborado pela Comissão Executiva Nacional da Conferência) seguindo a proporcionalidade de 25% para gestores públicos (executivo, legislativo e judiciário), 25% para entidades de fomento à economia solidária (Incubadoras, ONG's.) e 50% para os empreendimentos econômicos solidários e suas organizações de representação como a ANTEAG e UNISOL.

O documento base preparatório à I Conferência Nacional²¹, resultado de todas as Conferências Estaduais realizadas, acrescido das emendas incorporadas por ocasião de sua realização, apresentou para discussão três eixos temáticos:

- I) Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo;
- II) O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas;
- III) Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social,

sendo que o eixo temático III tratou especificamente de políticas públicas em economia solidária.

²¹ Site do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, www.mte.gov.br

Importante observar que o primeiro eixo aponta para a construção de economia solidária dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo, indo além das categorias definidas por Pochmann (2004a) e Santos (1987).

Entre os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas em economia solidária elencadas no texto base e emendadas por ocasião da I Conferência Nacional destaco:

- a) ...tornar as políticas atuais...em políticas perenes, de Estado..., com definição e publicização dos recursos orçamentários...através da criação de um Fundo de Desenvolvimento de Economia Solidária,...respeitando o pacto federativo. Para tanto é necessário que a economia solidária ganhe relevância no cenário nacional....
- b) A existência da SENAES, do CNES e a de criação órgãos semelhantes em estados e municípios contribuem para o fim acima proposto ...mas não basta...é necessário o envolvimento e engajamento dos movimentos da economia solidária nos espaços de gestão pública, exercendo o controle social...garantindo a autonomia e independência do movimento. Além disso,...é necessário ampliar o espaço institucional da economia solidária no governo federal,...o que implica no fortalecimento da SENAES,...criando órgãos governamentais nos estados e municípios, com legislação específica e controle social....
- c) Outro desafio do Estado brasileiro é garantir que as políticas públicas de economia solidária e sua implementação, não estejam subordinadas à manutenção da lógica capitalista e de seus instrumentos e mecanismos.

Importante destacar que a I Conferência Nacional ressalta a necessidade de perenizar as políticas públicas de economia solidária, propondo, entre outras ações para atingir esse fim, a criação de um fundo que compreenda as três esferas de governo. Porém, os debates da I Conferência Nacional avançam ainda mais, ao propor que a perenização das políticas públicas devem vir acompanhadas de controle social e sua implementação não siga a lógica da economia de mercado.

Na discussão sobre a economia solidária na Europa, França Filho e Laville (2004), argumentam que a institucionalização da economia solidária está tornando o movimento um apêndice do Estado, colocando em risco a sua independência; e aponta para a pouca ou quase inexistência dela no Brasil. O resultado da I

Conferência Nacional traz a dupla preocupação, de reforçar a sua institucionalização, porém com controle social.

Enquanto concepção de política pública, o documento base, emendado na I Conferência Nacional, aponta para:

- a) A economia solidária não pode ser vista como residual, subordinada,...compensatória aos impactos das crises do capitalismo....
- b) O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência desses sujeitos sociais,...novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para o seu desenvolvimento, tal qual a outros segmentos sociais.
- c) A política pública de economia solidária deve ser uma política de desenvolvimento sustentável, com participação democrática...não relegada às políticas de corte assistencial ou compensatórias, e sim integradas à estas como alavanca emancipatória....
- d)Esta política deve permitir a participação popular em sua elaboração e demandar ações transversais com as várias áreas do Estado....
- e) É também fundamental que as políticas públicas de fomento à economia solidária considerem a diversidade dos sujeitos e protagonistas dessa economia, a diversidade de suas organizações e demandas....
- f) As políticas públicas de economia solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição desse sujeito político garantindo a pluralidade de suas representações, e a valorização dos saberes populares na construção desse protagonismo....

A I Conferência Nacional de Economia Solidária parte do pressuposto que a economia solidária deve ser concebida como uma forma de economia que tem um campo próprio, uma dinâmica de afirmação que a torna além de um simples apêndice das economias de mercado e estatal, por isso, é denominada de uma política pública de desenvolvimento sustentável, democrática e socialmente justa.

Ao democratizar os meios de produção, ela democratiza aquilo que a economia de mercado não pode, pois é de sua natureza a privatização desse bem econômico, isto é, a sua apropriação privada.

A economia solidária leva vantagem em relação à economia de mercado também na questão da sustentabilidade, pois, tem plenas condições, sem contradições, em desenvolver atividades que levem em consideração somente àquelas que não agredem o ambiente, pois é de sua natureza construir empreendimentos solidários em espaços públicos, levando em consideração essa relação de cumplicidade entre necessidade de produção e de demanda.

Laville in França Filho, Laville, Medeiros e Magnen (2006, p.55) traz para o debate uma posição que se aproxima dessa concepção de economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, democrática e socialmente justa, não subsidiária à economia de mercado. Argumenta que:

....A conjuntura se presta a um diálogo, particularmente com os movimentos anti-mundialização, que questionam a passagem de um discurso unicamente crítico para um discurso articulando crítica e propostas por uma outra mundialização. A economia solidária contribuiu para tal aproximação;...o Movimento Social dos Desempregados e Precários definiu um programa nacional de desenvolvimento da economia solidária...Enfim, uma evolução da posição dos sindicatos pode ser notada,...através de uma atenção dedicada às novas solidariedades.

Uma política pública de economia solidária reafirma novos sujeitos dentro do Estado Republicano e Democrático em que está inserida, com a particularidade no Brasil dada pela imensa diversidade de práticas desse campo e de sujeitos que “guardam um vínculo importante com uma tradição mais antiga de economia popular. Essa é a razão pela qual muitos preferem designar este campo de práticas sob a rubrica de “economia popular e solidária (FRANÇA FILHO, in FRANÇA FILHO, LAVILLE, MEDEIROS E MAGNEN (2006, p.58)”.’.

Essa tradição de economia popular sendo atraída para os conceitos de economia solidária, parece fundir sujeitos sociais distintos de práticas e de conteúdos, mas que na economia solidária encontram pontos de convergência.

De um lado esse público que sempre buscou através de sua tradição na pesca, no artesanato, no extrativismo, na agricultura, na reciclagem, na improvisação no grande centro urbano, sobreviver vendendo a sua produção ou seu serviço, podendo ser categorizado como um sujeito de consciência do senso comum (SANDOVAL, 1994).

Por outro lado, o agente social, inconformado com o processo de construção da riqueza no país, manifestou essa inconformidade nas lutas por moradia, por terra, por direitos sociais, tanto nos movimentos sociais, como nos sindicatos e partidos políticos. Apresentou-se como sujeito de consciência populista, ou crítica ou revolucionária (SANDOVAL, 1994).

Ainda um outro, que busca contribuir no voluntariado, preocupado com a desigualdade social, busca agir na vida guiado pelo senso comum de sua classe social, geralmente a classe média, com forte conteúdo humanitário.

Todos esses sujeitos sociais são os homens e mulheres que compõem o universo de agentes da economia solidária no Brasil.

Entre os objetivos discutidos e aprovados na I Conferência Nacional de Economia Solidária destacam-se:

- a) Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária;
- b) Contribuir para a geração de riqueza, melhoria na qualidade de vida e conseqüente erradicação da fome e das causas da pobreza;
- c) Contribuir para a eqüidade de gênero, raça, etnia e de geração...nos espaços decisórios da economia solidária;
- d) Democratizar e promover o acesso da economia solidária aos fundos públicos e aos instrumentos de fomento, aos meios de produção e às tecnologias sociais
- e) Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente;
- f) Contribuir para a inclusão social e a participação das pessoas com deficiências, transtorno mental, dependência química, egressos do sistema prisional, entre outros;
- g) Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, respeitando as particularidades dos diferentes biomas e ecossistemas e utilizando suas potencialidades de forma racional.

As categorias propostas por França Filho e Laville (2004) e Singer e Souza (2003), estão presentes nesses objetivos propostos. Para acontecer a pluralidade dos princípios econômicos, uma das categorias propostas, é necessário os “espaços públicos de proximidade”, em que produtores e consumidores possam estar juntos nessa construção; além desses sujeitos, esses espaços públicos

possibilitam que voluntários, representantes da economia estatal e de mercado possam estar presentes, não significando, porém, qualquer subordinação a qualquer uma dessas formas de economia.

Outra categoria presente, a da finalidade multidimensional, está presente quando, entre os objetivos propostos, surgem questões como o reconhecimento das diversas formas de organização da economia solidária, a geração de riquezas possibilitando o fim da miséria e da pobreza, a equidade de gênero, raça, etnia e geração e estímulo junto aos diversos segmentos sociais de práticas relacionadas ao consumo consciente e de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis.

As prioridades discutidas e aprovadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária tem como eixo central a proposta de criação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, com a função precípua de “favorecer a inserção da Economia Solidária no mercado interno, com visibilidade e divulgação de seus produtos, e a implementação de proteções e salvaguardas nas relações comerciais com o exterior”²²....

A I Conferência Nacional de Economia Solidária deliberou que, para avançar na superação dos desafios e na realização de seus objetivos, a política pública de economia solidária deverá priorizar ações, como as abaixo, voltadas à superação dos principais entraves existentes para a consolidação dos empreendimentos solidários em redes e cadeias produtivas:

- a) Educação contextualizada.
- b) Acesso à infra-estrutura para a produção, distribuição, comercialização e consumo.
- c) Canais justos e solidários de comercialização e distribuição da produção e consumo.
- d) Acesso e organização dos serviços de crédito.
- e) Reconhecimento jurídico dos empreendimentos solidários e das atividades desenvolvidas.
- f) Divulgação, formação, assistência técnica e desenvolvimento tecnológico.
- g) Aproveitamento e ampliação do poder de compra de bens e serviços pelo Estado,... a exemplo do que já ocorre em outros

²² Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, encontrado no site do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES. www.mte.gov.br.

países e no Brasil através do Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e do Programa de Biodiesel na aquisição de sementes de oleaginosas, pela CONAB, órgão do Governo Federal. Para facilitar o acesso às compras públicas nos três níveis de governo, ... propõe-se a revisão da Lei 8666, ou Lei das Licitações.

- h) A Lei 5.764, chamada com a Lei Geral do cooperativismo em vigor, é de 1971.... É necessário mudá-la por uma Lei adequada às necessidades de todos os empreendimentos econômicos solidários....
- i) É essencial conquistar reconhecimento na Lei para as cooperativas de trabalhadores, rurais e urbanos e facilitar o registro dos grupos informais, reduzindo o número de vinte sócios e as exigências burocráticas, que exigem muito dinheiro e tempo para sua formalização.

A análise dos entraves acima, mostra em primeiro lugar, que a política pública de economia solidária caracteriza-se como em construção. O primeiro refere-se à financeirização dos empreendimentos solidários em termos de crédito para capital de giro, espaços de trabalho e equipamentos.

Resolver essa questão é crucial, pois se corre o risco de fomentar empreendimentos solidários de forma precarizada, utilizando um discurso da necessidade, que é importante, de que esses empreendimentos têm que ser autônomos e auto-sustentados. Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006) sustentam a necessidade de que o Estado comprometa-se com essa questão, podendo ocorrer através de um fundo próprio da economia solidária nas três esferas de governo, de Bancos do Povo ou da utilização de fundos públicos existentes.

A mudança na Lei 8666 se faz necessária para que a política pública em economia solidária saia dessa condição de política pública em construção para desenvolvimentista, sustentável, democrática e socialmente justa.

A Lei 11.445 de fevereiro de 2007, em seu artigo 57 define:

Art. 57 – O inciso XXVII do caput do art. 24 da 8666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. É dispensável a licitação:

XVII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de

baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

Esta Lei, publicada após a I Conferência Nacional de Economia Solidária, traz um avanço importante para os empreendimentos fomentados pelo poder público da área de reciclagem. Ao possibilitar a contratação direta de cooperativas ou associações de catadores para a coleta seletiva abre um importante caminho para a consolidação desses empreendimentos, significando o primeiro passo concreto na mudança da Lei 8 666.

O novo contrato de coleta de lixo urbano celebrado em dezembro de 2006 através de licitação entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a empresa ganhadora do processo licitatório, prevê uma remuneração da contratada de cerca de R\$ 600,00 por tonelada para a realização da coleta seletiva.

Com a Lei 11.445 um empreendimento solidário, que faz sua coleta fidelizada com caminhão próprio, prestando serviço público não remunerado, poderá passar a receber por esse serviço. Esse empreendimento, composto por 25 cooperados, coletando 1,2 toneladas mês (número possível de ser superado) poderá ter um acréscimo em sua receita de cerca de R\$ 15.000,00 por mês, significando R\$ 600,00 a mais por associado, praticamente dobrando a retirada mensal do associado.

Outro mecanismo legal importante para a construção da política pública de economia solidária como desenvolvimentista, sustentável, democrática e socialmente justa, foi a Lei 11.488 de 15 de junho de 2007, estabelecendo em seu artigo 34 que “aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do artigo 3º. (limite inferior R\$ 240.000,00 por ano e limite superior de R\$ 2.400.000,00 por ano) as vantagens da Lei Complementar nº. 123....”.

A Lei Complementar nº. 123 refere-se às vantagens conferidas para as micro e pequenas empresas, incluindo pela Lei 11.448 as sociedades cooperativas. Estas vantagens são: tributos unificados; recurso de legislação própria municipal; processo licitatório exclusivo para micro, pequenas empresas e agora para as sociedades cooperativas em contratações de até R\$ 80.000,00;

cota de até 25% para micro, pequenas empresas e agora para as sociedades cooperativas para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível; subcontratação, quando prevista, de até 30% para micro, pequenas empresas e agora para as sociedades cooperativas.

Não se trata aqui de dispensa de licitação como a Lei 11.445, porém, representa sem dúvida um marco legal importante a ser explorado pelos gestores públicos responsáveis pela aplicação da política pública de economia solidária.

A utilização do poder de compra do Estado para a economia solidária pode significar um forte impulso no desenvolvimento desses empreendimentos, inclusive promovendo uma revitalização do município ao possibilitar que esses recursos permaneçam na localidade. A economia solidária possibilita essa ocorrência através da articulação em rede de serviços e produtos que o poder municipal tem que consumir. São exemplos dessas ocorrências os serviços de coleta seletiva, de merenda escolar, de confecção de uniformes escolares, de biodiesel para frota pública e para o transporte público a partir de óleo de cozinha reciclado, de creches, de escolas infantis.

Tanto os empreendimentos solidários de triagem, como os catadores avulsos, que andam pelas ruas em carrinhos movidos à tração humana, em pleno século XXI, não só em Campinas, mas na maioria dos municípios brasileiros, prestam um serviço público de alta relevância, não assumido como tal pelos governos municipais.

O repasse de recursos públicos proveniente da coleta seletiva, hoje repassado para as empresas ganhadoras das licitações, já é possível pela Lei 11.445 e ampliará a inclusão social digna à milhares desses anônimos catadores e cooperados espalhados por este país.

Um outro exemplo refere-se à confecção de uniformes escolares da rede pública pela municipalidade, hoje contemplado na LDBEN. Trata-se de um processo de compras públicas por licitação, que demanda grande soma de recursos públicos e, normalmente, a empresa ganhadora é de grande porte e terceiriza a confecção dos uniformes, distribuindo os serviços para várias regiões do país, ou até fora do território nacional.

A possibilidade de que esse serviço fique no município, dentro da estrutura legal presente, implica em uma construção jurídica especial para a sua viabilização, baseada em um programa de formação para o trabalho, conforme utilizado pela prefeitura Municipal de Osasco.

A construção desse projeto na Prefeitura Municipal de Osasco, dentro da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, foi viabilizado através de um mecanismo de bolsa trabalho, com a estruturação de oficinas laborais montadas para a finalidade de capacitação, porém tendo como produto da capacitação os uniformes escolares.

Projetos dessa natureza demandam convênios com entidade gestora e não podem apresentar com clareza a intenção do gestor público, implicando em muito dispêndio de tempo e de recursos humanos. Poderia ser mais ágil com a possibilidade de contratação direta de cooperativas ou associações fomentadas em programas de geração de trabalho e renda.

A Lei das micro, pequenas empresas e para as sociedades cooperativas, possibilita uma disputa mais igual para projetos dessa natureza, pois licitações de uniformes escolares se forem divididas em lotes permitirá uma participação efetiva de cooperativas inseridas em programas de geração de trabalho e renda.

Caso a licitação não seja dividida em lotes, a empresa ganhadora deve repassar 30% do contrato para as micro, pequenas empresas e para as sociedades cooperativas.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária caracterizou a questão do marco legal dado como um entrave, e aponta para a necessidade de revisão da Lei 5.764 de 1971, promulgada por ocasião do Governo Militar, não contemplando a realidade presente de construção da economia solidária. Além disso, tirou resolução de apoio à iniciativa do projeto de Lei nº. 7009 (OCESP, 2006) de 2006, que dispõe sobre Cooperativas de Trabalho, enviado pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego ao Congresso Nacional, cujas principais diretrizes estão abaixo apontadas (MAUAD, 2006):

- I) Em seu artigo 1º. ressalta que a nova Lei deverá prevalecer sobre as Leis 5.764 de 1971 (Lei Geral do Cooperativismo) e

10.406 de 2002 (Código Civil) sempre que os textos da atual e das anteriores conflitarem.

- II) O artigo 2º. define o conceito legal de cooperativa de trabalho, colocando em destaque o caráter coletivo desses empreendimentos, através de práticas democráticas, buscando claramente coibir as organizações fraudulentas que utilizam-se do meio legal para criarem cooperativas de fachada.
- III) O artigo 3º. estabelece um conjunto de princípios que deverão reger as cooperativas de trabalho: preservação dos direitos sociais, do valor do trabalho e da livre iniciativa; não precarização do trabalho; autonomia e independência; autogestão e controle democráticos; respeito às decisões de assembléia; capacitação permanente do sócio, mediante a educação continuada e orientada a alcançar sua qualificação técnico-profissional; participação na gestão em todos os níveis de decisão, de acordo com o previsto em lei e no estatuto social; busca do desenvolvimento sustentável para as comunidades em que estão inseridas.
- IV) O artigo 4º. define que poderão ser criadas cooperativas de trabalho na prestação de serviços e na produção de bens, tendo à disposição da sociedade o resultado do trabalho e não o próprio trabalho.
- V) O artigo 5º. complementa o anterior e veda a possibilidade de que essas sociedades cooperativas intermedeiem mão de obra, impedindo dessa forma a sua utilização para precarizar as condições de trabalho.
- VI) O artigo 6º. propõe uma redução do número mínimo de vinte para cinco sócios, atendendo desta forma uma reivindicação antiga do movimento cooperativista.
- VII) O artigo 7º. preconiza que as cooperativas de trabalho devem funcionar proporcionando aos sócios retiradas “proporcionais às horas trabalhadas não inferiores ao piso da categoria profissional”.
- VIII) O artigo 8º. prevê que as cooperativas de trabalho cuidem para que as normas de saúde e segurança do trabalho, previstas na CLT, sejam respeitadas.
- IX) As regras de funcionamento das cooperativas de trabalho são elencadas nos artigos que vão do 10 ao 17, com os seguintes destaques: necessário utilizar na razão social a expressão “cooperativa de trabalho”, para se diferenciar das demais formas cooperativas não aplicáveis à esta Lei; devem ser realizadas no mínimo quatro assembléias trimestrais, de maneira a assegurar que os sócios participem, efetivamente, da vida societária; procura-se reduzir as exigências burocráticas, quanto ao registro das atas e convocação dos sócios para as assembléias; veda a distribuição de dinheiro aos sócios, exceto a retribuição devida em razão do exercício de sua atividade, ou

por conta de reembolso de despesas realizadas em favor do empreendimento, para coibir distorções já encontradas em cooperativas laborais; autoriza a fixação de faixas de retiradas, como forma de retribuição aos sócios pelos serviços realizados, desde que a diferença entre a máxima e mínima retirada não exceda a seis vezes.

- X) Os artigos de 28 a 32 tratam da criação do PRONACOOOP, cuja finalidade primordial será a de promover o fomento às autênticas cooperativas de trabalho.
- XI) Nas disposições finais, os artigos de 28 a 32 fixa o prazo de doze meses para as adaptações das organizações interessadas ao disposto na norma e trinta e seis meses para a cooperativa assegurar o pagamento do piso da categoria aos sócios; fixa a competência jurisdicional da Justiça do Trabalho para dirimir as controvérsias; revoga o parágrafo único do artigo 442 da CLT.

As sociedades cooperativas de trabalho a partir da década de 90 ganharam um grande impulso, pois passaram a ser consideradas como uma alternativa real para a geração de trabalho e renda em um momento de crise econômica e desemprego em massa.

De alternativa ao desemprego, passaram a ser utilizadas como simples intermediação de mão de obra através da utilização do respaldo da Lei 8.949 de 1994²³ que, na prática, ao afastar o vínculo empregatício entre o sócio e a cooperativa ou a tomadora de serviços, abriu a possibilidade para que as empresas terceirizassem grande parte de suas atividades às cooperativas de trabalho.

Deixavam de assumir, dessa forma, compromissos trabalhistas, assim como os cooperados não possuíam os meios de produção e somente dispunham de sua força de trabalho. Criaram-se as famosas cooperativas de fachada, que não provocaram danos ainda maiores dos que já foram provocados devido à ação inibidora do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria do Trabalho e Sindicatos de Trabalhadores (MAUAD, 2006).

Esse projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional traz avanços ao definir um novo marco legal que beneficiará em extensão 90% dos empreendimentos solidários, já que este percentual expressivo refere-se aos

²³ Esta Lei inseriu o parágrafo único no artigo 442 da CLT: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.”

empreendimentos econômicos solidários de produção e serviços catalogados pela SENAES (MTE, 2005, p.35). Foi com esse entendimento que a I Conferência Nacional de Economia Solidária tirou como resolução o apoio à aprovação do projeto de Lei.

Trata-se de um projeto de Lei que responde às categorias levantadas por França Filho e Laville (2004) e Singer e Souza (2003), principalmente nos artigos que tratam da posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; a gestão democrática do empreendimento; a repartição da receita líquida entre os cooperados; a destinação das sobras por critérios definidos entre os associados; a responsabilidade sócio-ambiental; a autonomia e independência e educação continuada.

Por último, estão os entraves relacionados na I Conferência Nacional de Economia Solidária referente aos processos educacionais, formativos e tecnológicos. Desde os primórdios do cooperativismo, a questão educacional merece destaque, estando entre os seis princípios do cooperativismo definidos pelos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada em 1844.

Singer e Souza (2003) tratam dessa questão ao afirmar que a economia solidária, para se desenvolver necessita articulação de recursos como financiamento, redes de comercialização, assessoria técnica e científica, educação e capacitação continuada.

Nessa mesma linha de abordagem, a ANTEAG define

que sua missão é de continuar cuidando da alma da autogestão, do humanismo do projeto...através da escola de autogestão....Na área de educação estão sendo criados nos Estados os Centros de Excelência em Autogestão, em parceria com as Universidades, pensando a educação como um todo e respeitando culturas locais. A idéia é montar uma metodologia de educação, atendendo às especificidades de cada região.

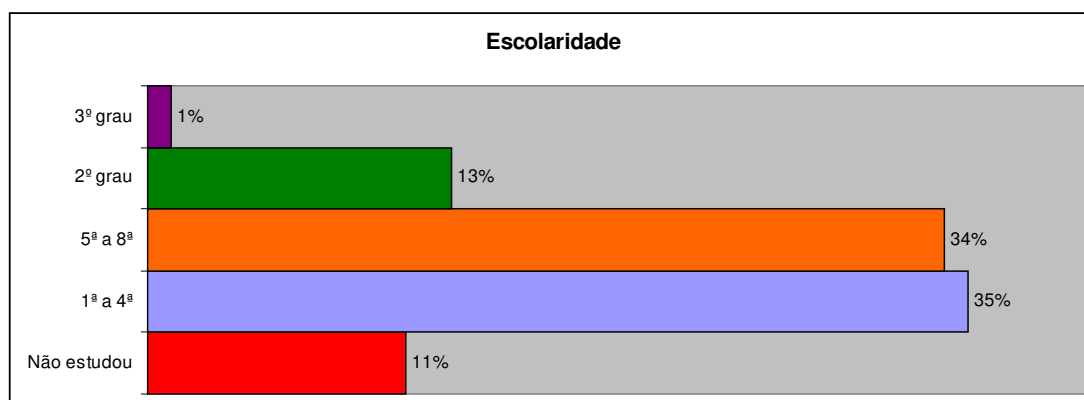
Uma análise dos objetivos gerais das três incubadoras conveniadas junto à Prefeitura Municipal de Campinas - CRCA, EDH, ITCP, para desenvolvimento de processos de incubação, aparece o termo educação para a autogestão ou educação ambiental (a maioria dos empreendimentos solidários desenvolvidos no município de Campinas é da área de reciclagem).

Uma pesquisa realizada em 2004²⁴ com os 305 trabalhadores dos 20 empreendimentos solidários, participantes do Programa de Geração de Trabalho e Renda da Secretária Municipal de Desenvolvimento e Trabalho, então responsável pelo programa de economia solidária levantou o perfil sócio-econômico dos trabalhadores e de suas famílias e o impacto do cooperativismo na vida destes trabalhadores e na comunidade.

Um dado importante mostrado nessa pesquisa, gráfico 8, associado ao entrave detectado pela I Conferência Nacional de Economia Solidária, mostra uma situação de exclusão dos cooperados quanto ao nível de escolaridade, já que a maioria fez no máximo o ensino fundamental (69%) ou nunca chegou a freqüentar a escola (11%).

A baixa escolaridade dos cooperados acaba colaborando para aumentar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Já os cooperados que finalizaram o ensino médio são 13% e os que freqüentaram o ensino superior são apenas 1% do total, demonstrando que as cooperativas têm como composição, principalmente, os trabalhadores com pouca escolaridade.

Gráfico 8 - Escolaridade dos cooperados



Esses dados levam à uma reflexão importante, sugerindo que uma política pública de economia solidária que trabalha com esse público, deve ter a preocupação de buscar a elevação da escolaridade formal dos trabalhadores

²⁴ Dados da extinta Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de Campinas e pesquisa realizada pela Incubadora ITCP no segundo semestre de 2004.

envolvidos nesses empreendimentos solidários, pois uma educação para a autogestão terá mais êxito com esse pré-requisito alcançado.

A questão relacionada aos processos formativos no trabalho tem relação com uma das categorias levantadas por França Filho e Laville (2004) sobre economia solidária, a da “sociabilidade comunitário-pública”. Nessa discussão os autores buscam diferenciar as relações de trabalho com hierarquia, subordinação, relações impessoais, própria das empresas mercantis, com uma outra posição, de pessoalidade, de responsabilidades definidas democraticamente entre os membros, porém com uma preocupação em não se descuidar da organização do empreendimento solidário.

Dentro da duplicidade de papéis de gestor e pesquisador, estive em 2005 na Cooperativa Antônio da Costa Santos, no Jardim Satélite Íris, bairro Campo Grande, observando durante o tempo que permaneci na cooperativa, aspectos relacionados à sociabilidade comunitário-pública.

Encontrei um ambiente aparentemente desorganizado, com os cooperados falando entre si enquanto realizavam suas tarefas. Coloquei um pouco mais de atenção e percebi que havia uma organização do trabalho, cada um sabia o que estava fazendo. Não havia ali a figura do chefe percorrendo o local com um olhar de quem busca desacertos, erros e pouco empenho.

Dentro desse debate, é importante discutir a posição assumida pela maioria das cooperativas de reciclagem inseridas no programa de economia solidária da Prefeitura Municipal de Campinas, que optaram em não utilizar esteira em seus processos de triagem, preferindo uma mesa, pois assim triam com mais qualidade. Essa posição vai na contramão de processos de triagem que privilegiam a linha de produção.

Os entraves também foram apontados para a necessidade de processos tecnológicos voltados para os empreendimentos solidários. Alves em Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:125) aborda essa questão ao discutir o papel da Universidade no apoio ao desenvolvimento de processos tecnológicos, pois é necessário pensar equipamentos e processos de trabalho dentro da lógica da economia solidária.

A aparente contradição entre o desenvolvimento de tecnologias sociais para esses tipos de empreendimentos e a necessidade de se buscar a consolidação de empreendimentos solidários que utilizem o máximo de trabalhadores, é uma questão falsa.

Equipamentos que poupem mão de obra servirão para liberar o trabalhador para outras funções no empreendimento. Reside aí uma das diferenças fundamentais entre a economia solidária e a de mercado, pois o equipamento poupador de mão de obra, para a primeira, servirá para outras atividades pensadas coletivamente, enquanto que para a segunda, irá desempregar, para maior acúmulo de capital.

Singer e Souza (2003) esclarecem essa necessidade quando afirmam que um empreendimento solidário requer uma articulação através de redes de comercialização; cita o complexo cooperativo de Mondragón na Espanha, que integra uma rede composta por dezenas de cooperativas. Uma experiência nascente em Campinas está integrando a cooperativa Remodela, de produção de biodiesel a partir de óleo de cozinha reciclado e a Uniforja, consumidora de óleo em seu processo de fundição. Não se trata de um complexo cooperativo como o de Mondragón, mas de uma cadeia produtiva entre cooperativas laborais²⁵.

6.2.2.4 - Agentes Comunitários.

A SENAES desenvolve e custeia um programa de agentes comunitários, que objetiva discutir projetos de desenvolvimento regional. A intenção do programa é de desenvolver projetos calcados na realidade de cada região, pois esses agentes são escolhidos no local da ação.

O desenvolvimento regional deve ser adjetivado para sustentável e prever, além das discussões com a comunidade local sobre os segmentos de fomento, ter claramente definido o meio de financiamento e os envolvidos na incubação.

²⁵ Detalhes adiante nesse capítulo.

6.2.2.5 - Financiamento da Economia Solidária pela SENAES.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES²⁶ mostram que a maior parte do financiamento público para a economia solidária se deu conforme abaixo:

- 1) A consolidação de empresas recuperadas em sistema de autogestão por trabalhadores recebeu no ano de 2006 R\$ 1 milhão do Ministério do Trabalho e Emprego, numa parceria com a Fundação Banco do Brasil. Os recursos são provenientes da Secretaria Nacional de Economia Solidária, pelo projeto Ação de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão. O projeto começou a ser desenvolvido em todo o país em agosto do ano passado e já investiu R\$ 1,4 milhão, permitindo a recuperação de 139 empresas e criando oportunidade de manutenção de milhares de postos de trabalho.
- 2) O Comitê Gestor do Projeto de Fomento às Feiras de Economia Solidária aprovou todos os 23 projetos de eventos regionais apresentados. O Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da SENAES, destinou R\$ 1,5 milhão para a realização das feiras de economia solidária em 22 estados e no Distrito Federal no ano de 2006.
- 3) O Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da SENAES, em parceria com o Banco do Nordeste, aplicará mais R\$ 1,3 milhão no primeiro semestre de 2008 no Programa de Apoio a Fundos Solidários Produtivos no semi-árido nordestino. Em 2005, foram aplicados R\$ 1,6 milhão, totalizando 2,9 em dois anos.
- 4) O Ministério do Trabalho e Emprego investiu R\$ 3,5 milhões no Projeto de Geração e Manutenção de Empregos em Economia Solidária, que possibilitou a garantia de emprego para 20 mil trabalhadores na Zona da Mata de Pernambuco. A cultura de cana de açúcar tem sido historicamente a grande alternativa de inclusão social para milhares de trabalhadores naquela região. Ali, um dos maiores projetos de economia solidária do país mantém essa perspectiva para mais de quatro mil famílias após a falência da Usina Catende, em 1995, uma das maiores produtoras de açúcar no período do Brasil colonial.

O investimento totalizou nos anos de 2004, 2005 e 2006, considerando os investimentos acima e outros, R\$ 43.300.000,00, residual em relação ao orçamento de 2007 da União estimado em R\$ 1,5 trilhão conforme estabelece a Lei 11.451 de fevereiro de 2007. Evidentemente que os 14.954 empreendimentos

²⁶ Esses dados constam do site do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES. www.mte.gov.br

catalogados pela SENAES, não receberam recursos públicos somente, além de não serem todos fomentados pela iniciativa pública.

Outros ministérios como o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário investiram em projetos de economia solidária, dado a natureza da intersetorialidade do programa.

Torna-se evidente, porém, que tanto o montante dos empreendimentos solidários (14.954), bem como o faturamento mensal deles de R\$ 491.451.037,00 (tabela 3), caracterizam ainda uma presença muito tímida dessa política na vida econômica e social brasileira.

A política pública de economia solidária desenvolvida pelo Governo Federal, SENAES, está em construção, caracterizada como ainda de Governo, no caso Federal e de Governos municipais, alguns em situações de consolidação e muitos em situação de implantação.

6.2.3 - O Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.

Ainda dentro das iniciativas do governo Federal, destaco a publicação pela SENAES do decreto 5.063 de 03 de maio de 2004 regulamentador do CNES²⁷, com as seguintes competências:

- a) estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária;
- b) propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária;
- c) propor o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária;
- d) avaliar os programas da SENAES e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;
- e) examinar criticamente propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pelo Secretário Nacional de Economia Solidária e apresentar emendas ou substitutivos a elas para a consideração da Secretaria;
- f) apresentar, por iniciativa de seus membros, propostas de políticas ou de atividades a serem submetidas à consideração da SENAES;

²⁷ CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária, site do Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES. www.mte.gov.br

- g) aprovar o seu regimento interno e alterações posteriores;
- h) coordenar as atividades de entidades nele representadas com as da SENAES;
- i) propor novas parcerias entre entidades nele representadas e a SENAES;
- j) colaborar com os demais Conselhos envolvidos com as políticas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza.

Analisando as competências atribuídas ao CNES, empossado em 27 de junho de 2006 por ocasião da I Conferência Nacional de Economia Solidária, cabe ao CNES, além de avaliar as políticas públicas em implementação pela SENAES, propor políticas públicas de economia solidária e alterações em legislação sobre o tema; chama a atenção, também, que atribuições relativas à financeirização da economia solidária, como a criação de um fundo de economia solidária não aparece no decreto, refletindo uma lacuna presente na definição de política pública de economia solidária na esfera federal.

A falta de definição do financiamento da política pública, aliado à setorização das fontes de financiamento via editais públicos e distribuídos entre diversos órgãos federais, caracteriza a política pública de economia solidária como em construção e de governo, não de Estado.

6.3 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida na Rede de Gestores Públicos.

A partir do Seminário Nacional sob o título “A Sustentabilidade da Economia Solidária no Brasil”, realizado em dezessete e dezoito de dezembro de 2002 em São Paulo, os gestores das Prefeituras presentes criaram um fórum para troca de experiências entre as administrações públicas que desenvolviam ações de economia solidária. Em sete e oito de agosto de 2003, em uma reunião realizada em Brasília, chamada pelo fórum criado em 2002, foi criada a Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária, aprovando nesta reunião a “Carta da Rede de Gestores” (GUIMARÃES E SCHWENGBER, 2004), documento que trata dos objetivos, diretrizes, desafios, critérios, procedimentos e forma de funcionamento da Rede de Gestores em Economia Solidária.

Guimarães e Schwengber (2004:84) e Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:181), estabelecem as diretrizes e estratégias para a construção e o desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária, definidas nessas duas publicações protagonizadas pela Rede de Gestores em Economia Solidária²⁸, que buscam a síntese do acúmulo de inúmeras discussões, debates, processos formativos ocorridos ao longo de 2003, 2004 e 2005. Assim, na concepção da política pública, a Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária tem a seguinte compreensão:

- a) A economia Popular e Solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza....Tem como primado o trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário....Tem potencial para promover a inclusão cidadã e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.
- b) O Estado brasileiro foi arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e seus principais instrumentos e mecanismos.... A economia dos setores populares, em particular a economia solidária...acaba sendo tratada como residual, subordinada ou, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos da crise do capitalismo. Dessa forma... tem se difundido basicamente com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas transitórias, ou residuais e inadequadas, o que lhe dá poucas oportunidades de romper os círculos de reprodução da pobreza ou da precária sobrevivência.
- c) A Rede de Gestores entende que o fomento à economia solidária é uma política de desenvolvimento....Tem potencial para ser uma estratégia emancipatória para os beneficiários dessas políticas.... Demanda ações setoriais específicas e transversais que articulem instrumentos das várias áreas de governo e de Estado para criar condições de emancipação e sustentabilidade.
- d)Políticas de fomento à economia popular solidária devem perceber a diversidade dos sujeitos e da demanda dessa economia...atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. São necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, permitam acesso aos direitos sociais e fomentem o desenvolvimento socioeconômico desse segmento.

²⁸ Os parceiros dessas publicações são a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e o Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro.

- e) Política de fomento à economia popular e solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político desse segmento, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e o fortalecimento das esferas públicas democráticas no País...assim como o controle das políticas públicas deve ser processual e permanente.

A compreensão da Rede de Gestores em Economia Solidária está baseada em uma concepção que a situa como uma estratégia de sobrevivência e de luta contra a exclusão provocada basicamente pelo desemprego estrutural, fortemente agravado a partir da década de 90. Embora nascida dessa premissa, a Rede de Gestores a entende como uma política de desenvolvimento sustentável, com a centralidade no trabalho, realizado democraticamente pelos seus membros e posse coletiva dos meios de produção.

A Rede também pontua que a política pública de economia solidária, atualmente desenvolvida no país, ainda não é abrangente, sendo entendida como subordinada à outras políticas compensatórias e redistributivas, embora ela tenha o perfil de política pública emancipatória.

Isto se deve, primeiro, ao entendimento de que a atual ordem econômica é natural, reduzida às leis do mercado (LEBARON, 2000; SWEDBERG, 1986, apud FRANÇA FILHO; LAVILLE; MEDEIROS; MAGNEN, 2006). Segundo, pela forte influência da visão da sociedade salarial, presente nos discursos de candidatos e políticos eleitos, cuja crença no crescimento econômico a partir da economia de mercado ainda é determinante.

Terceiro, porque o Estado, indutor de desenvolvimento, sempre usou o seu poder redistributivo para financiar a economia de mercado, havendo, segundo Ham&Hill (1984), uma relação historicamente construída entre o poder político local, estadual ou federal e os principais agentes da economia de mercado.

Ainda como concepção de política pública em economia solidária, a Rede de Gestores a entende como uma política de caráter transversal, que deve contemplar a grande diversidade de sujeitos a serem inseridos, inscrita como uma política de direitos e democrática.

Os objetivos da política pública em economia solidária definidos pela Rede de Gestores por Guimarães e Schwengber (2004:84) e Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:181) estão abaixo relacionados:

- a) contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantam aos cidadãos e às cidadãs o direito a uma vida digna;
- b) contribuir para a erradicação da pobreza, a inclusão social e a equidade de gênero e etnia;
- c) contribuir para a promoção e a ampliação das oportunidades, e a melhoria das condições de trabalho e renda;
- d) reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular e solidária;
- e) contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- f) contribuir para dar visibilidade à legitimidade da economia popular e solidária, ampliando-a;
- g) criar mecanismos legais que viabilizem o acesso dos sujeitos da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- h) promover a integração e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;
- i) fortalecer e estimular a organização e a participação social e política dos trabalhadores da economia popular e solidária.

Nos objetivos acima relacionados, a Rede de Gestores busca, em primeiro lugar, garantir através da economia solidária o desenvolvimento de uma política que contribua para a erradicação da pobreza através da geração de trabalho e renda, porém, garantindo a condição de protagonistas para os sujeitos desse processo.

Aparece, também, uma clara preocupação no desenvolvimento da economia solidária com respeito ao meio ambiente e à diversidade de sujeitos. Preocupa-se em divulgar a economia solidária para amplos setores da sociedade, em um claro objetivo de difundi-la para que se constitua como uma nova forma de fazer econômico. Por fim, a Rede de Gestores pretende implantar a economia solidária buscando espaços de matricialidade entre as várias áreas de governo.

Esse objetivo tem acontecido na prática nos municípios, exemplificado no fomento a empreendimentos solidários na área de triagem de resíduos sólidos e

líquidos, em que a Secretaria Municipal envolvida no fomento à economia solidária, articula-se com Secretarias na área de serviços públicos (responsável pela coleta e destinação de resíduos), Meio Ambiente, Educação e Saúde.

Os instrumentos da política pública em economia solidária apontados por Guimarães e Schwengber (2004:84) e Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:181) são:

- a) formação social e política, educação básica e capacitação ocupacional/profissional;
- b) assessoria e assistência técnica para a constituição, a incubação e a consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de cadeias produtivas solidárias e as estratégias de desenvolvimento local e territorial;
- c) desenvolvimento de tecnologias aplicadas e democratização do acesso;
- d) fundos públicos destinados ao desenvolvimento da política;
- e) linhas de crédito e financiamento adequadas;
- f) investimento social no fortalecimento e na articulação do tecido social e dos territórios, inclusive na infra-estrutura e logística;
- g) constituição e organização da demanda (compras públicas, comércio justo e solidário, e mercado) e da oferta (logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços do setor;
- h) marco legal e regulatório adequado ao setor;
- i) estratégia de comunicação e cultura que estimulem os princípios da economia solidária.

Os instrumentos para aplicação da política pública em economia solidária requerem um comprometimento do Estado, já que o Estado há muito não funciona como indutor do desenvolvimento, principalmente para a população excluída do mercado de trabalho. Para esse público o Estado age de forma compensatória ou redistributiva. A proposta da Rede inova, pois propõe que o poder de compra do Estado, voltado para um público seletivo, seja direcionado para os empreendimentos da economia solidária, fomentados por esse mesmo Estado.

Para que isso aconteça, a Rede de Gestores propõe a definição de marcos legais específicos que possibilite aos empreendimentos de economia solidária fornecer bens e serviços ao Estado. Evidentemente que a multiplicação de ações públicas nesta linha proposta provocará um aumento da importância social e

econômica deste novo agente e implicará, seguramente, em uma reação dos setores que estarão perdendo espaço econômico.

Importante ressaltar que a Rede de Gestores propõe um significativo processo de educação formal, de formação e capacitação no entendimento conceitual de economia solidária, assim como na apropriação de instrumentos de gestão e tecnológico, utilizando-se de parceiros que constroem a economia solidária no país.

Esse instrumento de ação tem semelhança com processos formativos que partidos e sindicatos de esquerda faziam para seus quadros políticos, porém com um elemento de diferença fundamental porque, nesse caso da economia solidária, os beneficiários dessa política pública passam a ser donos não só dos processos de trabalho mas, também, dos meios de produção; além disso, aprendem a decidir coletivamente e a pensar em uma lógica solidária e não competitiva.

Os Sujeitos da política pública em economia solidária apontados por Guimarães e Schwengber (2004:84) e Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:181) são “aqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da economia popular solidária, possuindo as seguintes características”:

- a) são organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc...) suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários ou co-proprietários, que exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) são organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído, definido, sua atividade econômica;
- c) são organizações que podem dispor ou não, de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;
- d) são organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios trabalhadores), de comercialização (compra, venda e troca de

insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização;

- e) são organizações econômicas singulares e complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, os complexos cooperativos, as redes de empreendimentos e similares.

Ainda considerando a caracterização dos sujeitos dessa política pública, a Rede de Gestores Públicos define como prioritários aqueles sujeitos em situação de maior vulnerabilidade social, sem dúvida os beneficiários dos programas sociais de transferência de renda. A Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária define a natureza do empreendimento como uma organização tipicamente não-capitalista, pois ressalta, conforme Singer e Souza (2003) categorizam, a autogestão, a propriedade dos meios de produção e a divisão eqüitativa dos resultados.

A Rede de Gestores abre a possibilidade de que os empreendimentos podem dispor do seu registro, ou da sua legalidade institucional, pois tem o cuidado de considerar a diversidade dos sujeitos envolvidos nesses empreendimentos.

Outro aspecto importante que a Rede de Gestores procura deixar pontuado, é o caráter de permanência desses empreendimentos solidários, preocupação com a perenidade e sustentabilidade; para fazer esta ponte, a Rede de Gestores apresenta um leque variado de atividades econômicas possíveis de serem realizadas e aponta para a perspectiva de criação de organizações regionalizadas, nacionais e até internacionais, de forma que possam atuar em rede.

Segundo Guimarães e Schwengber (2004:84) e Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:181) o lugar institucional da política pública de economia solidária estrategicamente ideal, é o espaço por onde se realiza a política de desenvolvimento, já que a Rede de Gestores entende a política pública em economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento sustentável; pondera, também, que essa política está em construção e, como tal, está em disputa com outras ações do Estado.

Conclui considerando que o espaço é aquele que melhor compõe com a realidade institucional do município; assim, encontramos programas de economia solidária em Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em Secretarias de Assistência Social, em Secretarias de Governo, em Secretarias de Saúde, entre outras que ainda possam sediar programas dessa natureza.

Guimarães e Schwengber (2004:84) e Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:181), ao discutir o relacionamento dos entes federados em relação à política pública de economia solidária, enfocam o caráter de intersectorialidade dessa política pública, exigindo das diferentes instâncias de governo a busca por esta articulação; ao pontuar a necessidade de caracterizar a política pública de economia solidária como política de Estado e não de governos, como as políticas de direitos, a Rede de Gestores busca romper com a lógica da política clientelista, da troca de favores entre o agente público e o beneficiário dela.

Consideram que essa política pública deve ter a preocupação última em buscar a participação e o controle social. Neste momento convém resgatar uma das categorias propostas por França Filho e Laville (2004), ao considerar a economia solidária como um espaço público de proximidade, em que diversos segmentos sociais interagem, não havendo a subordinação do social pelo econômico.

Por entender que a construção de um Estado republicano e democrático é uma questão de princípio, a Rede de Gestores considera que a participação e o controle social dos sujeitos envolvidos na construção da política pública em economia solidária deve acontecer na formulação, no desenvolvimento e na avaliação das políticas; assim, ocorre uma construção em um espaço de tensão, próprio das construções democráticas, porém com transparência, igualdade de condições, aperfeiçoamento e a legitimação da política.

Para finalizar, a Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária relaciona abaixo algumas estratégias consideradas importantes para a construção, consolidação e a sustentabilidade da política pública em economia solidária nos municípios e Estados e na relação com o Governo Federal:

- a) fortalecimento do território como referência para a implantação de políticas públicas de economia solidária;

- b) apoio à implantação de sistemas públicos integrados entre os entes da federação de gestão das políticas, em especial as de trabalho, emprego e renda, e desenvolvimento social, fortalecendo e integrando a economia solidária;
- c) participação dos atores da economia solidária na gestão e no exercício das políticas de assistência social;
- d) manutenção do Sistema de Informação sobre economia solidária;
- e) avanço na criação de um marco legal (em municípios, Estados e Governo Federal), com vistas na institucionalização da política pública de economia solidária;
- f) avanço no aperfeiçoamento e/ou na criação de linhas de crédito e investimento adequadas às demandas da economia solidária;
- g) avanço na democratização do acesso dos trabalhadores de economia solidária às compras públicas;
- h) formação de servidores, gestores e organizações sociais em economia solidária;
- i) criação e/ou fortalecimento de órgãos de fomento à economia solidária na estrutura governamental;
- j) fortalecimento e/ou criação de espaços públicos democráticos de participação e controle social da política pública da economia solidária (fóruns, conferências e conselhos), sensibilizando os atores quanto à importância da manutenção dessas políticas para a consolidação da economia solidária, e fortalecendo a concepção dessa política como direito do cidadão;
- k) ampliação da articulação com os movimentos sociais.

As estratégias definidas pela Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária estão definidas em quatro grandes eixos, sendo o primeiro deles a defesa da implantação de sistemas públicos integrados de políticas públicas, notadamente as de trabalho, emprego e renda e de desenvolvimento social; somado a essa estratégia, a importância que a Rede de Gestores dá na participação dos segmentos da economia solidária na gestão das políticas públicas da Assistência Social.

Essa estratégia busca através da integração das políticas públicas da área do trabalho, do desenvolvimento e da assistência, criar um sistema público que permita maior potencialidade pública, entre recursos humanos, financeiros e legal, para inscrever a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Tenho o entendimento que esse o processo em curso de criação de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pode se constituir com o tempo, em um espaço de sede da política pública de economia solidária, pois a organização e o fomento de empreendimentos solidários está previsto nesse sistema, tendo como público alvo os sujeitos oriundos dos programas de transferência de renda, historicamente sediados nas Secretarias de Assistência Social.

O segundo eixo defendido pela Rede de Gestores em suas estratégias de fortalecimento da economia solidária, traz a afirmação da necessidade de avanços na definição de marco legal para a economia solidária nas três esferas de governo, enfatizando a criação de linhas de crédito específicas e a criação de canais de acesso dos empreendimentos de economia solidária às compras públicas.

As linhas de crédito específicas para os empreendimentos já constituídos e em operação, tem acontecido através da criação de Bancos do Povo Municipais, entidades que apresentam um perfil associacionista, com a participação de Prefeituras, Universidades, Sindicatos (em geral de trabalhadores), cuja missão é de fornecer créditos baratos para micro e pequenos empreendedores, com linha de crédito especial para empreendimentos associativos.

Para empreendimentos em formação, com a participação de sujeitos com baixa escolaridade, nenhum conhecimento de gestão e tecnológico, o financiamento tem acontecido pelas Secretarias envolvidas no fomento ao programa, com a participação de transferências federais através de Ministérios como MTE, MDS, MDA e bancos públicos como BNDES e Banco do Brasil, através da Fundação Banco do Brasil.

Novamente aqui posso voltar a minha tese sobre a política pública de economia solidária ainda em construção, pois o financiamento da política é disperso, pulverizado em vários ministérios. Não existe uma definição de Estado como ocorre com o SUS e SUAS, em que os recursos são definidos e alocados em fundos específicos.

O terceiro eixo é orientado para a formação de servidores e gestores públicos e organizações sociais em economia solidária, além de apontar para a necessidade de criação de órgãos de fomento em economia solidária dentro do Estado.

Essa estratégia está relacionada à estruturação de um corpo de profissionais com a função de se tornarem multiplicadores dos princípios norteadores da economia solidária, de forma a se constituir uma massa crítica de formadores junto aos empreendimentos solidários e, além disso, difundir a economia solidária e torná-la conhecida pelo conjunto da sociedade.

Os órgãos de fomento tem sido, ao longo desse período de desenvolvimento da economia solidária, o suporte de recursos humanos, tecnológico e de materiais. São oriundos de organizações não governamentais, de universidades em sua maioria públicas, denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, e de organizações governamentais, em sua maioria municipais, denominadas de Incubadoras Municipais.

Essa estratégia de criação de Incubadoras Públicas tem se mostrado importante no fomento aos empreendimentos solidários conforme discussão nesse capítulo. Alves in Medeiros, Schwengber, Schiochet (2006:124), aborda essa discussão ao considerar que

...é importante repensar o papel da universidade em prol da economia solidária, cujo papel não é o de fomento e criação de grupos. Deve ser ocupado por outras entidades que têm uma experiência acumulada, uma continuidade nesse serviço muito maior que as universidades, que engajam alunos nesses processos, cuja vinculação nesse trabalho de incubação é temporal....o papel fundamental da universidade está na transferência de tecnologia, de saberes, e no aprender um novo saber, que acredito esteja sendo construído por essa experiência de economia solidária. Há um campo enorme (principalmente para a minha área de engenharia de produção), de “projeção”, ou seja, projetos de empreendimentos solidários que tenham como princípio a solidariedade e a autogestão.

Tenho concordância com o autor nessa avaliação, pois enquanto gestor público e coordenador do programa de economia solidária desenvolvido na Prefeitura Municipal de Campinas desde 2001, considero que das três incubadoras conveniadas pela municipalidade ao longo desse período, a ITCP

Unicamp foi a que apresentou mais rotatividade de agentes de incubação, maiores críticas dos empreendimentos quanto aos resultados da incubação e uma capacidade de articulação com a sociedade local para captação de recursos para os empreendimentos muito aquém das outras incubadoras.

Considero que as ITCP's. universitárias têm um papel a cumprir nos processos de fomento à economia solidária, porém o engajamento deve ser da instituição universitária no sentido de envolver professores nesse processo e contribuir mais em processos formativos e de desenvolvimento de tecnologias produtivas para desenvolvimento local. A Universidade Pública tem condições de apoiar um projeto de economia solidária no município, enquanto política pública de desenvolvimento sustentável e não se restringir a processos de incubação de um ou outro empreendimento, com é pensado o seu papel hoje no município.

Os monitores que desenvolvem processos de incubação no exemplo que vivencio, a ITCP Unicamp, não têm respaldo de professores de diversas áreas, e desenvolvem ações de incubação sem supervisão.

O quarto eixo trata do fortalecimento de espaços públicos por onde a economia solidária acontece, constituindo-se como um espaço privilegiado para o controle social da política pública.

O espaço público pode se dar através de fóruns, conselhos e conferências de economia solidária. Importante destacar que essa estratégia que a Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária elenca, tem uma relação com uma das categorias sobre economia solidária definidas por França Filho e Laville (2004), a da finalidade multidimensional, referindo-se ao espaço de articulação de uma multifuncionalidade, em que aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, ecológicos são discutidos.

6.4 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul.

Em nosso País, a primeira experiência de economia solidária acontece no Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Porto Alegre, quando o

governo municipal em 1989 e, durante três gestões seguidas, implementa políticas públicas de economia solidária.

Leboutte (2003:22) discute que o desenvolvimento do programa denominado de “Economia Popular e Solidária” no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão do Partido dos Trabalhadores 2001-2004 realizou-se através de seis eixos:

- a) formação e educação em autogestão, através de cursos, seminários, palestras, assembleias;
- b) capacitação do processo produtivo, permitindo acesso à tecnologia de produção e gerenciamento através de assessoria para elaboração de projetos de viabilidade, de melhoria e de financiamento ;
- c) apoio à comercialização, através da participação em feiras e na organização de ações mercantis coletivas ;
- d) marco legal, na busca de formatação legal e jurídica para este tipo de empreendimento;
- e) incubação, para gerar tecnologia, possibilitar inovação, qualificar produtos;
- f) financiamento, buscando, através de assessoria técnica, linhas de crédito aos empreendimentos .

Importante observar que os seis eixos acima apontam para o papel claramente indutivo do Estado, além de contemplar a necessidade de parcerias na implantação da política pública de economia solidária.

Os eixos, formar e educar para a autogestão, capacitar e incubar para o processo produtivo através de assessorias, comercialização, marco legal e financiamento, formam um conjunto pronto e acabado de política pública de geração de trabalho e renda do Estado para um determinado segmento da população, que estava a margem da atenção de políticas públicas.

O decreto número 41.062 de 21 de dezembro de 2001 que “Institui o Programa de Economia Popular Solidária e dá outras providências” traz as seguintes linhas de atuação, além dos eixos acima apontados:

- a) criação de um Comitê gestor, composto por representantes da – SEDAI – e de outras secretarias;
- b) definição dos agentes do programa, entre eles, a SEDAI, municípios, universidades, ONGs, agências financeiras;

- c) definição de competência da SEDAI, como promover e coordenar o programa, assegurar os recursos financeiros, prestar apoio institucional e político, definir crédito, parâmetros de avaliação, metodologia de trabalho e firmar acordos, convênios e outras formas legais junto aos agentes do programa ;
- d) definição dos critérios para composição dos empreendimentos aptos a participar do programa.

A primeira característica desse marco legal é a sua edição na forma de decreto, instrumento jurídico com força relativamente menor do que uma Lei estadual, já que decreto é revogável a qualquer momento, caracterizando essa política pública de economia solidária como em construção e de governo.

A sua edição contempla: a formatação da política pública enquanto um espaço público em construção (item b); o fomento pelo Estado através da SEDAI, apontando claramente aí o papel indutivo do Estado na implantação da política (item c) e na definição dos critérios (item d), dentre eles, mínimo de cinco trabalhadores; adotar a autogestão; organização preferencial por cooperativas; desenvolver atividades econômicas organizadas coletivamente (exceto atividade agrícola familiar); adotar o trabalho e a propriedade coletiva dos meios de produção como base do sistema de remuneração; não exceder a 10% o número de trabalhadores contratados em relação aos trabalhadores associados; promover a saúde dos trabalhadores e mecanismos de controle de impactos ambientais em processos produtivos.

Inegavelmente, o item d do decreto, diferencia mais claramente a política pública de economia solidária das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado de Bem-Estar Social. Nesse caso não há subordinação explicitada dos empreendimentos solidários em relação ao Estado ou às agências de fomento como havia na relação dos trabalhadores com o Estado e com as empresas capitalistas durante o Estado do Bem-Estar Social, conforme apontou Pochmann (2004b). Pretendeu-se efetivamente, a estruturação de um fazer econômico que tivesse condições políticas e econômicas próprias ao longo de um processo de maturação do desenvolvimento da política.

A implantação do Programa de Economia Popular Solidária segundo Leboutte (2003), considerou o acúmulo histórico do Estado do Rio Grande do Sul

no campo do cooperativismo e da economia solidária em implementação no município de Porto Alegre desde 1989, durante os governos das gestões continuadas.

Aliado a essa experiência, a SEDAI firmou um convênio com a ANTEAG em 15 de dezembro de 1999 para o desenvolvimento do programa, instituição com vasta experiência em recuperar fábricas falidas sob a gestão dos trabalhadores, modalidade cooperativa e negociando a massa falida por meio de arrendamento judicial.

Aalém disso, a SEDAI considerou o fato de que a ANTEG vinha desenvolvendo um trabalho de recuperação de algumas empresas para gestão dos trabalhadores no Estado, como a Coofitec em Santana do Livramento (beneficiamento de lã), a Alumifer em Erechin (fabricante de utensílios de alumínio).

Para Leboutte (2003:31),

“a base conceitual do programa é a autogestão, ...e empreendimento de economia popular e solidária é, necessariamente, um empreendimento autogestionário... O popular, para definir um conteúdo de classe, ... de excluído pela sociedade capitalista. Popular porque é do povo, é das pessoas desprovidas dos meios de produção, é dos trabalhadores e trabalhadoras, que compõem uma base social bem delimitada pelo sistema capitalista. Quaisquer elaborações que não levem em conta a sociedade de classes em que vivemos não podem jamais reivindicar-se transformadora. O solidário porque são empreendimentos integrados em um sistema coletivo, de valores humanos, verdadeiramente democrático”.

Leboutte (2003) afirma que o papel da política pública em “Economia Popular Solidária” desenvolvida foi na articulação de recursos para financiamento e constituição de formas associativas, pois, grande parte do público alvo conta com forte aporte técnico de instituições já consolidadas no Estado, como a Secretaria de Agricultura com o programa de agricultura familiar no apoio aos produtores rurais, e o setor artesanal, formado por produtores individuais e integrados ao Programa Gaúcho de Artesanato, que sempre atuou com competência na área de comercialização e registro.

As ações do programa de “Economia Popular e Solidária” foram, para esses segmentos, complementares, no sentido de qualificá-los para a atuação coletiva,

potencializando recursos humanos e materiais, buscando a mudança de uma cultura individualista para outra, associativa, solidária, autogestionária.

O encontro realizado pelo programa “Economia Popular e Solidária”, em agosto de 2000 em Porto Alegre, com a participação de 350 trabalhadores representando 70 empresas autogestionárias, cerca de 7.500 trabalhadores, 32 cidades do Estado, resultou em uma “carta dos trabalhadores e trabalhadoras em empresas autogestionárias no Rio Grande do Sul”, dirigida ao Governo Estadual, reconhecendo as ações positivas no programa e apontando as necessidades dos empreendimentos. Eis uma síntese da carta (Leboutte (2003:36)):

- a) Falta de recursos para investimento em planta industrial, giro e equipamentos.
- b) Políticas fiscais pouco articuladas com as políticas estaduais e federais.
- c) Carência de processo educacional em autogestão para os empreendimentos.
- d) Crítica ao capitalismo e ao receituário neoliberal aplicado no Brasil.
- e) Importância do programa “Economia Popular e Solidária” e adesão a ele.
- f) Iniciativas de autogestão representam importantes alternativas aos trabalhadores.
- g) Buscar soluções urgentes para os problemas de crédito.

Uma análise da síntese da carta mostra que um conjunto de trabalhadores, traçou um caminho de construção de empreendimentos autogestionários e, nesse momento de sua trajetória, reconhecem no Estado um aliado e claramente identificam suas dificuldades como associadas às políticas neoliberais em curso no país. Buscam a partir desse encontro uma inserção no programa de “Economia Popular e Solidária” da SEDAI e junto aos órgãos financiadores ligados ao Estado apoio para financiamento de suas demandas.

Apontam o fomento à economia solidária como alternativa aos trabalhadores e, do ponto de vista de sua organização, reconhecem a necessidade da educação autogestionária para romper com a cultura do assalariamento, do individualismo, para melhoria da auto-estima e aprofundamento da solidariedade de classe.

Os itens a,b,c,g da carta definem o caráter de política pública de economia solidária em construção e apontam para a falta de investimentos, políticas fiscais pouco articuladas, necessidade de processos educacionais em autogestão e problemas com crédito.

Icaza (2002) apresenta um estudo de experiências solidárias desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Sul em que a quase totalidade dos casos estudados desses empreendimentos é composta por trabalhadores sem recursos e sem qualificação, com muitos desafios para a viabilidade e êxito destes empreendimentos, apresentando como elemento comum a forma de funcionamento coletivo, buscando resgatar as características que deram origem ao cooperativismo no século XIX.

Não há a garantia, porém, que a solidariedade, a democracia e a autogestão estejam no centro de sua dinâmica de estruturação e funcionamento; na prática, estas características, que evidenciam o caráter de empreendimentos solidários, apresentam grandes diferenças entre as várias experiências. Para o autor, essas diferenças se explicam em relação a elementos tanto de “caráter estrutural – as condições e o contexto em que as experiências surgem, como de natureza política e ideológica – a presença de valores orientadores das práticas dos participantes”. (ICASA, 2002, p.53)

Os elementos de caráter estrutural apresentam uma relação estreita com os aliados na implantação do programa devido principalmente à visão de quais empreendimentos serão fomentados, as quantidades de recursos, espaços de trabalho, potencialidades de comercialização, entre outros.

Os elementos de natureza política e ideológica relacionam-se à visão de futuro que os aliados têm, como acentuada ênfase no econômico ou no social, independência, institucionalização, estabelecimento de redes, entre outras.

As experiências oriundas do cooperativismo tradicional foram as que apresentaram maiores limitações quanto aos aspectos da democracia e da participação, porém, mais exitosas quanto ao aspecto econômico. As mais avançadas em democracia e participação foram aquelas ligadas aos movimentos

reivindicatórios como da reforma agrária, da moradia, trabalhistas, porém com piores resultados econômicos.

Nesses casos, a politização dos trabalhadores envolvidos provoca uma discussão potencialmente transformadora da realidade, propiciando métodos de gestão mais democráticos e participativos. Um desafio importante a ser superado implica em desenvolver uma perspectiva de gestão democrática e participativa, aliada a uma gestão eficiente.

6.5 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de São Paulo.

O governo municipal da cidade de São Paulo, gestão 2001-2004, do Partido dos Trabalhadores, ao criar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade através da Lei nº. 13.164/01(POCHMANN, 2004a:163), possibilitou o desenvolvimento de diversos programas para a população em situação de vulnerabilidade social, assim denominados: programas redistributivos, programas emancipatórios e programas desenvolvimentistas. Parra Pochmann (2004a:17), os programas emancipatórios “objetivam criar condições de autonomização da população beneficiada pelos programas redistributivos”.

O primeiro, “Oportunidade Solidária”, cuja perspectiva foi desenvolver geração de trabalho e renda através de empreendimentos solidários, geridos pelos trabalhadores, contou com apoio legal, tecnológico, logístico e promocional; o segundo, São Paulo Confia, foi criado com o objetivo de possibilitar crédito aos empreendimentos para a estruturação de suas atividades.

O amparo legal para o programa veio com a Lei nº. 13.164/01, artigo 1º. e 2º. conforme segue abaixo:

Art. 1º. – Fica criada a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS, destinada à implantação de programas voltados à promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social.

Art. 2º. – A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade tem as seguintes atribuições:

I – criar mecanismos e adotar ações direcionadas ao desenvolvimento econômico e social do município;

II – implementar medidas que favoreçam a inclusão social e a melhor inserção ocupacional;

III – promover e propor programas e políticas que estimulem a economia solidária e a concessão de crédito popular.

IV – estabelecer ações, convênios e parcerias, quando necessário, com entidades de direito público ou privado, visando à melhoria da qualificação profissional, à reinserção do trabalhador desempregado no mercado de trabalho, à habilitação ao sistema público de emprego e ao aprimoramento das relações do trabalho.

A Lei nº. 13.118/01 institui o “Programa Crédito Popular Solidário” (POCHMANN, 2004a:187) e, em seus artigos 1º. e 5º. reforçam o caráter emancipatório do programa:

Art. 1º. – Fica o Município autorizado a associar-se em Associação Civil Ideal e a celebrar convênios com entidades civis de crédito produtivo popular, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários instalados no Município, integrando o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular.

Art. 5º. – parágrafo 1º. - Fica o Município autorizado a criar os Fundos de Investimentos destinados a propiciar recursos para aplicação em micro empreendimentos, cooperativas e micro empresas, visando criar alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda.

A portaria nº. 03/01 da SDTS (POCHMANN, 2004a:205) completa o arcabouço jurídico dos programas que possibilitaram a implantação de políticas públicas em economia solidária no município de São Paulo:

O Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 2º., inciso III e parágrafo primeiro da Lei Municipal nº. 13.164/01 e,

Considerando a redução gradual no volume de emprego formal na cidade de São Paulo, cujo impacto tem sido a formação de um grande excedente de trabalhadores desempregados ou sub-ocupados, submetidos a diversas e adversas estratégias de sobrevivência;

Considerando a inexistência de perspectivas positivas de recuperação dos postos de trabalho formal;

Considerando que existem experiências bem sucedidas de geração de trabalho e renda e ocupação através do estímulo à alternativas solidárias, como são as cooperativas, associações, empresas de autogestão, entre outras, e que elas podem ser reproduzidas e/ou ampliadas;

Considerando a necessidade de se ter programas complementares aos já existentes nesta Secretaria, com o objetivo de estimular a geração de ocupações produtivas e renda que emancipem economicamente os egressos dos programas de Renda Mínima, Bolsa Trabalho e Começar de Novo;

Resolve:

- a) criar o Programa Oportunidade Solidária, no âmbito da SDTS, cujo objetivo será a difusão e desenvolvimento da cultura do empreendedorismo comunitário, associado ao estímulo à criação de coletivos inovadores de renda e ocupação – prioritariamente entre os egressos dos demais programas sociais desta Secretaria incidentes sobre a produção e distribuição de bens e serviços para além das possibilidades dos setores público e privado, e ao estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e produtos de base tecnológica voltadas às finalidades deste Programa;
- b) criar a Comissão de Desenvolvimento Solidário, no âmbito da SDTS, com caráter consultivo, com a finalidade de elaborar proposta, formular sugestões e acompanhar a implementação da políticas do Programa Oportunidade Solidária da SDTS;

Pochmann (2004a) afirma que 34% dos envolvidos nos programas redistributivos como Bolsa Trabalho e Começar de Novo, consideram prioritária a participação em empreendimentos solidários, caracterizando-se como uma alternativa real de emancipação.

São dois os tipos de perfis que buscam a formação para participação em empreendimentos solidários, sendo um deles aqueles com mais de 40 anos, considerados de idade elevada e fora dos padrões de mercado e, o outro, jovens sem experiência anterior e que não conseguem emprego formal. Para corroborar com a afirmativa acima, relaciono depoimentos de pessoas beneficiários dos Programas “Começar de Novo”, “Bolsa Trabalho” e participantes do Programa “Oportunidade Solidária” (POCHMANN, 2004a:83):

Nós somos pessoas com uma história de vida parecida, moramos na mesma região de São Paulo, tivemos poucas oportunidades de estudar e somos desempregadas, por causa da nossa idade elevada para os padrões do mercado. Por isso acabamos por entrar no Programa “Começar de Novo”. Dentro deste projeto acabamos nos conhecendo, começamos a nos conhecer no curso de cidadania, continuamos juntas nos cursos posteriores, isso foi muito bom, já que ficou mais fácil formar um grupo com quem conhecemos para fazer uma cooperativa.

Meu nome é Robson Alves, tenho 17 anos e estou cursando o 3º. ano do ensino médio... Estou em busca de um trabalho, mas como

não encontro, faço bicos na feira ou em vários lugares. Faço o curso do bolsa trabalho com 7 colegas e estamos em busca de uma cooperativa para entrar no mercado de trabalho.

Fizemos uma vaquinha, colhemos esse outro material, vendemos, pegamos o dinheiro e alugamos este espaço. Compramos a balança, pusemos o telefone, começamos a trabalhar(...) Depois, conseguimos comprar uma peruca. O pessoal foi desanimando porque as retiradas são mínimas. Nós estamos aqui de teimosos, quinze pessoas (participantes de cooperativa de reciclagem).

Nós queremos montar uma cooperativa de prestação de serviços na área de limpeza, escolhemos essa atividade devido ao baixo investimento inicial e a nossa experiência no ramo... (participantes de cooperativa de limpeza).

Pochmann (2004a) afirma que a implantação dos programas emancipatórios procurou valorizar a história dos participantes, resultando em atividades desenvolvidas nas áreas de culinária (31,3%), comércio em geral (29,7%), cuidados com idosos (14,1%), coleta seletiva e reciclagem de resíduos (10,9%). Enfatiza, porém, que a estratégia de combate ao desemprego no município tem limites dados pelo padrão de acumulação, cuja solução passa necessariamente por mudanças alcançadas somente na esfera federal.

Pochmann (2004a) identifica três impactos no mercado de trabalho a partir da implantação dos programas sociais da SDTS.

O primeiro, denominado efeito inatividade, decorre da absorção de mais renda pelas famílias decorrente de programas distributivos, diminuindo a pressão da mão-de-obra de crianças, jovens, mulheres com dependentes pequenos, idosos.

O segundo, efeito rendimento, provocado pelo primeiro, tem relação com a ocorrência de menor disputa entre trabalhadores por um mesmo posto, evitando, pela diminuição da concorrência, a queda da renda média destes trabalhadores.

O terceiro, também em decorrência do primeiro, chamado efeito ocupação, acontece pelo aumento do consumo adicional nas camadas mais pobres, beneficiadas pela ampliação de sua renda, ampliando o nível de produção e gerando mais empregos.

Os programas sociais implantados na SDTS contribuíram para reduzir a pobreza e a desigualdade social da cidade em pelo menos 10%, totalizando

1.124.198 pessoas, sendo que 14% desses beneficiários o foram através dos programas emancipatórios segundo a classificação do autor (Oportunidade Solidária, São Paulo Confia e Capacitação Ocupacional); desses, na concepção de economia solidária, o programa Oportunidade Solidária contribuiu com 1,8%, ou seja, cerca de 20.000 pessoas.²⁹

A criação da SDTS através da Lei nº. 13.164/01, a Lei nº. 13.118/01 que instituiu o “Programa Crédito Popular Solidário” e a portaria nº. 03/01 da SDTS que criou o programa Oportunidade Solidária encerram um conjunto de legislações que possibilita no âmbito do município de São Paulo, desenvolver políticas públicas de Economia Solidária. O conjunto de demandas reprimidas em áreas de atuação que não interessam à iniciativa privada e tem a possibilidade de atuação pública restrita por fatores orçamentários ou legais, fornecem um conjunto de possibilidades de emergência de atuação de empreendimentos solidários, na ótica da economia solidária, fomentados por iniciativas públicas, aliados e desenvolvidos em espaços públicos.

A economia solidária pode diferenciar-se das políticas públicas do pós-Estado do Bem Estar Social, pois foram implementadas utilizando-se a lógica da seletividade, dirigidas a pessoas desempregados de longa duração e jovens sem a primeira experiência de emprego. Foram priorizados contratos de trabalho curtos, mal remunerados, custeados pelo setor público para prestação de serviços no setor privado ou bolsas trabalho para prestação de serviço em um determinado órgão público.

Caracterizadas como políticas públicas de inserção pelo econômico, sem um olhar atento no arranjo local do ponto de vista das necessidades das pessoas e da comunidade, acabou-se por criar uma imagem de trabalhos sem futuro, pois a pretensão inicial de que estes trabalhadores seriam re-inseridos em um trabalho com carteira assinada após este período de trabalho, não se confirmou ao longo do tempo (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A diferenciação entre a lógica acima apresentada da inserção pelo econômico e a economia solidária se dá basicamente pela ausência de um

²⁹ Fonte: SDTS/PMSP. Cadastro dos Programas Sociais, apud Pochmann (2004:22).

contrato de trabalho temporário custeado pelo poder público que deveria servir de trampolim para o trabalho “normal”.

A economia solidária pode ser introduzida durante este processo de primeiro socorro no qual o trabalhador está inserido, possibilitando processos formativos em economia solidária, financiamento público para formação de empreendimentos e instituição de mecanismos de compras públicas para afirmação de tais empreendimentos.

Os depoimentos acima das pessoas (POCHMANN, 2004a:83) mostram a possibilidade de migração das pessoas envolvidas nos programas redistributivos, como o “Renda Mínima”, “Bolsa Trabalho”, “Operação Trabalho” e “Começar de Novo”³⁰ em um programa emancipatório, como o “Oportunidade Solidária”, conforme categoriza o autor.

O primeiro depoimento mostra pessoas com histórias de vida parecidas, idade considerada fora do mercado de trabalho, pouca escolaridade. O programa “Começar de Novo”, para desempregados acima de quarenta anos possibilitou o encontro dessas pessoas e o sonho de formarem uma cooperativa. Esse é um caso que mostra as possibilidades de articulação entre os programas redistributivos e os emancipatórios e desenvolvimentistas, exemplificando como processos formativos são importantes para que ocorra uma ancoragem entre estas pessoas que se encontram em uma situação de exclusão parecida.

O segundo depoimento mostra um beneficiário de um programa redistributivo, o “Bolsa Trabalho”, que se encontra desempregado e vislumbra uma possibilidade de entrar no mercado de trabalho através de uma cooperativa junto a outros sete colegas. Não definiram a atividade, mas, através da capacitação, já vislumbram a possibilidade de montar uma cooperativa. Embora o despertar para o trabalho em economia solidária ter-se dado através da possibilidade de inserção pelo econômico, a capacitação pelo “Bolsa Trabalho” abriu novas perspectivas para esse grupo. Importante ressaltar o curso de cidadania que ampliou horizontes para esses sujeitos.

³⁰ Detalhamento destes programas são encontrados em Pochmann (2004b)

O terceiro depoimento mostra a ação de um grupo de pessoas ligado à triagem de materiais recicláveis que praticamente montou com recursos próprios uma estrutura de trabalho, comprando a balança, alugando o espaço de trabalho e telefone e comprando um veículo. Chama a atenção nesse caso que o negócio da triagem de materiais recicláveis tem sido fomentado pelo poder público em vários municípios, apesar de caracterizar-se como uma atividade em que o comércio local tem forte presença através dos “sucateiros ou aparistas”.

O quarto depoimento mostra novamente as possibilidades de complemento entre os programas, pois neste caso pessoas desempregadas do segmento de limpeza compreendem, através do processo formativo no programa “Oportunidade Solidária”, que podem constituir uma cooperativa de prestação de serviços nesta área. Esse é um dos casos em que o poder de compra do Estado pode fomentar atividades neste ramo e em outros de serviços dentro do conceito da economia solidária, formando um outro pólo de economia que pode vir a atuar na lógica de cadeias produtivas (cooperativas produtoras de produtos de limpeza) em economia solidária.

Quero enfatizar que o avanço da política pública de economia solidária em construção para emancipatória e desenvolvimentista, segundo o autor e desenvolvimentista e sustentável, segundo a concepção, exigirá uma posição do governo federal, enquanto sede da política em nível federal, quanto ao financiamento, marco legal, poder de compra do Estado, definição de fomento industrial para contemplar escala.

Uma análise das experiências citadas no programa “Oportunidade Solidária” mostrou que a sua contribuição foi de 1,8%, ou seja, cerca de 20.000 pessoas; com certeza esses números não refletem a demanda da população do município de São Paulo que busca apoiar-se nesses programas.

6.6 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de Osasco.

O programa de economia solidária no município de Osasco, embora seja um programa novo (gestão 2005 - 2008), merece destaque, porque apresenta um

marco legal bastante ousado e inovador através da Lei 3.978 de 2005, que instituiu o “Programa Osasco Solidária”, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão.

No art. 1º. a Lei preconiza a integração do “Programa Osasco Solidária” às estratégias gerais de desenvolvimento e aos investimentos sociais no município, com a finalidade de implantar a política de fomento à economia popular e solidária.

O primeiro aspecto a ser destacado é a adição do termo popular à economia solidária com a finalidade de realçar o caráter de inclusão do programa, através da participação de pessoas desempregadas e moradoras em bairros tipicamente populares. Neste artigo aparece a definição do programa como uma estratégia de desenvolvimento, colocando-a em um nível conceitualmente igual à política de mercado, já consolidada como a política de desenvolvimento natural na sociedade, porém sem a qualificação como política de desenvolvimento sustentável.

O Art. 2.º trata da criação do Centro Público de Economia Popular e Solidária, da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários e do Centro de Comércio Justo e Solidário. Os Centros Públicos de Economia Popular e Solidária, caracterizam-se como um espaço público de proximidade que França Filho e Laville (2004) definem como uma característica que diferencia a economia solidária das economias de mercado e do Estado.

A Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários tem a função de garantir suporte de estrutura, gestão, administração, jurídico e tecnológico aos empreendimentos populares solidários, cumprindo uma função pública de fomento à esses empreendimentos através de recursos do Estado, arrecadados de todas as camadas sociais, portanto um recurso democrático a serviço da emancipação de sujeitos historicamente desfavorecidos da sociedade.

A figura do Centro de Comércio Justo e Solidário é a materialização de uma das principais características da economia solidária, defendida por Singer e Souza(2003), que é a articulação em rede dos empreendimentos solidários, diferenciando de uma das características principais da economia de mercado, que é a competição entre empresas.

O Art. 4.^o define que os empreendimentos da Economia Popular e Solidária estarão voltados para produção de bens, prestação de serviços, consumo, comercialização, realização de operações de crédito e outras atividades econômicas; para isto estarão norteando-se pela gestão democrática, cooperação, solidariedade, autogestão e garantindo a partilha eqüitativa das riquezas produzidas entre seus membros participantes. Este artigo define a abrangência desse segmento, com a mesma amplitude que o mercado e o Estado desenvolvem suas atividades econômicas, porém diferenciando-se no modo como estas atividades são exercidas.

Os artigos 5.^o e 6.^o tratam dos princípios e objetivos da política pública de economia solidária. É possível estabelecer um paralelo entre alguns dos princípios e objetivos que a Lei define, com as categorias de economia solidária definidas por França Filho e Laville (2004) e por Singer e Souza (2003).

O primeiro princípio, “bem-estar e a justiça social”, dialoga com a “pluralidade de princípios econômicos” de França Filho e Laville (2004) e com a afirmação de Singer e Souza (2003), quando afirmam que a economia solidária vai além de uma simples fusão entre a economia de mercado e a Estatal, tendo um caráter próprio, que vai além de ambas, aproximando demanda e oferta.

O segundo e o terceiro princípios, do “primado do trabalho, com o controle do processo produtivo pelos trabalhadores” e da “valorização da autogestão, da cooperação”, obedecem à uma outra lógica, totalmente antagônica da economia de mercado e distante da economia Estatal. Aqui, a economia solidária aparece como fomentada por uma política pública que claramente tem lado, que possibilita a emancipação dos envolvidos nos empreendimentos fomentados e, indo mais longe, cria um pólo diferenciado de pensamento e práticas econômicas dominantes.

Os objetivos traçados no capítulo 6.^o da Lei são: contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, através do acesso dos cidadãos ao trabalho e à renda; fomentar o desenvolvimento de novos modelos sócio-produtivos coletivos e autogestionários; incentivar e apoiar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão de

empreendimentos populares e solidários; estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular e Solidária; fomentar a criação de redes de empreendimentos populares e solidários; promover a intersetorialidade e a integração de ações do Poder Público Municipal; criar e dar efetividade a mecanismos institucionais que facilitem sua implementação.

Nos objetivos traçados aparecem claramente as categorias definidas por França Filho e Laville (2004) e Singer e Souza (2003), principalmente a declaração explícita de necessidade de “fomento de novos modelos sócio-produtivos coletivos e autogestionários”. Esse objetivo foi enfatizado por estes autores quando apontam que a economia solidária caracteriza-se como um espaço em que, necessariamente, a pluralidade de princípios econômicos está presente, não havendo subordinação desta ao mercado ou ao Estado;

O objetivo definido como “incentivo, apoio, criação, desenvolvimento, consolidação, sustentabilidade e expansão de empreendimentos populares e solidários”, mostra que a política pública de economia solidária em construção no município, buscará corrigir, dentro dos limites de atuação no município, uma distorção histórica ocorrida no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, discutida por Pochmann (2004b), que teve ao longo dessa trajetória crescimentos significativos, provocando sempre, contudo, a exclusão social.

Aparece claramente a intenção de transformar a política pública de economia solidária em emancipatória e desenvolvimentista, financiada por todos os cidadãos do município e tendo como resultado a apropriação coletiva desse financiamento. Ênfase, porém, a ausência do adjetivo sustentável à política pública de economia solidária em emancipatória e desenvolvimentista.

O objetivo “fomentar a criação de redes de empreendimentos populares e solidários” aparece como uma das principais categorias defendidas por Singer e Souza (2003). Em França Filho e Laville (2004), a categoria finalidade multidimensional tem relação com este objetivo ao apontar para a extrapolação das relações do empreendimento para além de suas fronteiras, na relação com o entorno, com a região e com outras regiões.

Os objetivos de promover a intersectorialidade entre os órgãos públicos e dar efetividade a mecanismos institucionais que facilitem a implantação da economia solidária no município, situa esta política pública com as características de transversalidade, em que diversos órgãos governamentais podem participar de sua construção, diferenciando-a das demais políticas públicas, notadamente setorializadas, como as de saúde, transporte, educação, assistência e meio ambiente.

No art. 10º., a Lei trata dos instrumentos voltados ao fortalecimento e à sustentabilidade dos empreendimentos populares e solidários, com prioridade para:

a) participação em processo de incubação voltado a criar, a consolidar e a fortalecer a organização de empreendimentos populares e solidários, através da educação, formação e capacitação técnica, tecnológica e profissional; assessoria técnica, prioritariamente, nas áreas administrativas, econômicas, contábeis e técnica.

Esse item é de fundamental importância para que os empreendimentos solidários fortaleçam-se na cultura da economia solidária; os processos de incubação podem se dar através de incubadoras conveniadas com o poder público ou uma incubadora pública; a experiência de Osasco está sendo construída através da criação de uma Incubadora Municipal conforme determina o artigo 2º. dessa Lei;

A experiência de Campinas utilizou convênios com incubadoras de cooperativas populares entre 2001 e 2004 e, somente em 2005, inicia o processo de estruturação de um modelo misto, ao buscar profissionais para compor uma Incubadora Municipal. Tenho a convicção de que o processo educativo desenvolvido pelas Incubadoras tem um papel crucial para a formação da consciência na prática associativista proposta.

Torna-se também fundamental a compreensão por parte dos membros dos empreendimentos que eles têm condições de serem capacitados para que assumam a gestão do negócio, pois segundo Singer e Souza (2003), a crença na necessidade de especialistas tanto para a área administrativa, como tecnológica,

leva os empreendimentos solidários a perderem a sua identidade e a adotarem modelos capitalistas de gestão. Evidentemente que os empreendimentos solidários necessitam muitas vezes dos especialistas, porém, isto não pode significar subordinação da política maior do empreendimento solidário a questões de natureza técnica.

b) acesso a linhas de crédito e a políticas de investimento social; apoio à comercialização e ampliação de mercado para os bens e serviços da economia popular e solidária; fomento à constituição de espaços e redes solidárias de produção, consumo, comercialização e de conhecimento e informação.

Dois grandes gargalos da economia solidária aparecem nesse item apontados pelo mapa da economia solidária, elaborado pelo MTE - SENAES, pois para os 14.954 empreendimentos econômicos solidários visitados em 2.274 municípios brasileiros, 60% deles afirmaram ter dificuldades com a comercialização e 49% com acesso ao crédito, caracterizando-se como os pontos de maior índice de dificuldades apontados. Uma política pública implementada que contemple o enunciado acima é decisiva para o fortalecimento, consolidação e perenidade desses empreendimentos.

c) apoio à pesquisa, à inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas aos empreendimentos populares solidários.

Esse item trabalha com a possibilidade de desenvolvimento de negócios ligados à economia solidária através de tecnologias desenvolvidas e transferidas. Importante refletir que no espaço público de desenvolvimento da economia solidária reside a sua força, pois no processo de sua construção estão presentes a demanda e a oferta, a necessidade de produzir bens e serviços e a necessidade de consumir bens e serviços.

Assim, necessidades de bens e serviços novos podem surgir deste arranjo local, sendo fundamental a participação de instituições de ensino e pesquisa engajadas no processo. Dois casos exemplificam a questão acima: 1) a articulação em rede do processo produtivo denominado “Justa Trama”, envolvendo produção de algodão orgânico no nordeste, fiação no sudeste e vestimenta no sul; nesse caso está presente pesquisa, inovação e articulação em

rede de empreendimentos solidários, discutido no item anterior. 2) produção e comercialização de biodiesel a partir de óleo de cozinha reciclável através de empreendimentos solidários, articulados como cadeia produtiva; nessa experiência de Campinas temos presente a pesquisa, inovação, transferência de tecnologia e cadeia produtiva.

e) utilização, vinculada às estratégias de incubação, de bens públicos a título precário e temporário, desde que autorizada pela autoridade competente.

Esse item é fundamental, pois se trata de um equívoco considerar que esses empreendimentos terão condições de locar espaços para trabalho, comprar equipamentos e produzirem, adquirindo sustentabilidade e perenidade em um curto espaço de tempo (dois a três anos).

Um estudo apresentado³¹ sobre negócios empresariais mostrou que grande parte dos negócios tem um tempo médio de três anos entre a concepção do negócio e o início da empresa. Os empreendimentos relacionados à economia solidária, têm uma composição social de um público que apresenta forte baixa estima, baixa escolaridade e descapitalizado.

Reside aí a importância do apoio público não só de gestão e tecnológico, mas também de fomento, de logística, de estrutura, dividindo para toda a sociedade o investimento necessário para sustentabilidade e perenidade desses empreendimentos.

g) apoio técnico e financeiro à recuperação e à reativação de empresas em risco de processo falimentar, massas falidas e parques produtivos ociosos, desde que sob a forma de autogestão por trabalhadores e de acordo com as diretrizes jurídicas desta lei.

Esse item tem uma importância grande, pois são muitas as situações em que processos dessa natureza têm ocorrido em nosso país. A ANTEAG e, atualmente a UNISOL Brasil são entidades que trabalham com a recuperação de empresas em regime falimentar, buscando sua recuperação através da gestão pelos trabalhadores no conceito de economia solidária.

³¹ Estudo apresentado pelos professores doutores José Newton Carpintéro e Miguel Juan Bacic do Instituto de Economia da Unicamp, no Word Conference no Business Incubation, no Rio de Janeiro em 2001.

h) adequado tratamento tributário aos empreendimentos populares e solidários incubados.

A questão tributária fecha a discussão sobre os instrumentos que a Lei 3.978/05 traz para a aplicação de política pública em economia solidária no município de Osasco. Um exemplo típico da importância desta questão está na discussão feita pela Incubadora Municipal de Campinas junto ao GTIB em Brasília que, em 08/06/2006 apresentou a experiência de produção de biodiesel com óleo de cozinha reciclável, a partir de um empreendimento solidário do município de Campinas, para que o GTIB tivesse parâmetros para definir sua política de biodiesel urbano.

O programa nacional de uso de biodiesel³² regulamentou através da Lei 11.116/2005 o modelo tributário para a produção de biodiesel que, entre outras questões, reduz consideravelmente os tributos federais para empresas produtoras de biodiesel que adquiram matéria prima de produtores de oleaginosas a partir da agricultura familiar. Preconiza também que uma empresa só poderá obter certificação da ANP se for possuidora de um capital social de R\$ 500.000,00.

Nessa reunião foi discutida a oportunidade de extensão desses benefícios tributários para empreendimentos solidários que produzam biodiesel a partir de óleo de cozinha reciclável, pois além do aspecto de geração de trabalho e renda com inclusão social, tem a questão ambiental associada; a Incubadora Municipal pautou, também, a necessidade em se reduzir consideravelmente o capital social do empreendimento solidário para que ele possa ter o selo verde de produtor de biodiesel emitido pela ANP.

Importante considerar o apoio e as bases de sustentação da política pública desenvolvida no município de Osasco. Trata-se de uma política que tem amplas condições de tornar-se desenvolvimentista e sustentável, pois criou as condições de possibilitar aos empreendimentos incubados adquirirem materialidade e formação na cultura associativista, além de instrumentos de desenvolvimento de tecnologias sociais. Embora recente, merecerá análise pontual após um certo período de desenvolvimento da política.

³² Site sobre o programa nacional de uso do biodiesel. www.biodiesel.gov.br. 2006.

6.7 - A Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de Santo André.

O Município de Santo André foi um dos primeiros no país a desenvolver política pública de economia solidária em função da eleição do Prefeito Celso Daniel do Partido dos Trabalhadores em 1989³³, ocorrendo a partir dessa, mais cinco gestões. Foi a partir de 2003 que a Lei 8.519 foi promulgada, definindo um marco legal para o “Programa Incubadora de Cooperativas da Prefeitura de Santo André”, autorizando a celebração de convênios entre o Município e as Cooperativas atendidas pelo programa.

Abaixo a íntegra da Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Santo André autorizado, por intermédio de sua Administração Direta e Indireta e os entes públicos dotados de personalidade jurídica, a estabelecer convênios e parcerias com as cooperativas em incubação atendidas pelo Programa Incubadora de Cooperativas da Prefeitura Municipal de Santo André, para a implementação de políticas públicas.

§ 1º. Entende-se por período de incubação aquele necessário para que as cooperativas inseridas no Programa Incubadora de Cooperativas atinjam a auto-sustentabilidade econômica e financeira.

§ 2º. O período de incubação a que se refere o § 1º será de 2 (dois) anos, prorrogável por mais 1 (um) ano.

§ 3º. Somente poderão beneficiar-se das prerrogativas concedidas pela presente lei aquelas cooperativas em processo de incubação cujos membros tenham realizado o curso de cooperativismo e estejam participando do processo de formação permanente.

§ 4º. A remuneração para as cooperativas em incubação pela implementação ou execução de serviços públicos estabelecida mediante convênio pautar-se-á pelo critério do valor de mercado, pela exigência da qualidade dos serviços executados e pela busca do bem público.

Art. 2º. Fica permitida à Administração Pública Municipal Direta e Indireta e aos entes públicos municipais dotados de personalidade jurídica a celebração ou realização de convênios com entidades privadas ou públicas, nacionais ou internacionais, para viabilização, apoio, fomento e fortalecimento do Programa Incubadora de Cooperativas.

³³ Política semelhante foi iniciada em 1989 em Porto Alegre com a eleição do Partido dos Trabalhadores.

Art.3º. Fica permitida à Administração Pública Municipal Direta e Indireta e aos entes públicos municipais dotados de personalidade jurídica a cessão temporária dos espaços ou instalações públicas para que as cooperativas em incubação desenvolvam suas atividades, mediante permissão de uso, concessão de uso ou concessão de direito real de uso.

Art. 4º. Compete ao Departamento de Geração de Trabalho e Renda da Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional, responsável pelo Programa Incubadora de Cooperativas, através de laudo semestral, indicar as cooperativas beneficiárias do Programa Incubadora de Cooperativas.

Parágrafo único. As cooperativas em incubação perderão os benefícios concedidos pela presente lei quando terminar seu período de incubação ou quando o Programa de Incubadora de Cooperativas, por meio de laudo do Departamento de Geração de Trabalho e Renda, decidir pelo afastamento desta do processo de incubação.

Art. 5º. A minuta de Convênio anexa é parte integrante da presente lei.

Art. 6º. Fica a Administração Pública obrigada a enviar trimestralmente à Câmara Municipal uma relação das cooperativas conveniadas, da natureza dos convênios, bem como dos valores envolvidos.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André em, 18 de junho de 2003.

O primeiro capítulo da Lei possibilita que a municipalidade faça convênio com um empreendimento que está sendo fomentado por ele mesmo, para implantação de políticas públicas de interesse do município. Trata-se de um caso em que o legislador cria um instrumento que permite a utilização do poder de compra do município, criando um marco legal ousado e diferenciado em relação à outros municípios.

O parágrafo primeiro e segundo definem o período de incubação, que servirá para que a cooperativa saia com auto sustentabilidade econômica e financeira e, para que isto aconteça, prevê um período de dois anos, prorrogável para três, para desligamento do programa.

Entendo essa questão como complexa, necessitando de um acúmulo maior do movimento para tomada de posição com um histórico maior. Acrescento que os empreendimentos privados nascem com mais recursos, maior estrutura, apoio e

os empreendedores têm mais escolaridade; questiono o tempo de incubação, pois considero que a política pública de economia solidária deve ser entendida como política em construção, portanto, em processos que categorizo como não consolidado e ainda necessitando muito tempo de experimentação.

Não me parece correto determinar um tempo da mesma ordem de grandeza entre os empreendimentos privados e os empreendimentos solidários, caracterizando-se como uma condição de risco à sustentabilidade econômica e financeira desses.

O outro complicador que considero presente ainda no primeiro e segundo parágrafo reside na afirmativa de que esse tempo de incubação “servirá para que a cooperativa saia com auto sustentabilidade econômica e financeira”. Isso acontecerá se o produto ou serviço que a cooperativa entregou no período da relação poder público – empreendimento solidário, puder ser comercializado para além do poder de compra da Prefeitura, quando desligada, através de redes de cooperativas ou cadeias produtivas, mercado ou através da disputa com outros fornecedores dentro da Lei 8666.

Assim, creio que será importante não condicionar tempo de incubação com o poder de compra pelo município. Outras condicionalidades podem ser mais eficazes, como aumento na geração de trabalho na medida em que o empreendimento melhore sua renda, investimento em educação, entre outros quesitos. Um empreendimento solidário pode não estar mais necessitando de apoio material pela incubação, mas poderá continuar inserido no movimento no município e continuar a fornecer bens e serviços à municipalidade.

É importante destacar que a não desvinculação desses empreendimentos do programa, poderá criar um importante pólo de desenvolvimento local, gerando trabalho e renda de forma perene no município.

O primeiro capítulo também prevê, em seu parágrafo terceiro, a necessidade de formação em cooperativismo, antes que se inicie o processo de incubação e exige a formação permanente durante o processo de incubação. Essa é uma preocupação sempre presente em todos os textos, fóruns, conferências e resoluções sobre economia solidária.

O quarto parágrafo do primeiro capítulo garante uma remuneração dentro dos padrões de mercado, do trabalho executado pela cooperativa para o fornecimento dos produtos ou serviços estabelecidos no convênio, evitando o risco de precarização do trabalho da cooperativa conveniada. Decorrente da condição da remuneração assegurada, o parágrafo também estabelece uma exigência importante relacionada à qualidade do serviço ou produto prestado.

Dentro do período de incubação está garantido o poder de compra público, criando excelentes condições de materialidade para os empreendimentos incubados.

O artigo 3º. garante espaço de trabalho mediante permissão ou concessão de uso ou instalações públicas. Esse instrumento é de vital importância para fomento aos empreendimentos solidários conforme resolução da I Conferência Nacional de Economia Solidária no quesito “Objetivos da Política Pública”:

Investimentos em infra-estrutura de base para a produção, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços dos empreendimentos em economia solidária para viabilizar o escoamento da produção, em condições de atender as necessidades dos empreendimentos. Os investimentos prioritários devem ser em infra-estrutura de produção, como eletricidade trifásica, galpões, terraplanagem,

Esse marco legal aprovado no município de Santo André mostra que os municípios podem inovar e criar instrumentos eficazes de fomento à economia solidária. Fomentos dessa natureza estão em consonância com Santos (2002), ao discutir formas alternativas ao desenvolvimento capitalista, em especial em sua formulação de desenvolvimento alternativo, com ênfase no desenvolvimento local. A sua preocupação, assim como a de Singer (2003), de que essa forma de desenvolvimento alternativo não será sustentável se não estabelecer redes setoriais, regionais, nacionais e até internacionais.

Trata-se de uma política pública em construção, com condições melhores do ponto de vista do marco legal entre as experiências apresentadas. Isso se deve também ao tempo de construção da política, sendo que esse marco legal foi construído mais de uma década após o início do programa.

6.8 - Conclusão.

O indicador marco legal - Leis, decretos, portarias definidoras da política pública em economia solidária – está presente nas experiências relatadas tanto em nível Federal com a criação da SENAES e do CNES, como do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de São Paulo, Santo André, Osasco e Campinas (relatada no próximo capítulo) que possibilitou através de Leis, decretos e processos internos públicos, o fomento aos empreendimentos solidários. O fomento ocorreu na forma de destinação de áreas institucionais, construção de espaços de trabalho, compra de equipamentos e convênios com incubadoras especializadas em processos de acompanhamento desses empreendimentos.

Importante considerar que o marco legal apontado nas experiências caracteriza a política pública de economia solidária como em construção, pois, em primeiro lugar, considerando-se o nível Federal, ainda não existe um marco legal diferenciado para essa política.

A criação da SENAES e do CNES, não foi por meio de Lei, mas sim através de decretos, muito mais fácil de ser revogado por qualquer governo que seja sucessor do atual.

A Lei Federal 11.445 de fevereiro de 2007, que possibilita dispensa de licitação para contratação de serviços de coleta seletiva de cooperativas inseridas em programas de geração de trabalho e renda, está restrita aos empreendimentos de reciclagem, muito expressivos na experiência de Campinas com 75% de empreendimentos na área de reciclagem, porém com participação nacional de cerca de 1%.

Caracteriza-se como um mecanismo legal importante, pois será possível promover uma inclusão social dos milhares de catadores espalhados pelo País através de uma remuneração pelo serviço público de coleta seletiva realizado por eles e estruturar uma cadeia produtiva através de suas organizações com produtos oriundos desse trabalho.

O mecanismo de remuneração pela Lei permitirá escala dentro da cadeia produtiva. Esta escala não ocorrerá somente em função da entrega do produto da coleta para empresas intermediárias dessa cadeia produtiva.

A Lei Federal 11.488 de junho de 2007 possibilita às sociedades cooperativas um enquadramento igual às pequenas empresas na Lei complementar 123 que introduz vantagens às micro e pequenas empresas em questões tributárias e nas compras públicas, Lei 8666, das licitações.

Já a criação dos marcos legais no Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de São Paulo, Santo André, Osasco e Campinas aconteceu por Leis específicas, embora com muita restrição nos seus usos em decorrência de ausência de marco legal Federal, principalmente em relação à Lei das Licitações 8666 já amplamente discutida nesse capítulo.

A partir de uma ampliação de um marco legal Federal como a Lei 11.445 de empreendimentos de reciclagem para o conjunto de serviços e produtos que a economia solidária trabalha, será possível utilizar de fato o poder de compra pública do Estado e, a partir do fortalecimento dos empreendimentos solidários, será possível alçá-los à condição de disputarem licitações utilizando-se dos benefícios da Lei complementar 123.

Alguns tipos de cadeias produtivas, como alimentos para merenda escolar, biodiesel de óleo de cozinha reciclado para frota municipal e transporte urbano, uniformes escolares para escola pública, são exemplos de cadeias produtivas que estão começando a acontecer e poderá a ser um importante vetor de desenvolvimento local a partir de marcos legais mais ousados.

Finalizo afirmando que a política pública de economia solidária deve ser considerada em construção, de governos, sem uma diretriz legal que contemple uma política que flua da condição Federal, passando pelos Estados e chegando aos municípios.

Ela acontece a partir da consolidação de marcos legais construídos pontualmente, através de governos que se comprometem com a implantação da política, aliado a outras forças conjunturais do entorno, como ONG's., Universidades, Instituições Religiosas, Sindicatos.

O indicador processo indutivo - política pública de economia solidária marcadamente indutiva pelo Estado ou pelas entidades de fomento – está presente na construção da política no Governo Federal, no Governo do Estado do Rio Grande do Sul e nos Municípios discutidos.

Para Pochmann (2004a) a política pública emancipatória possibilita geração de trabalho e renda, tendo um caráter marcadamente indutivo e é financiada através de recursos municipais e muito recentemente por recursos Federais e muito pouco por recursos Estaduais; os Bancos do Povo também se caracterizam como instituições criadas no âmbito municipal com a função de financiar empreendimentos com crédito abaixo do mercado. Ainda para o autor, política pública desenvolvimentista é implementada através da reconstrução de elos de cadeias econômicas desarticuladas, constituição de novos arranjos produtivos.

Ham&Hill (1984), ao refletir sobre o estudo de políticas públicas, mostra que demandas por políticas públicas podem ser produzidas por processos indutivos, definindo agenda, impondo definições de problemas e criando condições para a sua própria ação.

Ângela Schwengber, Secretária Executiva da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária, no encontro de formação de gestores públicos em economia solidária, realizado de 8 a 10 de dezembro de 2006 pondera sobre a

dificuldade de enfrentamento do poder hegemônico para consolidação da economia solidária como estratégia de desenvolvimento.

Afirma que a economia solidária apresenta uma estratégia coerente, porém sem acúmulo suficiente de força para a construção da contra hegemonia e com a necessidade de encontrar o eixo para ação nos territórios, buscando uma sinergia entre o local e o nacional;

Como projeto contra hegemônico, discute a necessidade de fortalecer o papel indutor do Estado no financiamento público da economia solidária e fortalecer o movimento de economia solidária em articulação com os movimentos sociais para combinar ação pública e movimento de pressão social.

Esse processo indutivo ainda é muito tímido, pois falta uma definição da estratégia de desenvolvimento econômico da economia solidária, com definição dos ramos de negócio a investir, bem como no estabelecimento de cadeias

produtivas a serem fomentadas. As discussões sobre marco legal e financiamento da política pública reforçam esse caráter precário do processo indutivo.

A fragilidade do processo indutivo deixa claro que se trata de política pública em construção, porém, a continuar um processo indutivo sem definição sobre o tipo de desenvolvimento que se pretende, dentro de prazos definidos, a política pública de economia solidária continuará a ter este caráter residual.

7 - Política Pública de Economia Solidária Desenvolvida no Município de Campinas – Um Estudo de Caso.

7.1 - Introdução.

A partir das eleições municipais de 2000 o governo municipal eleito inicia o mandato com a contratação de quatrocentos trabalhadores através de um procedimento denominado “Frente de Trabalho Emergencial”, mecanismo possível de contratação sem concurso público, com a aprovação da Câmara Municipal, por tempo determinado de três meses, prorrogáveis por mais três meses. Essa ação teve por objetivo realizar serviços de limpeza na cidade, encontrada em péssima situação de conservação.

Houve uma determinação do Prefeito Municipal Antônio da Costa Santos para que, findo o prazo de contratação emergencial, esses trabalhadores fossem organizados em cooperativas, através da recém criada Secretaria de Governo.

Importante destacar que o programa de governo do partido dos trabalhadores³⁴ pautava essa forma de geração de trabalho e renda:

- a) implantação de programas específicos para desempregados, para organizar e ocupar os diversos segmentos sociais em atividades contratadas pela Prefeitura, com garantia de condições dignas de trabalho e remuneração.
- b) contratação de serviços de pequenas obras e manutenção da cidade através de cooperativas autônomas de desempregados.
- c) criação de incubadoras como órgãos de assessoria de cooperativas de produção e prestação de serviços, para todos os aspectos legais, sócio-organizativos, administrativos, econômicos e específicos à natureza de cada associação cooperativa, assegurando o seu caráter autônomo, autogestionário e democrático.

A primeira medida de construção do programa de geração de trabalho e renda, como processo indutivo, se dá pela renegociação do contrato do lixo com o Consórcio de Empresas Ecocamp, cujo contrato foi consolidado no governo anterior (1997-2000), através de processo licitatório.

³⁴ Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, 2000, p.46.

Foi introduzido o conceito de coleta seletiva no termo aditivo ao contrato celebrado em junho de 2001, com responsabilidade de elaboração do projeto técnico e implantação pelo GTRS; assim, as cooperativas de reciclagem a serem criadas passariam a contar com um programa municipal de coleta seletiva.

Em seguida, através de ações da Secretaria de Governo, designada para desenvolver o programa de formação de cooperativas, inicia-se um processo de sensibilização das 400 pessoas envolvidas na frente emergencial, com discussões ocorridas nas sedes das Administrações Regionais e Sub-Prefeituras (local onde essas pessoas estavam sediadas e desenvolvendo atividades), sobre quais tipos de cooperativas seriam fomentadas.

A formação desses grupos associativos deveria ocorrer através de Incubadoras, segundo programa de governo defendido durante a campanha, e segundo o único marco legal existente no município, Lei 10.039 de 09 de abril de 1999, que “Cria o Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas”.

Foi assim que, através de entendimentos entre o Prefeito Antônio da Costa Santos e o Reitor da UNICAMP Prof. Dr. Hermano Tavares, ocorre a assinatura de um convênio entre a PMC e UNICAMP realizada em 09 de setembro de 2001 criando a ITCP - UNICAMP. A partir daí a ITCP - UNICAMP inicia o seu processo de estruturação e promove um curso de cooperativismo para 15 grupos associativos, envolvendo cerca de 400 pessoas oriundas da frente de emergência, no último trimestre de 2001.

7.2 - Marco Legal Construído e Referenciado.

A construção jurídica do programa referenciou-se primeiramente na Lei 10.039 de 09 de abril de 1999, que “Cria o Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas”. Os pontos de maior destaque na Lei são:

O artigo 2º. define que o programa tem o objetivo de dar oportunidade a desempregados de alcançarem ocupação profissional para obtenção de renda. É uma Lei com o propósito de inclusão social e claramente de caráter indutivo.

O artigo 3º. autoriza a PMC a firmar convênios com entidades do município para apoio na organização das cooperativas. É uma Lei que aponta para a busca de entidades da sociedade civil na organização dos empreendimentos. Dessa forma, o modelo de construção do programa passa a ser tripartite, com o poder público, a sociedade civil organizada e os beneficiários desempregados. Aparece aqui o princípio do espaço público de construção, em que diversos sujeitos estão presentes.

O artigo 5º. remete à SMAS a responsabilidade pelo programa. Embora esse marco legal existisse antes do início propriamente dito do programa, a sua construção não seguiu esse caminho, pois o programa ficou sediado em 2001 na SMG e, a partir de 2002 até 2004, na SMDET e, a partir de 2005, na SMCTAIS (antiga SMAS). Importante ressaltar que após quatro anos de existência, o programa volta a ser sediado na Secretaria cujo marco legal inicial o remetia.

O artigo 6º. define que a PMC agirá como agente incentivador da formação e consolidação das cooperativas, através da formação da consciência cooperativista, da qualificação da mão de obra dos cooperados e do financiamento dos equipamentos e da matéria prima necessários ao funcionamento das cooperativas. Esse artigo aponta para duas questões estratégicas no desenvolvimento da economia solidária que esteve presente nos debates da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que são a formação e o financiamento público.

O artigo 7º. define a obrigatoriedade das cooperativas estarem legalizadas para serem contratadas pela municipalidade e remete à necessidade de que as contratações sejam feitas segundo a Lei das licitações vigente (Lei 8666). Esse artigo é o limitador central da Lei, assim como da maioria das Leis que versam sobre a matéria.

Com a Lei da micro e pequenas empresas e das sociedades cooperativas acrescidas, melhora o acesso desses segmentos às compras públicas.

O artigo 8º. define os tipos de cooperativas que poderão ser constituídas, sem contudo vetar as de outra natureza: limpeza de terrenos, construção de muros e passeios, reformas de equipamentos públicos, construção de

equipamentos públicos de pequena monta, coleta de lixo e sua separação, uniformes para funcionários públicos, reforma e consertos de veículos oficiais, produção de alimentos, produção de peças artesanais.

No início da constituição dos grupos associativos, já em março de 2001, inicia-se a discussão dos ramos de atividade que as pessoas inseridas na frente de emergência escolheriam. Aparecem dois ramos principais, reciclagem de resíduos sólidos e alimentação. Novamente o caráter indutivo do programa fica evidente, pois no caso do ramo da reciclagem, havia uma clara intenção de se utilizar o programa de coleta seletiva que já existia no município desde 1992.

Em setembro de 2001 a portaria nº. 48.915 do Prefeito Municipal Antônio da Costa Santos, cria o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos, conhecido como GTRS, que ao longo desse período de atuação (continua em funcionamento até os dias atuais), constituiu-se como um espaço público de construção da economia solidária, com a participação do setor público, entidades de fomento e grupos associativos.

No caso dos grupos associativos da área de alimentação, havia uma intenção em se vincular as cooperativas desse segmento ao programa de merenda escolar que seria municipalizado, substituindo as atuais empresas de fornecimento de merenda pela elaboração da merenda escolar na própria escola. A intenção era de que a merenda escolar seria feita pelas cooperativas fomentadas pelo programa.

Para o primeiro grupo, a Lei 10.039 não contemplava a doação dos materiais recicláveis para os grupos associativos a serem formados, exigindo um instrumento adicional, construído junto aos procuradores públicos municipais através do processo nº. 61.087 de 2001.

Para ambos os grupos havia uma lacuna na Lei 10.039 que não previu o financiamento público para espaços de trabalho, como permissões de uso de área, construções nessas áreas, locação de barracões. A contratação dos grupos de alimentação para a elaboração da merenda escolar só poderia se dar pela Lei das Licitações (Lei 8666).

A permissão de uso de áreas institucionais para servir de espaços de trabalho privilegiou os grupos associativos da área de reciclagem, por um entendimento de que a área de reciclagem apresentava, além da perspectiva de inclusão social, o componente ambiental, pelo custo ambiental evitado no trabalho a ser desenvolvido pelos grupos associativos.

O processo nº. 1.577 de 2002 , possibilitou, através de pareceres jurídicos dos Procuradores Municipais, as seguintes ações relativas aos grupos de reciclagem:

- a) autorização para doar o material proveniente da coleta seletiva aos grupos de reciclagem incubados;
- b) construção dos barracões de reciclagem;
- c) permissão de uso dos barracões pelos grupos incubados;
- d) aluguel de barracões de reciclagem para os grupos incubados em locais onde não há disponibilidade de áreas públicas para construção

Essa medida mostrou-se limitadora para o desenvolvimento dos grupos associativos fora da reciclagem, ao dificultar mecanismos jurídicos apropriados para fomento de espaços de trabalho para os grupos associativos de outras áreas, criando grupos associativos mais beneficiados que outros.

Importante considerar esse aspecto no avanço de novos marcos legais no município e universalizar em nível municipal o fomento à economia solidária, quaisquer que seja a natureza do grupo associativo. Vantagens adicionais a grupos associativos da área de reciclagem devem ser pensadas em questões mais específicas da área ambiental.

Após essas duas construções jurídicas, através dos processos citados, foi publicado o decreto 14.265 de 21 de março de 2003, que “Dispõe sobre o Programa de Doação de Material Reciclável de Lixo Doméstico às Cooperativas ou Associações Populares de Trabalhadores em Reciclagem e dá outras Providências.

Os artigos 2º. e 3º. tratam da atribuição da Prefeitura Municipal de Campinas, no sentido de criar as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do programa. Elas são espaço de trabalho, equipamentos,

doação do material, garantia de coleta seletiva, fiscalização da ação de coleta, documentação de legalização necessária e demanda de entidades de fomento e incubação.

Os artigos 4º., 5º. e 6º. discutem as atribuições do GTRS, como avaliar o desenvolvimento das regiões de coleta, providenciar meios para a divulgação continuada do programa de coleta seletiva e buscar parcerias para a consolidação do programa. Uma discussão sobre o papel desempenhado pelo GTRS desde seu início até o momento atual será feita em detalhes neste capítulo.

Os artigos 7º., 8º. e 9º. tratam das responsabilidades dos empreendimentos solidários para a permanência no programa. Os itens de I a VII do artigo 7º., mostram uma orientação política da gestão pública ao assegurar o acesso de desempregados no programa; ao propor que os empreendimentos solidários orientem-se pelos princípios cooperativistas (anexado ao decreto); ao assegurar a presença de uma incubadora de empreendimentos autogestionários para acompanhamento dos grupos e, também, com a função de atestar o desempenho do grupo associativo quanto aos aspectos relacionados no decreto.

O parecer da incubadora pode ser desfavorável ao empreendimento solidário, considerando que o seu desempenho não atende aos requisitos estabelecidos no decreto, podendo implicar no seu desligamento do programa.

As questões mais presentes que podem levar a um parecer desfavorável da incubadora estão relacionadas com direções autoritárias e tendentes a se perenizar na direção; divisão do grupo associativo em duas facções que tornam a gestão emperrada; grupo associativo que não ultrapassa a condição de trabalho comunitário, de relações pessoais predominantes na ação do grupo, caracterizado como um desvio de um dos princípios da economia solidária definidos como “sociabilidade comunitário-pública” por França Filho e Laville (2004).

O decreto garante uma incubação mínima de dois anos, a partir do qual o grupo pode ser desincubado, porém continua sujeito a auditorias anuais sobre o seu desempenho quanto aos aspectos definidos no decreto.

Com o desenvolvimento do programa foi possível perceber que o critério de tempo de incubação é relativo, devendo ser considerado caso a caso e, mesmo

que o grupo associativo tenha aspectos de emancipação claramente definidos, como os indicadores de economia solidária relacionados no capítulo 1, isso não implica que o empreendimento não possa pertencer ao movimento, estando inserido em redes de comercialização e participando dos Fóruns Municipais, Estaduais e Federais.

A continuidade da participação dos empreendimentos solidários no movimento de economia solidária tem relação, também, com a preocupação com o recurso público investido no programa, tomando-se o cuidado no sentido de evitar apropriação indébita desses recursos por alguns dirigentes, submetendo os demais às suas diretrizes.

O processo permanente de incubação minimiza esses riscos, pois a incubação permanente pode ocorrer mesmo que o empreendimento solidário não mais demande recursos públicos, estando sujeito, por exemplo, a auditorias permanentes do movimento em que ele esteja inserido.

A Lei 12.218 de 13 de janeiro de 2005, que “Estabelece Normas e Critérios para Incubação, Instalação e Fomento às Cooperativas de Recicláveis que Compõem o Programa Municipal de Geração de Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Campinas”, buscou consolidar o decreto 14.265.

A inovação trazida na Lei refere-se à necessidade de se estabelecer uma consulta pública aos moradores de um entorno de 300 metros do local proposto para instalação de barracões de reciclagem. O legislador preocupou-se em garantir um debate entre os moradores do entorno à área pretendida para instalação do empreendimento, no sentido de evitar desgastes com a população ao se chegar com projetos de construção e início de obras sem o conhecimento dos moradores do entorno.

Fechando o arcabouço jurídico construído, foi instituído em 2003 o “Banco do Povo de Campinas”, uma associação de crédito popular solidário que, segundo o artigo 3º

...tem como público alvo: as pessoas físicas de baixa renda, inclusive para primeiros negócios e os micro-empresendedores, pessoas físicas ou jurídicas de baixa renda, que exerçam atividades produtivas formais ou informais geradoras de renda e

de ocupação, instalados no Município, que tenham dificuldades de acesso às operações tradicionais de crédito.

Hoje, a associação de micro crédito tem a denominação de “Banco Popular da Mulher” e continua com sua vocação básica de disponibilizar crédito barato e de fácil acesso para população de baixa renda que queira montar ou expandir seu pequeno negócio.

Importante ressaltar que o Banco Popular da Mulher tem uma linha de crédito especial para a economia solidária que difere em limite e condições em relação ao crédito de empreendimentos não solidários.

“Entende-se por grupos associativos, trabalhadores que se articulam em torno de uma proposta de trabalho, com o objetivo de se constituírem em entidade autogestionária, visando gerar trabalho e renda, como por exemplo, cooperativa”³⁵.

Esses grupos associativos, assim como as cooperativas já formalizadas devem ter como referência a sua inserção no programa de economia solidária da SMCTAIS para que tenham direito à esta política de crédito.

Tabela 4 – Referências de crédito para grupos associativos e cooperativas.		
	Grupos Associativos	Cooperativas Formalizadas
Valores - R\$	5.000,00 ³⁶	20.000,00 ³⁷
Juros - %	1	1
Prazo pagamento – mês	Até 24 ³⁸	Até 24 ³⁹
Carência - mês	Até 12	Até 12

As demais cooperativas existentes na cidade de Campinas poderão ter direito a esta linha de crédito desde que apresentem parecer técnico elaborado por profissional indicado pela SMCTAIS. O Comitê de Crédito Especial é

³⁵ Texto interno do Banco Pular da Mulher definindo o crédito para grupos associativos.

³⁶ Pode ser obtido crédito maior desde que tenha parecer técnico da SMCTAIS que aponte para a necessidade da concessão de valores maiores que os estabelecidos.

³⁷ Pode ser obtido crédito maior desde que tenha parecer técnico da SMCTAIS que aponte para a necessidade da concessão de valores maiores que os estabelecidos.

³⁸ Prazos maiores podem ser concedidos desde que submetidos a um comitê de crédito especial.

³⁹ Prazos maiores podem ser concedidos desde que submetidos a um comitê de crédito especial.

constituído pelos funcionários já estabelecido em Estatuto da entidade e com a presença de, pelo menos, um dos membros do Conselho de Administração. Este comitê poderá solicitar a presença ou contratação de entidade ou profissional especializado para subsidiar a análise do crédito.

O Banco Popular da Mulher utiliza os seguintes critérios de avalistas para conceder o crédito:

- a) alienação fiduciária;
- b) avalista/fiador;
- c) aval solidário⁴⁰.

7.3- O GTRS e suas ações em Espaço Público de Construção da Economia Solidária no Município.

Considero a criação do GTRS um marco importantíssimo para a construção da economia solidária no município de Campinas; esse grupo criado por decreto pelo Prefeito Antônio da Costa Santos em setembro de 2001, configura-se como um espaço de discussão das questões afetas às cooperativas de reciclagem.

O processo de construção da política pública de economia solidária na área de reciclagem deu-se nesse espaço, pois nele os sujeitos do poder público, da sociedade civil organizada, representada pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e dos empreendimentos solidários, debateram, propuseram, conflitaram, convergiram em inúmeras discussões sobre espaço de trabalho, equipamentos, qualidade e quantidade do material reciclado, vendas coletivas, áreas de coleta, campanhas de divulgação, etc...

A definição da estratégia de crescimento do programa buscava alcançar dezoito cooperativas de reciclagem (quatorze administrações regionais e quatro sub-prefeituras) ao longo de quatro anos.

⁴⁰ Para a situação do aval solidário, é permitido que um membro do grupo associativo seja fiador solidário do outro membro e, assim, sucessivamente.

Nos seis anos desde a criação do programa, foram instaladas no município quinze cooperativas de reciclagem, sendo uma delas, a Remodela, a única de produção (produção de biodiesel a partir de óleo de cozinha reciclado) e a Cooperativa Tatuapé recicladora de resíduos da construção civil. Evidentemente que o GTRS cumpriu de forma satisfatória a meta inicial de dezoito cooperativas ao alcançar o número de quinze cooperativas nesse período de atuação.

A destinação dos materiais recicláveis para as cooperativas sempre foi motivo de intenso debate no GTRS, pois as regiões apresentam diferentes quantitativos e qualitativos de materiais recicláveis. Uma tendência inicial evidentemente foi destinar os materiais recicláveis de determinada região para a cooperativa inserida naquela região.

À primeira vista parece justo que seja assim, porém, esse critério mostrou-se injusto, pois uma cooperativa localizada em região de periferia, como a Cooperativa Antônio da Costa Santos, localizada no Jardim Satélite Íris, região do Campo Grande, não coleta nem a quantidade e nem a qualidade de material reciclável que a Cooperativa Barão Geraldo coleta na região de Barão de Geraldo.

O GTRS contribuiu decisivamente para que o governo municipal (2001-2004) estendesse o programa de coleta seletiva para setenta e cinco por cento da coleta normal (coleta de orgânicos). Essa ação foi decisiva para que as cooperativas pudessem ter quantitativos de materiais que as colocasse em uma situação razoável de materialidade.

A destinação de espaços de trabalho para as cooperativas de reciclagem deu-se ao longo desses anos através da permissão de uso de áreas institucionais, com a construção de barracões nessas áreas. Importante ressaltar que o trâmite dos processos de permissão de uso de áreas institucionais está presente até os dias atuais, dado à morosidade com que os processos tramitam na Prefeitura.

Outra modalidade foi através da locação de barracões em regiões em que torna-se muito difícil a obtenção de áreas institucionais próprias para construção. Alguns desses barracões foram locados por instituições envolvidas pelas incubadoras a apoiar o programa.

A necessidade de equipamentos sempre foi pauta das reuniões do GTRS, impulsionando os gestores públicos envolvidos com o programa, notadamente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (2001-2004), Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (2005-2008), Secretaria de Serviços Públicos (2001-2004) e de Infra Estrutura (2005-2008) a buscar aliados que doassem equipamentos e, também, a comprarem os equipamentos através de suas secretarias.

Os equipamentos mais demandados foram carrinhos para transporte de material no interior das cooperativas, balança e prensa de fardos tipo vertical. A demanda por esteira não se generalizou, constituindo-se como um diferencial importante de trabalho dos cooperados em relação à empreendimentos do mercado.

A categoria de França Filho e Laville (2004), da sociabilidade comunitária pública, aparece nesse caso. O trabalho dos cooperados é feito em uma mesa, cujo movimento é feito pelos trabalhadores e não pela máquina. Tem um simbolismo muito significativo essa escolha que as cooperativas fizeram, pois dentro de um quadro aparentemente desorganizado, de conversas entre eles, existe uma seleção criteriosa de muitos tipos de materiais.

Sempre existiu uma discussão dentro do movimento de economia solidária, que repercutiu no GTRS, que o trabalho de triagem em esteira tem um padrão capitalista, como em uma linha de montagem. Essa discussão fez com que esse equipamento não estivesse colocado como prioridade para as cooperativas que executam a triagem em mesas coletivas.

Creio que essa discussão precisa ser aprofundada, assim como avançar a participação das incubadoras universitárias no debate sobre quais tecnologias são adequadas aos empreendimentos solidários.

O GTRS foi decisivo para a criação da Associação das Cooperativas de Campinas e Região – ACOOP em 2004. A ACOOP surgiu por uma necessidade de criar um canal de comunicação entre as cooperativas de reciclagem envolvidas no programa de economia solidária no município.

Estimulada pelas incubadoras participantes do programa, a ACOOP passa a ser uma representação política das cooperativas e, ao mesmo tempo, articula-se como uma pré central de comercialização.

A ACOOP estruturou um calendário de reuniões quinzenais que acontecem sempre após as reuniões do GTRS. As reuniões do GTRS têm um caráter de espaço público de construção da materialidade dos empreendimentos envolvidos, enquanto que a ACOOP trata das necessidades políticas dos empreendimentos, além de avançarem para ações de comercialização conjunta, com a finalidade de agregar valor na venda.

O processo de discussão da Central das Cooperativas tem mostrado, sem dúvida alguma, que esse espaço público de construção da economia solidária tem possibilitado uma mudança de qualidade na compreensão do alcance que essa construção possibilita fazer acontecer.

As ações têm ocorrido em três frentes. A primeira liderada pelo CRCA que, através de um projeto direcionado à Petrobrás, obteve recursos para estruturar uma Central de Comercialização para oito Cooperativas inseridas em seu processo de incubação.

Através desse projeto o CRCA estruturou essa Central de Comercialização, ainda virtual, que possibilitou padronização de nomenclatura e fardos para comercialização conjunta dessas cooperativas junto à indústria recicladora. O projeto prevê recursos para adequação de espaços de trabalho para cooperativas que estão ainda precários, gerenciamento através de um grupo gestor composto pela incubadora e cooperativas inseridas, compra de caminhões e, ao final do projeto, auto gerenciamento da Central pelas cooperativas envolvidas.

Hoje, a Reciclamp, uma cooperativa de segundo grau já existe legalmente e possibilitou às suas associadas agregarem um valor de até 60% a mais dos valores anteriormente negociados pelas cooperativas isoladamente.

A segunda e terceira lideradas pelo GTRS, com uma proposta de estruturação de uma Central de Cooperativas para comercialização envolvendo quinze cooperativas de reciclagem, sendo uma delas de produção de biodiesel a

partir de óleo de cozinha reciclável (Cooperativa Remodela) e outra de reciclagem de resíduos da construção civil (Cooperativa Tatuapé).

Essa Central proposta, deverá ser inteligente e física, com a construção de barracão de reciclagem de 1500 m², equipamentos e um sistema de integração informatizado entre a Central e as cooperativas.

Para a consecução desse objetivo, o GTRS estruturou um sub-grupo com a participação de gestores públicos, ACOOP e incubadoras, que elaborou dois projetos com essa finalidade, um para a FUNASA e outro para o BNDES.

O projeto FUNASA envolve recursos de R\$ 1.000.000,00 sendo que R\$ 800.000,00 são recursos oriundos da FUNASA e R\$ 200.000,00 de contrapartida da Prefeitura. Trata-se de uma consulta prévia 2422 de 2005, na área de resíduos sólidos, que ao ser aprovada resultou em um convênio número 2833 de 2005 com empenho orçamentário já definido.

Esse projeto contempla a construção de uma sede em área pública institucional de 1.500 m², além de dois caminhões, prensas, carrinhos de transporte de carga, balança tipo rodoviária, empilhadeira.

Após visita de técnicos da FUNASA no final de 2006, foi solicitado ao município que readequasse o projeto considerando o novo contrato do lixo urbano em vigor a partir de dezembro de 2006 que destina recursos da ordem de 10% do total do contrato para a coleta seletiva. Há um entendimento que a aplicação desses recursos já a partir de 2007 ocorrerá um grande impulso no programa de coleta seletiva e, conseqüentemente, na estruturação das Cooperativas de reciclagem. Está na fase de assinatura pelo Prefeito Municipal, para em seguida ocorrer a liberação do recurso.

O projeto BNDES foi elaborado dentro de uma linha de financiamento do banco denominada “PROINCO”, chamada de “Inclusão Produtiva”. São recursos não reembolsáveis e o projeto, diferentemente do projeto FUNASA, deve ser apresentado em nome das Cooperativas.

O projeto foi enviado em 31 de janeiro de 2007 em nome de duas Cooperativas inseridas no programa de economia solidária no município, a “Cooperativa Remodela” e a “Cooperativa Tatuapé”, com solicitação de

investimentos de R\$ 1.500.000,00, sendo considerado contrapartida a parceria com a Prefeitura na destinação da área para a construção do barracão da Central de 1.500 m². Além dos equipamentos previstos no projeto FUNASA, esse projeto prevê a informatização da Central e a interligação da Central com as demais Cooperativas. Recentemente veio carta do BNDES afirmando a inviabilidade do pleito.

Considero que a construção da política pública de economia solidária no município de Campinas, segmento reciclagem, tem no GTRS o instrumento operacional da política, que soube utilizar os instrumentos legais construídos e, por uma articulação de todos os sujeitos que o compõem, desde 2001, vêm ampliando a materialidade dessa política pública, ao ponto de, a partir de dezembro de 2006, ter conquistado 10% do valor total do contrato para a coleta seletiva e inscrito a figura do “Kit Cooperativa”, ainda inédito em municípios brasileiros.

No anexo VII, Especificações Técnicas, item 1.2 do contrato de lixo urbano celebrado em dezembro de 2006, após licitação pública efetuada⁴¹, página 2, denominado “Coleta Seletiva Porta a Porta” está definido que:

A contratada deverá executar o plano de trabalho devidamente aprovado pelo DLU, dando ciência prévia, através de panfletos e outros meios de comunicação, a todos os domicílios e estabelecimentos, dos dias e horários em que o serviço será executado, através da distribuição da informação em impresso próprio, aprovado pelo DLU.

‘A contratada deverá desenvolver e executar um plano de sensibilização para os domicílios atendidos, a ser aprovado pelo DLU, visando a aumentar gradativamente o volume dos recicláveis a serem coletados. A eficácia desse plano será auferida pela redução da porcentagem de rejeitos (produtos não reciclados) sobre a quantidade bruta de resíduos coletados, que correntemente está em aproximadamente 40%.

A contratada deverá apresentar um cronograma de sensibilização para descarte seletivo dos resíduos sólidos domiciliares em cada setor implantado ou em expansão, com periodicidade trimestral, a contar da data de início desse serviço.

⁴¹ Documento público contratual celebrado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e o consórcio de empresas TECAM.

As despesas decorrentes de todo o processo de divulgação , incluindo elaboração do material, impressão, distribuição e outros serviços são de inteira responsabilidade da contratada.

A contratada deverá realizar ainda, às suas expensas, no mínimo duas vezes por ano, pesquisa de opinião pública a respeito da qualidade dos serviços prestados de acordo com uma metodologia a ser aprovada pelo DLU.

No anexo VII, Especificações Técnicas, item 1.3 do contrato, página 4, denominado “Coleta Seletiva em Escolas e Próprios Públicos Municipais” ficou estabelecido:

A execução dos serviços será feita mediante orientação do DLU, nas 182 escolas municipais, 78 unidades de serviços de saúde, 44 serviços diretos da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social e outros 22 próprios públicos municipais indicados na relação apresentada no anexo IX do Edital, totalizando 326 pontos. Deverá ser relacionado um contêiner para cada local relacionado, exceto para o DLU e o paço municipal, que receberão respectivamente dois contêineres, perfazendo um total de 330 contêineres para esse serviço.

No anexo VII, Especificações Técnicas, item 1.4 do contrato, página 6, denominado “Coleta Seletiva de Óleos Vegetais Comestíveis” definiu-se que:

O serviço de coleta seletiva de óleos vegetais comestíveis compreende o recolhimento regular de óleos mistos servidos que, gerados em cozinhas domiciliares e industriais, tenham condições de destinação para a cooperativa de transformação em biodiesel e posterior comercialização junto às empresas que tenham potencial de utilização de energia renovável.

Para este serviço, a contratada deverá mobilizar equipes compostas por, no mínimo, um coletor e um motorista, acompanhados de um veículo utilitário tipo furgão, com compartimento de carga fechado, com capacidade de até 1.635 Kg. e munidos de acessórios adequados, como vassoura, balde de metal, material tensoativo, detergente e bombona de duzentos litros com boca larga e tampa.

A periodicidade com que deverá ser executado este serviço deverá ser definida a partir das quantidades geradas em cada local no decorrer do contrato, ocorrendo no mínimo um dia por semana, de segunda a sábado e no período diurno das 8:00 às 16:20 h.

A tabela 5 abaixo, com dados do Anexo IX do Orçamento de Referência, página 147, ilustra de maneira clara os investimentos que serão feitos para a coleta seletiva na gestão do novo contrato.

Tabela 5 – Investimentos na coleta seletiva no município.				
Especificação dos serviços	Unidade	Quantidade 48 meses	Unitário	total
Coleta seletiva porta a porta	Tonelada	12.000	440,73	5.288.760,00
Coleta Seletiva em Escolas e Próprios Públicos Municipais	Tonelada	6.336	426.51	2.702.367,36
Coleta Seletiva de Óleos Vegetais Comestíveis	Equipe.dia	1.248	427,03	532.933,44
Kit de reciclagem nível A – barracão	Unitário	7	197.327,90	1.381.295,31
Kit de reciclagem nível B -equipamentos	Unitário	14	81.012,94	1.134.181,19
Locação e manutenção de contêineres de PEAD de 1,2 m3	Unidade.mês	15.840	74,13	1.174.219,20
Total				12.213.756,50

Fonte: contrato de serviço público de coleta de lixo domiciliar, p. 147.

Importante observar que todos esses serviços estão hoje garantidos por força contratuais e significam investimento público dos cidadãos do município em um programa de geração de trabalho e renda associado à questão ambiental.

Dois aspectos chamam a atenção na análise da tabela acima. O primeiro deles é que 90% dos gastos públicos com a coleta seletiva ficam com a contratada, na execução dos serviços de coleta. Diretamente para os empreendimentos solidários vai o material coletado para comercialização que terá sem dúvida alguma um significativo aumento em relação aos quantitativos hoje coletados, assim como os barracões a serem construídos e os equipamentos a serem adquiridos.

Esse debate vem sendo feito no GTRS, que têm como meta avançar no sentido de que o próximo contrato a ser licitado em quatro anos, deve encontrar os empreendimentos solidários organizados de tal forma que possam gerenciar os

10% do contrato referente aos gastos em coleta seletiva, ou seja, algo em torno de R\$ 12.000.000,00 em quatro anos. Trata-se de uma meta exeqüível, considerando-se a Lei 11.445 já discutida possibilita contratação direta das cooperativas de reciclagem e os avanços organizacionais e de gestão que os empreendimentos solidários do segmento reciclagem vêm conquistando.

O segundo aspecto refere-se ao crescimento da organização em rede dos empreendimentos solidários do segmento reciclagem, fundamental, segundo Singer e Souza (2003), para a consolidação da economia solidária. Tanto a criação da Central das Cooperativas de reciclagem, bem como a criação da Cooperativa Remodela, de produção de biodiesel a partir de óleo de cozinha reciclável, significam passos importantes nessa direção.

Considero, porém, que o movimento de economia solidária deve avançar na articulação em rede para a produção dos materiais recicláveis oriundos das cooperativas. Esta alternativa é um passo adiante, desse que se está construindo, que é a simples venda conjunta pela Central das Cooperativas para a indústria capitalista recicladora.

Além da reciclagem de óleo de cozinha e sua transformação em biodiesel, existe a possibilidade de reciclagem de latas de alumínio em lingotes (barras) de alumínio para venda para Cooperativas transformadoras de lingotes (barras) de alumínio em peças variadas. Um exemplo desse tipo de Cooperativa é a Uniferco, Cooperativa recuperada pelos trabalhadores de processo falimentar, filiada à UNISOL, potencial compradora dos lingotes (barras) de alumínio.

Uma oficina de aprendizagem e de montagem de unidade com essa finalidade está sendo preparada para o ano de 2007. Trata-se de uma articulação de cadeia produtiva que envolve três estágios: em um primeiro estágio estão as cooperativas de triagem; em um segundo estágio, a cooperativa de transformação das latas de alumínio em lingotes (barras); em um terceiro estágio, a cooperativa que transforma o lingote (barra) em peças variadas de alumínio.

O potencial da economia solidária na produção de produtos que possam ser consumidos em redes de negócios e cadeias produtivas solidárias é grande e ainda pouco desenvolvido; temos ainda a considerar o potencial das compras

públicas, objeto de disputa da economia solidária conforme discutido no capítulo anterior.

O poder de compra público para a economia solidária configura-se como uma política de desenvolvimento sustentável, pois as Prefeituras ao comprar produtos produzidos localmente, podem estimular a economia local impedindo que parcela importante desses recursos drenem para outras localidades, ou até para fora do país.

O poder de compra público pode ser utilizado na confecção de uniformes escolares e das Guardas Municipais, consumo de pães na rede pública, cadernos escolares feitos de papel reciclado, produtos hortifrutigranjeiros orgânicos, tijolos feitos de material reciclado, reformas, e outros.

Em 16 de julho de 2002 o GTRS encaminhou um documento dirigido ao Secretário Chefe de Governo e Gabinete apontando os pressupostos básicos do programa, seguido de alguns pontos considerados como questões a resolver de competência do Gabinete.

Importante ressaltar que no momento da elaboração desse documento somente duas áreas de coleta seletiva haviam sido implantadas, com dois grupos associativos em operação (futuras cooperativas N. Sra. Aparecida e Barão), nas regiões de Barão Geraldo e Proença. Início de operação na região do Distrito de Nova Aparecida, com o grupo associativo Bonsucesso.

Entre os pontos levantados vale destacar:

- a) Acelerar projeto básico de construção dos barracões.
- b) Acelerar licitações para equipamentos e construção de barracões.
- c) Acelerar processos de locação de espaços para grupos Barão Geraldo e Bonsucesso.
- d) Faltam recursos humanos e materiais para divulgação da coleta seletiva.
- e) Fiscalizar a empresa responsável pela coleta seletiva – Ecocamp, devido enormes quantidades de rejeitos vindos junto ao material reciclado.

Os pontos levantados evidenciam mais a morosidade da máquina pública do que a falta de recursos para atender a demanda do programa. Exceção feita ao item d, no quesito divulgação da coleta seletiva.

A questão relacionada no item e, sempre acompanhou as discussões do GTRS. O contrato com a Ecocamp, consórcio de empresas que havia ganho a licitação em dezembro de 2000, válido por quatro anos, para a coleta do lixo domiciliar em Campinas e sua destinação ao aterro sanitário Delta, foi aditado no início de 2001 pela gestão 2001 – 2004.

Esse aditamento introduziu a coleta seletiva a ser feita pela contratada nos mesmos valores financeiros que a coleta do orgânico era efetuada. Recebendo valores bem abaixo do praticado pelo mercado para a coleta seletiva (as diferenças de preço cobrado entre a coleta do orgânico e da seletiva são de até cinco vezes, devido diferença de densidade entre o material orgânico e o material reciclado), a Ecocamp claramente buscava compensar a queda de ganhos com o desvirtuamento da coleta.

Essa situação perdurou até meados de 2003, quando foi feito um novo aditamento visando corrigir essa distorção e passou-se a remunerar a empresa utilizando-se o critério de equipes dia.

Em 23 de julho de 2003, o GTRS encaminha um documento à Prefeitura Municipal solicitando do governo para dois problemas:

- a) Queda significativa da quantidade de material reciclável coletado pela Ecocamp.
- b) Conseqüente redução da renda dos cooperados.

O documento aponta

...para um aumento excessivo da coleta paralela, composta por empresários “sucateiros”, que colocam veículos motorizados para coletar o material antes do veículo designado pela Prefeitura, além de catadores individuais com carrinhos de mão. Preocupa-nos mais os empresários com veículos motorizados, pois os catadores serão convidados a, gradativamente, serem incorporados às cooperativas....

Na seqüência, volta a pautar a questão da falta de divulgação do programa, cobrando do poder público um engajamento comprometido com a coleta seletiva, através de um arrojado programa de divulgação ambiental no município.

Vale ressaltar que um programa consistente de divulgação ambiental, envolvendo a coleta seletiva, não foi implementado durante toda a gestão 2001 – 2004.

Em 26 de abril de 2005 o GTRS encaminha à Comissão de Licitação do Novo Contrato de Limpeza Pública, um documento contendo vários pontos a serem incorporados no novo contrato a ser celebrado entre a Prefeitura e a empresa ganhadora do processo licitatório em curso.

Entre os vários pontos destaco:

- a) Todo o material reciclável coletado pela contratada deverá ser encaminhado às cooperativas inseridas no programa de geração de trabalho e renda segundo orientações do DLU.
- b) A contratada deverá cumprir um programa de educação ambiental...
- c) Todo quantitativo de material reciclável coletado pelas cooperativas de reciclagem por meios próprios (tração humana ou motorizada), deverá ser remunerado pela Prefeitura através da contratada.
- d) Caberá à contratada o repasse às cooperativas, deste montante apurado pelo DLU, do serviço de coleta feito pelas cooperativas, mediante contrato acertado entre a contratada e as cooperativas inseridas no programa de geração de trabalho e renda.

Evidentemente que a estratégia do GTRS foi assegurar uma remuneração das cooperativas pelo serviço de coleta executado com seus recursos e que não é remunerado. Além disso, pretendia-se abrir caminho para que um contrato futuro já pudesse contemplar para as cooperativas de reciclagem, através de suas organizações, a gestão do contrato da coleta seletiva.

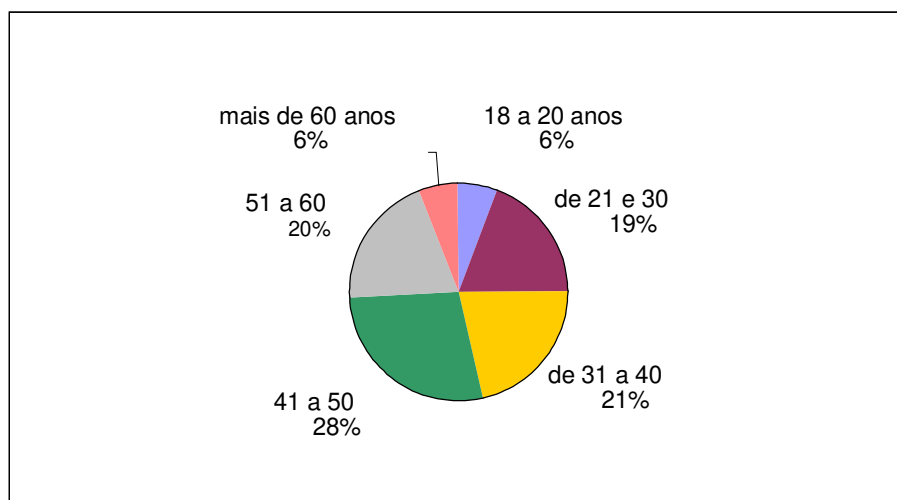
7.4 - Uma Visão Sócio-Econômica dos Empreendimentos Solidários.

Os dados abaixo se referem à uma pesquisa encomendada pela Prefeitura Municipal de Campinas⁴² e realizada pela ITCP - Unicamp, no ano de 2004, com os empreendimentos solidários inseridos no programa de geração de trabalho e renda do município. Foram aplicados questionários fechados e semi-abertos que buscaram levantar o perfil sócio-econômico dos cooperados e de suas famílias e o impacto do cooperativismo em suas vidas e na comunidade.

⁴² Dados obtidos junto à SMCTAIS, DTR.

O gráfico 9 aponta um certo equilíbrio entre os cooperados que têm entre vinte e sessenta anos, na faixa de 20%, com uma leve predominância para a faixa entre quarenta e cinquenta anos com 28%.

Gráfico 9 – Faixa etária dos cooperados.

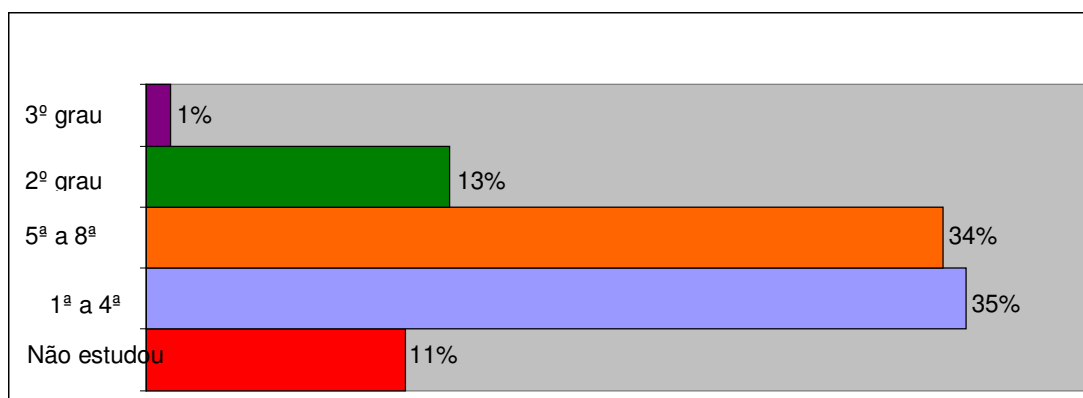


A pesquisa identificou que 66% dos cooperados são mulheres, podendo ser consequência do não reconhecimento que trabalhos dessa natureza ainda não tem na sociedade, aliado à uma baixa remuneração que os cooperados dos empreendimentos solidários ainda têm, não se caracterizando como um trabalho que possa competir com os do mercado no sentido de garantir uma maior participação de homens.

No item escolaridade dos cooperados, a maioria fez no máximo o ensino fundamental (69%) ou nunca chegou a freqüentar a escola (11%). Os cooperados que finalizaram o ensino médio são 13% e os que freqüentaram o ensino superior são apenas 1% do total, demonstrando que as cooperativas têm inserido, em seus quadros, principalmente os trabalhadores com pouca escolaridade.

O dado de escolaridade de nível superior em 1% é decorrente dos cooperados da cooperativa Remodela, cuja composição apresenta 20% de profissionais de nível superior e as cooperativas Nossa Senhora Aparecida e Barão que apresentam dois e um profissionais de nível superior respectivamente (gráfico 10).

Gráfico 10 – Escolaridade dos cooperados.

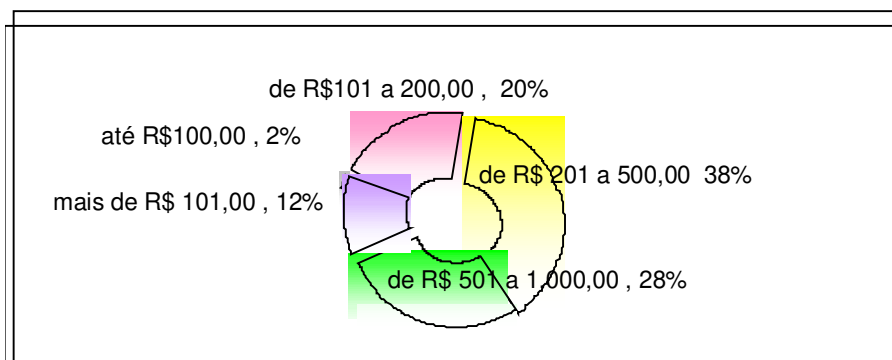


A renda adquirida pelo trabalho do cooperado sustenta toda a sua família em 38% dos casos. Nesses casos, a maioria dos cooperados (51%) possui em sua residência entre quatro e seis moradores. Esse dado é muito significativo, pois aponta para a importância de políticas públicas dessa natureza, com potencial efetivo de incorporação de centenas de pessoas desempregadas e arrimo de famílias.

Cerca de 60% dos cooperados ainda apresentam uma renda familiar inferior a R\$ 500,00, sendo que, entre esses, 22% vivem com menos de um salário mínimo (gráfico 11). Esses dados já sofreram alteração em função de terem sido coletados em 2004.

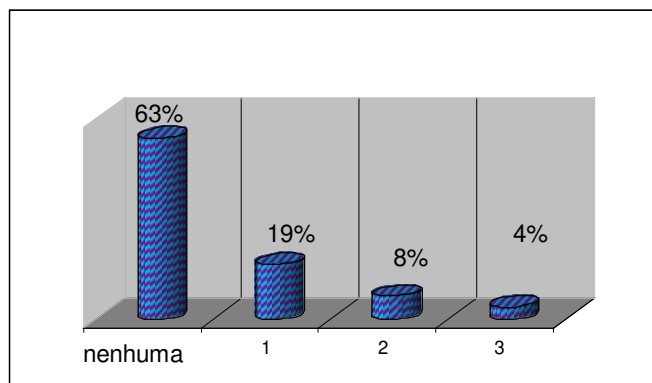
Dados recentes apontam para uma média de renda de R\$ 523,00 para os cooperados inseridos nos empreendimentos, significando que a renda média familiar atual estaria certamente em um patamar superior ao dado da pesquisa de 2004.

Gráfico 11 – Renda familiar dos cooperados.



Dados referentes a condições de trabalho dos familiares, mostraram que 63% das famílias não têm nenhum parente com emprego formal, 19% têm uma pessoa com carteira assinada e 12% têm duas ou três pessoas em condições legalizadas de trabalho, indicando que o programa atende prioritariamente a parcela da população que mais tem sofrido com o desemprego (gráfico 12).

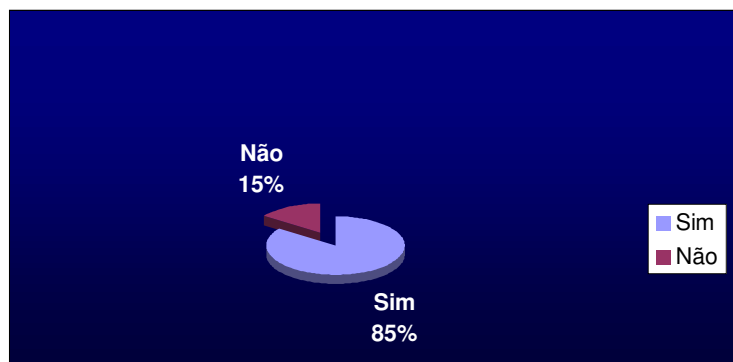
Gráfico 12 – Situação de emprego dos familiares dos cooperados.



Os cooperados que já tiveram experiência em algum outro serviço totalizaram 93%, enquanto que 85% já tiveram um trabalho registrado. Trata-se de um dado importante, pois reforça a tese de França Filho e Laville (2004), que a

economia solidária no Brasil tem caráter de inclusão social conforme discutido no capítulo 2 (gráfico 13).

Gráfico 13 – Emprego anterior dos cooperados.



Dos trabalhadores inseridos no programa, 77% apontam preferir o trabalho atual na cooperativa aos trabalhos anteriores. Os principais motivos que levam os cooperados a gostarem de trabalhar nas cooperativas são os fatos de: não terem patrão (40%), ter uma nova alternativa de emprego e melhoria da renda (43%), trabalharem em grupo (17%).

Esses dados não diferem muito dos dados apresentados no capítulo 3, para os cerca de 15.000 empreendimentos solidários pesquisados no país. Naquela situação a pesquisa indagava sobre as “razões de criação dos empreendimentos solidários”, sendo que a maioria considerou a situação de desemprego e fonte alternativa de renda como os fatores determinantes, porém uma parcela significativa (cerca de 30%) apontou como motivo o trabalho onde todos são donos.

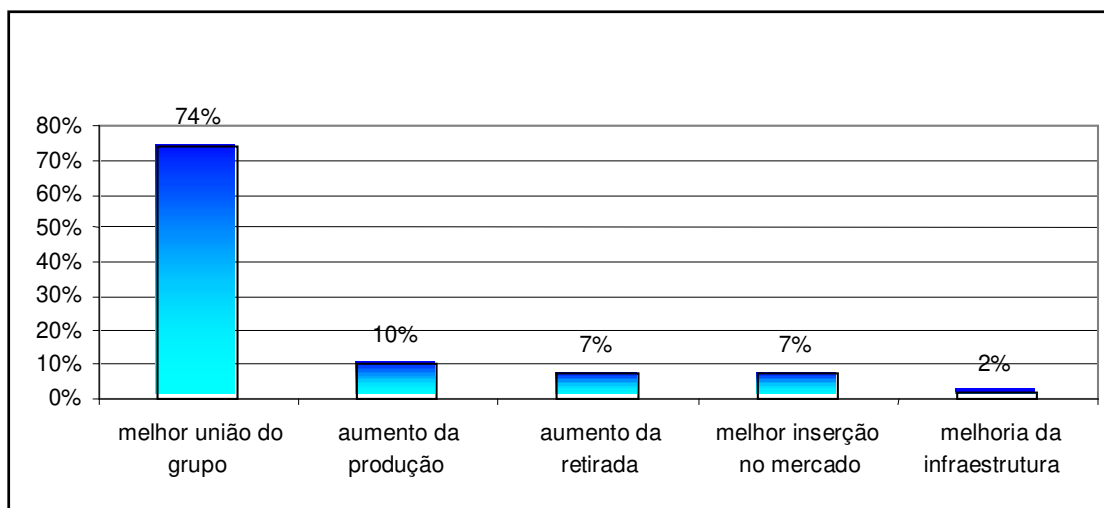
Nesta situação, relacionada aos empreendimentos solidários do município de Campinas, a pesquisa busca relacionar a preferência dos cooperados entre o trabalho na cooperativa e os trabalhos anteriores. O percentual de 40% na opção “por não ter patrão”, indica que esses cooperados têm a consciência de sua condição de dono do empreendimento e valoriza essa condição, resultado do processo de incubação desenvolvido pelas incubadoras conveniadas.

Outra mudança importante avaliada diz respeito à alimentação, pois entre os motivos apontados na pesquisa, chama a atenção que 82% dos cooperados

disseram ter tido uma mudança na alimentação, tanto em relação à quantidade, como variedade e regularidade.

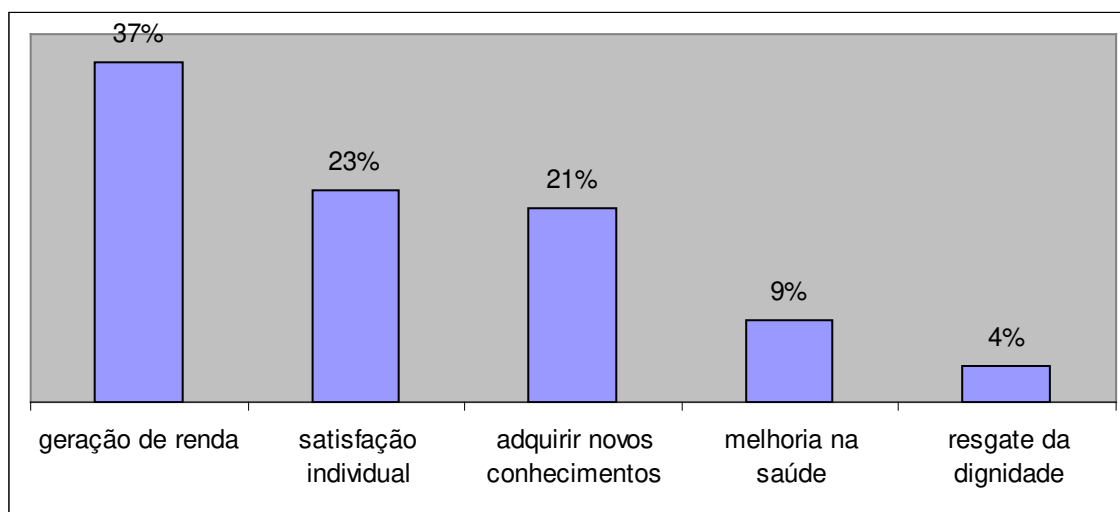
O gráfico 14 aponta que para 74% dos cooperados, a cooperativa melhorou nos últimos meses, sendo que para esses, a principal causa foi em função de “uma melhor união do grupo”, além de identificarem o “aumento da produção” como um item importante.

Gráfico 14 – Melhoria na cooperativa.



Todos os cooperados apontaram que a cooperativa trouxe algum benefício pessoal para as suas vidas enquanto trabalhador. Os aspectos levantados estão relacionados no gráfico 15.

Gráfico 15 – Benefícios na vida dos cooperados.



7.5 - As Incubadoras Conveniadas com a Prefeitura Municipal de Campinas para Fomento aos Empreendimentos Solidários.

7.5.1 - A ITCP - UNICAMP.

A Lei 10.039 de 09 de abril de 1999, em seu artigo 3º. estabelece:

artigo 3º. - Fica a Prefeitura autorizada a firmar convênios com as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, com sede no município, com o fim de organizar as cooperativas por atividade profissional.

Em função da existência deste marco legal, a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp assinaram em 10 de setembro de 2001, em ato público realizado no Teatro Castro Mendes, representadas pelo Prefeito Antônio da Costa Santos⁴³ e pelo Reitor da Unicamp Profº. Hermano Tavares, um primeiro convênio, que visava a colaboração entre o poder público e a universidade para iniciar o processo de incubação dos grupos associativos a serem fomentados pelo município.

Foi realizada uma capacitação de caráter emergencial, ao longo de quatro meses, ainda não caracterizada como incubação, e permitiu à onze grupos associativos demandados pela Prefeitura, vivências sobre conceitos básicos de economia solidária, bem como sobre processos que permitisse aos participantes a identificação das possibilidades, dos limites e as formas de superação dos problemas para a viabilização das cooperativas.

Ao final desse processo, em meados de 2002, foi realizado um ato solene no Tênis Clube Campinas, para a entrega de um certificado de participação no processo inicial de capacitação.

⁴³ O Prefeito Antônio da Costa Santos foi assassinado um dia depois da assinatura do convênio.

Na seqüência do processo de incubação propriamente dito, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Gerardo Mendes de Melo, envia em 16 de outubro de 2002 o ofício de nº. 157 à ITCP – Unicamp, representada pelo Profº. Roberto Teixeira Mendes, solicitando a incubação de onze grupos associativos, que pudesse contemplar:

- a) Assessoria jurídica para a legalização da cooperativa.
- b) Assessoria contábil, permitindo o acompanhamento da situação econômico-financeira das cooperativas.
- c) Assessoria de gestão, garantindo o acompanhamento do processo de gestão que contemple os princípios da auto gestão.
- d) Organização operacional, cuja finalidade é ordenar os fatores de produção de modo a aumentar a eficiência das cooperativas.
- e) Nos casos em que o grupo associativo ainda não definiu o seu campo de atuação, a incubadora apóia na definição do objeto.

A seguir o documento relaciona os grupos associativos que seriam demandados para incubação:

- a) Grupo Associativo Barão, do Distrito de Barão Geraldo, área de reciclagem.
- b) Grupo Associativo Aparecidinha, do Distrito de Nova Aparecida, área de reciclagem.
- c) Grupo Associativo Tatuapé, Administração Regional 6, reciclagem de materiais da construção civil.
- d) Grupo Associativo de diversas regiões do município, com objetivo de transformação industrial de PET.
- e) Grupo Associativo da Administração Regional 8, área de reciclagem.
- f) Grupo Associativo da Administração Regional 12, área de reciclagem.
- g) Cooperativa Vitória, produção de alimentos.
- h) Grupo Associativo de portadores de deficiência auditiva (sem definição área de atuação).
- i) Grupo Associativo de portadores de deficiência visual (sem definição área de atuação).
- j) Grupo Associativo de mulheres (sem definição área de atuação).
- k) Grupo Associativo de mulheres na área de confecção e costura.

A partir deste ofício, a ITCP – Unicamp elabora um plano de trabalho para os anos de 2003 e 2004 cujas linhas gerais estão discutidas a seguir.

O objetivo geral do projeto busca garantir a inserção autônoma no mercado de bens e serviços, da região de Campinas, de onze cooperativas populares, formadas por grupos indicados pela Prefeitura de Campinas, orientados internamente em sua estrutura e funcionamento pelos princípios de auto gestão e de economia solidária.

Os objetivos específicos estão abaixo relacionados:

- a) Apoiar a formação e organização das cooperativas populares acima referidas, prestando serviços de assessoria e consultoria nas áreas: jurídicas; contábil; financiamento; plano negócios; estudos de viabilidade; funcionamento organizacional; organização da produção de bens e serviços; tecnologia apropriada à processos de autogestão; preservação ambiental; planos de educação tanto internos quanto de melhoria de escolaridade formal; ordenamento do trabalho contemplando a saúde dos cooperados.
- b) Compartilhar o conhecimento científico acumulado e desenvolvido na Unicamp, levando em consideração os níveis de escolaridade e as características sócio-culturais dos cooperados, através de oficinas e cursos específicos de formação, nas áreas de: comunicação e expressão; formação política (classes sociais, Estado, movimentos sociais, economia política e economia do trabalho); história do cooperativismo e da economia solidária; tecnologias sociais; legislação; contabilidade; plano de negócios; vendas; marketing; investimentos; redes de cooperação; qualificação profissional; saúde no trabalho; meio ambiente.
- c) Desenvolver entre os cooperados uma atitude de participação comunitária ativa, responsável e solidária em relação aos problemas sociais, e de uma atitude ética em relação ao trabalho, à concorrência econômica, ao respeito ao consumidor e à preservação do meio ambiente.
- d) Viabilizar a realização de pesquisas científicas em torno dos temas relacionados à incubação, com o intuito de aperfeiçoar a formação e o funcionamento da cooperativas populares e ampliar o debate acadêmico sobre a economia solidária e a autogestão na Unicamp, e contribuindo com a discussão mais geral em torno destes temas⁴⁴.

⁴⁴ Processo n°. 03/10/1748, Incubação de Cooperativas ITCP, p.15.

Na justificativa ao projeto, a ITCP – Unicamp apresenta a economia solidária “como uma alternativa economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável ao estado atual da economia e do mercado de trabalho”, caracterizando a economia solidária como um “movimento sócio-econômico, caracterizado pela agregação de pessoas que necessitavam encontrar formas efetivas de sobrevivência econômica...”⁴⁵.

Situa a crise do mercado de trabalho como de natureza estrutural em decorrência do aperfeiçoamento das técnicas e tecnologias de produção, do formato da atual divisão internacional do trabalho e da distribuição de riquezas, caracterizado pela flexibilização dos mercados de trabalho, concentração de renda, desemprego e precarização dos postos de trabalho.

Finaliza afirmando que “o desenvolvimento de formas alternativas de trabalho e de geração de riqueza, capazes de incorporar novas tecnologias e gerar mais postos de trabalho, é um desafio que o presente já nos coloca e que aponta para o futuro das relações de trabalho e de repartição da riqueza”⁴⁶.

Em relação à metodologia, define fases no processo de incubação, como a pré-incubação, a incubação propriamente dita e a desincubação.

Na pré-incubação, com duração de três meses, as equipes tiveram a função de elaborar um diagnóstico da situação dos grupos associativos e de estabelecer relações que permitiram aos membros dos grupos associativos compreenderem como a ITCP – Unicamp funcionaria ao longo do processo, bem como estabelecer vínculos com as equipes de incubação.

A incubação propriamente dita teve a duração dezoito meses e contemplou ações explicitadas nos objetivos.

A desincubação ficou prevista para os últimos três meses, reduzindo o tempo de contato com os grupos associativos, fazendo um acompanhamento da dinâmica do grupo e sugerindo alterações ou consolidações nas rotinas e procedimentos de decisão.

⁴⁵ Processo n°. 03/10/1748, Incubação de Cooperativas ITCP, p.17.

⁴⁶ Processo n°. 03/10/1748, Incubação de Cooperativas ITCP, p.18.

A presença das equipes de incubação foi prevista realizar-se nos locais de trabalho do grupo associativo com a seguinte frequência:

a) reuniões equipe e grupo associativo, pelo menos uma vez a cada duas semanas.

b) visita dos monitores para assessoria específica, pelo menos uma vez a cada duas semanas.

c) o acompanhamento geral do andamento do projeto foi previsto acontecer por uma comissão tripartite, com proposta de reunião mensal, formada por um representante de cada segmento (Prefeitura, ITCP – Unicamp e grupo associativo).

Tabela 6 – Cronograma de incubação da ITCP Unicamp					
	Jan a fev/03	Fev/03	Mar a ago/03	Ago/03	Set/03 a fev/04
Pré-incubação	X				
Relatórios da pré-incubação e planos de incubação		X			
Incubação – Etapa 1			X		
Relatórios da etapa 1 e revisão dos planos de incubação				X	
Incubação – Etapa 2 (primeira metade)					X
Avaliação permanente	X	X	X	X	X

Fonte: projeto Campinas, 2003-2004, ITCP – Unicamp.

Tabela 7 – Custos e fontes de financiamento do processo de incubação da ITCP Unicamp		
Despesas Recursos Humanos		R\$
	Monitores	175.920,00
	Assessores-estagiários	21.648,00
	Professores	Sem estimativa
Despesas Recursos Materiais	Cadernos de formação	5.940,00
	Material didático	960,00
	Transporte	31.680,00
	Material de expediente diverso	2.000,00
Taxas	Alíquotas de ressarcimento Unicamp	26.400,00
Fontes de financiamento	Prefeitura Municipal de Campinas	165.000,00
	Unicamp	55.328,00
	Agências financiadoras a serem buscadas	45.220,00
Total		265.548,00

Fonte: projeto Campinas, 2003-2004, ITCP – Unicamp.

O processo de incubação aconteceu em 2003 e 2004, sendo que no final de 2004 a ITCP Unicamp rompe o convênio com a Prefeitura alegando fundamentalmente condições inadequadas de trabalho por falta de suporte da Prefeitura, como atraso no repasse de recursos e infra-estrutura para os grupos incubados.

Dos onze grupos iniciais que estavam previstos no processo de incubação, ainda permanecem no programa a cooperativa Barão, reciclagem de resíduo doméstico, a cooperativa Tatuapé, reciclagem de resíduo da construção civil, o

grupo associativo Bonsucesso, reciclagem de resíduo doméstico, dois grupos associativos de costura.

Os grupos associativos de portadores de deficiência visual e auditiva não continuaram por questões legais, pois corriam o risco de perderem os benefícios do INSS caso se constituíssem como cooperativas.

O grupo associativo de alimentação encerrou as atividades no final de 2004, após desenvolverem atividades de serviços na área, tendo um restaurante aberto por cerca de um ano.

Os grupos associativos de PET, AR8 e AR12 desistiram por dificuldades na implantação do projeto como espaço de trabalho e coesão do grupo.

A ITCP não teve seu convênio renovado em 2005, porém continuou o processo de incubação das cooperativas Bonsucesso, Tatuapé e Barão em função de financiamento da SENAES via o Programa Nacional de Financiamento de Incubadoras Universitárias - PRONINC, hoje aberto para outras incubadoras. O convênio com a SENAES – PRONINC encerrou-se em dezembro de 2006.

A cooperativa Barão solicita da Prefeitura mudança da incubadora e, a partir do segundo semestre de 2006, a incubadora EDH passa a assumir a incubação dessa cooperativa.

Na situação atual, a ITCP Unicamp está sem convênio com a SENAES – PRONINC, e com a Prefeitura; no processo de renovação do convênio com a incubadora EDH (início de 2007), a Coordenadoria de Economia solidária da Prefeitura demanda para ela a incubação dos empreendimentos Bonsucesso e Tatuapé.

O Departamento de Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal, responsável pelo programa de economia solidária, em ofício encaminhado à ITCP Unicamp no final de 2006, posiciona-se favorável ao restabelecimento de convênio entre as partes de forma diferente como vinha sendo trabalhado (processos de incubação por grupos associativos), propondo à ITCP Unicamp que sejam desenvolvidos processos de formação envolvendo todos os grupos associativos e, também, no desenvolvimento de processos produtivos visando articulação de cadeias

produtivas locais e regionais. Até o presente momento nenhum acordo entre as partes foi consolidado.

7. 5.2 - A Incubadora Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo – CRCA.

O CRCA foi juridicamente fundado em dezoito de outubro de 2002 e, antes de sua legalização já desenvolvia atividades de fomento a projetos de inclusão social em parceria com a Cáritas Arquidiocesana Campinas, FEAC, PUC-Campinas, Secretarias Municipais de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Assim que, em janeiro de 2003, foi assinado o convênio representado pelo processo nº 03/10/10.207 e desenvolvido em duas etapas, sendo a primeira no ano de 2003 e a segunda, ampliando o número de grupos associativos envolvidos, em 2004.

O objetivo geral do projeto tem a intenção de capacitar e acompanhar inicialmente seis grupos associativos demandados pela Prefeitura, a partir dos princípios da autogestão, gerenciamento, educação ambiental para a inclusão/reinclusão dos trabalhadores no processo de geração de trabalho e renda e para o exercício da cidadania⁴⁷.

Objetivos específicos.

- a) Promover cursos, encontros para os cooperados e outras formas de interação/integração na área de gestão coletiva das cooperativas de reciclagem dentro dos princípios da autogestão e educação ambiental.
- b) Promover a rede para venda dos materiais reciclados e troca de experiências dos grupos associativos.
- c) Acompanhar semanalmente os grupos incubados.
- d) Elaborar material didático para os cursos e para acompanhamento aos grupos.
- e) Promover a organização de compras coletivas e outras formas de socialização⁴⁸.

⁴⁷ Processo nº. 03/10/10207, Incubação de Cooperativas CRCA, p. 88.

⁴⁸ Processo nº. 03/10/10207, Incubação de Cooperativas CRCA, p. 88.

O CRCA justifica seu comprometimento com a economia solidária ao fazer uma análise do quadro geral de desemprego no País e em Campinas, apontando para uma taxa de desemprego de mais de 12% da população economicamente ativa e para um diagnóstico de que falta emprego com Carteira de Trabalho assinada porém, com a compreensão de que o trabalho não acabou.

Assim, “cada vez mais grupos de desempregados com pouca experiência profissional se unem para gerar renda em atividades de prestação de serviços, reciclagem de lixo, serralherias, oficinas mecânicas, cabeleireiros, costura, artesanato, construção civil, entre outras”⁴⁹.

O CRCA considera tratar-se de um público de “baixa qualificação profissional e educacional”⁵⁰, tendo sido necessário desenvolver uma metodologia para a aplicação dos princípios de autogestão política, financeira e administrativa que pudesse ser assimilada pelos grupos.

Os procedimentos metodológicos compreenderam:

- a) processos de sensibilização, com diagnóstico do grupo, coesão grupal, viabilidade econômica do empreendimento;
- b) processos de educação cooperativista, para os membros dos grupos e multiplicadores, com material didático;
- c) processos de acompanhamento semanal para gerenciamento administrativo, gerenciamento grupal e aspecto legal dos grupos;
- d) processos de trabalho em rede, para comercialização conjunta, realização de feiras de economia solidária e rede de compra coletiva (cooperativa de consumo).

Os grupos associativos demandados pela Prefeitura para incubação durante 2003 e 2004, todos de reciclagem, foram:

- a) Cooperativa Nossa Senhora Aparecida, já legalizada.
- b) Grupo Associativo “Prefeito Antônio da Costa Santos”.
- c) Grupo Associativo São Bernardo.
- d) Grupo Associativo AR4, futuro grupo associativo Unidos da Vitória.

⁴⁹ Processo n°. 03/10/10207, Incubação de Cooperativas CRCA, p. 89.

⁵⁰ Processo n°. 03/10/10207, Incubação de Cooperativas CRCA, p.90.

e) Grupo Associativo Santa Genebra.

f) Grupo Associativo Divipaz.

Os grupos associativos novos demandados pela Prefeitura para incubação em 2004 foram:

g) Grupo Associativo Dom Bosco (reciclagem).

h) Grupo Associativo Santo Antônio, futura Cooperblocos, construção civil.
Grupo Associativo Projatus, jardinagem.

i) Grupo Associativo Prato Cheio, alimentação.

O CRCA ofereceu como contrapartida dois profissionais da área de serviço social, um estagiário remunerado de economia, dois assessores de economia e dois de direito. O CRCA solicitou apoio financeiro para pagamento dos monitores para cursos e para acompanhamento dos cursos.

O CRCA ofereceu como contrapartida material dois computadores, dois ramais telefônicos, duas salas para escritório, salas para cursos e reuniões e carro para transporte dos monitores. O CRCA solicitou apoio financeiro para material didático, material de consumo e despesas com transporte.

Tabela 8 – Cronograma físico do processo

	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Curso para os membros dos grupos	X		X						X		
Formação com lazer						X				X	
Formação de multiplicadores			X	X			X	X			
Formação continuada	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Elaboração de material didático	X	X									
Acompanhamento semanal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rede	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Feiras de economia solidária	X	X	X	X	X						

Dados do Convênio nº. 03/10/10207, Incubação de Cooperativas, CRCA Prefeitura

Tabela 9 – Orçamento do projeto		
Fomento	2003	2004
	Valores em R\$	Valores em R\$
Monitores ⁵¹	4.500,00	7.395,40
Material didático	1.680,00	2.738,00
Material de consumo	240,00	320,00
Acompanhamento		
Monitores ⁵²	9.072,00	15.549,00
Material didático	1.680,00	5.222,00
Material de consumo	100,00	320,00
Transporte	1.209,00	10.545,00
Intercâmbios		
Eventos	3.700,00	6.024,00
Oficinas	2.800,00	4.559,60
Monitores ⁵³	4.500,00	7.327,00
Total	29.481,00	60.000,00

Dados do Convênio nº. 03/10/10207, Incubação de Cooperativas, CRCA Prefeitura.

O CRCA incubava hoje oito grupos associativos, todos na área de triagem de resíduos domésticos, já constituídos como cooperativas: Antônio da Costa Santos, São Bernardo, Santa Genebra, Dom Bosco, Divipaz, Unidos na Vitória. Celebrou um convênio com a Petrobrás para constituir uma Central de Cooperativas – a Reciclamp, para venda conjunta para a indústria.

A Prefeitura participa deste projeto através de recursos próprios e da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA para construção e equipamentos da Central física.

Dos grupos inicialmente demandados, a Cooperblocos passou a ser incubada pela Prefeitura por incompatibilidades com a incubadora CRCA, os grupos associativos Cooperprojatos e Prato Cheio não continuaram por problemas de coesão no grupo.

⁵¹ Monitores de curso, pagos no valor de R\$ 30,00 a hora/aula.

⁵² Monitores de campo, pagos no valor de R\$ 9,00 a hora/aula.

⁵³ Monitores de campo, pagos no valor de R\$ 9,00 a hora/aula.

Trata-se de uma incubadora que apresenta bons resultados quanto à coesão, produtividade, perenidade e sustentabilidade dos grupos associativos incubados. Atua muito bem na busca por parcerias, caso citado com a Petrobrás e com empresas do entorno do grupo associativo para obtenção de recursos, principalmente na construção de espaços de trabalho, como nas cooperativas Santa Genebra, Dom Bosco e Divipaz.

O CRCA está sem convênio com a Prefeitura e encontra-se em fase de renovação de convênio.

7. 5.3 - A Incubadora Ecologia e Dignidade Humana – EDH.

A EDH foi criada a partir do tema da Campanha da Fraternidade anualmente desenvolvida pela Igreja Católica do ano de 1999, intitulado “Sem Trabalho, por quê?”. Assim, na busca do apoio a pessoas desempregadas, a ONG escolheu trabalhar com materiais recicláveis, que não exigia qualificação, característica desse público alvo e um ramo ainda não muito disputado no mercado. Nasceu desse trabalho a cooperativa Aliança, hoje, uma cooperativa integrante do programa municipal de economia solidária.

O objetivo geral do trabalho foi capacitar e acompanhar inicialmente três grupos associativos demandados pela Prefeitura, e de outras iniciativas que venham a se formar, utilizando princípios da autogestão e da educação ambiental, com o intuito de trabalho e renda para pessoas excluídas do mundo do trabalho e da cidadania⁵⁴.

Objetivos específicos.

- a) Formação em princípios cooperativista.
- b) Formação prática no desempenho das atividades de reciclagem.
- c) Acompanhamento prático do trabalho eficiente e dedicado na cooperativa..

⁵⁴ Processo nº. 03/10/37826, Incubação de Cooperativas EDH, p. 12.

d) Assessoria jurídica.

e) Desenvolvimento social e educativo do cooperado e sua família⁵⁵.

A EDH considerou a necessidade de buscar uma metodologia que levasse em consideração a baixa escolaridade dos participantes dos grupos, procurando adaptar os processos de formação em autogestão política, financeira e administrativa à essa realidade.

Os procedimentos metodológicos compreenderam:

- a) Sensibilização: cadastramento do grupo de indivíduos que será incubado; acompanhamento para verificação do grau de coesão do grupo; avaliação da viabilidade econômica do empreendimento junto com o grupo.
- b) Educação cooperativista, para os membros dos grupos, total de 12 hs. por curso, nos finais de semana.
- c) Acompanhamento semanal: suporte à gestão administrativa, gerenciamento da prática de reciclagem do grupo, questões legais;
- d) Trabalho em rede, para comercialização conjunta, realização de feiras de economia solidária e rede de compra coletiva (cooperativa de consumo).

Os grupos associativos demandados pela Prefeitura para incubação durante 2003 e 2004, todos de reciclagem, foram:

- a) Cooperativa Aliança, já legalizada.
- b) Grupo Associativo AR 11, hoje cooperativa Havilá.
- c) Grupo Associativo AR 5, hoje cooperativa Santo Expedito.
- d) Grupo Associativo Santos Dumont.

A EDH utilizou de um estagiário para a área administrativa, monitores para cursos e acompanhamento dos grupos, assessores para as áreas de serviço social e de contabilidade e direito e um supervisor técnico.

A EDH utilizou um computador, uma linha telefônica, uma sala para escritório, salas para cursos e reuniões, apoio para material didático, material de consumo e despesas com transporte.

⁵⁵ Processo nº. 03/10/37826, Incubação de Cooperativas EDH, p. 12.

Tabela 10 – Cronograma físico do processo													
	Jul 03	Ago 03	Set 03	Out 03	Nov 03	Dez 03	Jan 04	Fev 04	Mar 04	Abr 04	Mai 04	Jun 04	Jul 04
Curso para os membros dos grupos		X							X				
Atividades de integração		X				X			X				
Suporte técnico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Formação continuada	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de material didático	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Suporte administrativo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Dados do Convênio nº. 03/10/37826, Incubação de Cooperativas, EDH Prefeitura.

Tabela 11 – Orçamento do projeto	
Fomento	Valores em R\$
Material didático	2.000,00
Material de consumo	2.000,00
Palestrantes, visitas técnicas e monitores	9.500,00
Transporte	1.500,00
Total	15.000,00

Dados do Convênio nº. 03/10/37826, Incubação de Cooperativas, EDH Prefeitura.

Atualmente a incubadora EDH renovou seu convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, por dois anos, no valor de R\$ 200.000,00, para incubar as cooperativas: Aliança, Santo Expedito, Santos Dumont, Barão, Tatuapé, Bonsucesso, grupo de catadores do centro da cidade, além de coordenar uma oficina de reciclagem de alumínio. A cooperativa Havilá, que estava incubada com a EDH, passou a ser incubada pela incubadora municipal por dificuldades na relação entre incubadora e cooperativa.

A incubadora EDH foi convidada a assumir a incubação de um grupo de catadores do centro que o programa de economia solidária da Prefeitura tem a intenção de trabalhar sua organização em associação de catadores do centro. Trata-se de uma primeira abordagem com esses catadores, que trabalham sem nenhuma articulação com as 15 cooperativas de reciclagem do programa.

Atualmente esses catadores vendem seu produto para o mercado, sendo intenção do programa inseri-los na economia solidária para melhorar suas condições de trabalho (hoje trabalham com tração humana) e de ganho.

A incubadora EDH, como a incubadora CRCA, apresenta bons resultados quanto à coesão, produtividade, perenidade e sustentabilidade dos grupos associativos incubados. Atua muito bem na busca por parcerias, principalmente na obtenção de caminhões para trabalho e, atualmente, conquistou através de projeto não reembolsável junto ao BNDES, compra de caminhões e construção de barracão para a cooperativa Aliança.

7. 5.4 - A Incubadora Municipal.

A incubadora municipal está prevista na Lei 10.039 (discutida no capítulo 4, item 4.2), embora não com essa denominação, mas quanto às atribuições da municipalidade definidas no artigo 6º. como agente incentivador da formação e consolidação das cooperativas, através de processos formativos, tecnológicos e de infra estrutura.

O início da atuação da incubadora municipal se dá no final de 2006, quando ocorre a reestruturação do DTR, ficando previsto a coordenadoria de economia solidária em sua estrutura.

A coordenadoria passa a ter um coordenador e três profissionais, sendo duas Assistentes Sociais oriundas do DOAS, que já exerciam a função de técnicas de referência em associativismo. O outro profissional, da área de ciências sociais foi solicitado de outro órgão da Prefeitura para atuar no programa.

A incubadora municipal faz o acompanhamento de todos os empreendimentos e realiza um processo de incubação daqueles empreendimentos não incubados pelas incubadoras conveniadas. São eles:

cooperativa de reciclagem Havilá, dois grupos associativos de costura, uma cooperativa de arte e artesanato Cidarte, uma cooperativa de construção civil, Cooperblocos e a cooperativa de produção de biodiesel Remodela.

A consolidação da incubadora municipal quanto aos objetivos e metodologia de incubação acontecerá após a transformação do DTR em Fundação Pública Municipal previsto para acontecer até final de 2007.

Esta nova reestruturação da SMCTAIS, com a transformação do DTR em uma Fundação Pública acontecerá em função de convênio assinado entre o MTE e Prefeitura de Campinas, formalizando a criação do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda, a ser gerenciado pela futura Fundação Pública.

Dessa forma, a economia solidária no município, enquanto política pública estará sediada em uma Fundação Pública Municipal, com uma atribuição precípua de gerar emprego, trabalho e renda, já a partir de 2008.

A partir desta configuração posso afirmar que a política pública de economia solidária passará a ter um marco legal diferenciado em relação aos demais municípios, pois a Fundação Pública Municipal está sendo formatada para ter autonomia na comercialização de produtos, aquisição de serviços, captação de recursos, etc...

Até o momento atual a política pública de economia solidária no município de Campinas caracteriza-se como em construção e potencialmente emancipatória e desenvolvimentista.

7.5.5 - O Fórum Municipal de Economia Solidária.⁵⁶

Em janeiro de 2003 foi organizada uma comissão municipal, composta por gestores públicos de economia solidária, membros de incubadoras (CRCA, ITCP – Unicamp, EDH) e cooperativas, para planejar e organizar a 1ª Feira de Economia Solidária em Campinas. A partir dessa comissão municipal inicia-se um processo de criação do Fórum Municipal de Economia Solidária.

⁵⁶ Os dados apresentados foram obtidos de Documentos sobre o Fórum Municipal arquivados na SMCTAIS, DTR, Coordenadoria de economia solidária.

A feira foi realizada em junho de 2003, no Museu da Cidade, tendo um caráter de Feira Estadual por solicitação do Fórum Paulista de economia solidária; a partir da comissão encarregada pela sua realização, configurou-se o Fórum Municipal de economia solidária com o objetivo de consolidar a organização e sustentabilidade dos empreendimentos solidários no município.

A 2ª Feira Estadual de Economia Solidária foi realizada em junho de 2004, no Palácio da Mogiana e a 3ª Feira Estadual de Economia Solidária aconteceu nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2006 na Estação Cultura.

O Fórum Municipal, consolidado a partir da 2ª Feira Estadual de Economia Solidária, composto por gestores públicos, incubadoras e empreendimentos, segue a composição dos Fóruns Brasileiro e Estaduais de economia solidária⁵⁷, sendo o responsável pela organização das feiras, bem como dos encontros municipais anuais. Está organizado por uma comissão executiva denominada COMESC, encarregada de encaminhar as deliberações tiradas dos encontros anuais.

Em abril de 2006 foi realizado o IV Fórum Municipal de Economia Solidária no Município de Campinas⁵⁸ com a participação de trinta e nove pessoas, contando com a representação dos Municípios de Atibaia, Hortolândia, membros de Cooperativas, Incubadoras, representantes da Prefeitura local e de Movimentos Sociais.

A Coordenação do Fórum fez um breve relato quanto aos objetivos do Fórum e da COMESC, ressaltando os pontos importantes do III Fórum Municipal de Economia Solidária: Projeto de Lei, capacitação das Incubadoras, além dos problemas com relação ao DLU e Capacitação das Cooperativas de Reciclagem, para potencialização do material.

Em seguida passou-se a palavra para o representante do governo municipal, que apresentou o planejamento 2005 e 2006, listando as ações realizadas e em processo de desenvolvimento, com a descrição dos respectivos recursos humanos e financeiros para o programa de economia solidária.

⁵⁷ Composição: Empreendimentos Solidários (60%), Entidades de Fomento como Cáritas, Ibase, Incubadoras de Universidades (20%) e Rede de Gestores Públicos (20%)

⁵⁸ Arquivo da SMCTAIS, departamento de trabalho e renda, coordenadoria de economia solidária.

Apresentou, ainda, proposta de representação do COMESC no Conselho Municipal de Assistência, dentro do que se estabelece a LOAS⁵⁹, e pelo que foi instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a partir da V Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no dia 08 de dezembro de 2005, com relação ao direito à renda para as famílias inseridas nos programas de transferência de renda.

Nos debates acontecidos por ocasião desse encontro, foi aprovado enviar um pleito para o Secretário Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, com relação ao direito de se garantir a participação de um representante da COMESC no Conselho Municipal de Assistência Social.

Os representantes das Incubadoras EDH, CRCA e ITCP apresentaram uma breve avaliação das ações realizadas junto as Cooperativas de suas responsabilidades, como aspectos positivos, dificuldades, desafios, limites e propostas. Em seguida alguns membros de cooperativas discutiram aspectos dos processos de incubação vivenciados.

Izaura, presidente da Coopermimo, colocou sobre os problemas enfrentados com relação à ITCP,

...que apresentou dificuldades em atuar com uma Cooperativa de Confecção, e que a troca de pessoal da Incubadora foi ruim, prejudicando no trabalho que não foi feito completamente como havia sido combinado, como o Estatuto que não foi feito”. Coloca que cada incubadora é diferente mas, a forma de incubar tem que ser a mesma.

Raimundo, da Cooperblocos, coloca que

na parte da documentação da Cooperativa, a Incubadora CRCA ajudou muito, mas ainda tem muitos problemas a serem solucionados na Cooperativa e que a Incubadora deve ter profissionais capacitados naquilo que irá realizar, e que para cada função tem que ter alguém específico. Disse que atualmente tem sido assistida diretamente pela Prefeitura.

Rosana, da Cooperativa Barão, coloca que

por divergências com a Incubadora ITCP, passamos a ser incubados pela EDH e estamos mais animados com a incubadora. Apesar de todas as dificuldades e a falta de pessoal, a Incubadora tem que fazer a roda girar. Finalmente conseguiram acertar. Estávamos há três anos e meio funcionando e preocupados em

⁵⁹ Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seus artigos 15, inciso III; artigo 16, inciso IV; artigos 25 e 26

pagar o INSS do pessoal e que agora isso foi feito. Agora está tendo mais ação, e que antes não pesavam os rejeitos e agora é possível falar que possuem 60% de rejeitos.

7.5.6 - O Investimento Público no Programa.

Os dados abaixo⁶⁰ referem-se a investimentos públicos realizados no programa de economia solidária desde 2001.

Tabela 12 – Investimentos da Prefeitura Municipal de Campinas para o programa de economia solidária – 2001 a 2004				
Ação	Segmento	Cooperativa	Ano	Desembolso R\$
1 prensa pneumática vertical para prensagem de blocos	Construção civil	Cooperblocos	2004	17.000,00
12 Balanças mecânicas plataforma 300 Kg	Reciclagem	12 cooperativas de reciclagem	2002	3.960,00
11 prensas enfardadeira hidráulica vertical para prensagem de blocos	Reciclagem	11 cooperativas de reciclagem	2003	99.860,00
1 esteira com correia transportadora	Reciclagem	Bonsucesso	2003	24.830,00
Confecção carrinhos coleta e carrinhos fardos para cooperativas de reciclagem	Reciclagem	15 cooperativas de reciclagem	2003	32.899,80
Máquinas de costura	Costura	2 Grupos Associativos da área de costura e 1 da área de artesanato	2002	15.075,00
Aquisição de Equipamentos de proteção individual (EPI's)	Reciclagem	15 cooperativas de reciclagem	2002	20.237,50
Convênio de Incubação ONG EDH	Reciclagem	Aliança, Santos Dumont, Haviá, Santo Expedito	2003	15.000,00
Convênio de Incubação ITCP	Reciclagem, Costura, Artesanato	Barão, Bonsucesso, Tatuapé, Coopermimo, Realidade de um Sonho	2002	245.000,00
Convênio de Incubação ONG CRCA	Reciclagem	Nossa Senhora Aparecida, São Bernardo, Santa Genebra, Dom Bosco, Divipaz, Unidos na Vitória	2002	89.481,00
Projeto de construção de barracão de reciclagem	Reciclagem	Antônio da Costa Santos e Haviá	2002	18.523,50
Construção de barracão de reciclagem	Reciclagem	Antônio da Costa Santos	2004	118.615,00
Construção de barracão de reciclagem	Reciclagem	Haviá	2004	177.615,00
Aluguel de barracão de reciclagem	Reciclagem	Remodela	2004	30.000,00
Aluguel de barracão de reciclagem	Reciclagem	Barão	2004	24.000,00
Aluguel de barracão de reciclagem	Reciclagem	Bonsucesso	2003/2004	50.400,00
Equipamentos de panificação	Alimentação	Não definido	2003	30.148,00
Total de investimentos	todos	todas		1.012.644,80

⁶⁰ Dados da SMCTAIS, departamento de trabalho e renda, coordenadoria de economia solidária.

Tabela 13 – Investimentos da Prefeitura Municipal de Campinas para o programa de economia solidária – 2005, 2006 e previstos 2007				
Ação	segmento	cooperativa	ano	Desembolso R\$
Máquinas de costura	Costura	2 Grupos Associativos da área de costura e 1 da área de artesanato	2006	7.500,00
Convênio de Incubação ONG EDH	Reciclagem	Aliança, Santos Dumont, Haviá, Santo Expedito, Barão, Bonsucesso, Catadores Centro	2007	100.000,00
Construção de barracão de reciclagem – finalização de pagamento	Reciclagem	Antônio da Costa Santos	2005	118.000,00
Construção de barracão de reciclagem - finalização de pagamento	Reciclagem	Haviá	2005	59.000,00
Construção de barracão modular	Reciclagem	Bonsucesso	2006	15.000,00
Compra de caminhão capacidade 10 toneladas	Reciclagem	15 cooperativas de reciclagem	2006	140.000,00
Obras de melhoria de drenagem de águas de barracão de reciclagem	Reciclagem	Antônio da Costa Santos	2005	12.000,00
Adequação do barracão da cooperativa	Reciclagem	Remodela	2005	3.500,00
Oficinas e compra de materiais para implantação da cooperativa de produção de artefatos de arte	Artesanato	Cidarte	2006	80.000,00
Aluguel de barracão de reciclagem	Reciclagem	Remodela	2005/2006/2007	70.000,00
Aluguel de barracão de reciclagem	Reciclagem	Barão	2005/2006/2007	26.400,00
Aluguel de barracão de reciclagem	Reciclagem	Bonsucesso	2005	16.800,00
Passes para deslocamento cooperados trabalho/reuniões	Todos segmentos	20 grupos associativos	2005/2006/2007	75.000,00
Construção de barracão de reciclagem (previsto)	Reciclagem	Bonsucesso	2007	207.000,00
Construção da Central das Cooperativas e adequação das cooperativas junto à Central	Reciclagem	14 cooperativas de reciclagem	2007	200.000,00 Contrapartida PMC e Financiamento FUNASA – 800.000,00 não contabilizado
Total de investimentos	todos	todas		1.130.200,00

É importante assinalar que o investimento público por ano em cada cooperado, para um total hoje de cerca de 326 cooperados, foi de aproximadamente R\$ 940,00 (R\$ 80,00 por mês), para um rendimento médio hoje de R\$ 520,00 mês por cooperado.

O investimento ano em cada um dos dezessete empreendimentos foi de R\$ 18.000,00, R\$ 1.500,00 por mês, sendo que o total de investimentos ao longo dos sete anos de aplicação da política pública foi de R\$ 300.000,00. O faturamento médio anual dos dezessete empreendimentos solidários foi de R\$ 2.050.000,00, R\$ 170.000,00 por mês.

Esses dados são importantes para caracterizar o potencial da economia solidária enquanto uma política pública de desenvolvimento sustentável, pois a relação entre o faturamento do empreendimento pelo investimento público ao longo dos sete anos de aplicação da política pública equivale a um percentual de 15%, isto é, cada R\$ 15,00 investidos nos empreendimentos solidários, resultou em um retorno para os cooperados nos empreendimentos de R\$ 100,00.

Outro dado importante a considerar está relacionado à queda de investimentos públicos nesses empreendimentos que ocorrerá a partir da consolidação dos espaços de trabalho e equipamentos, propiciando uma relação custo benefício social e ambiental muito maior para a sociedade.

Esses dados mostram um investimento muito baixo ao longo desse período em economia solidária, considerando-se um orçamento municipal de R\$ 2.300.000.000,00 para o exercício de 2008. Esse investimento realizado não tem relação de paridade com os benefícios resultantes da aplicação da política pública em economia solidária, como a renda, a melhoria da auto-estima, as noções de cidadania, as mudanças culturais na prática do trabalho associativo.

Estudos posteriores poderão aprofundar investimentos não explícitos no programa, como os recursos humanos e materiais públicos utilizados na sua construção, bem como os custos evitados com a aplicação da política, tanto em resíduos reciclados e não disponibilizados ao ambiente, como custos em saúde, em função dos recursos gerados para os cooperados.

7.5.7 - Conclusão.

Na conclusão do capítulo sobre o estudo de caso da política pública de economia solidária no município de Campinas, relacionei os indicadores de políticas públicas, definidos no capítulo 2, com a construção propriamente dita da política.

O indicador marco legal - Leis, decretos, portarias definidoras da política pública em economia solidária – está presente nas experiências relatadas em Campinas, que possibilitou através de Leis, decretos e processos internos públicos, o fomento aos empreendimentos solidários. O fomento ocorreu na forma de destinação de áreas institucionais, construção de espaços de trabalho, compra de equipamentos e convênios com incubadoras especializadas em processos de acompanhamento desses empreendimentos.

Gerardo Mendes Melo, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, secretaria responsável pela gestão da política pública de economia solidária na gestão 2001-2004, em entrevista realizada, defendeu a criação de um Conselho Municipal de Economia Solidária, através de legislação municipal específica.

Alexandre Ceccon, gestor público do programa de economia solidária da Prefeitura Municipal de Campinas, comenta que

por se tratar de um processo em construção, embora tenhamos uma Lei municipal sobre economia solidária específica, estamos buscando consolidá-la junto aos empreendimentos solidários atuantes no Fórum Municipal de economia solidária.

Abrimos uma outra frente no último Fórum Municipal de economia solidária realizado em meados de 2006, quando o Fórum tirou como resolução a participação de membros dos empreendimentos solidários, representados pela COMESC, no CMAS respaldado pela LOAS e pelo SUAS⁶¹. Como resultado dessa política o COMESC tem hoje um representante no CMAS eleito em processo eletivo do Conselho.

⁶¹ A Lei orgânica da Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social reconhecem na economia solidária uma porta de saída para os usuários do sistema, possibilitando através da participação no CMAS acessar recursos públicos advindos do FMAS.

Eliete Federico Adão, gestora pública do programa de economia solidária da Prefeitura Municipal de Campinas, comenta que

o marco legal da economia solidária no município está em construção, pois embora tenhamos uma Lei que disciplina o programa, não temos uma regulamentação dela. Quanto às cooperativas de reciclagem já temos marco legal mais definido através de decreto regulamentador.

Heitor Guizzo, gestor público e gerente do Banco Popular da Mulher no Município de Campinas, comenta que

o micro crédito tem crescido muito no País, principalmente a partir de 2000. O marco legal estava inserido principalmente no terceiro setor e, a partir de 2005, com a Lei 11.110 que estabeleceu, entre outras atribuições o financiamento do micro crédito.

Com a Lei, as instituições de micro crédito passam a funcionar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs e têm a possibilidade de acessar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e BNDES.

A política pública de economia solidária desenvolvida no município de Campinas tem um marco legal que possibilitou o fomento aos empreendimentos solidários, não ocorrendo óbice para que recursos fossem aplicados. Os recursos não foram suficientes, mas em função da falta de definição da política pública de economia solidária enquanto uma política de Estado e não de Governos.

O indicador espaço público - sujeitos constitutivos da economia solidária (agente público, agentes de fomento e público alvo) em espaços públicos de construção da política – está presente na discussão desse capítulo sobre o “O GTRS e suas Ações em Espaço Público de Construção da Economia Solidária no Município”, sobre “O Fórum Municipal de Economia Solidária “ e sobre os “Centros Públicos de Economia Solidária”, pois nesses espaços públicos as ações de construção da política aconteceram e acontecem.

Esse indicador é inerente à política pública de economia solidária, pois necessariamente ela acontece a partir da presença de diversos sujeitos como os empreendimentos, os apoiadores e o Estado. Foi assim na criação do FBES, nas Conferências Estaduais e Nacional e nos Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidária.

O indicador financiamento - financiamento da política pública de economia solidária pelo Estado e seus aliados – quando referenciado no investimento público em economia solidária no Município de Campinas, revelou-se muito baixo ao longo desse período de implantação da política pública de economia solidária, considerando-se um orçamento municipal médio anual de R\$ 1.300.000.000,00.

Este investimento não tem relação de paridade com os benefícios resultantes da aplicação da política pública em economia solidária, como a renda, a melhoria da auto-estima, as mudanças culturais na prática do trabalho associativo.

A tabela 14 mostra uma relação entre os investimentos realizados nos empreendimentos solidários de Campinas e o resultado desse investimento para os empreendimentos.

Tabela 14 – Investimentos públicos realizados e desempenho dos empreendimentos solidários	
Total dos investimentos públicos nos empreendimentos solidários 2001-2007 (R\$)	2.142.845,00
Faturamento médio anual dos dezessete empreendimentos solidários (R\$)	2.050.000,00
Total dos investimentos públicos nos empreendimentos solidários ano (R\$)	300.000,00
Faturamento médio anual para cada empreendimento solidário (R\$)	170.000,00
O investimento ano em cada um dos dezessete empreendimentos (R\$)	18.000,00
Total dos investimentos públicos por cooperado ano (R\$)	940,00
Rendimento Médio por Cooperado ano (R\$)	6.300,00
Rendimento Médio por Cooperado mês (R\$)	523,00
Taxa de investimento público por retorno para o cooperado no empreendimento	15%

Fonte SMCTAIS.

A tabela 14 mostra que o financiamento da política pública de economia solidária no município de Campinas teve como resultado para os empreendimentos solidários a multiplicação por R\$ 7,00 para cada R\$ 1,00 aplicado pelo Poder Público ao longo dos sete anos.

Esse dado é muito positivo enquanto um indicador econômico de que a política pública de economia solidária pode vir a ser um vetor de desenvolvimento local sustentável, não podendo ainda ser categorizado como tal, em função da participação econômica e social da economia solidária no município ser residual

em relação aos processos econômicos desenvolvidos pelo mercado e pelo Estado.

Outros tipos de cadeias produtivas e de serviços dentro da economia solidária estão sendo estruturados como aqueles a partir da recuperação de fábricas falidas, instituições de micro crédito, artesanato, pesca, turismo, serviços diversos, financiados não só pelo Estado, mas por instituições financeiras via retorno do crédito, via ONGs. e organismos internacionais.

Alexandre Ceccon, gestor público do programa de economia solidária da Prefeitura Municipal de Campinas, comenta que

O Estado tem que ter uma ação agressiva no financiamento da economia solidária. A realidade é que hoje os recursos são escassos, porém em alguns municípios, como em Campinas, temos o Banco Popular da Mulher que tem uma linha de crédito especial para a economia solidária. O município conta com uma coordenadoria de economia solidária dentro da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, departamento de Trabalho e Renda, que tem investido nos empreendimentos solidários na medida da disponibilidade dos escassos recursos públicos.

A estratégia de participação no CMAS reflete o crescimento da questão da necessidade de financeirização, pois o FMAS tem uma verba de R\$ 6.000.000,00 por ano para projetos variados ligados às questões da Assistência Social, como menores de rua, idosos, adolescentes infratores, portadores de deficiência, atendimento integral à família, entre outros e, agora, projetos de geração de trabalho e renda através de grupos associativos também serão apresentados.

A gestora pública do programa de economia solidária da Prefeitura Municipal de Campinas, Eliete Federico Adão, comenta que “está vindo recursos do governo Federal, através da SENAES e da Prefeitura. O financiamento público é fundamental para que essa política pública ocorra”.

Gerardo Mendes Melo, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, secretaria responsável pela gestão da política pública de economia solidária na gestão 2001-2004, em entrevista realizada, argumentou que “a política pública de economia solidária deve ser caracterizada como política pública de desenvolvimento, com empenho do Gabinete para não ocorrer contingenciamento de recursos”.

Heitor Guizzo, gestor público e gerente do Banco Popular da Mulher no Município de Campinas, comenta que

o princípio básico das instituições de micro crédito está baseado na necessidade de retorno do crédito efetuado para financiamento de outros projetos. Embora sem fins lucrativos, a instituição não pode operar com déficit, mesmo considerando-se que a maioria dos créditos são concedidos para empreendimentos no seu início.

Reside aí o desafio do micro crédito que, para conceder o crédito, é feito uma análise criteriosa do agente de crédito sobre a viabilidade do empreendimento e, após concedido o crédito, o agente acompanha e monitora o empreendimento. Não é evidentemente o público dos bancos privados que não fazem esse acompanhamento pós-crédito, tendo já embutido a taxa de risco ao conceder o crédito.

A instituição de micro crédito ocupa esse vazio, ao atrair um público que não acessaria nem os bancos públicos e nem os bancos privados.

Ângela Schwengber, Secretária Executiva da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária, no encontro de formação de gestores públicos em economia solidária, realizado de 8 a 10 de dezembro de 2006 pondera que

Em função de um circuito macro econômico que a economia solidária influencia pouco, afirma ser necessário acumular força para articular localmente e redirecionar o projeto de desenvolvimento que acontece no território, gerando recursos e, conseqüentemente, disputar mais recursos.

Para finalizar, considero que esse indicador aponta com clareza o caráter da política pública de economia solidária como em construção, porém mostrando o potencial da política em tornar-se desenvolvimentista e sustentável. Para que isso aconteça o financiamento da política pública deve ser institucionalizado pelo Estado em nível Federal, descendo para Estados e Municípios e acompanhado de outros instrumentos da política conforme venho discutindo.

O indicador estrutura de Estado - interferências do sistema dominante na estruturação de políticas públicas, precarizando a política pública de economia solidária – está presente, quando comparamos o investimento público aplicado aos empreendimentos solidários e suas demandas ao longo desse período nas experiências estudadas.

Na experiência de Campinas, a precariedade da coleta seletiva ao longo dos últimos cinco anos, condição fundamental para a sustentabilidade da maioria dos empreendimentos solidários fomentados, foi marcante, tanto em estrutura de coleta, como em divulgação e comunicação com a população sobre o programa,

assim como a precariedade dos espaços de triagem, condição tendente à solução no sexto ano do programa (2007).

Alexandre Ceccon, gestor público do programa de economia solidária da Prefeitura Municipal de Campinas, entende que o “Estado deva ser proponente, pró-ativo, pois é sua obrigação dar resposta de geração de oportunidades de trabalho para esse público que vive de políticas assistencialistas”.

Ham&Hill (2004), ao discutir o papel do Estado na definição de políticas públicas, traz as contribuições do marxismo e dos corporativistas que, através de visões distintas, argumentam a dificuldade de se alterar o status quo do Estado, vocacionado para atender à economia de mercado e a manter e aumentar o poder da burocracia, dentro da economia Estatal.

Essa dificuldade faz da política pública de economia solidária uma política em construção e, no momento atual ainda adquirindo um perfil de Governo em nível Federal, porém, não de Estado, assim como pode ser caracterizada como política pública de Governo em nível estadual e municipais.

Ao afirmar que a política pública de economia solidária nos três níveis de governo não se caracteriza como de Estado, significa dizer que está em construção, não possuindo elementos de concepção da política que estejam em sintonia com a prática. Assim, elabora-se textos que apontam para uma política pública desenvolvimentista e sustentável, porém ao definir os marcos regulatórios esse alcance conceitual não se verifica.

8 - Observações Finais.

Neste momento de encerramento das discussões sobre o caráter da política de economia solidária, busco relacionar o objetivo central da tese, qual seja, a investigação sobre o caráter da política pública de economia solidária, caracterizada como uma política pública em construção, com as questões apresentados no capítulo 2.

a) Qual é a diferenciação entre economia solidária e a economia de mercado e Estatal?

A primeira diferenciação refere-se ao pouco peso econômico e social da economia solidária, que ainda não está situada como um fazer econômico emergente, caracterizada como residual pelo Estado e possibilitadora de créditos de responsabilidade social para o mercado.

Em uma sociedade marcada pelo sucesso econômico dos agentes que a compõem, essa condição de fragilidade quanto à materialidade e institucionalidade da economia solidária dificulta a sua afirmação na disputa por espaços maiores na sociedade.

A consequência da pouca importância econômica e social da economia solidária dificilmente será revertida sem uma definição clara do papel que a economia solidária deve ocupar na sociedade. Isso implica em torná-la em uma política pública de Estado. Até que isso aconteça, ou não aconteça, só é possível caracterizá-la como em construção.

A segunda diz respeito ao seu caráter de possibilitadora de convergência em um mesmo espaço público de sujeitos distintos, como aqueles que demandam trabalho e renda, outros que são formuladores e fomentadores, como Igrejas, ONG's., Governos, Universidades e o mercado.

Essa característica da economia solidária faz dela uma forma de fazer econômico realmente diferenciada das demais. Os ambientes de construção da economia solidária são distintos, aproximando públicos com características diferentes, com saberes diferentes e, o que a torna única, sem uma hierarquia definida na relação entre esses sujeitos.

Assim, agentes públicos, Universidades, agentes de ONG's. e os sujeitos participantes dos empreendimentos solidários interagem nesses espaços, em permanente construção, em permanente tensão, em um ambiente de discussão democrático e possibilitador de troca de saberes distintos.

A terceira diz respeito à forma de gestão dos empreendimentos solidários, caracterizando-se como democrática, autogestionária, possibilitadora aos sujeitos a posse dos meios de produção e a distribuição dos excedentes de forma acordada entre os sócios e trabalhadores.

Realmente essa forma de gestão dos empreendimentos solidários cria um ambiente diferenciado em relação às duas formas dominantes de economia. O Estado, pela sua natureza não é produtor de bens, mas prestador de serviços e um comprador de serviços de mais peso na sociedade.

A sua forma de gestão está dada, caracterizada por uma hierarquia construída ao longo da consolidação do aparelho de Estado e, por uma direção política obtida pelo voto em eleições periódicas. O que tem mudado no Estado é o aumento da publicização dos recursos administrados pelo Estado, em decorrência de uma crescente demanda da sociedade para que o Estado seja mais transparente em suas ações.

O mercado tem uma forma de gestão definida em linhas gerais de forma profissionalizada, hierarquizada, definida pelos detentores do capital da empresa. A distribuição dos excedentes também é feita de forma acordada entre os sócios, porém sem a participação dos trabalhadores, limitada às formas definidas em Lei, como a participação em lucros e resultados.

b) Quais são os elementos de ligação entre a economia solidária e o cooperativismo oriundo do século XIX?

Uma das formas de organização dos empreendimentos solidários é através de cooperativas, significando 11% do universo de empreendimentos solidários pesquisados pela SENAES (tabela 2 – forma de organização dos empreendimentos solidários). Essas cooperativas buscam preservar aqueles princípios organizativos das primeiras cooperativas organizadas no século XIX: um membro, um voto; autogestão; democracia nos processos decisórios; assembléia

como órgão máximo de deliberação, entre outros. As demais formas organizativas também buscam manter os princípios básicos acima citados.

As cooperativas do século XIX e as cooperativas e demais formas associativas atuais, diferenciam-se quanto à natureza dos associados, pois aquelas eram compostas por sócios de um mesmo ofício e essas apresentam associados de diferenciadas formações profissionais.

Importante considerar que as motivações das formações das cooperativas naquele momento histórico diferem das motivações no atual contexto, pois as organizações associativistas do século XIX tinham uma motivação ideológica e de proteção dos trabalhadores às formas destrutivas com que o capital implantava e expandia suas atividades produtivas.

Atualmente, as motivações são variadas: desde aquelas de geração de trabalho e renda para desempregados; as de retomada de produção de empresas falidas por trabalhadores da própria empresa; aquelas de organização de atividades produtivas em comunidades, já exercidas de forma não associativa e agregando valor nas novas formas de organização e de produção; as organizações de trabalhadores com profissão definida que se associam para desenvolver novas oportunidades de trabalho, entre outras.

Importante considerar que o momento histórico é diferenciado, pois vivemos em uma sociedade mais complexa, em que diversos elementos novos surgiram nas relações sociais, como as questões de gênero, de orientação sexual, de famílias diferenciadas da tradicional, etc....

c) Quais são os elementos de ligação entre a economia solidária e o cooperativismo discutido em diversos países da América Central e Sul?

Creio que a ligação atual ainda não acontece de forma organizada e institucionalizada, muito mais em função do caráter ainda de construção da economia solidária, demandando de seus organizadores, fomentadores e integrantes dos empreendimentos solidários muito tempo na consolidação do movimento.

A partir de uma consolidação da economia solidária, tanto política como economicamente, será possível estabelecer redes e cadeias produtivas entre

essas cooperativas e os empreendimentos da economia solidária, pois a análise da situação organizacional das cooperativas em Cuba, na Venezuela e no Chile, discutidas no capítulo 4, apontam para uma aproximação com os princípios da economia solidária.

d) Quais são os elementos de ligação entre as políticas públicas discutidas em suas intencionalidades pelo governo Federal, pela Rede de Gestores Públicos em economia solidária, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pelos municípios de São Paulo, Santo André, Osasco e Campinas?

Todas as intencionalidades apontam para a política pública de economia solidária como possibilitadora de inclusão social, de diminuição da pobreza, de gerar trabalho e renda, de desenvolvimento, de novas formas de gestão, de transversalidade de aplicação da política, de utilização do poder de compras público, de desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de fomento.

Embora as intencionalidades caminhem para um conjunto de ações próximas, todas elas são restritas ao ambiente de governo do momento, não podendo ser caracterizada como política de Estado, em função, principalmente, da falta de um sistema público que uniformize a política, tanto no aspecto legal, como de financeirização da política.

Além dessas duas questões, a necessidade de definição do caráter da política de desenvolvimento, isto é, se desenvolvimento nos padrões definidos hoje pela economia de mercado, sem priorizar o dilema da escassez de recursos naturais, da questão da pobreza, da falta de saneamento básico, da falta de moradia, de desemprego, de precaridade de serviços públicos de qualidade.

Um outro entendimento estaria na definição de desenvolvimento da política pública de economia solidária como sustentável, focado no homem como principal beneficiário do desenvolvimento e, em consequência, preservacionista dos recursos naturais e não poluente.

e) Quais são os elementos de ligação entre a política pública construída como fomento no município de Campinas e aquelas discutidas em suas intencionalidades pelo governo Federal, pela Rede de Gestores Públicos em

economia solidária, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pelos municípios de São Paulo, Santo André e Osasco?

Considerando o marco legal, já discuti no item anterior que a construção da política pública de economia solidária apresenta uniformidade de construção, sendo que todos os marcos legais, à exceção do município de Santo André, mantém subordinação da construção legal à Lei 8666, Lei das licitações.

As Prefeituras apresentam igualmente um caráter indutivo na execução da política e referenciam-se em convênios com instituições universitárias e ONG's. para apoio ao fomento dos empreendimentos. Diferenciou-se dessa forma de fomento a Prefeitura de Osasco, que construiu uma incubadora pública.

Todas têm em comum o fomento à empreendimentos de reciclagem, próprio da realidade dos municípios brasileiros a existência de trabalhadores nessa área, assim como o fomento à empreendimentos nas áreas de costura, alimentação e artesanato.

Caracteriza-se também como ação comum à esses municípios a apresentação de projetos de financiamento publicizados através de editais de Ministérios do Governo Federal, BNDES, Fundação Banco do Brasil, FUNASA, PETROBRÁS, assim como todos os municípios sediam a política pública de economia solidária em secretarias como da assistência ou trabalho, que destinam recursos próprios para o seu desenvolvimento.

A destinação de recursos públicos proveniente do Governo Federal, através da secretaria responsável pelo programa, SENAES, não está regulamentada em uma política definida em Lei. Tem acontecido também através de editais, como para construção dos Centros Públicos, repassado aos municípios eleitos nos processos públicos, como também via editais, para financiamento de incubadoras universitárias para incubação de empreendimentos.

Importante realçar que o financiamento dessas políticas públicas não tem regularidade e sempre está sujeita a alterações de um ano a outro, ou de um governo a outro, característica de uma política de governos.

f) Como o Estado e sua burocracia reage à implantação de política pública de economia solidária com clara intencionalidade contra-hegemônica?

A construção da política pública de economia solidária vivenciada no município de Campinas, foi compreendida pela burocracia municipal, que tem tido contato com a implantação da política, como remediadora de uma situação de desemprego crônico e exclusão social marcante nos grandes e médios municípios brasileiros.

A resistência se deu mais pelo temor do novo, através de novos instrumentos jurídicos, como permissão e uso de áreas, compra de equipamentos, convênios com instituições universitárias e ONG's. para fomento aos empreendimentos. Não há entendimento da burocracia municipal que essa política pública tenha intencionalidade de ser contra-hegemônica, mesmo porque o momento atual de sua construção não possibilita enxergar esse horizonte.

O Estado brasileiro ainda não enxergou essa política pública, entendido com o conjunto de sua burocracia Federal, dos Estados e de grande parte dos municípios brasileiros. Os demais poderes também não a enxergaram, sendo residual no Legislativo e inexistente para o Judiciário. Reforça essa constatação o caráter da política pública de economias solidária como política de Governos e em construção.

g) A política pública de economia solidária caracteriza-se como uma política de desenvolvimento e sustentável?

Considero tratar-se de política pública de desenvolvimento enquanto intencionalidade, pois em função de não ser política de Estado, tem alcance limitado a municípios e alguns poucos Estados. Em nível Federal, está sediado em uma Secretaria dentro do Ministério de Trabalho e Emprego, não tendo a condição de Diretoria, o que poderia conferir uma condição de melhor disputa no jogo da definição das políticas públicas.

Para ser de desenvolvimento, caberia ter uma definição clara de política pública de fomento, definição de segmentos, fomento de redes de empreendimentos e de cadeias produtivas, definição de marco legal e financeirização Federal, Estadual e Municipal. Enfim, um sistema público institucionalizado por Lei, com amplo debate na sociedade e no Congresso Nacional sobre a importância de uma política pública dessa natureza.

Para ser desenvolvimento sustentável a necessidade seria a mesma do ponto de vista da criação de um sistema público institucionalizado por Lei, com amplo debate na sociedade e no Congresso Nacional sobre a importância de uma política pública dessa natureza.

Acrescento que uma política dessa natureza privilegiaria a associação de agricultores familiares para produção agroindustrial sem o uso de agroquímicos e agrotóxicos, cultura diversificada na produção de alimentos, organização de unidades produtivas de biodiesel, álcool, gás de processos biodigestivos, para consumo da Associação e venda do excedente.

Uma política pública de desenvolvimento sustentável em economia solidária criaria elementos legais ágeis para a gestão de empresas falidas pelos trabalhadores e buscaria meios de financiamento de mecanismos de produção limpa.

Uma política pública de desenvolvimento sustentável em economia solidária teria um mapeamento de todos os sistemas produtivos locais que utilizam recursos naturais e população nativa, organizando esses sistemas produtivos através de associações ou cooperativas desses trabalhadores, com estudos de impacto ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.

Uma política pública de desenvolvimento sustentável em economia solidária utilizaria de forma clara e intencional o poder de compra público na confecção de uniformes escolares, na confecção de pães para merenda escolar, no uso de serviços de reformas nos próprios públicos, na elaboração de merenda escolar, no fornecimento de alimentos orgânicos para merenda escolar, na confecção de cadernos oriundos da reciclagem para a rede escolar, entre outras ações, executadas por empreendimentos solidários estruturados em redes e cadeias produtivas.

Finalmente, uma política pública de desenvolvimento sustentável em economia solidária buscaria a erradicação da coleta de recicláveis feita em milhares de municípios brasileiros por tração humana (Catadores), criando Associações desses Catadores, um sistema público para remuneração desse serviço, coleta com equipamento motorizado com biocombustível, espaços de

triagem desses materiais, produção de biodiesel a partir do óleo de cozinha para uso na coleta e comercialização coletiva.

Retalhos dessa política tem acontecido através das ações pontuais de economia solidária em regiões ou municípios, como nos seguintes casos, entre outros:

a) a articulação de uma cadeia produtiva de algodão orgânico, da produção de fios e tecido e a confecção de peças de vestuário pela rede de economia solidária denominada Justa Trama.

b) a produção orgânica de alimentos feita pela agricultura familiar e sua utilização na merenda em alguns municípios.

c) a utilização de biodiesel a partir da produção de óleo de cozinha reciclado, usado em empreendimentos recuperados pelos trabalhadores associados à Rede Unisol.

d) a organização de cooperativas em rede, estruturando cooperativas de segundo grau em reciclagem, para comercialização conjunta.

Uma política pública com orientação Federal quanto à institucionalização e materialidade, contemplando discussões locais com os diversos sujeitos constitutivos da economia solidária sobre esses arranjos produtivos regionais e locais configuraria uma política pública de economia solidária de desenvolvimento e sustentável.

9 - Anexos.

9.1 - Questionário das Entrevistas e Falas de Lideranças de Empreendimentos Solidários e Gestores Públicos em Economia Solidária.

9.1.1 - Questionário das entrevistas com as Lideranças dos empreendimentos solidários.

- 1) O trabalho na cooperativa.
- 2) Problemas na cooperativa.
- 3) Participação no movimento de economia solidária.
- 4) Economia solidária.
- 5) Legalização.
- 6) Recolhimento INSS
- 7) Regimento interno.
- 8) Vendas e renda mensal.
- 9) Espaço de trabalho.
- 10) Prefeitura.
- 11) Incubadoras.
- 12) Apoio à comunidade.

9.1.2 - Questionário das entrevistas com os Gestores Públicos.

- 1) Marco legal.
- 2) A construção da economia solidária.
- 3) Financeirização da política pública.
- 4) O papel do Estado na economia solidária.
- 5) A economia solidária e seu espaço em uma macro estrutura capitalista.
- 6) A sustentabilidade e perenidade dos empreendimentos solidários.
- 7) A participação das incubadoras no processo de fortalecimento da economia solidária.

- 8) A independência dos empreendimentos para gerir o negócio.
- 9) Caracterização da economia solidária como política pública de Estado ou de governo.
- 10) O papel hoje da política pública de economia solidária.

9.2 - Relação dos Entrevistados.

- a) Valdecir Pereira da Silva, Presidente da Cooperativa Antônio da Costa Santos e da ACOOP.
- b) Leonina Benedita da Silva, Coordenadora de Finanças da Cooperativa Dom Bosco.
- c) Adriana Cristina Leite Silva Coordenadora da Cooperativa Santo Expedito.
- d) Maria do Carmo Guedes Fahl, Presidente da Cooperativa São Bernardo.
- e) Sidney Morelli – Presidente da Cooperativa Remodela.
- f) Fernanda Zampieri de Paula – Presidente da Cooperativa Cidarte.
- g) Maria Cecília Mendes Correa dos Santos, Membro Fundadora do Grupo Associativo Bonsucesso.
- h) Adriana Cristina Caldeira, Presidente do Grupo Associativo Santos Dumont.
- i) Francisco Henrique Farias, Membro Fundador da Cooperativa Barão.
- j) José Wilson Silva Mendes, Coordenador do Grupo Associativo Coopersmimo.
- k) Entrevista com Cândida Brito, Presidenta do Grupo Associativo Unidos da Vitória.
- l) Presidenta da Cooperativa nossa Senhora Aparecida.
- m) Ângela Schwengber, Secretária Executiva da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária.
- n) Alexandre Ceccon, Gestor Público de Economia Solidária, Prefeitura Municipal de Campinas.

- o) Eliete Federico Adão, Gestora Pública de Economia Solidária, Prefeitura Municipal de Campinas.
- p) Heitor Guizzo, Gestor Público na Área de Micro Crédito, Gerente do Banco Popular da Mulher, Prefeitura Municipal de Campinas.
- q) Gerardo Mendes Melo, Secretário Municipal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Gestão 2001-2004.

9.3 - Os Empreendimentos Solidários⁶².

9.3.1 - Cooperativa Barão.



Essa cooperativa teve seu início no final de 2001, incentivada pela Sub Prefeitura de Barão de Geraldo, passando por uma experiência prática de três meses no DLU.

A partir dessa vivência, passa a atuar em um terreno de 500 m², com construção de barracão provisório, em espaço alugado pelo grupo e tendo como apoiadores a Subprefeitura do distrito de Barão Geraldo, Unicamp, ONG Sonha Barão. Em 2003 a cooperativa muda para um barracão locado pela Prefeitura Municipal de Campinas, local onde realiza seu trabalho até o momento.

Tem uma área destinada pela Prefeitura para a construção do barracão da cooperativa, porém em uma iniciativa de dialogar com a comunidade do entorno, obrigatório por Lei, houve resistência por parte de alguns munícipes dificultando a viabilização do projeto. A cooperativa ainda tem a meta de realizar um trabalho de convencimento desses moradores e poder construir barracão próprio.

⁶² Dados fornecidos pela SMCTAIS, departamento de trabalho e renda, coordenadoria de economia solidária e pelas cooperativas visitadas.

Conta com apoio da Unicamp com a doação de materiais reciclados e com o apoio anual do “Trote da Cidadania”; conta, ainda, com uma participação engajada da ONG “Sonha Barão”. Atualmente é incubada pela EDH. A cooperativa está registrada e recolhendo INSS dos cooperados. Tem uma participação significativa no movimento de economia solidária.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	20
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	47
Volume de material processado (ton./mes)	35
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	3
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	60
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 500,00
Número de compradores	4 a 6

9.3.2 - Cooperativa Dom Bosco.



Esse grupo associativo busca apoio da Prefeitura em 2003, apoiado pela intersetorial Administração Regional Três⁶³, composto por agentes públicos de diversas secretarias e ONGs. Está localizado em uma região de exclusão, nas

⁶³ A intersetorial configura-se como um espaço de discussão com diversos órgãos públicos participando (secretarias de Assistência, Saúde, Educação, Administração da Regional local), incluindo também ONGs, Associações e outras formas de organização da região.

proximidades da favela da rua Moscou, com membros oriundos dessa ocupação, catadores de rua.

Inicia seu trabalho de triagem em outubro de 2003 ao lado de uma creche, acarretando problemas devido à natureza própria do trabalho, fazendo com que o grupo associativo e os apoiadores, incluindo Prefeitura, a Incubadora CRCA, buscassem alternativa à essa área.

Foi pleiteado pelos apoiadores do grupo associativo uma área pertencente à Companhia de Habitação do Município – COHAB, nas proximidades do local onde atuavam. Atualmente estão trabalhando em um barracão provisório nessa área, construído por eles e pela Administração Regional Três.

Através de um trabalho articulado pela incubadora CRCA que acompanha o grupo, uma empresa da região inicia uma participação como apoiadora do grupo e compromete-se a construir um barracão adequado até o final de 2007.

O grupo associativo está legalizado como cooperativa e está na dependência do decreto da Prefeitura autorizando o uso da área. Trata-se de um grupo muito atuante no movimento de economia solidária no município.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	15
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	25
Volume de material processado (ton./mes)	20
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	1,6
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	30
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 400,00
Número de compradores	05

9.3.3 - Cooperativa Santo Expedito.



Esse grupo começou sua articulação em 2003, a partir do conhecimento da existência do programa, reivindicando espaço para trabalho em um barracão no centro da Vila Castelo Branco, usado há tempos atrás pela Associação dos Moradores do bairro, que se encontrava vazio e servindo de espaço para uso de drogados.

Através do apoio da Prefeitura o grupo passou a fazer parte do programa de geração de trabalho e renda, segmento cooperativas de reciclagem, conseguindo apoio da Administração Regional 6 para uma primeira reforma no prédio, e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, responsável pelo programa (2001 – 2004)), na indicação da incubadora EDH para acompanhamento do grupo.

Trabalharam a comunidade para aceitação da atividade a ser desenvolvida e iniciaram suas atividades no final de 2003. No ano de 2006 legalizaram a cooperativa.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	15
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	28
Volume de material processado (ton./mes)	22
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	1,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	80
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 300,00
Número de compradores	5

9.3.4 - Cooperativa Nossa Senhora Aparecida.



A cooperativa surgiu a partir de uma iniciativa da Igreja Nossa Senhora Aparecida no Jardim Proença em 1999 a partir da Campanha da Fraternidade, com o título “Sem Trabalho Porque?”. Foi convidada a ingressar no programa de economia solidária, pois tratava-se de uma experiência inédita na cidade, servindo de experiência para o desenvolvimento do programa.

O grupo chegou a ser composto por trinta e uma pessoas, contando atualmente com vinte e cinco, sendo que apenas quatro estão desde o início. A cooperativa funciona em dois turnos diário.

A gestão geral sempre foi feita pela própria cooperativa, que passou a receber a ajuda da Incubadora CRCA.

Estão instalados em espaço físico da Prefeitura Municipal de Campinas, porém as benfeitorias (reformas, construções) são feitas pela própria cooperativa. Além do material cedido pela Prefeitura, possuem caminhão para a coleta própria, cedido por apoiadores da cooperativa. Trata-se de um processo de coleta própria fidelizado em condomínios e empresas, garantindo um material de mais qualidade do aquele cedido pela Prefeitura mediante o programa de coleta seletiva.

Quanto aos fundos, chegaram a ter uma porcentagem maior, entretanto, a partir da queda do valor do material vendido, entre outros acontecimentos, diminuiram esta porcentagem para possibilitar uma maior retirada para os cooperados.

Atualmente possuem os seguintes fundos: treinamento e desenvolvimento de 5%; reserva de 10 % (para problemas eventuais graves da cooperativa); investimento social de 5% (destinado para obras, festas e distribuição de sobra,

além do pagamento de 50% do INSS dos cooperados que é recolhido sobre o valor da retirada individual).

A cooperativa faz parte da Central das Cooperativas – Reciclamp e participa ativamente do movimento de economia solidária no município.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	25
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	78
Volume de material processado (ton./mes)	65
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	2,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	100
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 650,00
Número de compradores	19

9.3.5 - Cooperativa São Bernardo.



O grupo existe desde 2002, iniciando sua articulação a partir da Administração Regional 6, porém, durante os dois primeiros anos, o grupo era muito instável. Começou a adquirir estabilidade a partir da instalação no DLU em novembro de 2002.

O grupo está localizado até hoje nesse espaço e em 2006 adquire seu CNPJ tornando-se de fato uma cooperativa. Tem o CRCA como incubadora e está entre as cooperativas que terá a construção de um barracão apropriado pela

Prefeitura, via ‘Kit Cooperativa’. Trata-se de um grupo coeso e bastante atuante no movimento de economia solidária.

Está entre as cooperativas filiadas à Central das Cooperativas – Reciclamp.

Quadro situacional

Avaliação	Situação atual
Número de cooperados	14
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	45
Volume de material processado (ton./mes)	35
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	2
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	50
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 500,00
Número de compradores	06

9.3.6 - Cooperativa Antônio da Costa Santos.



A cooperativa tem cinco anos, sendo que no início, um grupo de pessoas ocupou uma área no bairro Jardim Satélite Íris II, localizada em terreno da Prefeitura, que continha um galpão desativado, usado há tempos atrás para criação de porcos. Procurou o programa de economia solidária a partir de informações de sua existência e de apoiadores da região.

Esse grupo foi bastante persistente e conseguiu espaço para fazer parte do programa de economia solidária do município em 2002, obtendo permissão de uso para construção de barracão em 2003 e a construção em 2004.

A incubadora responsável pelo processo de formação do grupo é o CRCA, que ao final de 2004 considerou o grupo emancipado, revendo sua posição em 2005 a pedido do próprio grupo, continuando, assim, o processo de incubação.

Atualmente a cooperativa está legalizada e conta com vinte e três cooperados, atuando na Central das Cooperativas – Reciclamp e com forte atuação no movimento de economia solidária no município.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	23
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	85
Volume de material processado (ton./mes)	60
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	3,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	130
Renda média por cooperado	R\$ 650,00
Número de compradores	6

9.3.7 - Cooperativa Haviá.



Essa cooperativa tem a origem em um grupo de catadores dos mais antigos da cidade, representado pelo Sr. João Baptista, que há mais de trinta anos trabalha com reciclagem no município.

Esse grupo passou a integrar o programa de economia solidária desde o início em 2001, pois fazia parte do programa da Prefeitura de coleta seletiva,

ligado ao Gabinete da Primeira Dama, que desde 1990 vendia os recicláveis para diversos recicladores, em diversas regiões da cidade.

A partir de uma triagem entre os grupos de recicladores, esse grupo foi convidado a ingressar no programa para, futuramente, transformar-se em cooperativa. A área ocupada pelo grupo para o trabalho que executavam, foi permissionada para construção de barracão e, no final de 2004, o barracão estava concluído.

A EDH incubou o grupo associativo por quatro anos, culminando por legalizar a cooperativa em 2006. Atualmente a cooperativa conta com apoio de uma empresa da região, que doou um caminhão para trabalho da cooperativa, através de um processo de arregimentação de apoiadores realizado pela EDH.

Com a saída da EDH do processo de incubação, a cooperativa conta com acompanhamento dos técnicos da SMCTAIS, coordenadoria de economia solidária.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	21
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	45
Volume de material processado (ton./mes)	37
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	2,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	100
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 650,00
Número de compradores	5

9.3.8 - Cooperativa Santa Genebra.



Um grupo de pessoas da região do bairro Santa Genebra procurou a Prefeitura para ingressar no programa de economia solidária em 2002, oriundos de setores populares e desempregados.

Ocuparam um lote em uma área destinada para uso de hortas comunitárias cedido por uma usuária (são lotes divididos entre famílias da região, localizados no bairro Santa Genebra), que passou a integrar o grupo. Permaneceram nesse local por quatro anos e, no ano de 2006, a partir de uma permissão de uso de uma área próxima, mais adequada para a finalidade da reciclagem, foi construído um barracão para trabalho da cooperativa.

A incubadora responsável pelo processo de formação do grupo é o CRCA que, através de um trabalho de articulação com empresas da região e um projeto de apoio da Petrobrás, conseguiu recursos para a construção do barracão de trabalho. A cooperativa foi legalizada em 2006 e atualmente trabalha em espaço de triagem adequado.

Quadro situacional

Avaliação	Situação atual
Número de cooperados	18
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	22
Volume de material processado (ton./mes)	18
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	1,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	80 Obs.: espaço próprio concluído e em operação fev/07
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 500,00
Número de compradores	4

9.3.9 - Cooperativa Aliança.



Essa cooperativa foi fomentada a partir de um grupo de voluntários agrupados em torno da Igreja do Cambuí, que a partir da Campanha da Fraternidade de 1999, com o título “Sem Trabalho Porque?”, inicia apoio à um grupo de catadores da região no sentido de otimizar e melhorar sua renda e agregar novos catadores. Assim como a cooperativa Nossa Senhora Aparecida, foi convidada para ingressar no programa de economia solidária da Prefeitura.

Esse grupo de voluntários deu origem à incubadora EDH, hoje conveniada da Prefeitura Municipal de Campinas para fomento de cooperativas de reciclagem.

A cooperativa Aliança está registrada, ocupa um barracão locado por apoiadores da EDH, e contava com dois caminhões, também obtidos por apoiadores da incubadora, que foram incendiados por ocasião dos atentados do PCC⁶⁴ em 2006.

Trata-se, juntamente com a cooperativa Nossa Senhora Aparecida, do empreendimento solidário mais antigo. Tem uma característica muito interessante de não necessitar de material reciclado doado pela municipalidade, pois tem um programa de coleta próprio, fidelizado em condomínios e empresas, que lhe garante um material reciclado de excelente qualidade.

⁶⁴ Primeiro Comando da Capital.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	25
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	70
Volume de material processado (ton./mes)	59 Grupo realiza coleta própria, baixo índice rejeito.
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	2,4
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	110
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 500,00
Número de compradores	6

9.3.10 - Cooperativa Tatuapé.



Essa cooperativa tem componentes, em sua maioria, oriundos da ocupação do Parque Oziel, pois trabalhavam em um processo de triagem de um espaço próximo da ocupação.

O local, denominado “bota fora Taubaté”, recebia entulho da construção civil de construções novas ou reformadas, através de caçambas de entulho. Junto à esse material residual de construção civil, chegava ao “bota fora” outros materiais recicláveis, como plástico, papel, papelão, madeira e principalmente metais ferrosos e não ferrosos.

O grupo associativo, auto denominado Tatuapé, buscou apoio da municipalidade para sua inserção no programa de economia solidária a partir de uma ação da Prefeitura em interditar o local. Foi demandado a ITCP – Unicamp para incubação e buscou-se uma ação de legalidade do “bota fora” em conjunto com o proprietário.

A ação não foi bem sucedida e o local foi embargado pelo Ministério Público do Meio Ambiente em 2003. Em 2004 foi aberto um espaço para depósito de entulho da construção civil próximo ao Delta⁶⁵, legalizado, denominado de URM, possibilitando a atuação da cooperativa nesse espaço.

A cooperativa tem uma condução própria para traslado dos associados e já conta com associados do entorno. Está legalizada desde 2003, já na segunda gestão.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	21
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	100
Volume de material processado (ton./mes)	80
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	2,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	150
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 600,00
Número de compradores	10

⁶⁵ Aterro público legalizado para depósito de lixo doméstico.

9.3.11 - Cooperativa Remodela.



A partir da organização de treze Cooperativas de triagem, envolvendo cerca de duzentos e cinquenta trabalhadores em uma Associação denominada ACOOP, no segundo semestre de 2003, surge um grupo de trabalhadores, em fase de constituição de uma cooperativa de produção na área de recicláveis, denominada Remodela, que havia sido capacitado em um curso de associativismo, desenvolvido com recursos do FAT⁶⁶, buscando sua integração no programa municipal de geração de trabalho e renda com foco no associativismo.

Após várias discussões com a Incubadora Municipal, este grupo opta por trabalhar com produção de biodiesel a partir de óleo de cozinha reciclado. A incubadora municipal, a partir de uma análise das pretensões do grupo, decide incubá-lo baseando sua decisão nos dados abaixo relacionados:

1. grupo com características heterogêneas, apresentando três trabalhadores com formação superior, um trabalhador de nível técnico e dezessete trabalhadores com escolaridade predominantemente fundamental, que possibilitava desenvolver um projeto com estas características.
2. primeiro grupo associativo do programa com pretensão de dar seqüência à cadeia de empreendimentos, pois possibilitaria a aquisição de matéria prima proveniente dos empreendimentos de triagem de resíduos domésticos.

⁶⁶ Fundo de Amparo ao Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e repassado para entidades sindicais promoverem diversos tipos de qualificação profissional.

3. experiência pioneira no país, pois a cadeia produtiva de biodiesel em fase inicial de fomento pelo Governo Federal, surge baseada em oleaginosas produzidas por agricultores basicamente de origem familiar, para produção concentrada no norte e nordeste e plantas industriais estruturadas em unidades produtivas de grande porte.
4. proposta da Cooperativa em estruturar uma unidade produtiva inicial de pequeno porte (40.000 litros mês de biodiesel), que servisse de referência para que outras unidades produtivas pudessem ser instaladas em diversos outros municípios.
5. proposta de empreendimento autogestionário.
6. ganho ambiental duplo, pois recupera-se um resíduo de difícil tratamento nos sistemas de tratamento de água dos municípios e poluente de mananciais, rios e córregos, além de produzir um biocombustível de fonte renovável⁶⁷.
7. educação ambiental da população.
8. potencial de recuperação de cerca de 350.000 litros de óleo de cozinha reciclado em uma cidade como Campinas, de 1.060.000 habitantes e cerca de 350.000 residências.
9. Esta coleta seria desenvolvida através de escolas, condomínios, residências, padarias, restaurantes, empresas de cozinha industrial⁶⁸.

A partir da decisão tomada, foi estruturado um Grupo de Trabalho - GT⁶⁹, responsável pela elaboração do Convênio envolvendo as três instituições, com as seguintes atribuições:

⁶⁷ A queima do biodiesel não contribui para o aumento do efeito estufa, pois a emissão de gás carbônico é compensada na absorção no plantio da oleaginosa.

⁶⁸ Dados empíricos apontam para a produção de um litro por família mês do óleo de cozinha reciclado.

⁶⁹ Grupo de Trabalho com representantes da Prefeitura (um da Incubadora Municipal e um do Departamento de Limpeza Pública), um representante da empresa de Saneamento do município, a SANASA e um representante da Cooperativa Remodela.

1. coube às esferas públicas a coleta do óleo de cozinha reciclado⁷⁰, a locação de imóvel para sediar a produção⁷¹ e a cessão por permissão de uso de um caminhão⁷² para coleta do óleo ;
2. coube à cooperativa Remodela o financiamento de parte dos equipamentos através do Banco Popular da Mulher (OSCIP), a prospecção de doadores do óleo reciclado e a produção do biodiesel;
3. coube à Incubadora Municipal designar um profissional, coordenador do projeto, junto à um profissional da Cooperativa para desenvolvimento do projeto e processo através do Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.
4. coube à Aatual⁷³, empresa de aquecedores solares, parceira do projeto, a doação de parte dos equipamentos.

A locação do barracão foi o primeiro passo realizado pelo GT, efetuada em 26 de janeiro de 2004, permitindo os encaminhamentos necessários para a instalação da unidade de produção.

O Convênio envolvendo a Prefeitura, a SANASA e a Cooperativa Remodela foi assinado em 02 de julho de 2004; as licenças da CETESB⁷⁴ prévias, de instalação e produção foram obtidas no final de 2004.

Os recursos do Banco Popular da Mulher foram liberados no início do segundo semestre de 2004 e os profissionais técnicos capacitaram-se na UNICAMP durante o segundo semestre de 2004, iniciando-se a montagem da unidade industrial e treinamento dos cooperados durante todo o primeiro semestre de 2005.

⁷⁰ Coleta feita pelo Departamento de Limpeza Pública da Prefeitura Municipal.

⁷¹ Coube à Prefeitura, Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social a locação do barracão.

⁷² Cessão de uso feita pela SANASA.

⁷³ Importante ressaltar que o processo necessário para realizar a reação química de conversão do óleo de cozinha reciclado em biodiesel necessita de aquecimento no reator a 60 °C, tendo sido instalado um coletor solar para fornecimento de energia necessário para a reação.

⁷⁴ Companhia Tecnológica de Saneamento Ambiental, responsável por conceder licenças de instalações industriais.

No segundo semestre de 2005 foi desenvolvido dez pontos de coleta com uma média de cento e vinte e cinco litros de óleo por mês cada ponto, coletados pelo Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Campinas, resultando em um volume de coleta de um mil duzentos e cinqüenta litros mês de óleo de cozinha reciclado, com um volume equivalente de biodiesel produzido; este foi um período de produção experimental, correção de metodologia e processos.

No ano de 2006 iniciou-se a produção propriamente dito, com o trabalho de captação avançando para grandes empresas geradoras, cooperativas, condomínios, com meta de atingir vinte mil litros mês até o final do ano.

Caracterizou-se também, como o ano do início das vendas, definindo como estratégia a articulação em rede, tendo como parceiras compradoras duas cooperativas de fundição de alumínio instaladas em Diadema, na região metropolitana de São Paulo, Cooperforja e Cooperferco, ambas filiadas à UNISOL⁷⁵.

A cooperativa Remodela prioriza, nesta fase, a produção de biodiesel não veicular devido a ANP exigir capital de R\$ 500.000,00 para permitir produção e comercialização de biodiesel veicular. A tabela abaixo mostra os investimentos diretos e indiretos realizados no projeto.

⁷⁵ Entidade nacional de organização de empreendimentos não capitalistas, com foco em recuperação de fábricas falidas.

Investimentos diretos no programa.

Locação do imóvel 2004, 2005, 2006, 2007.	R\$ 120.000,00
Empréstimo no Banco Popular da Mulher e empréstimo junto à UNISOL	R\$ 100.000,00
Investimento da parceira Aatual, tendo como contrapartida a divulgação da empresa como apoiadora do programa.	R\$ 15.000,00
Investimento da SANASA para estruturação da unidade piloto para testes, ensaios de laboratório, análises e licenciamento ambiental.	R\$ 12.500,00
Investimentos indiretos no programa.	
Caminhão cedido com permissão de uso pela SANASA para coleta do óleo reciclado, incluindo combustível.	
Coletores cedidos para o projeto dentro do programa de coleta seletiva da Prefeitura, departamento de limpeza urbana.	
Incubação da Cooperativa Remodela por profissionais da Incubadora Municipal, através da Secretaria Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social.	
Total de investimentos diretos	R\$ 247.500,00

Quadro situacional

Avaliação	Situação atual
Número de cooperados da cooperativa	23
Trabalham efetivamente na cooperativa	5
Volume de material coletado/recebido (m3./mes)	20
Volume de material processado (m3./mes)	16
Volume de material processado por cooperado (m3./mes/cooperado)	0,7
Capacidade de processamento instalada (m3./ mês)	40
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	600,00
Número de compradores	2

9.3.12 - Cooperativa Cidarte.



Foi um processo da Prefeitura para fora, no desenvolvimento de um projeto denominado “República da Vila União”. Este projeto tem três fases, e uma delas foi a formação da Cidarte.

A primeira ação foi a realização de uma oficina com artistas plásticos e carnavalescos, devido a carência de grupos para eventos. A oficina durou seis meses, início janeiro de 2006 e final junho de 2006. O objeto da oficina foi capacitação em fabricação de adereços para ambientação de eventos (festas, carnavais, ...).

Foram capacitadas em torno de sessenta pessoas selecionadas na região do bairro Vila União. Ao final, o grupo ficou com quarenta e seis pessoas capacitadas e cooperadas. A cooperativa foi regularizada em dezembro de 2006.

Desde agosto de 2006 até início de 2007, a cooperativa participou de cinco eventos: a festa Agostina na Vila União promovido pela Associação de Moradores da Vila União, com a realização de decoração da sede para a festa.

A segunda atividade foi uma exposição de Natal na Associação Comercial e Industrial de Campinas para divulgação da Cidarte.

A terceira foi para o Banco Popular da Mulher, decoração natalina e criação de cartões natalinos artesanais.

A quarta foi a decoração da passarela do samba para o carnaval 2007.

Quadro situacional

<i>Cooperativa Cidarte</i>	<i>Vila União</i>
Incubadora	Prefeitura
Número de associados	46
Retirada mensal	Incerta, devido trabalho sazonal

9.3.13 - Grupo Associativo Bonsucesso.



Esse grupo, originário do distrito de Nova Aparecida, foi incentivado em 2001 a ingressar no programa através da Sub Prefeitura de Nova Aparecida. Iniciou um trabalho de aprendizado sobre triagem no DLU ainda em 2001. No ano de 2002 mudou-se para um barracão alugado pela Prefeitura Municipal. Por motivos de finalização do contrato no final de 2005, devido não adequação do proprietário às normas de legalização do imóvel, o grupo associativo permaneceu no local, sem contrato até final de 2006, em uma situação de constante conflito entre o proprietário do imóvel e o órgão da Prefeitura gestor do programa.

Essa permanência no local até final de 2006 deu-se em função de problemas com a empresa contratada para a construção de um primeiro módulo do barracão em área institucional designada pela Prefeitura. O primeiro módulo foi entregue no início de janeiro de 2007 e o grupo associativo iniciou os trabalhos no novo local.

Essa situação esvaziou o grupo que contava com doze trabalhadores e, hoje, conta com somente nove. A construção definitiva do barracão está previsto para o segundo semestre de 2007, dentro do novo contrato da coleta seletiva, kit cooperativa.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	7
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	18
Volume de material processado (ton./mes)	13
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	1,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	Limite. Obs.: processo construção barracão pela Prefeitura em andamento.
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 350,00
Número de compradores	5

9.3.14 - Grupo Associativo Divipaz.



Esse grupo é originário da região do Campo Grande, periferia da cidade, composto por catadores da região que, através de apoiadores, demandou apoio da Prefeitura no programa de economia solidária em 2003. Obtiveram permissão de uso de área institucional em 2004 e fazem o trabalho de triagem em espaço provisório no local.

São incubados pelo CRCA, que obteve apoio de empresa da região para construção de parte do barracão definitivo do grupo. A parte restante foi demandado pela Prefeitura através da SMCTAIS. A previsão de término da construção do espaço de trabalho está previsto para meados de 2007.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	12
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	22
Volume de material processado (ton./mes)	18
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	2
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	Limite. Obs.: processo construção barracão por parceiros e Prefeitura em andamento.
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 500,00
Número de compradores	5

9.3.15 - Grupo Associativo Santos Dumont.



A partir de 2003, um grupo de cinco pessoas foi apoiado pela Igreja do bairro, que cedeu parte do seu terreno para triagem e venda de material reciclável.

Passaram a solicitar apoio da Prefeitura para sua inserção no programa de economia solidária e, a partir de 2004, a incubadora EDH inicia o processo de incubação.

Até o momento o grupo associativo, através das relações da incubadora, conquistou espaço de trabalho, locado por uma empresa da região, e um caminhão gaiola para a coleta. A Prefeitura apoiou com balança e prensa.

Quadro situacional

Avaliação	Situação atual
Número de cooperados	15
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	20
Volume de material processado (ton./mes)	18
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	1,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	30
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 400,00
Número de compradores	04

9.3.16 - Grupo Associativo Unidos da Vitória.



Esse grupo associativo está localizado na região do Jardim São Marcos e Santa Mônica, mais precisamente dentro do CEASA Campinas. Demandou apoio da Prefeitura em 2003 através de apiadores e, através de negociações junto à CEASA, o grupo instalou-se dentro da central de abastecimento, com espaço de trabalho definido.

A incubadora responsável pelo grupo é o CRCA. Trata-se de um espaço de trabalho com material reciclável do próprio local, obtido dos comerciantes instalados na central. O grupo associativo percorre diariamente os locais de depósito dos recicláveis e faz a seleção e enfiamento no barracão.

A avaliação do setor de meio ambiente da central é que os quantitativos de recicláveis a serem coletados na central chega a noventa toneladas, significando que, um trabalho de aprimoramento técnico pode aumentar para cerca de trinta o

número de pessoas envolvidas no trabalho, podendo sair da condição de grupo associativo para cooperativa.

Quadro situacional

<i>Avaliação</i>	<i>Situação atual</i>
Número de cooperados	18
Volume de material coletado/recebido (ton./mes)	20
Volume de material processado (ton./mes)	20
Volume de material processado por cooperado (ton./mes/cooperado)	1,5
Capacidade de processamento instalada (ton./dia ou mês)	20
Renda média por cooperado (R\$ por mês)	R\$ 600,00
Número de compradores	9

9.3.17 - Grupo Associativo Coopermimo.



A Coopermimo, grupo associativo com sete pessoas (seis mulheres e um homem), desenvolve suas atividades na área de confecção.

Iniciou suas atividades em outubro de 2002, em um espaço cedido na casa de uma cooperada. Por se tratar de um espaço muito pequeno, precário, com pouca ventilação, a partir de julho de 2006, a Prefeitura Municipal de Campinas cedeu um barracão de aproximadamente 112 m² e adquiriu máquinas de costura cedidas em comodato para desenvolvimento do grupo.

O grupo teve a incubação da ITCP, porém atualmente vem sendo acompanhado pela equipe técnica da Prefeitura.

Quadro situacional

Cooperativa Coopermimo	Parque Itália
Incubadora	Equipe Técnica PMC
Contato	Wilson / Núbia
Endereço	Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Pq. Itália
Número de cooperados	07
Retirada mensal	Incerta, devido trabalhos sazonais

10 - Bibliografia

- 1) ALVES, F. **Processos de Incubação**. In Medeiros, Schwengber, Schiochet. Políticas Públicas de Economia Solidária: Por um Outro Desenvolvimento. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, 199 p.
- 2) BARBOSA, R. N. C. **Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 2005. 2 v. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 3) BERTUCCI, A. A., da SILVA, R. M. A. (Orgs.). **20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília,: Cáritas Brasileira, 2003.
- 4) BRUYNE, P. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os Pólos da Prática Metodológica**. 3ª. Edição, RJ. F. Alves, 1982, 252 p.
- 5) BRYAN, N. A. P., COUTO, A. P. (Orgs.). **Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável: dos problemas societais aos fundamentos multidisciplinares**. In: Bryan, N. A. P. (org), Momma, A. M. Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: *metamorfoses* do conceito e as suas relações com a Educação. Covilhã, Portugal: UBI; Campinas, SP: UNICAMP, Gráf. FE, 2005.
- 6) DELGADO, O. B. **Apuntes para el Conocimiento del Movimiento Cooperativo Venezolano**. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa. 1998, No. 30, p. 82 - 101.
- 7) DESROCHE, H. **Histoires d'Économies Sociales: D'un Tiers aux Tiers Secteurs**. 1791-1991. Syros/Alternatives. Paris, 1991, 261p.
- 8) DRAIBE, S. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Revista da USP, 1999. p. 86-101.

- 9) FRANÇA FILHO, G.C., LAVILLE, J.-L. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2004. 194 p.
- 10) FRANÇA FILHO, G. C., LAVILLE, J-L, MEDEIROS, A., MAGNEN, J. P. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2006, 326 p.
- 11) FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito**, in Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.
- 12) GUIMARÃES, G. e SCHWENGBER, A. **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A Construção dos Gestores Públicos**. Promoção: Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004, 96p.
- 13) GRAMSCI, A. **Quaderni Del Cárcere**, edição crítica de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977, 4v., p.1244.
- 14) GONÇALO, M e Schwengber, A. (orgs.). **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A Contribuição dos Gestores Públicos**. Rio de Janeiro, RJ: ITCP/COOPE/UFRJ, 2004. 96 p.
- 15) GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.59.
- 16) GUSMÃO, N. M. M. (org.). **Diversidade, Cultura e Educação: Olhares Cruzados**. São Paulo, SP: Biruta, 2003.
- 17) _____. **Linguagem, Cultura e Alteridade: Imagens do Outro**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n 107, p. 41 – 78, jul. 1999.
- 18) HAM, C. & HILL, M. **The Policy Process in the Modern Capitalist State**. New York: Ed. Harvester, 1984, 209 p.

- 19) ICAZA, A .M. S. **Economia Solidária, Práticas Cooperativistas y Desarrollo Local em el Sur de Brasil**. Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa, 2002, No. 43, p. 41 - 59.
- 20) LEBOUTTE, P. **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a Experiência Pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, ITCP/COPPE, 2003, 79 p.
- 21) LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, 99p.
- 22) MARCOS, C. G. **Una Ley de Cooperativas para el siglo XXI**. Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa, 1998, No. 29, p. 35 - 48.
- 23) MARTÍNEZ, I. B. **La participación democrática: um valor em extinción em lãs sociedades cooperativas?**, Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa, 2000, No. 34, p. 7- 22.
- 24) MAUAD, M. J. L. **Por um Marco Jurídico Específico para as Cooperativas de Trabalho**. Documento Apresentado na 1ª. Conferência Estadual de Economia Solidária, 2006, 3 p.
- 25) MEDEIROS, A. SCHWENGBER, A. SCHIOCHET, V. **Políticas Públicas de Economia Solidária: Por um Outro Desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, 199 p.
- 26) ONU Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1988 (Relatório Brundtland).
- 27) PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática**. 2ª. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1977, 94p.
- 28) PAIVA, V. Educação e bem-estar. In **Educação e Sociedade**, 12 (39): 161-200, 1991.

- 29) POCHMANN, M. **Políticas de Inclusão Social - Resultados e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2004(a), 237 p.
- 30) _____. **Proteção Social na Periferia do Capitalismo, Considerações sobre o Brasil**. São Paulo em Perspectiva, 18 (2), 3-16, 2004(b).
- 31) POLANYI, K. **A Grande Transformação: as Origens da nossa Época**. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 2000, 315 p.
- 32) RADRIGÁN, M e DEL CAMPO, P. **Trayectoria y Proyecciones del Cooperativismo en Chile**. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, 1998, No. 30, p. 148 - 158.
- 33) RODRIGUÉZ, C. A. R. e MACHÍN, O. L. **El Cooperativismo en Cuba y su Lugar en La Reforma Económica Actual**. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, 1998, No. 30, p. 68 - 77.
- 34) SANDOVAL, S.A.M. **Consideração sobre Aspectos Micro-Sociais na Análise dos Movimentos Sociais**. Psicologia e Sociedade, 7 (setembro 1989), 61-73.
- 35) SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 514 p.
- 36) _____. **Para uma Pedagogia do Conflito**. In: Silva, Luiz H. et. Al. (org). Reestruturação Curricular: Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- 37) SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. (1o. e 3o. Capítulos) 2ª. edição., R.J. Campos, 1987.
- 38) SILVA, L. H. et al. (orgs.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 9-10.
- 39) SINGER, P. **Utopia Militante**. São Paulo: Vozes, 1998.

- 40) _____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- 41) SINGER, P. SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.
- 42) TEIXEIRA, T. C. y DOMINGO, A. S. **La Confomación del Cooperativismo em Brasil: Tendências y Desafios em el Siglo XXI.** Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa, 2002, No. 43, p. 205 - 228.
- 43) TELLES, V. S. **Sociedade civil e a Construção de Espaços Públicos.** In DAGNINO, E. (org.) Anos 90, política e sociedade no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- 44) TIRIBA, L. V. **Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: Contradições e Desafios Frente à Crise do Trabalho Assalariado.** In FRIGOTTO, G (org.). Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- 45) VIANNA, M. L. W. **Política x Economia: Notas (menos pessimistas) sobre globalização e Estado de Bem Estar Social.** In Gerschman, S. e Vianna, M. L. W. (org.) A miragem da pós-modernidade. Democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Ed. Fiocruz, 1997.